

CRISTINE GORSKI SEVERO

**POR UMA PERSPECTIVA SOCIAL DIALÓGICA DA
LINGUAGEM: REPENSANDO A NOÇÃO DE INDIVÍDUO**

FLORIANÓPOLIS, 2007

**POR UMA PERSPECTIVA SOCIAL DIALÓGICA DA LINGUAGEM:
REPENSANDO A NOÇÃO DE INDIVÍDUO**

por

CRISTINE GORSKI SEVERO

Tese apresentada ao programa de pós-graduação em Lingüística da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial à obtenção do grau de Doutora em Lingüística.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Luiz Lopes da Silva.

FLORIANÓPOLIS, AGOSTO DE 2007

**POR UMA PERSPECTIVA SOCIAL DIALÓGICA DA LINGUAGEM:
REPENSANDO A NOÇÃO DE INDIVÍDUO**

Esta tese foi julgada adequada para a obtenção do grau de *Doutora em
Linguística* e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em
Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina.

Coordenador: Prof. Dr. Fábio Luiz Lopes da Silva

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Fábio Luiz Lopes da Silva
(Orientador – UFSC)

Prof. Dr. Kanavillil Rajagopalan
(Membro – Unicamp)

Prof. Dr. Sebastião Josué Votre
(Membro – UFRJ/UFF)

Prof^a. Dr^a. Claudia Drucker
(Membro – UFSC)

Prof^a. Dr^a. Rosângela Hammes Rodrigues
(Membro – UFSC)

Prof. Dr. Heronides M. de Melo Moura
(Suplente – UFSC)

Dedico o empenho e o tempo
impressos nesta tese ao Alexandre.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Fábio Lopes da Silva, por ter me possibilitado um longo exercício de exploração, leitura, reflexão e amadurecimento intelectual.

Ao professor Rajagopalan, pelas leituras feitas dos meus trabalhos (mestrado e doutorado), pela paciência, pelas idéias e pela generosidade.

À professora Rosângela Hammes Rodrigues, pelas aulas preciosas que me influenciaram na escolha de Bakhtin para esta tese.

Ao professor Werner, pela leitura atenta do projeto e pelas leituras sugeridas.

Ao professor Sebastião, pelas rápidas conversas aqui e ali e pela motivação inspiradora.

À professora Claudia, pela disponibilidade e interesse na leitura deste trabalho.

À Eda, por ter me influenciado (direta ou indiretamente) no tema desta tese; pelas leituras que fez do meu texto, as sugestões, a paciência, o exemplo de comprometimento e ética e a sempre abertura para o diálogo.

Ao Alexandre, pela presença na minha vida.

Aos familiares, Marcelo, Elias, Raquel, Cecília e Vitor, pelos momentos de descontração, apoio e bate-papos.

À Capes, pelo apoio financeiro.

When we study language and social dialects, it's hard to say that there's anything that people cannot or never will do.

(LABOV, 2006, p. 339)

A vida é dialógica por natureza. Viver significa participar do diálogo: interrogar, ouvir, responder, concordar etc. Nesse diálogo o homem participa inteiro e com toda a vida: com os olhos, os lábios, as mãos, a alma, o espírito, todo o corpo, os atos. Aplica-se totalmente na palavra, e essa palavra entra no tecido dialógico da vida humana, no simpósio universal.

(BAKHTIN, 2003, p. 348)

Não há também diálogo, se não há uma imensa fé nos homens. Fé no seu poder de fazer e de refazer. De criar e de recriar. Fé na sua vocação de ser mais, que não é privilégio de alguns eleitos, mas direito dos homens.

(FREIRE, 2004, p. 81)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	p. 12
1 CONTEXTUALIZANDO	p. 20
1.1 ABORDAGEM HISTÓRICA	p. 20
1.2 AS SÉRIES HISTÓRICAS	p. 24
1.2.1 Série I – O romantismo, o indivíduo e a linguagem	p. 28
1.2.1.1 Humboldt: Indivíduo como fonte da linguagem	p. 30
1.2.1.1.1 <i>Humboldt-político</i>	p. 31
1.2.1.1.2 <i>Humboldt-lingüista</i>	p. 34
1.2.1.2 Algumas reflexões	p. 37
1.2.2 Série II – Abordagem científica da língua	p. 39
1.2.2.1 A história da língua sob uma perspectiva científica: Os neogramáticos	p. 39
1.2.2.1.1 <i>O caráter regular da mudança lingüística</i>	p. 40
1.2.2.1.2 <i>O idioleto</i>	p. 41
1.2.2.2 Reflexões sociológicas sobre a língua: Meillet	p. 44
1.2.2.3 Língua como fato social: Durkheim	p. 47
1.2.2.4 Supremacia do sistema lingüístico: Ferdinand de Saussure	p. 50
1.2.2.5 Algumas reflexões	p. 53
1.2.3 Série III – Um olhar social e ideológico acerca da linguagem	p. 58
1.2.3.1 Sob a égide do empirismo, do liberalismo, do idealismo e da teoria do trabalho-valor	p. 59
1.2.3.2 O materialismo: Marx	p. 63
1.2.3.3 Resumindo	p. 68
1.2.3.4 As idéias marxistas no contexto lingüístico russo	p. 70
1.2.3.4.1 <i>O materialismo lingüístico</i>	p. 73
1.2.3.4.2 <i>Influências das idéias de Iakubinskii nos trabalhos de Bakhtin/Voloshinov</i>	p. 75
1.3 SOBRE OS PARADIGMAS	p. 76
1.3.1 Paradigma: Thomas Kuhn	p. 77
1.3.1.1 Conceituação de paradigma	p. 77
1.3.1.2 Língua-indivíduo e língua-sociedade: paradigmas diferentes?	p. 79
1.3.2 Retomada e outras reflexões	p. 81
1.3.2.1 Sobre modernidade e pós-modernidade	p. 82
1.3.2.2 Finalizando	p. 87
2 (O CÍRCULO DE) BAKHTIN	p. 90
2.1 BAKHTIN, O SUBJETIVISMO ABSTRATO E O OBJETIVISMO REALISTA	p. 95
2.2 ALGUMAS NOÇÕES BAKHTINIANAS	p. 99
2.2.1 Sobre o romance	p. 105
2.2.2 Sobre os gêneros discursivos	p. 110
2.2.2.1 Monologismo e dialogismo	p. 114
2.2.2.2 Um exemplo: o(s) gênero(s) científico(s)	p. 115
2.2.3 Sobre a unidade da comunicação verbal: o enunciado	p. 119
2.3 BAKHTIN E O INDIVÍDUO/SUJEITO	p.125
2.4 BAKHTIN-POLÍTICO	p. 131
3 LABOV	p. 136
3.1 LABOV, O SUBJETIVISMO ABSTRATO E OBJETIVISMO REALISTA	p. 138

3.1.1 Labov e a noção de idioleto	p. 138
3.1.2 Labov e Saussure, Meillet e Durkheim	p. 139
3.1.3 Labov e Humboldt	p. 142
3.2 OS PROBLEMAS REFERENTES À MUDANÇA LINGÜÍSTICA	p. 143
3.3 SOBRE A COMUNIDADE DE FALA	p. 144
3.3.1 Algumas concepções	p. 144
3.3.2 Conceituação laboviana	p. 147
3.3.2.1 Comunidade de fala e mudança lingüística.....	p. 152
3.3.2.2 Comunidade de fala: heterogênea ou homogênea?	p. 154
3.3.3 Comunidade de fala: alguns desdobramentos	p. 156
3.3.3.1 Redes sociais	p. 157
3.3.3.2 Comunidades de prática	p. 161
3.4 QUATRO INSTÂNCIAS DE ATUAÇÃO DO INDIVÍDUO	p. 164
3.4.1 Mudança em tempo real e aparente	p. 164
3.4.2 O problema da avaliação	p. 167
3.4.3 As variáveis sociais e estilísticas	p. 169
3.4.4 O paradoxo do observador e a entrevista	p. 172
3.5 RETOMADA: O INDIVÍDUO/SUJEITO NA TEORIA LABOVIANA	p. 174
3.6 LABOV-POLÍTICO	p. 176
4 O INDIVÍDUO, A SOCIEDADE E A LINGUAGEM: UM OLHAR FILOSÓFICO	p. 180
4.1 HANNAH ARENDT	p. 180
4.1.1 O nascimento da esfera social	p. 181
4.1.2 O indivíduo e a <i>vita activa</i>	p. 182
4.1.3 A liberdade	p. 185
4.1.4 O pensamento	p. 186
4.2 MICHEL FOUCAULT	p. 189
4.2.1 O Estado (de governo) moderno	p. 189
4.2.2 O indivíduo moderno	p. 192
4.2.2.1 O indivíduo objetivado	p. 193
4.2.2.2 O indivíduo subjetivado	p. 194
4.2.3 A questão da resistência e a liberdade	p. 196
4.2.4 A crítica de si	p. 198
4.3 HANNAH ARENDT E FOUCAULT	p. 199
4.4 ANTHONY GIDDENS E A TEORIA DA ESTRUTURAÇÃO	p. 201
4.4.1 Sobre o indivíduo (agente), a rotina e as propriedades estruturadoras dos sistemas sociais	p. 202
4.4.2 Sobre a sociedade, a mudança social e a pesquisa social	p. 206
5 ENCONTROS E DESENCONTROS: BAKHTIN, LABOV, ARENDT, FOUCAULT E GIDDENS	p. 210
5.1 BAKHTIN E LABOV	p. 211
5.1.1 Sobre a metodologia e o sujeito	p. 211
5.1.2 Variação e mudança lingüística	p. 215
5.1.3 Língua, sociedade e identidade	p. 219
5.2 BAKHTIN EM UM DIÁLOGO COM HANNAH ARENDT E FOUCAULT	p. 222
5.2.1 Bakhtin e Hannah Arendt	p. 222
5.2.2 Bakhtin e Foucault	p. 228
5.3 LABOV E GIDDENS	p. 233
6 POR UMA ABORDAGEM SOCIAL DIALÓGICA DA LINGUAGEM	p. 238

CONSIDERAÇÕES FINAIS p. 244

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS p. 246

RESUMO

Esta tese trata da relação entre indivíduo, sociedade e linguagem, com o objetivo de discutir e propor algumas bases epistemológicas (éticas e políticas) para uma perspectiva social dialógica da linguagem. Para tanto, são descritas e analisadas duas abordagens sociais da linguagem, uma de natureza filosófica, representada por Bakhtin, e outra de natureza empírica, representada por Labov, as quais são previamente contextualizadas a partir de três séries históricas – o subjetivismo idealista (Humboldt), o objetivismo abstrato (neogramáticos, Saussure e Meillet) e a perspectiva ideológica (Marx e Iakubinskii). Em Bakhtin e Labov, rastreio o tratamento dispensado ao indivíduo, bem como a relação que os dois teóricos estabelecem entre o indivíduo, a sociedade e a linguagem. Também exponho alguns escritos filosóficos de Arendt, Foucault e de Giddens, para contrapor as reflexões de Bakhtin e Labov ao pensamento desses teóricos. Por fim, faço um balanço das explicações analíticas desenvolvidas na tese, apontando aspectos que julgo pertinentes e relevantes, e que devem ser considerados como basilares em uma teoria social dialógica da linguagem, tais como: uma definição de linguagem que envolva a questão da identidade e das práticas sociais, sendo aquela vista como heterogênea e “relativamente estável”; uma concepção dialética de língua (ela reflete e produz o mundo e as identidades); uma visão de sujeitos reflexivos, políticos e eticamente responsáveis, que se constituem na relação com a alteridade e que desempenham seus papéis – fazendo uso da linguagem – enquanto inscritos em contextos sociais de interação; a existência da relação forte entre a questão da identidade e variação/mudança lingüística; a consideração de que mudanças sociais (e lingüísticas) podem ser iniciadas nas margens (grupos ou linguagens marginalizadas); um modelo de pesquisa em que ambos o pesquisador e o seu objeto de pesquisa se implicam mutuamente, um gerando efeitos sobre o outro; um compromisso político do pesquisador com suas teorias e pesquisa, uma vez que elas promovem ações no mundo; e o entendimento de que a relação dialógica com o objeto de estudo pode produzir mudanças constantes no processo de pesquisa.

Palavras-chave: indivíduo; sociedade; linguagem; Bakhtin; Labov.

ABSTRACT

This dissertation is about the relation between the individual, the society and the language, aiming to discuss and to propose some epistemological (ethical and political) bases for a social dialogic perspective of language. For doing so, I describe and analyze two social approaches to language, one of a philosophical nature – represented by Bakhtin – and the other of a empirical nature – represented by Labov –, which are previously contextualized in relation to three historical series – the idealist subjectivism (Humboldt), the abstract objectivism (neogrammarians, Saussure and Meillet) and the ideological perspective (Marx and Iakubinskii). In Bakhtin’s and Labov’s theories I search both for the way the individual is seen and for the relation established between the individual, the society and the language. I also expose some philosophical themes developed by Arendt, Foucault and Giddens to contrapose Bakhtin’s and Labov’s reflections to those philosophers’ theories. Finally, I reconsider the analytical explanations presented throughout this dissertation and suggest relevant aspects that should be taken as the bases of a dialogic perspective, as the following: a definition of language that considers the identity aspect and the social practices, in which language is seen as heterogeneous and “relatively stable”; a dialectic conception of language; a vision of reflexive, political and responsible subjects that constitute themselves in relation to the otherness and that play their roles – by using language – while inscribed in social contexts of interaction; a strong relation between the identity question and the linguistic variation/change process; the fact that social and linguistic changes may initiate in the margins; a research model in which both researcher and its research “object” are interrelated; a political commitment of the researcher with his/her theoretical beliefs, since they produce actions in the world; and the conception that the dialogic relation between the researcher and its “object” of study may produce changes in the research process.

Keywords: individual; society; language; Bakhtin; Labov.

INTRODUÇÃO

Esta tese trata de estudos da linguagem desenvolvidos sob uma perspectiva social. Tenho como meta chegar à proposição de algumas bases epistemológicas para uma *abordagem social dialógica dos estudos da linguagem* a partir de (i) uma exposição analítica de aspectos de duas perspectivas sociais da linguagem – de Bakhtin e de Labov –, em que procuro identificar o papel atribuído por esses autores ao *indivíduo*, bem como a relação entre indivíduo, sociedade e linguagem proposta por eles; e de (ii) uma apresentação e discussão de certos pressupostos filosóficos (formulados por Arendt e Foucault) e sociológicos (defendidos por Giddens), que serão contrapostos a (i). Acredito que um dos aspectos lacunares das teorias tradicionais que lidam com a língua como objeto social é a pouca atenção conferida aos indivíduos/sujeitos/falantes nos estudos do funcionamento da linguagem, na medida em que não há um comprometimento com uma visão social dialógica do funcionamento do mundo contemporâneo em que indivíduos, língua(gem) e sociedade se implicam e se constituem mutuamente. Em vista disso, a precariedade que envolve a noção de indivíduo nessas teorias é acompanhada de um entendimento geralmente superficial da dinâmica social atual e, conseqüentemente, da relação de ambos com a linguagem.

A título de um “acordo semântico” com o leitor, esclareço de antemão o uso feito neste trabalho das palavras-chave ‘linguagem’ e ‘indivíduo’. Em primeiro lugar, não faço distinção entre *linguagem* e *língua*, salvo nos momentos em que os autores referidos promovam tal distinção. A palavra *indivíduo*, por sua vez, é utilizada indistintamente em relação a *sujeito* ou *falante*; não é o foco discutir os processos de subjetivação dos indivíduos em determinadas práticas discursivas e, tampouco, a idéia de interpelação dos indivíduos em sujeitos ideológicos. Basicamente, o motivo para essa escolha está no fato de que se pretende identificar/resgatar/construir a noção de indivíduos sociais, conscientes,

reflexivos, envolvidos nos processos de mudanças, eticamente responsáveis, dialógicos, capazes de escolhas e que se constituem na relação com a alteridade. Adiante, porém, que essa visão de indivíduo/sujeito/falante se distancia da perspectiva iluminista moderna de um ser autônomo, independente, auto-suficiente e tido como a fonte da linguagem; ou de uma certa visão liberal que postula o individualismo¹, ou seja, a idéia de que os indivíduos – em oposição à sociedade – possuem valor infinito, são átomos sociais, são capazes de escapar das malhas do Estado e possuem controle sobre as atividades econômicas. Trata-se, sim, de estabelecer uma relação entre indivíduos, sociedade e linguagem da seguinte forma, sucintamente explanada: os sujeitos desempenham papéis sociais, que envolvem certas regras, restrições, obrigações e direitos, fazendo uso da linguagem enquanto inscritos em práticas sociais – geralmente rotinizadas – ou em comunidades de prática, tidas como locais de interação ligados ao processo de constituição das identidades.

Nesta tese está presente um olhar crítico que vai, de um lado, a reboque da proposta defendida pela Escola de Frankfurt² que, de modo geral, questiona a neutralidade (herança do positivismo) do pesquisador em relação ao seu objeto de pesquisa – a linguagem. De outro lado, a perspectiva crítica aqui assumida está de acordo com a definição foucaultiana de filosofia: “o movimento pelo qual, não sem esforços, hesitações, sonhos e ilusões, nos separamos daquilo que é adquirido como verdadeiro, e buscamos outras regras do jogo” (FOUCAULT, 2005a, p. 305). Em síntese, a consciência crítica e o gesto filosófico fundamentam o repensar da noção de indivíduo, articulando-a, de forma intrínseca, ao funcionamento da linguagem e da realidade social.

Ademais, o estilo de escrita utilizado nesta tese – acadêmico, “comportado”, sóbrio e cauteloso – está em consonância com o meu percurso

¹ O individualismo foi o princípio fundante da primeira fase do liberalismo e pode ser assim definido: “Toda doutrina moral ou política que atribua ao indivíduo humano um preponderante valor de fim em relação às comunidades de que faz parte.” (ABBAGNANO, 2000, p. 554)

² Tal escola iniciou nos anos 20 do século passado na Alemanha e reuniu intelectuais marxistas não ortodoxos que, confrontados pelo holocausto e pelo socialismo na União Soviética, focaram suas reflexões – de forma heterogênea – em torno de três temas principais: (i) A crítica à ciência de que a razão iluminista é alienada e técnica/instrumental, sendo que seu objeto é exterior ao sujeito; tal teoria tradicional aniquila a razão humanística, que opera a serviço da liberdade e que defende uma relação orgânica entre sujeito histórico e o objeto. (ii) A face dupla da cultura, que envolve uma crítica à cultura de massa e à noção de indústria cultural; a estética seria uma das poucas alternativas de reflexão crítica, uma vez que a ciência teria se instrumentalizado. (iii) O Estado e suas formas de legitimação, sendo que a ciência seria utilizada a serviço da produção de mercadorias, como forma de dominação da natureza e dos homens (processo produtivo). Alguns nomes que pertencem a esse grupo são: Max Horkheimer, Marcuse, Adorno e Habermas. (FREITAG, 1994; HORKHEIMER e ADORNO, 1978)

feito junto aos autores-lingüistas presentes ao longo do trabalho. Trata-se de uma aposta na possibilidade de diálogo com a Lingüística (os lingüistas) fazendo uso de ferramentas estilísticas que o próprio campo oferece. Com isso, o texto desenvolvido inclui exposições organizadas e “sistematizadas”, resumos e apontamentos críticos acerca de determinados aspectos e uma preocupação com a forma, a clareza e com uma certa linearidade. Alerto que, devido à opção por esse recurso de escrita, muitas vezes o leitor pode ter a impressão de que a tese possui um caráter unicamente epistemológico. Ressalto, porém, que, subjacente às descrições, análises e críticas das teorias (sociais) da linguagem, está, necessariamente, um envolvimento ético e político ocupado, especialmente, com as questões relativas à relação entre identidade, mundo e linguagem.

As abordagens teóricas da linguagem, naturalmente, dispensam tratamentos distintos ao indivíduo/sociedade. Ou seja, tanto a noção de indivíduo como a de sociedade variam conforme o objeto – a linguagem – é tratado pelo campo lingüístico. Os indivíduos costumam ser vistos como sujeitos históricos, biológicos, falantes, cognitivos, dialógicos, éticos, sociais, entre outras concepções. A sociedade, no que tange à linguagem, é abordada sob diferentes critérios já que o aspecto social pode dizer respeito à massa de falantes, a certos aspectos (idade, gênero, escolaridade, nível socioeconômico), à ideologia, e assim por diante. Desse modo, diferentes visões de língua(gem) fundam diferentes visões de indivíduo e de sociedade.

No que concerne ao indivíduo, cada abordagem concebe-o de uma maneira particular. Numa perspectiva social, por exemplo, geralmente o indivíduo submete-se aos condicionamentos sociais que podem motivar ou determinar os usos da língua. Já numa visão estruturalista – em que a língua é concebida como sistema abstrato – desvinculam-se sujeito e língua na formulação de uma teoria da linguagem sem a presença dos falantes³. Aliás, a eles, sob essa ótica, é oferecido um espaço secundário, uma vez que, para Saussure, por exemplo, a *parole* não é objeto da ciência lingüística.

³ Pertinente salientar as reflexões de Faraco (2002, p.3) sobre a visão de indivíduo presente nas teorias formais da língua: ele é tido como uma superfície lingüística plana (univocal), um ente autônomo (vive em um vácuo social e histórico), a fonte da fala e uniforme interiormente. Citando o autor: “a autonomia do objeto, se, de um lado, criou condições para o estabelecimento de uma tradição epistemologicamente muito produtiva; de outro, reiterou a eliminação dos falantes e do vivido de seu espaço teórico, ruptura até hoje sem solução teórica adequada [...]” (p.2)

Tal sublugar concedido ao sujeito tem sido alvo de críticas dentro da própria Lingüística, trazendo à tona discussões sobre a importância do indivíduo, como pode ser conferido nos excertos abaixo:

Muitos antropólogos e lingüistas, juntamente com outros humanistas e cientistas sociais, começaram a prestar atenção crítica renovada aos papéis de seres humanos particulares em atividades humanas. Perguntas antigas estão sendo feitas novamente, e novas surgiram sobre tais conceitos como o eu (*self*), auto-consciência, subjetividade, individualidade e identidade individual [...] ⁴ (JOHNSTONE, 2000, p. 405)

[...] nas pesquisas aplicadas em linguagem, será necessário fazer a crítica radical aos pressupostos que ainda são devedores de uma concepção abstrata da linguagem e de uma perspectiva em que o indivíduo é ainda, mesmo que dissimuladamente, o primitivo de nossas elaborações teóricas. Um projeto e tanto para o novo Milênio! (FARACO, 2001, p. 09)

Não seria exagero afirmar que o balanço das forças no mundo acadêmico de hoje está decididamente a favor de uma ressuscitação do sujeito, do indivíduo. (RAJAGOPALAN, 1997, p. 04)

Ainda, segundo Rajagopalan, algumas vezes, a recuperação do indivíduo pelas abordagens científicas da linguagem acaba passando por um transcendentalismo que o localiza fora do mundo real/social, como o que ocorre na teoria chomskiana. Trata-se, neste caso, de um indivíduo solitário, autônomo e auto-suficiente – características que são alvo de crítica nesta tese, uma vez que se busca uma articulação entre indivíduos, sociedade e linguagem.

A idéia circulante hoje de recuperação do indivíduo⁵ pressupõe que em algum momento passado os indivíduos tiveram um certo lugar dentro das abordagens sobre a linguagem. De fato, tiveram. Para não ir tão longe, o século XIX foi marcado por algumas perspectivas que realçaram o lugar do indivíduo no estudo das línguas, como podemos verificar em Humboldt e nos neogramáticos, por exemplo. Segundo Humboldt, “enquanto os signos das relações gramaticais são considerados como compostos de elementos isolados, mais ou menos separáveis, pode-se dizer que *é o falante quem produz as formas em cada momento do discurso*, em lugar de utilizar formas já existentes”⁶ (HUMBOLDT,

⁴ “Many anthropologists and linguists, together with other humanists and social scientists, have begun to pay renewed critical attention to the roles of particular human beings in human activities. Old questions are being asked again, and new ones raised, about such concepts as the self, self consciousness, subjectivity, individuality and individual identity [...]”. As traduções ao longo desta tese são de minha responsabilidade.

⁵ Um certo interesse pelo indivíduo também é compartilhado pelas Ciências Sociais, como bem afirma Giddens (1990, p. 44; grifo do autor): “The pressing task facing social theory today is not to further the conceptual elimination of the subject, but on the contrary *a recovery of the subject* without lapsing into subjectivism.”

⁶ Destaque-se, antecipadamente, que, apesar da valorização dos aspectos individuais na abordagem de Humboldt, este não trata a questão individual vs. universal como uma oposição,

1999, p. 92; grifo acrescido). Na ótica dos neogramáticos, “Quem considera as formas gramaticais só isoladamente, sem ver a sua relação com a *atividade anímica individual*, nunca conseguirá compreender a evolução da língua” (PAUL, 1966, p. 44; grifo acrescido). O foco no indivíduo solitário – sem relação com o mundo social, ou quando este é reduzido a mero “contexto extralingüístico” – ainda persiste em muitas abordagens teóricas lingüísticas contemporâneas, como no caso da teoria cognitivista de Chomsky⁷.

A partir de influências de pesquisas sociológicas na Lingüística, algumas teorias sobre o funcionamento da língua passaram a desviar o foco do indivíduo para a sociedade, ressaltando a importância desta última no estudo da língua em detrimento do indivíduo. Estou, aqui, me reportando às influências de Durkheim sobre os trabalhos de Meillet e de Saussure⁸, e às influências de Meillet e de Marx nas teorias de Labov e de Bakhtin, respectivamente. Considerando a descontinuidade entre os enfoques que realçam o lugar do indivíduo no estudo da língua no século XIX e aqueles de cunho sociológico no século XX, acredito que seja possível falar em paradigmas⁹ diferentes quanto ao lugar concedido ao indivíduo e à sociedade nas teorias sobre a língua.

Em termos de organização do texto, para tratar da mudança de paradigmas e com o intuito de entender as condições que tornaram possível a ruptura da centralidade do papel atribuído ao indivíduo no processo de funcionamento da língua em prol da sociedade, recorro a uma descrição histórica que organizo em três séries distintas: (i) uma concernente à perspectiva que atribui um papel central ao indivíduo no estudo da língua(gem), na qual se enquadra, por exemplo, Humboldt; (ii) outra relacionada a uma visão de língua tida como sistema, que submete o indivíduo ao funcionamento desse sistema lingüístico, à qual se vinculariam Meillet, Saussure e, de certa forma, Labov; e (iii) a terceira ancorada a uma visão marxista da linguagem, que submete o indivíduo às relações de produção, na qual se situa Bakhtin. A descrição histórica baseia-se no procedimento de análise discursiva utilizado por Foucault (1996).

mas como complementariedade: “O indivíduo, não importa o lugar e o tempo em que viva, e qualquer que seja o seu modo de viver, é um fragmento desprendido do todo de sua raça, e a linguagem demonstra e conserva este eterno vínculo que governa os destinos dos indivíduos e a história do mundo” (HUMBOLDT apud CASSIRER, 2001, p. 142)

⁷ Para uma discussão crítica acerca do foco dos estudos lingüísticos atuais – especialmente da pragmática – no falante individual desvinculado do contexto social, ver Rajagopalan (2006).

⁸ Sobre tais influências, ver Robins (1988) e Firth (1969).

⁹ A noção de paradigma é exposta no capítulo I, sob a ótica das reflexões de Thomas Kuhn (2003).

Das três séries expostas acima, aquela na qual o indivíduo teria alguma centralidade parece ter sofrido um apagamento nas pesquisas sobre a língua(gem) a partir do início do século XX, o que fica evidenciado no fato de os estudos lingüísticos passarem a se organizar em torno do sistema lingüístico (série II) e/ou da sociedade (série III). Para tratar desse apagamento serão considerados tanto a obra de Kuhn sobre as mudanças de paradigma, como trabalhos que inserem indivíduo e sociedade na esteira das discussões sobre modernidade e pós-modernidade. A descrição histórica dessas três séries constitui o primeiro capítulo da tese. Cabe destacar que a contextualização histórica desse capítulo inicial vai permitir a identificação das condições que propiciaram o desenvolvimento das idéias tanto de Bakhtin como de Labov; condições essas que incluem, por um lado, os acontecimentos políticos da Rússia, o papel dos lingüistas na discussão e elaboração de políticas lingüísticas e a onda marxista que fortemente existia à época no local, e, por outro lado, a tradição estruturalista nas áreas da Lingüística e das Ciências Sociais. Saliento que essa contextualização já se inscreve no procedimento analítico utilizado na tese, não estando desvinculada dos capítulos 2 e 3.

A proposição de algumas bases epistemológicas (comprometidas com uma postura ética e política) para uma *abordagem social dialógica dos estudos da linguagem*, que é a meta desta tese, será feita apoiada em duas etapas: a *primeira*, que engloba o segundo e o terceiro capítulo, se restringe ao âmbito dos estudos da linguagem e visa analisar duas teorias de cunho social: a perspectiva bakhtiniana (que inclui as idéias do Círculo de Bakhtin) da linguagem e a sociolingüística laboviana. A escolha dessas perspectivas se dá basicamente por duas razões: (i) o interesse em contrapor uma abordagem de caráter filosófico a uma outra de natureza empírica; e (ii) o visível aumento do grau de interesse pelas reflexões de Bakhtin no campo da Lingüística, especialmente na área de estudos dos gêneros discursivos, bem como o reconhecimento do grande volume de pesquisas de enfoque laboviano realizadas no Brasil. Mais especificamente, propõe-se discutir, nesses capítulos, a maneira pela qual a noção de indivíduo e a relação deste com a linguagem e a sociedade são construídas nas teorias de Bakhtin e de Labov, ancoradas às séries históricas III e II, respectivamente. Insisto, porém, que não se trata de afirmar a submissão do indivíduo ao sistema da língua ou à sociedade, tampouco de buscar um indivíduo autônomo e independente. A relação entre indivíduo, linguagem e sociedade será vista a

partir das seguintes noções, apresentadas e discutidas, respectivamente, no segundo e no terceiro capítulo: (i) as noções bakhtinianas de língua, romance, gênero discursivo, enunciado, sujeito, ética e o lugar da ideologia nos estudos da linguagem; (ii) as noções labovianas de comunidade de fala, mudança lingüística e condicionantes sociais e estilísticos da mudança, considerando-se a mudança em tempo real e em tempo aparente, bem como as concepções de redes sociais e de comunidades de prática, amplamente discutidas nas esferas sociolingüísticas. Trata-se, é claro, da construção de um certo indivíduo (e sociedade), a partir da produção de um determinado objeto - a linguagem.

A *segunda* etapa, de cunho filosófico e crítico, engloba os capítulos quatro, cinco e seis, que estão organizados conforme descrito a seguir. No quarto capítulo são apresentados recortes teóricos das abordagens filosóficas de Hannah Arendt sobre o Estado, a sociedade e o indivíduo, de Michel Foucault sobre o Estado moderno e o indivíduo, e da visão sociológica de Anthony Giddens acerca da teoria da estruturação. A escolha desses três autores se dá pela natureza de suas reflexões filosóficas, que abarcam, criticamente, questões relativas às sociedades moderna e contemporânea, ao sujeito/indivíduo e à linguagem/discurso.

O quinto capítulo discorre acerca dos pontos de aproximação e de distanciamento entre: Labov e Bakhtin; Bakhtin e Arendt; Bakhtin e Foucault; Labov e Giddens. Na primeira comparação, como pontos de confluência, já se podem mencionar, aprioristicamente, a noção social de indivíduo e as motivações sociais para a mudança. Como pontos divergentes, podem-se citar, por exemplo, os enfoques sociológicos e o lugar ocupado pelo indivíduo no processo de mudança lingüística, presentes nos trabalhos de Labov e de Bakhtin. Por apresentarem um cunho social no tratamento da língua, será interessante verificar em que extensão ambas as abordagens contemplam a relação entre ideologia, língua, indivíduo e sociedade. Assim, será realçado, como ponto de divergência entre os autores, o lugar destinado à questão política e/ou ideológica. Pode-se adiantar que se percebe claramente que para Bakhtin essa questão é central, especialmente quando o autor afirma, por exemplo, que tanto o signo quanto a consciência individual são ideológicos (BAKHTIN/VOLOSHINOV [1929], 1988). Já Labov não trata de tais questões (pelo menos não diretamente), situando a língua em relação à noção de comunidade de fala (LABOV, 1972a). Alerta que, num primeiro momento, face à incorporação ou não do aspecto

ideológico pela teoria, corre-se o risco de inferir que em Bakhtin há uma teoria sociológica (marxista) dando suporte às reflexões lingüísticas e em Labov não. Contudo, rastreando as influências teóricas presentes nos trabalhos de Labov, pode-se perceber que, de certa maneira, a teoria laboviana é atravessada por uma perspectiva sociológica característica do início do século XX – a de Durkheim. Vale lembrar que as duas correntes sociológicas que caracterizam as abordagens de Labov e Bakhtin são expostas ainda no primeiro capítulo, no que diz respeito à contextualização histórica.

Nas demais comparações, sucintamente, é possível aproximar Arendt e Bakhtin a partir do papel atribuído ao diálogo/relações na manutenção da pluralidade humana, da noção de responsabilidade e de julgamento. Arendt e Foucault, por sua vez, oferecem um olhar crítico sobre o marxismo que, de certa forma, pode ser estendido a alguns aspectos da teoria bakhtiniana, especialmente sobre a noção de ideologia. Já a teoria da estruturação de Giddens, ao relacionar indivíduo e sociedade (estrutura), atrelando as dimensões micro (relações interpessoais) e macro (classes sociais), possibilita uma leitura crítica da maneira pela qual Labov vincula indivíduo, sociedade e língua em sua perspectiva empírica.

No sexto capítulo propõe-se, a partir das explanações, discussões e análises feitas no decorrer da tese, as bases que considero fundamentais para uma abordagem social dialógica da linguagem. Tais bases incluem reflexões de natureza epistemológica, heurística, crítica, política e ética, quanto a uma visão articulada entre linguagem, sociedade e identidade, que considere, em termos gerais: (i) a linguagem como constitutiva da dinâmica social e do processo de formação da identidade; (ii) indivíduos constituídos na relação com a alteridade, conscientes do uso da linguagem, reflexivos, capazes de atuação política e social, dialógicos e eticamente responsáveis; (iii) um contexto social plural e dinâmico, sendo as relações intersubjetivas tidas como fundantes da identidade; (iv) uma atitude eticamente responsável do pesquisador em relação (dialógica) ao seu foco de pesquisa.

Por fim, seguem as considerações finais e as referências bibliográficas.

1 CONTEXTUALIZANDO

Seria interessante tentar ver como se dá, através da história, a constituição de um sujeito que não é dado definitivamente, que não é aquilo a partir do que a verdade se dá na história, mas de um sujeito que se constitui no interior mesmo da história, e que é a cada instante fundado e refundado pela história.

(FOUCAULT, 2005b, p. 10)

[...] a própria verdade científica de hoje não passa de um episódio; digamos ainda mais: o resultado provisório. Não é se apoiando em uma “ciência normal” que se pode retornar ao passado e traçar validamente a sua história; é reencontrando o processo normativo, do qual o saber atual não passa de um momento, sem que se possa, salvo profetismo, predizer o futuro.

(FOUCAULT, 2005a, p. 361)

1.1 ABORDAGEM HISTÓRICA

Considerando que o olhar histórico atravessa este capítulo, é pertinente esclarecer, de imediato, o tipo de abordagem que subjaz a esse olhar. Essa abordagem é inspirada nos trabalhos de Foucault, especialmente sobre os sistemas de exclusão dos discursos e sobre o papel da história na produção dos discursos.

A abordagem histórica utilizada visa contextualizar numa dimensão temporal o processo de constituição das teorias de Bakhtin e de Labov, no sentido de “nos ajudar a pôr o presente em perspectiva” (ROBINS, 1983, p. 06). Esta abordagem permite:

expor as concepções às vezes inconscientes que os lingüistas trazem para suas teorias da linguagem e rastrear as conseqüências de tais concepções na elaboração de teorias, geralmente durante longos períodos de tempo. Se preferirmos, também podemos simultaneamente reconstruir os

contextos filosófico e sociológico nos quais períodos particulares da atividade linguística ocorrem¹⁰. (ANDERSEN apud FIGUEROA, 1994, p. 06)

É claro que o olhar histórico não é neutro nem imparcial já que “há sempre um elemento subjetivo que determina quais atividades realizadas no passado deverão ser analisadas” (ROBINS, 1983, p. 03). Porém, creio que se deve tentar evitar que esse elemento subjetivo seja a devoção ao novo paradigma adotado pelo pesquisador, para não cair na armadilha apontada por Kuhn:

quando uma comunidade científica repudia um antigo paradigma, renuncia simultaneamente à maioria dos livros e artigos que o corporificam, deixando de considerá-los como objeto adequado de escrutínio científico [...] Daí decorre, em alguns casos, uma distorção drástica da percepção que o cientista possui do passado de sua disciplina (KUNH, 2003, p. 211).

Vale ressaltar que com tal abordagem histórica não busco uma origem das teorias sociais sobre a linguagem, mas sim as *condições que permitiram falar da linguagem a partir de um olhar sobre a sociedade*, estando o indivíduo, nesse caso, submetido ao social. Na fala de Foucault (2000, p. 160): “Não é o retorno ao próprio segredo de origem; é a descrição sistemática de um discurso-objeto”. No caso deste trabalho, os discursos sobre o funcionamento da linguagem a partir de uma perspectiva social é que são tomados como objeto da pesquisa. O olhar histórico proposto não visa um modelo evolutivo-acumulativo dos saberes, mas sim, as rupturas e revoluções que ocorrem nos saberes científicos (ciências normais) e que perpassam, necessariamente, a formação e a estruturação das comunidades científicas. Tais rupturas decorrem, muitas vezes, da observação de novos fenômenos, sendo que tal observação se dá tendo certo paradigma como pano de fundo. Assim, as comunidades científicas se estruturam em torno de algum paradigma e elas se reorganizam na medida em que mudanças de paradigma são passíveis de acontecer, motivadas pela notificação de novidades (KUHN, 2003).

Ainda sobre a perspectiva histórica, Foucault, ao tratar dos procedimentos de exclusão internos ao discurso (a autoria, o comentário e a disciplina), oferece uma ferramenta de análise desses discursos passível de ser utilizada por uma

¹⁰ “[...] to lay bare the sometimes unconscious assumptions that linguists bring to their theories of language and to follow the consequences of those assumptions through the elaboration of the theories, often over long periods of time. If we choose, we might also simultaneously reconstruct the philosophical and sociological contexts within which particular periods of linguistic activity take place”. (ANDERSEN apud FIGUEROA, 1994, p.06). As traduções ao longo do texto são de minha responsabilidade.

metodologia historiográfica. Segundo Foucault: o *autor* deve ser entendido como “princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência” (1996, p. 26); o *comentário* visa “dizer pela primeira vez aquilo que, entretanto, já havia sido dito e repetir incansavelmente aquilo que, no entanto, não havia jamais sido dito” (ibid., p. 25); e, finalmente, as *disciplinas* dizem respeito a um conjunto de regras, métodos, definições a partir dos quais é possível dizer algo como sendo “verdadeiro”. Foucault sugere ainda que, ao se olhar para os discursos, quatro aspectos sejam mantidos em mente em relação a eles: não se trata de instâncias fundamentais e criadoras; são práticas descontínuas que formam séries; obedecem a uma certa regularidade discursiva; e existem em função de certas condições de possibilidade que são exteriores a eles (FOUCAULT, 1996). Reafirmando, esse olhar sobre os discursos não se desvincula de sua perspectiva sobre a história, que

não considera um elemento sem definir a série da qual ela faz parte, sem especificar o modo de análise da qual esta depende, sem procurar conhecer a regularidade dos fenômenos e os limites de probabilidade de sua emergência, sem interrogar-se sobre as variações, as inflexões e a configuração da curva, sem querer determinar as condições das quais dependem (ibid., p. 55-56).

Em outras palavras, a abordagem foucaultiana aplicada a este trabalho se traduz nos seguintes tópicos:

- que outros discursos constituem e são condições de existência dos discursos lingüísticos de cunho social?
- que modelo de lingüística se organizou tendo como pontos de apoio a lingüística histórica, a lingüística descritiva, a sociologia e o romantismo clássico?
- que práticas discursivas sobre a linguagem caracterizam os autores selecionados para a elaboração deste trabalho?

Vale ressaltar que, quando são feitas referências a determinados autores no trabalho, eles não são tomados como marcos criadores de alguma teoria, mas como sujeitos que organizam e re/significam certos discursos, conferindo a eles certas características. É em reconhecimento a esse papel de re/significação dos autores (e também a título de curiosidade) que, em alguns casos, breves registros biográficos serão feitos. A configuração histórica da tese não visa obedecer a uma seqüência cronológica e linear, mas sim mostrar os discursos sobre a linguagem

em séries diferentes e descontínuas com influências mútuas. É levando em conta a descontinuidade que se vai questionar o que tornou possível um discurso de cunho social sobre a linguagem (MEILLET), considerando que o século XIX foi marcado por uma perspectiva que foca o indivíduo como centro.

Trata-se, enfim, de olhar a pluralidade de discursos constituídos historicamente e que operam, muitas vezes, simultaneamente: não se objetiva resgatar uma linha contínua e evolutiva, conforme já mencionado, mas séries que se cruzaram ou se dispersaram na produção de outros discursos. No caso deste trabalho, dos discursos sociais sobre a linguagem.

Além da análise historiográfica das condições de surgimento das abordagens sociais da linguagem proposta acima e de uma breve reflexão sobre a possibilidade de mudança de paradigmas no estudo da linguagem quanto à relação indivíduo-sociedade, será analisado o lugar concedido ao indivíduo nos estudos da língua(gem) a partir das discussões sobre *modernidade e pós-modernidade*: nesse caso, trata-se de ver o apagamento do indivíduo não em relação à supremacia da visão de sociedade no estudo da linguagem, mas em relação à dissolução da visão moderna e iluminista de indivíduo: estaria desaparecido o indivíduo autônomo, independente, auto-centrado, auto-suficiente, eurocêntrico, patricarcal, egoísta e individualista.

A pós-modernidade contraria as normas do iluminismo, vendo

o mundo como contingente, gratuito, diverso, instável, imprevisível, um conjunto de culturas ou interpretações desunificadas gerando um certo grau de ceticismo em relação à objetividade da verdade, da história e das normas, em relação às idiossincrasias e à coerência das identidades (EAGLETON, 1998, p. 07).

É a partir do final do século XIX que tal atitude de contrariedade à modernidade passa a circular pelos variados meios – ciência, literatura e artes –, instaurando, entre outras coisas, “a dissolução do sujeito humano, o ego individual, que a modernidade julgou ser o pensador autônomo e o ator do mundo” (KUMAR, 1997, p. 136).

1.2 AS SÉRIES HISTÓRICAS

A busca pelo contexto histórico que, a meu ver, dá sustentação às propostas teóricas de Bakhtin e de Labov será conduzida via três séries, tendo sido as duas primeiras apontadas por Bakhtin/Voloshinov em *Marxismo e Filosofia da Linguagem* ([1929] 1988): (i) o *subjetivismo idealista*¹¹, relacionado ao ato de fala e aos aspectos individuais e mentais; (ii) o *objetivismo abstrato*, focalizado no sistema lingüístico e nos aspectos formais da língua; e (iii) as *condições de possibilidade de um olhar social*¹² sobre os fenômenos em geral. Acredito que tais séries dão sustentação e criam as condições para o empirismo laboviano e para um certo marxismo bakhtiniano, com o acréscimo de que elas também estão relacionadas às principais abordagens da Lingüística moderna.

Labov (1972a) também aponta duas séries de estudos da língua existentes entre os séculos XIX e XX: uma série que toma aspectos psicológicos e/ou estruturais como centro, e outra que considera a sociedade como foco para a explicação dos fenômenos lingüísticos (mudança). Entre os representantes da primeira série estariam Paul, Sweet, Bloomfield, Martinet, Halle e Chomsky; entre os da segunda temos Whitney, Schuchardt, Jespersen e Meillet. Quanto a Saussure, Labov tende a localizá-lo na vertente social por conta da idéia social de língua (*langue*). Nesta tese, optei pela proposta bakhtiniana de oposição estrutura vs. processo (Saussure vs. Humboldt) em detrimento da oposição associal vs. social (Chomsky vs. Saussure/Meillet) de Labov, visto que nesta última a idéia de estrutura (e de sistematização da língua) está presente nos dois componentes do par, o que não parece ocorrer com a oposição sugerida por Bakhtin¹³.

Nos parágrafos a seguir, as três séries são introduzidas panoramicamente, com seus respectivos representantes, sendo que cada série será detalhada em

¹¹ Rodrigues (2001) aponta problemas nesta denominação uma vez que ela aparece ora como “subjetivismo idealista”, ora como “subjetivismo individualista”.

¹² Esse olhar social corresponde ao da perspectiva bakhtiniana, como será visto adiante.

¹³ Bakhtin/Voloshinov, ao tratar da significação, que seria uma categoria da língua e não do discurso, não atribui a esta a idéia de estrutura, mas de momentânea estabilização num universo (de signos) dinâmico e não passível de controle. O filósofo russo distingue dois níveis semânticos que se inter-relacionam: a significação (da esfera do sistema da língua – o que é recorrente, estável e idêntico) e o tema (da esfera do discurso – o que é mutável e não passível de controle). O caráter de estrutura do primeiro, para Bakhtin/Voloshinov, não passaria de um efeito momentâneo: “a significação, elemento abstrato igual a si mesmo, é absorvida pelo tema, e dilacerada por suas contradições vivas, para retornar enfim sob a forma de uma nova significação com uma *estabilidade e uma identidade igualmente provisórias*” ([1929] 1988, p. 136; grifo meu). Esse assunto será retomado no próximo capítulo.

seções posteriores. As duas primeiras séries são apresentadas sob a ótica de Bakhtin/Voloshinov, e a última a partir de reflexões sobre as condições de surgimento da teoria social no campo dos estudos da linguagem, especialmente quanto às influências da teoria de Marx sobre as idéias de Bakhtin.

A *primeira série* considera o psiquismo individual como fundamento da língua, pautando as regras da linguagem em uma psicologia individual. A língua é vista como um fluxo instável de atos de fala dos quais cada enunciação é singular e não repetível; não obstante, é possível a observação de traços semelhantes nas enunciações de forma a garantir a unidade da língua e a compreensão em uma dada comunidade. Dois representantes dessa vertente são apontados por Bakhtin/Voloshinov ([1929] 1988): Wilhelm Humboldt, cujas idéias formaram os princípios básicos do subjetivismo; e a escola de Vossler¹⁴, cuja concepção de verdade lingüística absoluta é o pensamento lingüístico, “que dá vida à língua e que o lingüista se esforça por descobrir em cada fato de língua, a fim de dar-lhe uma explicação adequada” (ibid. p. 75); trata-se, assim, de uma negação do positivismo lingüístico e de conferir à língua uma concepção estética, sendo “o ato de criação individual da fala” a realidade essencial da língua (ibid. p. 76). Pode-se dizer que essa primeira série se caracteriza por uma abordagem não somente idealista, mas também romântica da língua.

A perspectiva do *subjetivismo idealista* permite um olhar histórico sobre a linguagem, uma vez que esta é concebida como fenômeno individual e mutável: “a linguagem é primariamente meio de expressão individual; *a mudança lingüística resulta do trabalho consciente dos indivíduos* e também é, talvez, reflexo dos sentimentos nacionais; fatores estéticos constituem o principal estímulo das inovações” (ROBINS, 1983, p. 154; grifo acrescido). Vale novamente ressaltar, tendo em vista uma discussão posterior, que, segundo a escola idealista, “a atividade criativa e consciente pode determinar certos tipos de mudanças lingüísticas e que no âmbito de tais mudanças, o indivíduo pode às vezes desempenhar deliberadamente importante papel” (ibid.). Assim, coloca-se o *indivíduo* (notadamente os que ocupam posições de prestígio social, incluindo autores literários influentes na sociedade) como possível agente consciente da mudança lingüística.

¹⁴ Tal escola se caracterizava por uma abordagem idealista e estética da língua, evidenciando a importância do falante individual no estudo das mudanças lingüísticas. Vossler foi influenciado pelas idéias de B. Croce (filósofo italiano) e de Humboldt. Este enfatizava “o aspecto individual e criativo da competência lingüística humana” (ROBINS, 1983, p. 154), o que ligava a mudança às inovações individuais, uma vez que estas passavam a ser compartilhadas por outros falantes.

As idéias de Humboldt, apontado por Bakhtin/Voloshinov como o maior representante do subjetivismo idealista, são expostas na seção seguinte (seção 1.1), destinada a um aprofundamento da Série I. Aqui abro um parêntese para comentar uma questão terminológica: é questionável o termo “subjetivismo idealista” usado por Bakhtin/Voloshinov para definir a série à qual Humboldt pertenceria. Isso porque as concepções deste último teórico parecem circular pelo romantismo, idealismo, liberalismo, humanismo e pelo hinduísmo, conforme se percebe nas citações a seguir:

Sua concepção de natureza humana é fortemente influenciada por Rousseau, e sua formulação da bondade originária do homem, pela filosofia da natureza de Goethe. (ROSENFELD In: HUMBOLDT, 2004, p. 22)

Por certo que a ética kantiana e o ideal humanista de Humboldt da personalidade sem arestas e harmoniosa têm algo em comum. (BURROW In: HUMBOLDT, 2004, p. 97).

Sua concepção de homem, que parte de uma crítica do homem do Iluminismo, apresenta os rasgos do idealismo. Para Humboldt, o indivíduo precisa de liberdade para poder alcançar o máximo grau de desenvolvimento de suas capacidades. A ação do Estado deve ser limitada, para não prejudicar o aperfeiçoamento do indivíduo. (ABELLÁN In: HUMBOLDT, 2004, contra capa).

Não deveria ser inteiramente surpreendente que Humboldt, na parte final de sua vida, tal como Schelling e Wagner, houvesse desenvolvido interesse pelo misticismo oriental; ele tornar-se-ia entusiasmado com o Bhagavad Gita. (nota 7, HUMBOLDT, 2004, p. 177).

De qualquer forma, sobre o ‘problema do rótulo’, vale citar o comentário de Russell (2002): “Um dos grandes obstáculos à compreensão da filosofia, e na verdade de qualquer outro campo, é a classificação cega e extremamente rígida dos pensadores por meio de rótulos. Contudo, a divisão convencional não é arbitrária, mas sim indica alguns traços das suas tradições” (p. 306). Ressalto que, para fins desta tese, mantenho o termo utilizado por Bakhtin e procuro me centrar mais nas idéias de Humboldt e menos no problema da rotulação.

A *segunda série* – a do *objetivismo abstrato* – postula como base da língua o sistema lingüístico, que se constitui pelo “sistema das formas fonéticas, gramaticais e lexicais da língua” (BAKHTIN/VOLOSHINOV, [1929] 1988, p. 77). Objetiva-se, por exemplo, definir sincronicamente formas lingüísticas idênticas como o fonema /a/ que é identificado igualmente por todos os falantes da língua, independente do ato de fala individual. Tem-se, assim, que a língua se opõe ao indivíduo, uma vez que este a recebe já construída da comunidade lingüística. Nessa linha, as leis que definem o funcionamento da língua são “*imanentes e*

específicas, irreduzíveis a leis ideológicas, artísticas ou quaisquer outras” e independentes dos falantes, o que leva a uma percepção de língua como “produto de uma criação coletiva, um fenômeno social e, portanto, como toda instituição social, normativa para cada indivíduo” (ibid. p. 79). Tal dimensão eminentemente sincrônica exclui o aspecto diacrônico, uma vez que estas duas “esferas são regidas por leis completamente diferentes, por fatos heterogêneos” (ibid. p. 81).

As raízes dessa série remontam aos racionalistas (Leibniz¹⁵, por exemplo), à escola sociológica de Durkheim¹⁶, a Meillet, aos neogramáticos e, especialmente, a Saussure cujas idéias influenciaram, entre outros, a lingüística russa. Sobre tais influências, afirma Firth (1969, p. 218): “Da Suíça à França, o grande trabalho formal de Saussure e de Meillet foi adiante e modelou a lingüística moderna em todas as principais escolas”¹⁷. Entre as dicotomias postuladas pela lingüística saussureana tem-se a oposição estabelecida entre fala e língua, paralela à oposição entre indivíduo e aspecto social; e a concepção de que a diacronia está para a fala e para o indivíduo assim como a sincronia está para a língua tida como fato social e sistema abstrato que independe do falante.

Na seção reservada à Série II (seção 1.2), serão expostas, de forma sucinta, as idéias dos neogramáticos, de Meillet, de Durkheim e de Saussure.

Quanto à *terceira série*, esta se opõe aos românticos e influenciou, sobretudo, os trabalhos de Bakhtin. Trata-se de uma série que contempla, juntamente com a corrente marxista, alguns aspectos econômicos, políticos e filosóficos que serviram como condições de possibilidade para: (i) uma abordagem social dos fenômenos em geral no século XIX; (ii) uma perspectiva social e marxista da linguagem. Bakhtin inscreve-se nesta série especialmente devido ao caráter social/marxista de suas premissas acerca do fenômeno da linguagem: para o autor, “o signo e a situação social em que se insere estão indissoluvelmente ligados” (BAKHTIN/VOLOSHINOV, [1929] 1988, p. 62). Tal situação social, por sua vez, está vinculada às relações de produção que são constituídas ideologicamente. Assim, como Bakhtin/Voloshinov deixa claro em

¹⁵ Uma das grandes diferenças entre os empiristas e os racionalistas pode ser percebida pela formulação final que Leibniz deu à seguinte colocação de Locke: “nada há no intelecto que não tenha passado primeiro pelos sentidos”; com o acréscimo: “a não ser o próprio intelecto” (LEIBNIZ, 1996, p. 09).

¹⁶ Émile Durkheim (1858-1917) influenciou os trabalhos de Saussure e de Meillet (ROBINS, 1983; FIRTH, 1969), especialmente na visão social sobre a linguagem.

¹⁷ “From Switzerland and France the great formative work of Saussure and Meillet has gone forth and shaped modern linguistics in all the principal schools”

Marxismo e Filosofia da Linguagem a sua filiação à corrente marxista, tal série leva em conta as condições sociais, econômicas e filosóficas de aparecimento da filosofia marxista como, também, as condições que favoreceram a proposta teórica bakhtiniana. Tal série será detalhada na seção 1.3.

1.2.1 Série I – O romantismo, o indivíduo e a linguagem

O romantismo, que iniciou no final do século XVIII na Alemanha e se desenvolveu no século XIX, pode ser entendido como um movimento de cunho filosófico, literário e artístico. Alguns dos representantes filosóficos românticos foram Goethe, Schiller, Haman, Herder e Jacobi, para os quais através da fé (fato de sentimento) seria possível transcender os limites da razão. Exemplificando, Herder (1744-1803) – uma das influências de Humboldt¹⁸ –, acreditava que “a linguagem se constitui não apenas como manifestação das formas que refletem necessidades e desejos dos homens na luta pela criação de seu espaço próprio, mas também como um âmbito em que se depositam as experiências humanas, conferindo homogeneidade e memória a cada povo” (ABRAÃO, 2004, p. 327). Além disso, cada nação imprimia na língua a sua identidade e, caso a língua nacional fosse corrompida, o mesmo ocorreria com o corpo político; e uma das formas de corrupção seria a tradução, pois essa acabaria misturando as línguas (STEINER, 2005).

Algumas alas do movimento romântico abandonaram o conceito de razão como sendo limitado e impotente: dentre os alemães, Fichte defendia a razão como autoconsciência absoluta, ou infinidade da consciência (como atividade racional, não sentimental, rigorosa), que se assemelhava aos conceitos de *Idéia* de Hegel e de *Absoluto* de Schelling. Quanto ao romantismo literário, esse iniciou com Schlegel, que via a idéia de infinito – diferente de Fichte – como exterior e superior à razão e como sentimento infinito. Com base nessa definição, o romantismo literário atribuiu à arte o valor supremo, dado que o sentimento se mostraria melhor na arte do que na filosofia e seria através da arte, e não da razão, que o absoluto poderia ser atingido. Foram essas idéias que a expansão do

¹⁸ Sobre tal influência, Robins (1983, p. 122) comenta: “Sapir pode estar certo ao dizer que Herder foi o inspirador de muitas das idéias lingüísticas de Humboldt. Caso isto seja verdade, tanto os defensores das idéias de Whorf como os transformacionistas de hoje poderão encontrar as raízes de suas teorias nesse eminente filósofo da linguagem do século XVIII.” Ou, ainda: “[...] Humboldt segue as linhas do pensamento de Herder ao considerar as características individuais de cada língua como manifestações de peculiaridades da nação ou grupo que a fala” (p. 141).

romantismo para fora da Alemanha principalmente divulgou. (ABBAGNANO, 2000).

Algumas características do movimento romântico foram: (i) a ironia – especialmente nas artes –, que descartava a seriedade e solidez de seus produtos em prol de manifestações provisórias; (ii) a oposição ao otimismo, que postulava que a realidade seria sempre racionalidade e perfeição, sendo que essa incluiria também o sofrimento e o mal; (iii) o providencialismo histórico, que via a história e todos os momentos que a constituem como igualmente perfeitos e necessários para a realização da razão, ou do princípio infinito; (iv) o tradicionalismo, que exaltaria as tradições, como, por exemplo, a valorização da Idade Média – paralela a essa revalorização houve uma exaltação da nação alemã e o surgimento do nacionalismo; e o titanismo, que tratava do culto ao infinito e a conseqüente rebeldia a tudo que fosse limitado, regrado e finito. (ABBAGNANO, 2000)

Os idealistas – amplamente influenciados pelo movimento romântico – compartilhavam, com os neogramáticos, o interesse pelas coisas do “povo” (seus dialetos), e a centralidade do indivíduo nos assuntos da linguagem, como, por exemplo, o fato de que as mudanças lingüísticas seriam motivadas por inovações individuais, as quais seriam imitadas por outros indivíduos. As divergências entre os idealistas e os neogramáticos se baseavam na valorização, pelos primeiros, do elemento estético no desenvolvimento da língua (em detrimento do mecânico) e na crença de que os indivíduos possuíam capacidade de escolha consciente. Destaque-se que o “líder” da escola idealista de estudos da linguagem, Vossler, fundamentou muitas de suas idéias sobre a natureza da linguagem nos trabalhos de Humboldt. (ROBINS, 1983)

Os lingüistas que fortemente se destacaram no início do século XIX foram R. Rask, J. Grimm, F. Bopp e W. Von Humboldt: os três primeiros foram pioneiros nos trabalhos de lingüística histórica, cujo método empregado era o de comparação das línguas e que supunha o fenômeno da mudança como degeneração de um estado primitivo e puro da língua; já o último se destacou, dentre outras áreas, no campo da lingüística geral, não tendo se dedicado como seus contemporâneos ao estudo histórico (ROBINS, 1983). Segundo Robins, caso houvesse maior desenvolvimento das idéias de Humboldt e se seus trabalhos fossem conhecidos, “ele certamente seria colocado ao lado de Saussure como um dos fundadores do pensamento lingüístico moderno” (ibid, p. 140). Essa

importância conferida às reflexões de Humboldt também é compartilhada por Steiner (2005, p. 105) ao afirmar que “O jogo de inteligência, a sutileza de notação particular, a poderosa argumentação que Humboldt exige dão a seus escritos sobre a linguagem, embora incompletos, uma estatura única.”

Se os lingüistas do século XVIII – ao se voltarem para a historicidade da língua com questões sobre, por exemplo, a origem da linguagem – criaram condições para o florescimento dos estudos lingüísticos históricos do século XIX (ROBINS, 1983), pode-se dizer que, como herança para o século XX, a Lingüística do século XIX

nos deixou, por exemplo, o delineamento claro da língua como uma realidade histórica (sob mutação permanente no eixo do tempo); reorganizou nossa percepção da diversidade [...], deu forma ao senso de sistema (exercitando perspectivas biologizantes, psicologizantes e sociologizantes, bem como lançando as condições para o grande corte sistêmico saussuriano) [...] não faltou também ao século XIX elaborar um modo de pensar a língua não como sistema (gramatical), mas como uma atividade sistemática (do espírito humano) (FARACO, 2004, p. 45-46)

Na seção seguinte, dividida em duas subseções, trata-se, respectivamente, das faces política e lingüística de Humboldt. A primeira subseção faz referência aos escritos políticos do autor, os quais incluem visões de indivíduo e de liberdade bem delineadas pelo liberalismo clássico que defendia. A segunda apresenta suas concepções sobre: linguagem; aspecto inato e universal/individual da linguagem; a relação entre linguagem e pensamento; a dimensão individual e social da linguagem; a forma e a substância na linguagem; o estudo histórico e racional das línguas – com ênfase no caráter holístico e na crítica a um tratamento dicotômico dos aspectos acima mencionados.

1.2.1.1 Humboldt: O indivíduo como fonte da linguagem

Wilhem von Humboldt nasceu em Potsdam, em 1767, e morreu em 1835. Estudou direito, dedicou sua vida aos estudos (pois era rico e não precisava trabalhar) e atuou em várias áreas, tais como: Lingüística, Filosofia, Educação e Política. Vivenciou os acontecimentos referentes à Revolução Francesa, tendo representado a Prússia no Congresso de Viena (onde houve a definição das fronteiras da Europa após Napoleão Bonaparte) e também fundou a Universidade de Berlim (1810), a partir de um ideal humanista de educação. Era irmão do famoso explorador e naturalista Alexander von Humboldt, que o ajudou nas pesquisas lingüísticas fornecendo-lhe dados sobre diversas línguas e dialetos

com os quais entrava em contato em suas viagens. Foi a partir de 1819 que Humboldt se dedicou mais intensamente aos estudos lingüísticos, uma vez que as frustrações no campo político o afastaram da vida pública. (HUMBOLDT, 2004; SEUREN, 1998)

Em poucas palavras, pode-se dizer que

Essencialmente, Humboldt é um pensador sistemático, mas ele se mostra hostil a toda e qualquer técnica de sistematização apenas exterior. Ocorre, assim, que o seu empenho em sempre apresentar em cada um dos pontos de sua análise simultaneamente a totalidade de sua concepção da linguagem resulta na ausência de uma distinção clara e inequívoca desta totalidade. Os seus conceitos nunca são os produtos puros e livres da análise lógica; neles, ao invés, vibra sempre uma tonalidade estética do sentimento, uma atmosfera artística, que anima a exposição, mas, ao mesmo tempo, encobre a articulação e a estrutura das idéias. (CASSIRER, 2001, p. 140-141)

Espero tornar evidente na seção sobre os trabalhos lingüísticos de Humboldt, a sua preocupação tanto com a totalidade quanto com o específico, sendo que os dois se articulam mutuamente. Além disso, outros traços marcantes dos escritos do lingüista são a relação de mão dupla estabelecida entre certas dualidades, como a relação entre linguagem e pensamento, e a crítica ao trabalho “desmembrador” da ciência. Esses aspectos podem ter contribuído para a impressão de “incompletude” (STEINER, 2005) causada pelos seus textos e para a aversão de Humboldt à sistematização (CASSIRER, 2001).

1.2.1.1.1 Humboldt-político

Esta parte de baseia, especialmente, na obra de Humboldt intitulada *Os Limites da ação de Estado*, publicada originalmente em 1852 (2004, edição brasileira) que se concentra numa abordagem liberal característica da Europa no século XIX. Como a finalidade desta subseção é expor alguns aspectos da teoria de Humboldt sobre a noção de indivíduo/liberdade e sua relação com a sociedade, vou me ater especialmente à *Introdução* e aos capítulos II e III que tratam, respectivamente, do *Indivíduo e das mais elevadas finalidades de sua existência* e da *Solicitude do Estado para com o bem-estar positivo do cidadão*.

As idéias de Humboldt sobre o Estado, o público e o político se fundamentavam numa concepção de vida humana pautada no desenvolvimento do indivíduo, sendo este o centro do pensamento do autor e não o Estado. Este pensador defende que, ao se elaborar uma constituição, dois objetivos devem ser

contemplados: (i) determinar quem governará e será governado, bem como a forma em que isto se dará; (ii) determinar, principalmente, a esfera na qual o governo atuará e a extensão de sua influência sobre a liberdade individual. Sobre liberdade x governo, Humboldt comenta: “a liberdade não é senão a possibilidade de uma atividade variada e indefinida, enquanto o exercício do governo, ou da dominação, constitui uma atividade única, ainda que real” (2004, p. 133). O filósofo defende que a atuação do Estado deve possibilitar “uma maior liberdade para as energias humanas e uma mais rica diversidade de circunstâncias e situações” (ibid., p. 134).

A relação entre a intervenção do Estado na vida dos indivíduos e os efeitos dessa intervenção pode ser percebida no quadro abaixo, em que se destacam atuações e efeitos gradativos.

Atuação do Estado	Efeito produzido
Assegurar suas funções diretas através da coerção, indução (exemplos) e persuasão.	As <i>ações</i> individuais são submetidas à supervisão política.
Moldar a vida externa do cidadão e impedir ações opostas ao interesse do Estado utilizando os meios acima.	A <i>conduta geral</i> da vida fica sob a vigilância e o controle do Estado.
Influenciar pensamentos e sentimentos do indivíduo para estarem em sintonia com o interesse do Estado, através da atuação de uma multiplicidade de instituições estatais.	O <i>caráter</i> , as <i>opiniões</i> e o <i>modo de pensar</i> dos indivíduos ficam sob influência do Estado. Supressão da energia criativa do indivíduo.

A liberdade do indivíduo é cerceada pelo Estado por dois motivos: para organizar uma constituição e para possibilitar a existência da nação, objetivando a segurança e o bem-estar físico e moral da nação. Dessa forma, liberdade privada e liberdade pública se configuram como inversamente proporcionais: na medida em que uma cresce, a outra decresce. Para minimizar o efeito do Estado sobre a liberdade individual, o autor defende que o Estado deveria reduzir sua atuação à manutenção da segurança – evitando grandes males na medida do possível –, deixando a cargo dos indivíduos a felicidade e o bem-estar.

Para o autor, a intervenção do Estado na vida dos indivíduos os coloca em consonância com o projeto estatal, e uma das características de tal sintonia seria fazer com que os indivíduos desejassem e buscassem aquilo que o Estado poderia oferecer: conforto, comodidade e tranqüilidade. Nesse caso, os indivíduos estariam menos comprometidos com o *ser* e mais ocupados com o *ter*. A posição de Humboldt a esse respeito é de que a limitação da liberdade individual ocorre,

em grande parte, através da atuação do Estado naquilo que os homens possuem, enfraquecendo o cultivo das faculdades físicas, intelectuais e morais dos indivíduos. O autor comenta o fascínio que a Antigüidade exerce, sobretudo pela “grandeza inerente que está contida na vida do indivíduo e que parece com ele – o poder da fantasia, a profundidade do espírito, a força da vontade, a perfeita unicidade da totalidade do ser... [que] conferem por si sós valor genuíno ao homem” (ibid., p. 138-139). Reportando-se a filósofos antigos (Aristóteles, por exemplo), ele defende que a melhor felicidade é aquela que se origina no intelecto humano (na razão). Já no mundo moderno a força individual parece juntamente com o mundo interior, em detrimento do interesse pelo conforto material e pela felicidade advinda através deste.

Humboldt considera que a finalidade do homem é o seu desenvolvimento completo e as condições essenciais para que isso aconteça são a liberdade e a diversidade – aspectos que se associam à idéia (forma) e à percepção sensorial (substância), respectivamente, nascendo, da inter-relação de ambos (individualidade e diversidade), a grandeza no homem. Em outras palavras, para que o indivíduo possa se desenvolver é necessário que ele esteja inserido num meio propício, contudo, seu desenvolvimento depende “de sua própria natureza mais íntima e [é] para o seu próprio benefício” (ibid., p. 148). Humboldt estipula o princípio que localiza a relação razão vs. liberdade como base de todo sistema político:

A razão não pode desejar para o homem outra condição além daquela em que cada indivíduo não apenas desfrute da mais absoluta liberdade para desenvolver a si mesmo a partir de suas próprias energias, em sua perfeita individualidade, mas na qual a própria natureza externa seja deixada informe por qualquer intervenção humana, recebendo apenas a impressão a ser deixada por cada indivíduo e por seu próprio livre-arbítrio, de acordo com a medida de seus desejos e carecimentos, restrito assim apenas pelos limites de seus poderes e de seus direitos (ibid., p. 151).

Resumindo, toda a teoria de Humboldt se organiza em torno do desenvolvimento intelectual (espiritual) do indivíduo, para cuja concretização a liberdade é fundamental. Para que o indivíduo tenha liberdade, o autor defende uma menor intervenção do Estado de forma que aquele não limite a espontaneidade, a criatividade, a iniciativa e o exercício do livre pensamento. Questiono, porém, a noção humboldtiana de que há duas instâncias independentes (Estado e indivíduo), que estariam em relação de confronto ou de disputa. Diferentemente, poderia se pensar que tanto o Estado quanto o

indivíduo são “invenções” (e não entidades que existem em si mesmas), que se inscrevem em uma estratégia política de governo.

A seguir passo a tratar dos estudos lingüístico-filosóficos de Humboldt para quem, dentre os objetos de estudo da língua, destacam-se: os objetivos que os seres humanos atingem através da língua e o gênero humano em seu desenvolvimento.

1.2.1.1.2 Humboldt-lingüista

Humboldt concebe a língua como mediadora entre o mundo real e o mundo da consciência; com isso, ela é, ao mesmo tempo, material e espiritual. Nesse sentido – como capacidade e atributo da mente humana – a linguagem é universal, diferente das línguas que, ao serem passíveis de alteração de acordo com o meio, moldam e modificam a percepção do mundo; assim, línguas diferentes oferecem diferentes olhares sobre o mundo e, portanto, diferentes respostas à vida (STEINER, 2005). Devido a essa definição de língua, Seuren (1998) defende que o interesse principal de Humboldt teria sido a relação dinâmica existente entre língua, cultura e pensamento – com isso, culturas mais desenvolvidas teriam línguas mais complexas e sofisticadas e vice-versa; essa crença teria conferido ao filósofo alemão uma mente chauvinista, o que era comum no contexto cultural nacionalista em que vivia. Ademais, esse tripé teria servido de inspiração para a hipótese Humboldt-Sapir-Whorf, de que os padrões mentais das pessoas seriam, em certa medida, determinados pela língua que falam. Contudo, Seuren (1998) afirma que apesar de as leituras tradicionais localizarem Humboldt como um representante daquela hipótese, a visão dialética do filósofo alemão se distancia dela, ao reforçar a existência de uma relação de mão dupla entre língua e pensamento. Assim, a verdadeira hipótese-Humboldt seria, segundo Heath (in SEUREN, 1998, p. 114), a de que o pensamento e a língua formam uma unidade inseparável.

Ainda sobre a interdependência entre *linguagem e pensamento*¹⁹, ambos se desenvolveriam, segundo Humboldt, paralelamente, não havendo hierarquia ou causalidade de um em relação ao outro: os dois teriam uma origem comum. Assim, o padrão mental de um povo é retratado pela linguagem, e vice-versa,

¹⁹ Sobre a relação entre linguagem e pensamento, Herder foi uma das grandes influências de Humboldt – no final do século XVIII –, ao definir linguagem como “instrumento, conteúdo e forma do pensamento humano” (ROBINS, 1979, p. 121).

sendo que diferentes línguas possuem diferentes modos de interpretar e compreender o mundo, já que “a diversidade entre as várias línguas não é uma questão de sons e signos distintos, mas sim de diferentes perspectivas de mundo” (CASSIRER, 1972, p. 50). A inter-relação entre linguagem e pensamento fica clara na seguinte colocação de Humboldt: “[...] objetividade e subjetividade – em si uma só e a mesma coisa – só se tornam diferentes porque a ação autônoma da reflexão as opõe uma à outra” (HUMBOLDT, trad. OLIVEIRA, 2006, p. 11); ou ainda quando o autor menciona que “a língua consiste no esforço permanentemente reiterado do espírito de capacitar o som articulado para a expressão do pensamento” (HUMBOLDT, trad. VOLOBUEF, 2006, p. 99).

Na concepção de Humboldt, as complexidades intelectual e lingüística se justapõem, não sendo possível falar em indivíduo/ser humano sem recorrer à linguagem já que esta é o que o define. E a *individualidade* tanto se remete às nações, com suas particularidades, como aos indivíduos, com suas próprias línguas. Sobre este último aspecto, o autor chega a sugerir que “[...] seria portanto melhor multiplicar as diferentes línguas, na medida permitida pelo número de seres humanos habitantes do planeta” (HUMBOLDT, trad. OLIVEIRA, 2006, p. 09).

À individualidade prende-se a noção de liberdade, que existe na relação de cada indivíduo com a língua, e esta, por sua vez, aparece a ele pronta e como produto de gerações anteriores. Assim, liberdade não pode ser entendida como arbitrariedade em relação à língua, mas diz respeito – em função da interdependência entre linguagem e pensamento – à utilização criativa do pensamento e ao uso da imaginação: trata-se, nesse caso, de “atuação autônoma da individualidade” (HUMBOLDT, trad. BRAGANÇA Jr., 2006, p. 173). Porém, esta liberdade é limitada, pois a língua possui uma tradição que é constitutiva dela, sendo resultado de várias gerações e da relação com outras línguas. Citando Humboldt: “a análise das línguas há de reconhecer e respeitar o fenômeno da liberdade, porém, investigar com zelo igual os limites da mesma” (HUMBOLDT, trad. WEININGER, 2006, p. 165).

A ênfase no aspecto individual, porém, não descarta uma certa *dimensão social* no tratamento da linguagem por Humboldt, uma vez que “a sociedade é a condição necessária da língua que, de outra maneira, não se formaria, e, assim, a língua emerge em suas particularidades também de todas as leis que dirigem a

formação da sociedade humana” (HUMBOLDT, trad. BRAGANÇA Jr., 2006, p. 175).

Para Humboldt, devido ao aspecto mental *inato*, os falantes poderiam fazer usos infinitos de recursos lingüísticos finitos, o que confere à linguagem a habilidade criadora e não um caráter acabado. A linguagem não seria exterior ao ser humano, mas “um instinto intelectual da razão”, não podendo ela ser inventada caso o “seu modelo não estivesse presente no entendimento humano” (HUMBOLDT, trad. MONTEZ, 2006, p. 13). Nessa concepção, a função comunicativa fica em segundo plano, o que se tornou alvo de críticas de Bakhtin (1997), para quem a finalidade da língua reside na comunicação.

O caráter *universal* e *inato* da linguagem, para Humboldt, se resume na estrutura semântico-gramatical. Entretanto, os aspectos semântico-gramaticais são também *específicos* de cada idioma, por conta das peculiaridades da nação, do grupo ou do indivíduo que fala aquela língua. De fato, a *universalidade* da língua e sua *individualidade* dependem do grau de abstração com o qual a língua é vista. Numa visão aparentemente paradoxal, Humboldt admite que “tão prodigiosa é a individualização dentro da uniformidade geral da língua que podemos dizer com igual acerto que a humanidade inteira possui em verdade apenas uma *única* língua e que cada pessoa tem uma língua particular” (HUMBOLDT, trad. VOLOBUEF, 2006, p. 117). O autor não prioriza o estudo do universal em detrimento do específico ou vice-versa, uma vez que, para ele, ambos estão relacionados e o estudo de um não pode ser desvinculado da realidade do outro.

No que diz respeito ao estudo da linguagem, Humboldt contempla dois aspectos que devem estar interligados: a *forma* e a *substância*. O autor alerta para o fato de que, na investigação minuciosa da *forma* de cada língua, se deve levar em conta as dificuldades em delimitar as fronteiras do que seria uma língua específica e o fato de que a língua, na sua natureza, permanece constantemente em evolução. Salienta ainda que a análise da forma não visa identificar e classificar as diversas partes da linguagem, uma vez que “a quebra em palavras e regras nada mais é do que obra malfeita e morta, produzida pela prática desmembradora da ciência” (HUMBOLDT, trad. VOLOBUEF, 2006, p. 101). Essa preocupação com o esmiuçamento da forma também é evidente no seguinte trecho: “mesmo o falar da nação mais rudimentar é uma obra natural nobre demais para ser desfigurada em partes tão casuísticas e ser examinada de forma

tão fragmentária” (HUMBOLDT, trad. MONTEZ, 2006, p. 43). Já o estudo da *substância* da língua envolve “de um lado, o som propriamente dito, de outro, a totalidade das impressões sensoriais e dos movimentos autônomos do espírito que antecedem a construção dos conceitos com o auxílio da língua” (HUMBOLDT, trad. VOLOBUEF, 2006, p. 112-3). É na interligação de *forma e substância* que se revela o caminho da expressão do pensamento: “por meio da representação da forma deve-se reconhecer o caminho específico pelo qual a língua, e com ela a nação à qual pertence, chega à expressão do pensamento” (ibid., p. 115). Percebe-se que para Humboldt a língua deve ser estudada como constituída, simultaneamente, de forma e substância. Não se trata de dicotomizar esses dois aspectos para favorecer um estudo científico da língua; trata-se, sim, de ver no fenômeno lingüístico as regras e leis que constituem seu funcionamento, bem como o aspecto semântico (mental) da linguagem.

No caso de se proceder a um *estudo comparativo das línguas*, Humboldt propõe que deve ser contemplada uma investigação tanto (i) do organismo das línguas (associado ao intelecto humano), servindo-se da comparação entre as línguas; como (ii) da formação das línguas (associada ao desenvolvimento histórico), exigindo-se o isolamento da língua para sua análise. Dessa maneira, “o estudo empírico de comparação das línguas pode mostrar de que modo diferente o ser humano realizou a linguagem, e qual parte da esfera do pensamento ele conseguiu transferir para aquela” (HUMBOLDT, trad. MONTEZ, 2006, p. 39). Esse tipo de estudo recobriria objetos de diferentes dimensões: “a linguagem, os objetivos que os seres humanos alcançam por meio desta, o gênero humano em seu progressivo desenvolvimento e cada uma das nações” (ibid., p. 39).

1.2.1.2 Algumas reflexões

Vale ressaltar que, para Humboldt, a língua deve ser estudada a partir de duas abordagens complementares: uma que leva em conta a linguagem de uma nação/de um indivíduo, e outra que contempla a inevitável relação entre as línguas. A metodologia deve ser, simultaneamente, filosófica/histórica e racional/científica. O pensador alemão, apesar de operar com categorias binárias (objetivo e subjetivo, forma e substância, indivíduo e nação, universal e relativo, ...), não possui uma visão dicotômica do estudo da língua, mas sim dialética, o

que se evidencia, por exemplo, na sua percepção de que a língua, ao mesmo tempo que define um indivíduo, define uma nação. Por conta disso, parece, novamente, questionável o termo “subjativismo idealista” para se rotular Humboldt. Contudo, Bakhtin/Voloshinov não estava cego para esse aspecto, visto que chama a atenção de seu leitor para a profundidade, as complexidades e aparentes “contradições” no pensamento humboldtiano, aspectos que teriam conferido ao lingüista alemão o papel de “iniciador de diferentes correntes profundamente divergentes entre si” (BAKHTIN/VOLOSHINOV [1929] 1988, p. 73). Talvez, a essência da série do subjativismo idealista – a qual Humboldt se filia – seja a visão de língua como atividade (e não produto), que se materializa, prioritariamente, no falante individual (em detrimento da massa de falantes).

O autor defende uma visão inatista da língua, mas não desconsidera a mudança, uma vez que é natural que as línguas se misturem. Tal mistura, por certo, repercute na própria língua, mesmo sendo ela um artefato inato e mental. Além disso, a língua, para Humboldt, apesar de inata, não deve ser considerada “uma obra acabada (*Ergon*), mas sim uma atividade (*Energeia*)” (HUMBOLDT, trad. VOLOBUEF, 2006, p. 99) e tal aspecto associa-se ao modo do indivíduo perceber o mundo, que também está sempre em construção, uma vez que língua e indivíduo estão vinculados.

Cabe ainda um breve comentário final voltado para um olhar a Humboldt através das lentes chomskianas. Pode-se perceber que, apesar de Chomsky citar várias vezes a célebre frase de Humboldt de que a língua “precisa fazer dos seus meios limitados um uso ilimitado e consegue fazê-lo por causa da identidade da força geradora de pensamento e linguagem” (HEIDERMANN, 2006, p. XXVII), pouco se sabe sobre a abordagem humboldtiana, através de Chomsky. Este não levou em conta, por exemplo, que a mudança na língua é possível em decorrência do contato inevitável entre as línguas e que o estudo da língua deveria contemplar, concomitantemente, um olhar científico, “desmembrador”, e um olhar filosófico que leve em conta, por exemplo, a reação da língua “perante a atividade intelectual da nação” (HUMBOLDT, trad. VOLOBUEF, 2006, p. 115). O gerativista efetuou um recorte de noções que para Humboldt são intrinsecamente associadas, incluindo o caráter universalizante da língua que, na teoria de Humboldt, “não diz respeito a uma gramática universal entendida como um sistema, mas como uma dinâmica mental de elaboração da expressão [...] Para Humboldt, a gramática como tal (como um *a priori*) e a comunicação são

absolutamente acessórias. O essencial é o trabalho elaborador do espírito” (FARACO, 2004, p. 44).

1.2.2 Série II – Abordagem científica da língua

Nesta série, é possível perceber dois enfoques metodológicos com pretensões científicas: um deles que requer um olhar histórico sobre a língua, sendo esta estudada, cientificamente, no campo da lingüística histórica e comparada (os neogramáticos); o outro contempla a linguagem na sua dimensão sincrônica, sem referências às mudanças ocorridas diacronicamente na língua. Para os primeiros a noção de indivíduo é essencial, visto o conceito de idioleto (apresentado adiante); para os segundos, a língua é vista como fato social (SAUSSURE, MEILLET, DURKHEIM).

Seguem-se, no desdobramento desta seção: (i) concepções dos neogramáticos acerca do funcionamento da língua, com ênfase (a) na questão da mudança lingüística e (b) na visão de Herman Paul sobre a noção de idioleto; as concepções de língua, indivíduo e sociedade (ii) considerações de Meillet, com destaque para os estudos comparativos e a pesquisa histórica (iii) abordagem de Durkheim, especialmente quanto ao conceito de fato social e (iv) perspectiva de Saussure, salientando as noções de sincronia, diacronia e valor. Fecham esta segunda série algumas reflexões que retomam as descrições sobre língua, indivíduo e sociedade.

1.2.2.1 A história da língua sob uma perspectiva científica: Os neogramáticos

Os neogramáticos (século XIX) eram um grupo de estudiosos que repensavam o funcionamento da língua a partir de duas instâncias: de questionamentos acerca da abordagem histórico-comparativa; e da elaboração de uma nova proposta metodológica de análise da mudança lingüística, com características científicas. A teoria neogramática encontra-se resumida nos trabalhos de Osthoff (1847-1909) e Brugmann (1849-1919), tidos como principais representantes do grupo, os quais publicaram a revista *Morphologischen Untersuchungen (Investigações morfológicas)* (ROBINS, 1983).

1.2.2.1.1 O caráter regular da mudança lingüística

Os trabalhos desenvolvidos por esse grupo de lingüistas somavam ao olhar histórico²⁰ lançado à linguagem uma preocupação científica, o que fica evidenciado em sua hipótese da *regularidade das mudanças sonoras*, segundo a qual “todas as mudanças fônicas, como processos mecânicos, ocorrem de acordo com leis que não admitem nenhuma exceção” (ibid. p. 148). Nessa ótica, possíveis semelhanças entre as línguas se dariam por estas compartilharem características semânticas e formais que não resultassem do acaso ou de empréstimos lingüísticos recentes.

Dado o caráter científico atribuído a seus estudos, os neogramáticos postulavam, então, um objeto passível de tratamento científico. Para Paul, o estudo científico de uma língua só pode ser histórico, uma vez que “Aquilo que se considera como um método não histórico, e contudo científico, de estudar a língua, não é no fundo mais do que um método histórico incompleto” (PAUL, 1966, p. 28). Nessa perspectiva histórica, as mudanças da língua correspondem a um processo previsível, observado através da análise dos dados, especialmente de documentos escritos e de dialetos falados na época, cujos estudos repercutiram avanços nas áreas da fonética e da dialetologia. A grande importância fornecida aos fatos “custou [aos neogramáticos] o temporário descaso por muita coisa de valor existente no trabalho de lingüistas anteriores [como] a concepção estrutural de linguagem sugerida por Humboldt” (ROBINS, 1983, p. 150). Apesar do caráter categórico da hipótese da regularidade da mudança, conforme mencionado acima, na elaboração das teorias e das leis universais de funcionamento das línguas, especialmente sobre a fonética (leis fonéticas), as exceções encontradas traziam à tona a necessidade de os neogramáticos considerarem dois aspectos: (i) os *estrangeirismos* e *empréstimos*, pelos quais “algumas das palavras estrangeiras usadas por falantes individuais passam para o uso corrente geral da língua, sendo alteradas na pronúncia pelo processo de *adaptação* dos sons e dos padrões fonológicos da língua que as adquiriu” (ROBINS, 1981, p. 323); e (ii) a *analogia*, em relação a qual “elementos da língua tenderiam a ser regularizados por força de paradigmas estruturais

²⁰ O olhar histórico dos neogramáticos não buscava uma língua original, mas sim a sistematização do processo de mudança pelo qual as línguas passariam.

hegemônicos” (FARACO, 1998, p. 31), o que significa que o fenômeno da analogia “corrigiria” algumas aplicações da lei fonética.

Além da necessidade de refletirem sobre os dois aspectos acima mencionados, os neogramáticos foram confrontados com o fato de (i) as fronteiras dialetais serem flutuantes e imprecisas, de forma que as diferenças entre línguas levadas ao extremo definiriam diferentes idioletos e não dialetos; e de (ii) as mudanças ocorrerem em tempo não preciso, o que poderia gerar alterações em certas estruturas e não em outras, sem uma lógica temporal. O confronto à abordagem dos neogramáticos também se fundamentou no fato de muitas mudanças fonéticas não obedecerem a regras universais, sendo aquelas “de natureza individual e de incidência variável [...], [consideradas] eventos impossíveis de prever” (ibid., p. 153). Cabe ressaltar que muitas das críticas em relação aos neogramáticos partiram dos estudos sobre dialetologia e geografia lingüística (ROBINS, 1983), sendo que um dos críticos mais importantes foi Schuchardt (1842-1927), que se opôs à noção de lei fonética e ressaltou a existência de variedades lingüísticas em uma dada comunidade, “variedades essas condicionadas por fatores como o gênero, a idade, o nível de escolaridade do falante, tema que voltará a ter proeminência com o aparecimento da sociolingüística na década de 1960” (FARACO, 2003, p. 39).

Embora os neogramáticos postulassem um olhar científico e universalista sobre o funcionamento da língua, eles defendiam uma certa centralidade dos *individuos* no processo de mudança (noção de idioleto). Contudo, essa centralidade se diferenciava daquele proposto pelos idealistas, uma vez que estes últimos acreditavam numa atitude consciente do indivíduo frente à mudança e os neogramáticos enfatizavam o papel dos aspectos mecânicos da linguagem, especialmente em relação à pronúncia cujas leis operariam cegamente.

1.2.2.1.2 O idioleto

Nesta subseção é apresentada a noção de *Herman Paul* (1846-1921) sobre língua, cujo estudo se circunscreve ao nível individual e não ao social, uma vez que, segundo o autor, a língua reside na mente do falante e varia de falante para falante. Nesse sentido, importa ao lingüista a língua de um indivíduo, o idioleto, que não pode ser generalizada e entendida como a língua de um determinado

grupo. Além disso, são expostas as causas que motivam a mudança lingüística, a qual se dá no nível do idioleto.

Herman Paul, na obra que serviu de manual do pensamento neogramático (*Prinzipien der Sprachgeschichte*, 1880), estabeleceu uma dicotomia entre *indivíduo* e *sociedade* ao isolar o indivíduo do grupo social, tendo como objeto de pesquisa uma “gramática psicológica internalizada que gera a fala dos indivíduos” (WEINREICH; LABOV; HERZOG²¹, 1968, p. 105) e que pode ser observada nas interações verbais dos falantes²². A atribuição do lócus da linguagem ao indivíduo leva à pressuposição de que *as línguas variam de acordo com os indivíduos* e não em conformidade com um grupo de falantes. Tal centralidade do indivíduo no processo de mudança vincula-se à idéia de Paul de que a psicologia individual estaria na base de todas as ciências culturais, entre elas a lingüística: “[...] a psicologia é a base mais nobre de todas as ciências culturais tomadas no seu sentido mais elevado” (PAUL, 1966, p. 17). E, para os estudos da linguagem, interessariam ao pesquisador apenas os campos da psicologia e, com menos peso, da fisiologia, uma vez que duas categorias seriam tidas como foco de estudo: as formas psíquicas existentes no indivíduo e as capacidades de aprender (através de outros) comportamentos e de dominá-los (ibid., p. 25).

O lingüista admite que, por meio da comparação de *idioletos*, é possível depreender um certo grau de regularidade na língua – o *Language Custom* (LC). No entanto, para ele, “o único objeto de significância teórica é o idioleto: o LC é secundário, vago, não estruturado; uma vez que estrutura e homogeneidade implicam-se mutuamente, nenhum objeto estruturado e transindividual pode ser concebido” (WLH, p. 106). Ou seja, o aspecto social da linguagem é deixado de lado uma vez que não contém as virtudes da estruturação e da homogeneidade²³. Como fica, então, a mudança para Paul? O lingüista considera que as mudanças no LC²⁴ decorrem de mudanças nos idioletos que o constituem; entretanto, por não saber teoricamente os limites do conjunto de idioletos que formam um LC e,

²¹ Daqui em diante referidos como WLH.

²² O isolamento do indivíduo, segundo Paul, traz a vantagem de atrelar a lingüística a um campo científico mais geral – a psicologia.

²³ Interessante notar que Saussure inverte a relação idioleto vs. *Language Custom* (LC): o primeiro, ao invés de ser tido como o foco da homogeneidade e da regularidade, passa a ter as características da heterogeneidade e da variabilidade (*parole*); já o LC (*langue*) passa a assumir o posto de homogêneo e, portanto, passível de ser estudado sistematicamente.

²⁴ A mudança no LC, segundo Paul (1880), pode ser percebida no período de aquisição da língua: “os processos de aprendizagem da língua são de importância suprema para a explicação das mudanças no *Language Custom*, sendo que eles representam a causa mais importante dessas mudanças” (apud WLH, p. 108).

por ser este uma derivação dos idioletos, *a mudança que interessa é a que ocorre no indivíduo* e não no grupo. A mudança pode ser espontânea, acontecendo individualmente, ou social, decorrente do contato entre idioletos e da assimilação de traços de outros idioletos. Citando Paul (1966, p. 41):

As modificações da língua realizam-se no indivíduo, em parte através de sua atividade espontânea, do falar e do pensar nas formas da língua, e em parte através da influência que recebe de outros indivíduos [sendo que] o período em que a influência desempenha o seu papel principal é o das primeiras gerações, o da aprendizagem da língua.

A classificação dos idioletos e o seu agrupamento em dialetos seria lingüisticamente possível, segundo Paul, apenas com base em regras fonológicas, uma vez que a fonologia, devido à consistência das regras, “foi o único domínio da linguagem que ofereceu esperanças de quantificar o *continuum* da comunidade de fala” (WLH, p. 119). As diferenças não fonológicas (vocabulário, significado, morfologia, sintaxe) não seriam relevantes para classificar os idioletos.

Quanto às *causas da mudança*, segundo WLH, Paul as atribui a(o): (i) conforto – mudanças sonoras ocorrem por serem mais convenientes aos órgãos do falante. Quanto a esse aspecto, WLH indagam o que faz com que: (a) a mudança não ocorra rapidamente uma vez que o conforto é o motivador; e (b) certos falantes mudem e outros mantenham um padrão menos confortável; (ii) pressão de diferentes forças, que, quando em equilíbrio, favorecem a estabilidade de um idioleto; (iii) acaso – uma vez que o início da mudança (desequilíbrio) tenha ocorrido, a tendência é o restabelecimento do equilíbrio; (iv) fato de os falantes se adequarem aos idioletos de seus interlocutores. Para WLH, porém, esse aspecto não contribui em nada para a explicação do fenômeno de mudança do som. Segundo Paul (1966, p. 42), contudo, a principal origem das modificações seriam os processos de aprendizagem da língua.

Ademais, visto que o indivíduo seria tido como a fonte da mudança, a propagação da mesma ocorreria pela “ação recíproca dos indivíduos, perspectiva sob a qual pode-se dizer que ainda hoje trabalham muitos lingüistas, em particular (mas não exclusivamente) os gerativistas (embora estes assumam não um psicologismo, mas um biologismo na base do processo)” (FARACO, 2003, p. 36).

Percebe-se que o indivíduo possui um lugar central na teoria de Herman Paul. Tal centralidade ocorre não por uma motivação romântica, mas por uma

motivação científica: é para que se possa estudar um objeto homogêneo que se isola a língua do indivíduo como objeto de estudo. Assim, a mudança lingüística deve ser captada, prioritariamente, no idioleto e não no conjunto de idioletos (LC), uma vez que é a língua do indivíduo que é passível de sistematização e não a língua de uma comunidade ou uma língua universal. Ressalta-se, porém, que o fato de a criação lingüística ser obra do indivíduo não significa que ele tenha consciência desse ato. Nas palavras de Paul (1966, p. 26): “É verdade que existe uma intenção de comunicação [...], mas não a intenção de fixar algo de permanente, e o indivíduo não chega a tomar consciência da sua atividade criadora.” Essa idéia de ausência de consciência do falante sobre a língua é compartilhada por Saussure, como será visto adiante.

A noção de idioleto se aproxima de dois aspectos da noção humboldtiana de língua, quando Humboldt afirma, acerca da relação entre as línguas e os indivíduos e nações, que cada indivíduo/nação possui uma língua própria; e que a língua existe na mente do falante. Sobre o psicologismo presente nas teorias dos neogramáticos (e de Humboldt), pode-se dizer que “essa redução da língua à psique individual simplifica as questões, ao desconsiderar as complexas questões que estão envolvidas na constituição e funcionamento da psique, em especial a tensão entre o social e o individual” (FARACO, 2003, p. 38).

Será visto adiante que essa concepção de língua é criticada por WLH, especialmente no que tange ao lugar de destaque concedido ao indivíduo. A perspectiva de Paul também se opõe à de Meillet e de Saussure quanto ao fato de estes estipularem o estudo científico do fenômeno lingüístico com base em uma noção social de língua, que é a noção durkheimiana de fato social. Contudo, todos esses autores concordam em relação ao método, que é próprio do positivismo científico.

1.2.2.2 Reflexões sociológicas sobre a língua: Meillet

A centralidade do indivíduo no processo de mudança (conforme visto em Herman Paul) começa a despencar com os trabalhos de Meillet (1866-1936), que sofreram grandes influências das pesquisas sociológicas, especialmente de Durkheim, no início do século XX. Tais influências incluíam a idéia de que os fatores sociais provocariam o processo de mudança das línguas, uma vez que a língua era tida como fato social. Para Meillet, segundo Faraco (1993, p. 98), “a

heterogeneidade social é determinante da heterogeneidade lingüística e condicionante da mudança”.

Em *Linguistic Historique et Linguistique Générale* – livro organizado com uma série de artigos escritos a partir de 1905 – Meillet afirma que a gramática se compõe de dois aspectos: um descritivo e um histórico²⁵. O primeiro concerne ao uso lingüístico de um certo grupo em um tempo e espaço específicos; o segundo diz respeito às mudanças no uso da linguagem em duas épocas diferentes. Esses dois aspectos se correlacionam, uma vez que “toda descrição precisa e completa de uma situação lingüística em um dado momento comporta a consideração de uma certa parte da evolução”²⁶ (MEILLET, 1948, p. 45). É a partir dessa correlação que a lei fonética é entendida como a relação existente entre dois estágios (temporais) lingüísticos diferentes.

Aos historiadores da língua, Meillet (1948) propõe duas questões que estão interligadas: uma delas atinente ao estabelecimento dos fatos e dos estados de coisas e a outra, à relação existente entre fatos de épocas diferentes. O lingüista avalia como tendo sido “admiráveis” os progressos realizados pela Lingüística no século XIX – tido como o século da história –, mas alerta que “a história deveria ser para a lingüística um meio e não um fim”²⁷ (ibid. p. 07).

Meillet propõe um olhar para a língua que não puramente histórico: trata-se de pesquisar as possíveis relações entre o desenvolvimento lingüístico e os fatos sociais, uma vez que chegara “o momento de marcar a posição dos problemas lingüísticos sob o ponto de vista social”²⁸ (ibid. p. 18). A realidade da língua, nessa perspectiva, é, ao mesmo tempo, lingüística e social. A *realidade lingüística* diz respeito ao sistema complexo de meios de expressão formado por regras gerais de funcionamento da língua e nos quais as inovações individuais são impossíveis. A *realidade social* define a língua como meio de comunicação entre falantes de um mesmo grupo, sendo que não há lugar para modificações motivadas pelos sujeitos individuais, já que “a necessidade de ser compreendida [a língua] impõe a todos os sujeitos a retenção da maior identidade possível dos

²⁵ Assim como Meillet, Humboldt também defende que o estudo da língua deve contemplar duas perspectivas: uma histórica/filosófica e outra racional/científica.

²⁶ “toute description précise et complète d’une situation linguistique à un moment donné comport donc la considération d’une certaine part d’évolution” (MEILLET, 1948, p. 45).

²⁷ “l’histoire nésaurait être pour la linguistique qu’un moyen, non une fin.” (ibid, p. 07)

²⁸ “le moment est donc venu de marquer la position des problèmes linguistiques au point de vue social.” (ibid, p. 18)

usos lingüísticos”²⁹ (ibid. p. 17). Caso as regras lingüísticas não sejam seguidas, os sujeitos sofrem algum tipo de punição que advém do próprio funcionamento social³⁰: “todo desvio individual do uso provoca uma reação sendo a mais freqüente a sanção do ridículo ao qual o homem se expõe quando não fala como todo mundo”³¹ (ibid. p. 230). Ou, quando as mudanças individuais ocorrem, elas não duram, sendo eliminadas “sem dificuldade, posterior à morte do indivíduo que inovou”³² (ibid. p. 49).

O objeto da lingüística geral é a língua tida como um sistema autônomo, cujo desenvolvimento é visto à luz da gramática descritiva e histórica, a partir do ponto de vista formal. Contudo, Meillet postula a língua como uma instituição/um fato social, do que “resulta que a lingüística é uma ciência social”³³ (p. 17). Tal perspectiva baseia-se nos estudos de Durkheim³⁴, nos quais “uma língua existe independente de cada um dos indivíduos que a falam e mesmo que não haja realidade fora da soma destes indivíduos ela é, no entanto, quanto à generalidade, exterior a cada um deles”³⁵ (ibid., p. 230).

Considerando a língua como fenômeno social, a variação lingüística é vista em relação à estrutura da sociedade na qual “as circunstâncias provocam variações perpétuas, tanto súbitas quanto lentas, mas jamais inteiramente interrompidas”³⁶ (ibid., p. 16). Assim, tem-se que “o único elemento variável ao qual se possa recorrer no que tange à mudança lingüística é a mudança social onde as variações da língua não são mais que conseqüências, às vezes imediatas e diretas, e o mais freqüente mediatas e indiretas”³⁷ (ibid. p. 17).

Resumindo, Meillet adota a perspectiva positivista de Durkheim de que a língua é um fato social, sendo este regrado por normas passíveis de serem sistematizadas, que regulam o funcionamento da linguagem. Assim como a

²⁹ “la nécessité même d’être compris impose à tous les sujets le maintien de la plus grande identité possible dans les usages linguistiques” (ibid., p. 17).

³⁰ Aqui se encontra a idéia de que a língua, necessariamente, é impregnada de valores sociais/ideológicos/políticos. Daí a noção de preconceito lingüístico, tão cara à sociolingüística.

³¹ “[...] toute déviation individuelle de l’usage provoque une réaction n’a le plus souvent d’autre sanction que le ridicule auquel elle expose l’homme que ne parle pas comme tout le monde.”

³² “sans difficulté, au plus tard à la mort de l individu que a innové.” (ibid., p. 49)

³³ “résulte que la linguistique est une science sociale” (ibid, p. 17)

³⁴ A noção de língua de Meillet, de acordo com o lingüista, “En effet, il entre exactement dans la definition qu’a proposée Durkheim” (ibid., p. 230).

³⁵ “une langue existe indépendamment de chacun des individus que la parlent, et, bien que’elle n’ait aucune réalité en dehors de la somme de ces individus, et elle est cependant, de par a généralité, extérieure à chacun d’eux.” (ibid., p.230)

³⁶ “les circonstances provoquent de perpétuelles variations, tantôt soudaines, et tantôt lentes, mais jamais entièrement interrompues.” (ibid., p. 16)

³⁷ “et le seul élément variable auquel on puisse recourir pour rendre compte du changement linguistique est le changement social dont les variations du langage ne sont que les conséquences parfois immédiates et directes, et le plus souvent médiates et indirects.” (ibid., p. 17)

língua, a sociedade opera com base em regras seguidas e aceitas por todos. Caso haja alguma modificação no sistema já estabelecido, há uma penalidade: o indivíduo, ao produzir uma modificação no sistema da língua sofre algum tipo de sanção e o que faz com que o grupo social adote o sistema lingüístico sem resistência é justamente o fenômeno da coerção.

Finalmente, a respeito da posição teórica de Meillet, convém trazer à baila a colocação de Bakhtin/Voloshinov:

Saussure e sua escola não estão sozinhos no pináculo do objetivismo abstrato contemporâneo. Ao lado deles, nós vemos ascender uma outra escola, a escola sociológica de Durkheim. Nela encontramos uma figura de lingüista como a de Meillet [...] Também para Meillet não é a qualidade de processo, mas a de sistema estável de normas lingüísticas, que faz da língua um fenômeno social (BAKHTIN/VOLOSHINOV [1929], 1988, p. 88).

1.2.2.3 Língua como fato social: Durkheim

A partir de duas obras de Durkheim (1858-1917): *Da divisão do trabalho social* e *As regras do método sociológico*, apresento, nesta seção, algumas noções da teoria deste sociólogo que teriam influenciado Meillet e Saussure.

Os trabalhos de Durkheim se inserem no contexto pós Revolução Francesa e contêm tanto uma visão materialista/social quanto uma liberal; para o sociólogo, o individualismo era “uma parte viva da organização social da sociedade contemporânea” (GIDDENS, 1998, p. 108).

Durkheim propõe um estudo dos fenômenos sociais aos moldes do estudo (científico) de fenômenos naturais, atribuindo ao objeto da sociologia características mensuráveis, observáveis e controláveis. Trata-se de olhar para o objeto como uma coisa real, de forma a “abordar o seu estudo partindo do princípio de que se desconhecem por completo e que as suas propriedades características, tal como as causas de que dependem, não podem ser descobertas pela introspecção” (DURKHEIM, 1973, p. 378). A importância e o papel da ciência são elevados ao status de organizadores da sociedade, desde que cada indivíduo esteja consciente dos princípios estipulados por ela, especialmente porque apenas uma mente guiada pela ciência seria capaz de adaptar-se às mudanças e complexidades da sociedade (DURKHEIM, 1973).

Em oposição à noção de indivíduo e independente dela, o sociólogo considera a existência de uma consciência coletiva³⁸ ou comum, que forma um sistema com vida própria, caracterizado por ser um “conjunto de crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade” (ibid, p. 342). Tal consciência é a mesma em diferentes locais, diferentes profissões e diferentes épocas (ligando as gerações entre si) e ela se realiza nos indivíduos, mas é diferente da consciência particular de cada um. Exemplificando: um ato seria considerado criminoso se ferisse a consciência comum, e não a consciência particular.

A relação entre indivíduo e sociedade pode ser pensada mediante uma analogia com a célula: as partes da célula não são a célula, mas a constituem e os efeitos sobre a célula se refletem sobre todos os seus elementos; assim, os estados de consciência coletiva (célula) diferem dos estados de consciência individual (partes da célula) – cada estado com suas leis próprias –, sendo que entre os dois estados é possível encontrar relações de semelhança e de diferença. No nível interior/consciência individual, os hábitos individuais e os aspectos hereditários impõem certas características; e, no nível exterior/consciência coletiva, as crenças e práticas sociais atuam diferentemente.

Assim, o exterior apresenta aos indivíduos a instituição, que pode ser entendida como “todas as crenças e todos os modos de conduta instituídos pela coletividade” (ibid., p. 384). Contudo, os indivíduos não são totalmente passivos face à realidade social, uma vez que os fatos sociais – dados aos indivíduos exteriormente – são passíveis de ser modificados por um acordo entre os indivíduos num mesmo contexto social. Durkheim acredita que o maior desafio que o estudo da sociologia enfrenta é a resistência dos indivíduos em renunciar ao poder (antropocêntrico) sobre a ordem social, de forma a admitir o poder das forças sociais e a ele se submeter.

Esse lugar ativo conferido aos indivíduos também é notado no seguinte comentário de Giddens (1998, p. 164) sobre a natureza das sanções sociais: “uma pessoa (ou um grupo) pode tomar conhecimento da existência das obrigações e levá-las em conta na orientação de sua conduta sem se sentir comprometida com elas”.

³⁸ Conforme Giddens (1998), a consciência coletiva operava “de um lado, restringindo o desenvolvimento do “individualismo” – a liberação da personalidade individual – e, de outro, estabelecendo limites estritos ao que poderia ser legitimamente atribuído a um indivíduo, em uma posição social dada” (p. 154).

A relação entre o individual e o social fica clara na noção de *fato social*. Para Durkheim (1973), este se baseia em dois aspectos essenciais: a sua exterioridade em relação à consciência individual e a força (coercitiva) que pode exercer sobre a consciência dos indivíduos. Na fala do autor, os fatos sociais diferenciam-se dos fenômenos psíquicos uma vez que aqueles “consistem em maneiras de agir, pensar e sentir exteriores ao indivíduo, e dotadas de um poder coercivo em virtude do qual se lhe impõem” (p. 390). Tais fatos são transmitidos por gerações e se refletem nos indivíduos, não por naturalmente pertencerem a eles, mas por serem a eles impostos.

Ressalta-se que, embora Durkheim tenha sugerido a coerção dos fatos sociais, isso não significa que o sociólogo defenda uma negação completa do sujeito ativo em prol do funcionamento social. Para ele, “a vida social era tanto ‘coercitiva’ quanto ‘espontânea’” (GIDDENS, 1998, p. 157), sendo que “a personalidade individual se desenvolve com a divisão do trabalho” (DURKHEIM apud GIDDENS, p. 161). Dessa maneira, não haveria um indivíduo selvagem que as normas sociais pretenderiam corrigir, mas apenas um indivíduo cuja personalidade seria moldada mediante o aprendizado social; entretanto, isso não impede uma contradição entre as vontades individuais e as ordens da sociedade.

Giddens aponta uma outra contradição: Durkheim considerou a existência de dois blocos independentes, um referente à infra-estrutura (realidade) e outro aos ideais da consciência coletiva. A contradição estaria na localização das mudanças sociais, que ora seriam atribuídas ao primeiro bloco (referente a uma visão materialista) e ora ao segundo (referente a uma visão idealista), sem considerar “qualquer tratamento teórico sistemático de mecanismos sociais que mediassem a relação entre infra-estrutura e conscience collective” (ibid., p. 167).

Os fatos sociais para serem observados, uma vez que são objetos de estudo da sociologia, devem ser considerados como coisas, ou seja, eles são dados à observação do cientista: “o que nos é dado não é a idéia que os homens têm do valor, visto que ela é inacessível; são os valores que se tocam realmente no decurso das relações econômicas” (ibid. p. 402). Trata-se de, para o cientista, considerar os fenômenos sociais em si mesmos, sem uma relação com as concepções e crenças individuais. O método científico aplicado na sociologia deve seguir algumas premissas: deixar de lado conceitos anteriores, à exceção dos elaborados cientificamente; definir o objeto de estudo – fatos que sejam “definidos por certas características exteriores que lhe sejam comuns” (p. 406);

definir o objeto o mais objetivamente possível, uma vez que mesmo as sensações correm o risco de serem subjetivas. Uma das características do objeto da sociologia é a sua cristalização, uma vez que os hábitos coletivos estruturam-se em formas sociais definidas como “regras jurídicas, morais, ditados populares, fatos de estrutura social etc”; trata-se de “práticas da vida social consolidada” (p. 410).

1.2.2.4 Supremacia do sistema lingüístico: Ferdinand de Saussure³⁹

No seu empreendimento de definir o objeto de estudo da Lingüística, Saussure (1857-1913) postula algumas dicotomias: fala (*parole*) e língua (*langue*); lado individual e social da linguagem; sistema estabelecido e evolução da linguagem (p. 16). Para escapar do risco de tomar o objeto da Lingüística como um todo, tornando-o confuso e de difícil decifração, o lingüista opta pela priorização do estudo da língua, uma vez que esta pode ser tida como “norma de todas as outras manifestações da linguagem”, e “parece suscetível duma definição autônoma” (p. 17). A língua, parte essencial da linguagem, é considerada “um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos” (p. 17). O estudo científico da língua também integra parte de uma outra dicotomia: a Lingüística interna, que lida com a língua tida como sistema; em oposição à Lingüística externa, que contempla os aspectos geográficos e dialetais.

Fala e língua constituem uma dualidade: enquanto a primeira diz respeito aos atos individuais, a segunda é entendida como “tesouro depositado pela prática da fala em todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade”, que existe em função de um contrato social⁴⁰, sendo, portanto, exterior ao indivíduo. A língua se constitui por um conjunto de signos que são “essencialmente psíquicos” e “social [sociais] por natureza”, contudo, apesar deste caráter

³⁹ A exposição feita nessa seção e as discussões posteriores se pautam em uma certa leitura de Saussure, que é a do *Curso de Lingüística Geral*, tida geralmente como fundante de um olhar estrutural sobre o fenômeno da língua. Outras leituras de Saussure, entretanto, são possíveis, como a sugerida pelos *Escritos de Lingüística Geral*, que demonstram uma visão holística dos interesses e das pesquisas do estudioso em relação à linguagem. A opção pela leitura apresentada nesse trabalho se fundamenta no fato de que muitas idéias de Labov e Bakhtin/Voloshinov fazem referência a essa leitura.

⁴⁰ Tal contrato deve ser entendido como as leis, compartilhadas pelos falantes, que regem a língua de uma sociedade e que não são livremente consentidas. A este aspecto prendem-se as questões de imutabilidade e mutabilidade do signo. Este funcionamento opera pelo seguinte: “Diz-se à língua: “Escolhe!”; mas acrescenta-se: “O signo será este, não outro.” (p. 85).

psíquico/social, “o signo escapa sempre, em certa medida, à vontade individual ou social, estando nisso o seu caráter essencial”. A linguagem engloba duas partes, uma mais essencial – a língua, cuja natureza é social –, e outra secundária – a fala, que é individual e psico-física. No estudo da linguagem, “cumprir escolher entre dois caminhos impossíveis de trilhar ao mesmo tempo; devem ser seguidos separadamente” (p.21-28).

Assim, Saussure concebe a linguagem como o somatório de duas partes: *langue* e *parole*. A última se caracteriza por ser individual, heterogênea, psico-fisiológica e física, e por ser a realização concreta da *langue*. Por estes motivos Saussure não a considera relevante na elaboração de sua teoria. Para ele, o objeto da Lingüística é a *langue*, concebida como um sistema de signos que se caracterizam por uma série de aspectos, descritos a seguir.

Os *signos*, fatos centrais da linguagem, são formados por significante (imagem acústica) e significado (conceito), elementos que “estão intimamente unidos e um reclama o outro”, caracterizando uma “entidade psíquica de duas faces” (SAUSSURE, p. 80). Quanto à imagem acústica, ela não se refere a uma representação sonora material ou externa da palavra, mas sim a uma “representação natural da palavra como facto de língua virtual, independente de todo o acto de fala” (COLLADO, 1980, p. 66).

Esse “tesouro” – o sistema de signos – depositado na realidade psíquica de toda a massa falante de uma comunidade se caracteriza por ser homogêneo e social. Enquanto homogêneo, não possibilita um olhar sobre aspectos individuais, heterogêneos ou variantes da língua; enquanto social, permite considerar outros aspectos importantes na teoria de Saussure: a mutabilidade e imutabilidade lingüística, quando associadas à questão de tempo e à massa falante. Como será visto, para Labov a língua é essencialmente heterogênea, sendo a variação/mudança sua propriedade inerente; contudo a natureza social da língua não parece ser um assunto que Labov leve ao seu extremo, especialmente quando ele postula a possibilidade de variação/mudança motivada pela própria estrutura da língua. Nesse sentido, para Labov, a língua teria tanto uma natureza social como cognitiva.

Na discussão sobre imutabilidade e mutabilidade do signo, Saussure elenca quatro motivos pelos quais a mudança não ocorre: (i) devido à

arbitrariedade⁴¹ do signo – de não haver uma relação natural entre significante e significado –, os indivíduos não possuem uma razão para preferir uma forma lingüística a outra, dado que a discussão sobre por que determinado significado se liga a determinado significante não se coloca, mesmo que houvesse a possibilidade para tal; assim, a questão da mudança não é posta. Contudo, é a própria arbitrariedade da língua que torna possível a sua variabilidade, uma vez que os signos lingüísticos não possuem uma motivação natural para serem o que são. (ii) A enorme quantidade de signos dificulta a mudança para um outro sistema. (iii) A língua, por ser tida como um sistema complexo e atravessado por regras e leis (internas) de funcionamento, é capaz de ser atingida apenas através da reflexão, sendo que os indivíduos (não especialistas) ignoram o sistema da língua; contudo, a intervenção de especialistas poderia promover mudanças (apesar de Saussure não ter evidenciado nenhum êxito em relação a isso). (iv) A língua, tida como uma instituição social que pertence a todos, não oferece “motivos” para revoluções, ou seja, mudanças; a língua é do âmbito da massa social, que tende a ser inerte à inovação.

Assim, o caráter de imutabilidade do signo justifica-se pelos aspectos coletivo e temporal, visto que “a todo instante, a solidariedade com o passado põe em xeque a liberdade de escolha” e “justamente porque o signo é arbitrário não conhece outra lei senão a da tradição” (ibid., p. 88). Entretanto, paradoxalmente, é possível também falar em mutabilidade da língua a partir dos mesmos elementos que a caracterizam como imutável, que são o tempo e a massa falante. O signo pode sofrer mudanças justamente porque, no decorrer do tempo, está sujeito a pressões de forças sociais. Essas mudanças se caracterizam por um “deslocamento da relação entre significado e significante” (ibid., p. 89), mostrando que a língua evolui, sob a “influência de todos os agentes que possam atingir, quer os sons, quer os significados” (ibid., p. 91).

A linguagem pode ser estudada mediante duas perspectivas diferentes: uma sincrônica e outra diacrônica. Na primeira, faz-se um recorte da língua em um momento histórico (presente ou passado), que possibilita olhá-la como algo

⁴¹ Lopes da Silva (2001) aponta para uma interpretação não tradicional da arbitrariedade do signo lingüístico: esta noção estaria vinculada a uma certa postura epistemológica de Saussure, que é a da exclusão do tema da origem da linguagem. A arbitrariedade trataria “daquilo cuja origem e, portanto, sua trajetória diacrônica só podem ser misticamente contadas” (p. 299). Ademais, segundo Culler (1979), diferente da leitura clássica dos trabalhos de Saussure, o ponto de onde as dicotomias saussurianas (sincronia e diacronia, por exemplo) surgem se localiza na noção de signo, mais especificamente, de arbitrariedade do signo; com isso, a distinção entre *langue* e *parole* não seria um ponto de partida para o estudo dos signos, mas seu resultado.

estático, como um sistema cristalizado num certo estado, para que seja possível perceber as regras e leis que a regem. Na segunda, a linguagem é vista a partir de uma perspectiva histórica, portanto, mutável, dinâmica e evolutiva; nesse caso, “ocupamo-nos com fenômenos que não têm relação alguma com os sistemas, apesar de os condicionarem” (ibid., 101). Tais fenômenos não são visíveis na língua (*langue*), mas na fala (*parole*), uma vez que “é na fala que se acha o germe de todas as modificações” (p.115). Para Saussure a perspectiva sincrônica oferece maior possibilidade científica de estudo da língua, pois permite lidar com as unidades concretas (sem mudança) do sistema: “Quando uma ciência não apresenta unidades concretas imediatamente reconhecíveis, é porque elas não são essenciais [...] a língua tem o caráter de um sistema baseado completamente na oposição de suas unidades concretas” (p. 124). Ressalto que essa divisão entre o sistema de signos e a evolução da língua parece ser apenas de ordem metodológica, dado que, para Saussure, a relação entre as duas é “íntima” e de difícil separação (p. 16). Em poucas palavras, a diacronia não passaria do resultado de uma série de identidades sincrônicas, sendo que os valores dos signos são estabelecidos em relação a outros signos, em um mesmo sistema sincrônico; com isso, basta que um signo mude para que ele provoque mudanças no sistema, já que os signos se vinculam por uma relação de diferença.

1.2.2.5 Algumas reflexões

Uma vez expostas as principais premissas saussurianas, teço, a seguir, algumas considerações sobre aspectos individuais e sociais que se evidenciam na sua abordagem sobre o estudo da linguagem.

O papel do indivíduo na sua relação com a língua pode ser comparado, conforme Saussure, ao jogador de xadrez: o funcionamento do jogo, com suas leis e regras e cujas peças têm seu valor em relação às demais, assemelha-se ao funcionamento da língua; contudo, o jogador – o indivíduo –, apesar de atuante no jogo, não desempenharia papel algum no processo da língua. Dessa maneira, “para que a partida de xadrez se parecesse em tudo com a língua, seria mister imaginar um jogador inconsciente ou falta de inteligência” (p. 105).

Sobre as mudanças, o seu “germe” não se encontra na língua, mas na fala, o que equivale a dizer que “cada modificação é lançada, a princípio, por um certo número de indivíduos, antes de entrar em uso” (115). Assim, uma

determinada forma – fato de fala –, ao ser freqüentemente repetida e aceita pela comunidade, se torna um fato de língua. Primeiramente, uma modificação ocorre na fala dos indivíduos e apenas após um uso constante ela se torna uma modificação na língua.

Decorre daí que o indivíduo saussuriano possui características duplas: por um lado ele é totalmente apagado no que diz respeito ao funcionamento da língua – ela ocorre independente dos indivíduos; por outro lado, cabe ao(s) indivíduo(s) lançar o germe de modificações que, em última etapa, atingiriam a língua. Resgatando a metáfora do jogo de xadrez, como poderia um jogador efetuar alterações no jogo que realiza, sem ter consciência dele? Talvez fosse pertinente admitir que os indivíduos possuem uma certa consciência da língua, especialmente porque, ao se relacionar modificação na língua com indivíduos, nota-se que estes operam algum tipo de intervenção sobre o sistema. Trata-se, nesse caso, de um indivíduo semi-consciente, talvez.

E o mais crítico dessa perspectiva saussuriana da linguagem é que, ao se considerar os indivíduos “faltos de consciência” sobre o funcionamento da linguagem, algumas “crenças” adotadas por pesquisadores da língua são reafirmadas: (i) os leigos, como os indivíduos de Saussure, não sabem nada sobre a língua; (ii) e porque não sabem nada sobre a língua, os leigos também não têm o que dizer sobre ela; (iii) cabe ao especialista, o lingüista, o papel de ensinar ao leigo sobre o funcionamento da linguagem. Neste sentido, não seria exagero nenhum a descrição de Rajagopalan (2004, p. 199) sobre o lugar concedido ao leigo, “na situação do pobre coitado pendurado de cabeça para baixo e, de quebra, amordaçado. Ou seja, ele nem sequer está em condições de responder em qualquer língua, inclusive na sua própria língua materna. E quem decide o seu futuro é o autoproclamado salvador”. Face a isso, não há como negar a vinculação existente entre a opção teórica do pesquisador e a sua atitude política frente à realidade social e aos indivíduos falantes.

Fica claro na abordagem de Saussure que o indivíduo ocupa um lugar secundário no fenômeno da linguagem, uma vez que a ele cabe a fala, cujo estudo não seria objeto dos lingüistas. A língua, por sua vez, esta sim objeto de estudo da Lingüística, possui uma natureza ao mesmo tempo psíquica e social. Psíquica, porque na mente dos falantes de maneira virtual; e social, porque um sistema compartilhado por todos os falantes de uma dada comunidade. Nesse sentido, social diz mais respeito à massa dos falantes – homogeneização da

língua – do que aos aspectos sociais aos quais o uso da língua estaria vinculado – heterogeneização da língua. A língua é social simplesmente porque é compartilhada pelos membros de uma comunidade homogênea: com isso, há um apagamento das diversas diferenças e variedades que são constitutivas da dinâmica social e do funcionamento da língua. Um apagamento político, por certo.

A relação entre o individual e o social fica nítida na afirmação de que “a linguagem tem um lado individual e um lado social, sendo impossível conceber um sem o outro” (p. 16). Saussure trata de ambos os aspectos, interligados, ao submeter o individual ao social, mas deixa esta interligação de lado quando afirma que para o estudo da linguagem basta a dimensão social, que diz respeito à língua. Contudo, parece que o lingüista retoma a importância do individual quando coloca os indivíduos como “germe” das mudanças que podem ocorrer na língua.

As modificações na língua seriam observadas no decorrer do tempo, que seria, simultaneamente, o grande agente de cristalização e de modificações, e dependeriam de uma outra variável: as forças sociais. Evidentemente, tais forças, para Saussure, não se referem a fenômenos como diferenças sócio-econômicas, aspectos políticos, ideológicos etc., mas estão concentradas na massa social. Parece que estamos, então, diante de uma contradição: a mudança estaria atrelada ao aspecto social da linguagem e não ao aspecto individual... Todavia há que se considerar que o processo de mudança envolve dois níveis: o primeiro, individual, circunscrito ao âmbito da fala; o segundo, que é social, ocorre no nível da língua; neste último há a necessidade da intervenção do tempo para que as (novas) formas usadas pelos indivíduos se propaguem e se cristalizem no sistema. Novamente, o individual submete-se ao social. Trata-se de uma relação hierárquica estipulada pelo lingüista.

Um certo apagamento do indivíduo também é percebido na noção saussuriana de arbitrariedade do signo, que, conforme Giddens (1979), afirma a existência da *langue* independente dos “atos intencionais iniciados pelos falantes no nível da *parole*; *langue* não é em nenhum sentido um produto tencionado da atividade dos sujeitos que são os falantes”⁴² (p. 14). Além disso, o autor aponta que, quanto à dicotomia *langue/parole*, teria faltado à teoria de Saussure

⁴² “intentional acts initiated by the speakers on the level of *parole*; *langue* is not in any sense an intended product of the activity of the subjects who are the language speakers”

discussões sobre a mediação entre o caráter sistemático e não-contingente da língua e o caráter específico e individual da fala; tais discussões teriam levado a uma maior delimitação da separação entre sincronia e diacronia.

Nas postulações de Saussure percebe-se que, apesar de considerar a língua como social em sua natureza, ele não está preocupado com uma teoria sociológica da linguagem, que envolva, por exemplo, questões relacionadas ao poder/ideologia. O social diz respeito, puramente, ao sistema lingüístico coletivo existente na mente dos falantes. Contudo, valeria uma discussão acerca da influência do papel político/ideológico (poder) sobre a língua. Na passagem seguinte, por exemplo, a palavra “convencional” parece estar tapando um buraco deixado pela carência das discussões políticas/ideológicas: “Assim como os dialetos não passam de subdivisões arbitrárias da superfície total da língua, assim também o limite que se acredita que separe duas línguas só pode ser convencional” (p. 236). Também, quando Saussure afirma que a mudança na língua decorre do tempo e das forças sociais, este último aspecto não está muito claro: infere-se que forças sociais associam-se à massa falante, porém, novamente, as questões políticas/ ideológicas poderiam ser discutidas, como aspectos que influenciam nas mudanças lingüísticas. Não obstante essas colocações, fica evidente que a preocupação com os aspectos políticos/ ideológicos não existe por não serem estes o objeto de interesse, e sim o sistema que existe na mente dos falantes de uma dada comunidade. Mas certamente mesmo esta escolha é política: significa que em segundo plano ficam as reflexões sobre as mudanças (a história) e o papel dos indivíduos neste processo. Em Saussure, os indivíduos, além de serem “faltos de inteligência” são assujeitados ao sistema lingüístico (língua).

Em relação a Meillet, Saussure compartilha a noção de língua como *fato social*. Porém, o primeiro parece dar mais espaço às mudanças da língua que refletem as mudanças na estrutura social. Ambos estão preocupados com uma lingüística geral que dê conta da língua enquanto um sistema: Meillet a localiza, por um lado, entre as gramáticas descritivas e históricas e, por outro, entre as ciências de fatos particulares (como a psicologia e a sociologia). Saussure situa o estudo da língua em um ramo da psicologia social, a semiologia, que trataria dos signos e das leis que o regem. Ambos, ao procurarem um lugar para o estudo da língua, salientam um certo caráter social de língua submetido à análise

científica. Contudo, ao submeter o estudo da língua à semiologia, o caráter social parece ficar apagado em virtude do estudo da língua ocorrer no nível dos signos.

Além disso, Saussure afirma que “é necessário colocar-se no terreno da língua e tomá-la como norma de todas as outras manifestações da linguagem” (p. 16), sendo a língua um todo por si. Já para Meillet, “os limites da língua tendem a coincidir com aqueles dos grupos sociais”⁴³ (1943, p. 232). A diferença entre ambos é que Meillet incorpora ao estudo da língua a dimensão social (dos grupos sociais), enquanto para Saussure os limites do estudo da língua são a própria língua.

Sobre as perspectivas diacrônica e sincrônica, Meillet propõe que o estudo da gramática ocorre de duas formas: uma descritiva, na qual o foco recai sobre o uso lingüístico de um certo grupo em um certo período; a outra histórica, cujo foco é a mudança lingüística entre duas épocas. Para Meillet estas duas gramáticas não se diferem, uma vez que “toda descrição é em qualquer medida histórica”⁴⁴ (1943, p. 44). Similarmente a Meillet, Saussure afirma que “a linguagem implica ao mesmo tempo um sistema estabelecido e uma evolução.” A diferença entre os pensadores está no fato de que para Saussure, esses dois vetores “não têm importância igual” (p. 105), sendo que a sincronia prevalece sobre a diacronia por dois motivos: a massa falante apenas percebe como real a sincronia; o lingüista, numa perspectiva diacrônica, não percebe a língua, mas os acontecimentos que a modificam. Para Meillet, as modificações lingüísticas não têm um sub-lugar nos estudos da linguagem, uma vez que para ele interessa a relação entre o desenvolvimento lingüístico e os fatos sociais.

Os trabalhos de Saussure sofreram influências da teoria sociológica de Durkheim, as quais foram assinaladas por alguns autores. Segundo Firth (1969, p. 179):

A lingüística geral de Saussure está muito associada à sociologia de Durkheim. Sua abordagem teórica pode, de forma justa, ser descrita como estruturalismo durkheimiano [...] Saussure, pensando nos termos de Durkheim, considerava os fatos sociais como *sui generis* e externos, num plano diferente do fenômeno individual. A “consciência coletiva”, através de uma entidade física, não é alcançada por meio da psicologia individual. O fato social está em um plano diferente da realidade. O grupo limita o indivíduo e a cultura do grupo determina a sua humanidade⁴⁵.

⁴³ “les limites des langues tendent à coincider avec celles des groupes sociaux”

⁴⁴ “toute description est en quelque mesure historique”

⁴⁵ “Saussure’s general linguistics is closely linked with the sociology of Durkheim. His theoretical approach may fairly be described as Durkheimian structuralism. [...] Saussure, thinking in Durkheimian terms, regarded social facts as *sui generis* and external to and on a different plane from individual phenomena. The “collective conscience”, through perhaps a psychical entity, is not arrived at by studying the psychology of the individual. The social fact is on a different plane of

Robins (1983, p. 149) afirma: “[...] a linguagem não era vista como uma entidade orgânica supra-individual, dotada de vida própria, conforme anteriormente afirmaram Humboldt, Scheilcher e, mais tarde, Saussure (sob influência de Durkheim)”.

Sucintamente, contrapondo Durkheim a Meillet e a Saussure observa-se que para o primeiro, a tensão entre o indivíduo e a sociedade é uma constante em seu trabalho e ele, ao mesmo tempo em que defende a noção de fato social associada à coerção, não nega a liberdade dos indivíduos de se submeterem ou não a certas normas. Tal tensão não é aparente nos trabalhos de Meillet, contudo, este não nega a relação existente entre a infra-estrutura (realidade) e superestrutura (idéias, linguagem...) afirmando que as mudanças na primeira provocam mudanças na segunda. Meillet teria, assim como Durkheim, pecado pela falta de uma reflexão mais precisa sobre a maneira pela qual aquelas duas estruturas se relacionariam mutuamente. Por fim, para Saussure a tensão indivíduo-sociedade não é um problema, tampouco a relação entre realidade e linguagem: a primeira não é um problema devido à tranqüila submissão do indivíduo (fala) ao social (língua); a segunda devido à criação saussuriana da língua como sendo um sistema abstrato, que existe virtualmente na mente dos falantes onde foi depositada passivamente pela prática da fala, e que, por isso, não reflete realidade alguma. Assim, num contínuo que recobre a relação indivíduo vs. sociedade vs. realidade, tem-se: (+) Durkheim → Meillet → Saussure (-).

1.2.3 Série III – Um olhar social e ideológico acerca da linguagem

Um breve resgate histórico das noções de liberalismo, idealismo, empirismo e utilitarismo constituem inicialmente o objeto de descrição desta seção, no intuito de caracterizar as condições de surgimento do marxismo, permitindo compreender o forte enfoque social utilizado, a partir do final do século XIX, para a explicação de diversos fenômenos pelo campo científico. A importância desta série está na influência que exerceu sobre a abordagem bakhtiniana da linguagem e no enfraquecimento das perspectivas filosóficas e

reality. The group constrains the individual, and the group culture determine a great deal of his humanity”.

científicas pautadas no indivíduo, como a teoria de Humboldt sobre os limites do Estado, conforme será visto adiante.

A partir do século XVII, sob os auspícios do movimento da Reforma, o indivíduo passou a ganhar importância nas reflexões religiosas, filosóficas e mesmo econômicas. Esse período, marcado pelo liberalismo – cuja característica principal foi o respeito ao individualismo –, foi inspirado no protestantismo no que se refere ao respeito à liberdade concedida aos indivíduos em seu relacionamento com Deus e com a religião. Ao liberalismo importava o direito livre sobre a propriedade e acreditava-se que os homens poderiam ascender social e economicamente se assim o quisessem. Em decorrência disso, as tradições medievais de governo e a autoridade da Igreja católica passaram a ser questionadas, possibilitando, cada vez mais, a liberdade dos homens tanto no campo econômico quanto no filosófico. No campo da filosofia, o princípio do individualismo era basicamente racionalista, sendo que, a partir do século XIX, o individualismo também se voltou para as paixões, com o movimento dos românticos, conduzindo, descaracterizando aquilo que seria o liberalismo. (ABBAGNANO, 2000; WEBER, 2004)

1.2.3.1 Sob a égide do empirismo, do liberalismo, do idealismo e da teoria do trabalho-valor

O século XVIII é conhecido como o século do *racionalismo*⁴⁶ e inclui duas vertentes: o *cartesianismo*, de base idealista e metafísica, e o *iluminismo*, de fundamento empírico e instrumental⁴⁷. O método cartesiano possibilitou a apreensão da verdade através do entendimento, sem levar em conta os fatos, a experiência ou os testemunhos; com isso, esse método se opôs tanto ao experimentalismo das ciências da natureza quanto ao historicismo das ciências humanas. (CHÂTELET, 1982)

⁴⁶ Pelo menos dois significados podem ser atribuídos ao termo racionalismo: um deles, utilizado por Hegel, caracteriza o racionalismo como a corrente que vai de Descartes a Spinoza e Leibniz e que se opõe ao empirismo lockiano; o outro o define como toda orientação filosófica que se volta à razão. (ABBAGNANO, 2000).

⁴⁷ Segundo Châtelet (1982, p. 75) o iluminismo pode ser considerado como o filho emancipado do cartesianismo e deve a Descartes “o gosto do raciocínio, a busca da evidência intelectual, e, sobretudo, a audácia de exercer livremente seu juízo e de levar a toda parte o espírito da dúvida metódica. “Sou, logo penso” seria de algum modo o *cogito* do filósofo do Iluminismo, bem próximo do *cogito* cartesiano. Bem próximo, mas com um sentido exatamente ao contrário. Descartes ofereceu a esses filósofos suas armas, mas, diz D’Alembert, “nós as voltamos contra ele””.

O período iluminista moderno, conhecido como o século das Luzes, durou do final do século XVII ao fim do século XVIII. O *iluminismo*, tido como linha filosófica que emprega a razão como guia e crítica a todas as áreas da experiência humana, assume, por um lado, a crença cartesiana na razão e, por outro, defende a limitação da razão; é por esses motivos que o empirismo é visto como integrante do iluminismo. Essa corrente defende: a limitação dos poderes cognoscivos às fronteiras reais dos fenômenos estudados (e não para além deles); a recusa da idéia de que há áreas da experiência humana nas quais a crítica racional não possa ser aplicada (diferente de Descartes que restringia a crítica racional à ciência e à metafísica), como as áreas da política e da religião; a recusa da tradição, uma vez que o iluminismo visa aniquilar preconceitos e crenças; o compromisso em aplicar os resultados do uso da razão na melhoria da dimensão social e individual das pessoas; associado ao item anterior, a invenção moderna das concepções de tolerância (religiosa) e de progresso (histórico); a idéia (empírica) de que a verdade científica deve ser posta à prova e, se necessário, mudada ou abandonada; e a elevação da ciência à atividade humana mais importante, sendo que a física passaria a ser vista como a ciência principal. (ABBAGNANO, 2000)

O *método iluminista* se desenvolveu sob a filosofia de Newton e de Locke e foi a partir de 1730, com a obra newtoniana “O Discurso sobre a forma dos Astros” que teria ocorrido a passagem do cartesianismo para o newtonismo, o qual pauta-se na experimentação, na observação, no cálculo e na análise (em oposição à dedução). Na mesma direção de Newton seguiu Locke, que recusou o dualismo cartesiano e a teoria das idéias inatas em prol da experiência e da análise em suas reflexões sobre “O Entendimento Humano” (1690), que tiveram grandes repercussões nas ciências humanas. Em termos gerais, para os empiristas: (i) o inatismo, que supõe um conhecimento sem experimentação, seria negado; (ii) o conhecimento de qualquer verdade sem o uso da verificação e dos sentidos seria descartado; (iii) a verdade estaria no fato, ou seja, nos dados observáveis e verificáveis da realidade; (iv) os instrumentos de pesquisa seriam limitados, o que se vincularia à idéia de limitação das possibilidades humanas; (v) a mente seria vista como uma folha em branco preenchida pela experiência, que ofereceria à mente, segundo Locke, idéias simples, cabendo à reflexão mental a produção de idéias complexas/abstratas. (ABBAGNANO, 2000; CHÂTELET, 1982)

O empirista também defendia a idéia de contrato social, em oposição ao direito divino dos reis; tratava-se de defender uma teoria do Estado em oposição à idéia de direito divino. Essas crenças liberais influenciaram, entre outros, o próprio marxismo. Sucintamente, o *liberalismo* preconizava a liberdade no campo político, sendo caracterizado, paradoxalmente, por duas fases: uma realçando o individualismo (séc. XVIII, com representantes como Hobbes, Bentham, Adam Smith e Humboldt) e outra valorizando o estatismo, que tanto criticava a idéia de que a visão individualista protegia uma classe específica – a burguesia –, como defendia a coincidência de interesses estatal e individual (séc. XIX e representantes como Rousseau e Hegel). (ABBAGNANO, 2000; CHÂTELET, 1982).

Em concordância com a segunda fase do liberalismo estariam um certo ramo do romantismo do séc. XIX (tratado de liberdade de Stuart Mill) e algumas formas de idealismo – Hegel e suas influências sobre o idealismo inglês e italiano do início do século XX. O termo *idealismo* engloba dois significados: um epistemológico, que pode ser encontrado, por exemplo, na definição dada por Kant de idealismo como “a teoria que declara que os objetos existem fora do espaço ou simplesmente que sua existência é duvidosa e indemonstrável, ou falsa e impossível” (apud ABBAGNANO, 2000, p. 523); um outro, de cunho romântico da Alemanha pós-Kant, que teve como representantes Fichte, Schelling e Hegel e que defendia os princípios da universalidade e individualidade: à questão “seria possível construir-se uma ordem racional universal, fundada na autonomia do indivíduo?” os idealistas alemães teriam respondido afirmativamente visando, dessa maneira, “um princípio unificador que preservasse os ideais de uma sociedade individualística e não sucumbisse aos seus antagonismos” (ARANTES in HEGEL, 2005, p. 8). Quanto a Hegel⁴⁸, este defendia que para se ter conhecimento de algo era necessário o conhecimento de todo o contexto que o circundasse; a essa concepção se associa a *dialética hegeliana*, que envolve três etapas, sendo a primeira uma declaração, a segunda uma contra-declaração e a terceira uma combinação de ambas: o processo

⁴⁸ As raízes das reflexões hegelianas remontam à Revolução Francesa: “com os eventos de 1789, todos os homens haviam sido declarados livres e iguais; todavia, ao agir de acordo com seu conhecimento e em função de seus interesses, os homens haviam criado e experimentado uma ordem de dependência, de injustiça e de crises periódicas. A competição geral entre sujeitos economicamente livres não havia estabelecido uma comunidade racional que pudesse salvaguardar e satisfazer as necessidades e os interesses de todos os homens [...] Essa ausência, de fato, de uma comunidade racional era responsável pela busca filosófica da unidade e universalidade na razão. Todos esses impasses filosóficos [...] encontram na filosofia hegeliana uma resposta” (ARANTES In HEGEL, 2005, p. 9-10).

dialético visa englobar todas as conexões possíveis até que todas as possibilidades sejam contempladas. Dessa maneira, alguma coisa tem sentido sempre na sua relação com o todo, como num sistema (diferentemente, o empirista vê significado em cada parte para que o todo possa ser demonstrado).

De volta ao *liberalismo*, esse se desenvolveu no século XVIII, no contexto da revolução industrial na Inglaterra, quando mudanças materiais ocorriam em grande escala. Alguns acontecimentos dessa época dizem respeito ao aumento populacional a partir da invenção das vacinas (final do séc. XVIII)⁴⁹, à introdução da maquinaria, à construção de teares, ao aperfeiçoamento da máquina a vapor que provocou a expansão da mineração do carvão; ao êxodo rural em decorrência da nobreza se apropriar das terras que eram comuns a todos, o que levou os indivíduos a serem empregados nas fábricas. E já no século XIX, em virtude do mau pagamento e das condições de vida, a população da fábrica passou a viver em construções pobres. Houve a expansão do transporte ferroviário e a substituição da vela por navios em meados do século XIX. Nesse ambiente de mudanças, “o velho liberalismo, baseado em trabalho manual e na pequena propriedade rural, não era suficientemente flexível para enfrentar os novos e grandes problemas da sociedade industrial” (RUSSELL, 2002, p. 376), sendo que “o desenvolvimento inicial da produção industrial deu origem a um renovado interesse pelas questões de economia” (ibid., p. 377). Teóricos que tiveram como objeto de suas reflexões o funcionamento econômico de um país foram Adam Smith e Ricardo; quanto ao primeiro, salienta-se o estudo das forças atuantes na vida econômica de um país; do segundo ficaram as contribuições sobre a teoria do trabalho-valor. Esses pensadores tiveram uma grande influência na Inglaterra.

Preocupações com o bem-estar social a partir da premissa de que “o melhor estado que podemos alcançar é aquele em que o saldo do prazer sobre a dor seja o maior possível” (ibid., p. 379) marcaram o movimento dos *utilitaristas*. Tal teoria, cujo princípio norteador era o de mais felicidade para um número maior de pessoas, foi apropriada pelos economistas liberais que defendiam o “laissez-faire para o livre comércio, pois assumia-se que a busca livre e sem controle, por parte de cada homem, do seu maior prazer, produziria a maior

⁴⁹ Sobre o crescimento da população, Malthus (1766-1834) defendia a teoria de que esta crescia em progressão geométrica enquanto os alimentos cresciam em progressão aritmética e, para evitar uma futura fome geral, ele propunha o “controle” como forma de evitar o aumento populacional. Darwin em 1859, a partir da noção de Malthus sobre a expansão populacional, propunha a teoria de que os mais adaptados sobreviveriam. (RUSSELL, 2002, p. 387).

felicidade à sociedade, graças à jurisprudência” (RUSSELL, 2002, p. 381). Dentre os utilitaristas, Jeremy Bentham (séc. XVIII/XIX) – o mesmo que inventou um dispositivo de controle dos indivíduos, o *Panóptico*, baseado na vigilância constante, substituindo as grades, as correntes e as fechaduras (FOUCAULT, 1999a) – se destacou na defesa de reformas sociais e da educação e nas críticas à Igreja e à autoridade da classe dominante, especialmente quanto à moral do sacrifício imposta aos trabalhadores.

Contemporâneo a Bentham, Ricardo (1772-1823), em seu tratado sobre economia política e tributação, discorreu a respeito de uma teoria sobre o *valor do trabalho*. Também na mesma direção de pensamento, Robert Owen criticou a exploração humana para a obtenção de lucro, tendo ele influenciado a elaboração das primeiras leis relativas às fábricas. Embora não tenha elaborado nenhuma teoria ou filosofia socialista, em “1827, os seguidores de Owen são referidos pela primeira vez como socialistas” (RUSSELL, 2002, p. 388). Segundo Russell, “foi Marx quem propiciou ao socialismo uma teoria filosófica. Para tanto, baseou-se na teoria de valor de Ricardo, para a sua concepção econômica, e na dialética hegeliana como instrumento de discussão filosófica” (ibid, p. 388).

1.2.3.2 O materialismo: Marx

O pensamento de Marx teve uma influência quase preponderante no surgimento dos aspectos sociais como objeto de interesse das pesquisas teóricas, em detrimento do indivíduo. Na opinião de Arendt (2004, p. 334),

Teoricamente, o ponto crucial, no qual se deu a mudança a partir da insistência da vida “egoísta” do indivíduo, nos primeiros estágios da era moderna, para a ênfase posterior sobre a vida “social” e sobre o “homem socializado” (Marx), ocorreu quando Marx transformou a noção mais grosseira de economia clássica – de que todos os homens, quando agem, fazem-no por interesse próprio – em forças de interesse que informam, movimentam e dirigem as classes da sociedade, e através de conflitos dirigem a sociedade como um todo. A humanidade socializada é aquele estado social no qual impera somente um interesse, e o sujeito desse interesse são as classes ou a espécie humana, mas não o homem e os homens.

A filosofia de Marx é materialista, racionalista e histórica, se opondo aos românticos e aos idealistas. As influências que opuseram Marx ao romantismo na busca de uma teoria social científica foram as de Ricardo e de Malthus, tendo Marx optado por um ponto de vista do trabalhador cujo esforço é apropriado pelo capitalista, sendo a exploração “entendida em função de um sistema de produção

e das relações desse sistema com o conjunto das classes operária e capitalista” (RUSSELL, 2002, p. 390).

Marx (1818–1883) nasceu na Alemanha e foi através de Engels que adquiriu conhecimento acerca das condições de trabalho na Inglaterra e da economia inglesa, uma vez que o pai de Engels era dono de fábricas na Alemanha e em Manchester. Sucintamente, entre 1845 e 46, Marx e Engels escreveram a *Ideologia Alemã*, que aborda, de forma conclusa, o materialismo histórico. Em 1848, eles publicaram em Londres o *Manifesto do Partido Comunista*, considerado “uma obra-prima da propaganda política” (ELSTER, 1989, p. 21). Em 1848-49, Marx participou das revoluções francesas e alemãs, tendo sido expulso da Alemanha em 1849 e se distanciando da política por 15 anos; por fim, se refugiou na Inglaterra, cuja economia serviu de modelo para seus trabalhos.

Quanto às influências intelectuais, no período universitário Marx foi atraído pela idéia de funcionamento do mundo sob uma ótica dialética, presente na teoria de Hegel. Tanto Hegel como Marx pautaram suas teorias na concepção de sistema, ao invés de indivíduo, caracterizando-se a filosofia desse último como oposta ao liberalismo. A perspectiva dialética adotada por Marx também incorporou a visão dialética de história que Hegel defendia, o que fica evidente na postulação de Marx de que “um determinado sistema de produção, no curso do tempo, desenvolverá tensões internas entre as várias classes sociais a ele vinculadas” (RUSSELL, 2002, p. 390). Todavia, enquanto Hegel pautava sua perspectiva na noção de “espírito”, Marx substituiu essa noção pela noção de matéria, mais especificamente pela relação do homem com a matéria, ou seja, pelos modos de produção. Marx substituiu ainda a noção hegeliana de “nações como veículo do movimento dialético” pela noção de classes.

O pensamento de Marx inclui, entre outros, os temas da *história*, da *consciência*, da *ideologia*, da *alienação* e das *contradições entre indivíduos e interesse coletivo*, que serão abordados a seguir.

A *história* para Marx engloba duas visões, uma empírica e outra filosófica. A primeira – denominada de materialismo histórico – é entendida como “[de um lado] uma teoria geral da estrutura e da dinâmica de qualquer modo de produção; de outro, é uma teoria da seqüência histórica de modos de produção” (ELSTER, 1989, p. 120), sendo que cada modo desses possui uma certa base econômica – onde há contradições entre as relações de produção e as forças

produtivas – e uma superestrutura política e ideológica⁵⁰. Ressalta-se que o materialismo defendido por Marx era dialético, o que não configurava um sujeito passivo às ações: nessa abordagem a percepção era tida como uma relação entre o sujeito e o objeto, estando estes dois últimos num processo contínuo de adaptação e de construção mútuas. A segunda visão, filosófica, foi influenciada pelos escritos de Hegel e baseia-se em uma perspectiva histórica de desenvolvimento (sociedade de pré-classes → de classes → de pós-classes), que se volta para um fim. Assim, a filosofia de Marx foi influenciada pela idéia dominante no século XIX de progresso como regra universal, de modo que o capitalismo seria apenas uma etapa do processo econômico, vindo a ser substituído pelo socialismo e pelo comunismo. Numa visão dialética, o comunismo, como sociedade sem classes, seria o resultado da luta dialética – a luta de classes. (ELSTER, 1989).

Nessa perspectiva filosófica, a história pode ser definida como “sucessão de diferentes gerações, cada uma das quais explora os materiais, os capitais e as forças de produção a ela transmitidas pelas gerações anteriores” (MARX, 1996, p. 70). O desenvolvimento histórico se fundamentaria em três aspectos: (i) na produção de meios que possibilitem suprir as necessidades básicas de existência; (ii) na produção de novos meios estimulada por novas necessidades geradas a partir das primeiras, e assim por diante; (iii) no surgimento de famílias (economias domésticas) que, posteriormente, estariam vinculadas à idéia de propriedade privada. Esses três aspectos aproximam as necessidades e os modos de produção às relações cooperativas; ou seja, a história é feita a partir dos meios de produção mediados pelas relações. E é também dentro de um processo histórico que, em decorrência do aumento de produtividade e das populações, a divisão de trabalho ocorre, configurando-se concretamente “a partir do momento em que surge uma divisão entre o trabalho material e o espiritual” (ibid., p. 45).

Quanto ao indivíduo, este se define a partir dos meios de produção, das relações sociais, de sua história e da *consciência*, sendo que esta não se identifica com a noção de espírito, mas sim com uma noção material, real e prática de linguagem, cujo surgimento ocorre “como a consciência, da carência, da

⁵⁰ A perspectiva de base e de superestrutura de Marx não postula uma relação de causalidade entre ambas, mas “afirma que tipos específicos de atividades políticas e intelectuais observados em sociedades de classes podem ser explicados por referência a formas igualmente específicas de organização econômicas.” (ELSTER, 1989, p. 130). Elster (1989) considera essa perspectiva falsa, uma vez que fenômenos intelectuais possuem autonomia em relação a aspectos econômicos, podendo até mesmo contribuir para a explicação desses.

necessidade de intercâmbio com outros homens” (MARX, 1996, p. 43). Dessa maneira, “a *consciência* [...] é desde o início um produto social, e continuará sendo enquanto existirem os homens” (ibid.; grifo do autor). A consciência é consciência do meio natural e da necessidade de manter relação com outros, que decorre dos modos de produção existentes para suprir a demanda das necessidades; a consciência só é possível devido ao convívio social, uma vez que “os indivíduos fazem-se *uns aos outros*, tanto física como espiritualmente, mas não se fazem a si mesmos” (ibid., p. 55). Além disso, devido ao caráter material da consciência e do fato das formações ideológicas ocorrerem em decorrência da prática humana/material, as ideologias não mudam em virtude de reflexões intelectuais e filosóficas, mas em decorrência de mudanças práticas das relações reais. Finalmente, a consciência pode ser vista na teoria marxista a partir de dois enfoques: a consciência dos homens individuais, que é distorcida pela alienação e pela ideologia dominante, e a consciência da classe, que seria a única capaz de modificar a história e promover o fim da alienação (MONTEIRO, 1995).

A *ideologia*, que faz parte da superestrutura, pode ser entendida por falsa consciência, o que significa que a consciência é distanciada, através de certos processos, daquilo que seria a verdade; em outras palavras, ela falseia a realidade das relações de exploração e garante no nível das idéias a dominação capitalista e a alienação dos trabalhadores. As ideologias são geradas e mantidas espontaneamente ou pelo interesse da classe dominante, sendo que a teoria de Marx não consegue explicar a maneira pela qual esse interesse gera um conformismo geral. Alguns aspectos que generalizam a ideologia dominante, em um nível político, seriam: a classe dominante tende a acreditar que seus interesses são os mesmos da grande maioria; aqueles que fingem falar em nome do interesse geral acabam acreditando no que dizem; a realização de interesses específicos tende a ser visto como a melhor forma de servir o interesse geral. (ELSTER, 1989; MONTEIRO, 1995)

A idéia de *alienação*, que deve ser entendida em relação ao contexto capitalista, engloba quatro aspectos gerais: o homem permanece alienado da natureza (ao produto de seu trabalho); o homem permanece alienado de si mesmo (de sua atividade, imposto pela divisão de trabalho); ele está alienado do seu ser genérico (como membro de uma espécie); e ele permanece alienado dos outros homens (MONTEIRO, 1995). Para Marx, a alienação seria um dos

defeitos⁵¹ do marxismo e sua característica principal seria a ausência de auto-realização, entendida como “a plena e livre atualização e externalização dos poderes e capacidades do indivíduo” (ELSTER, 1989, p. 58). As oportunidades de auto-realização não são comuns nas sociedades capitalistas, pois, segundo Marx, não há espaço para produção criativa nas fábricas industriais, sendo os exemplos de auto-realização o artista, o cientista e o artesão pré-industrial. E essa carência de oportunidades seria a principal razão de os indivíduos raramente se motivarem para a busca da auto-realização, especialmente por eles estarem voltados ao desejo de consumo (em oposição ao de crescimento pessoal), incentivado pelo capitalismo. Apesar de ser uma prática individual, o desenvolvimento das capacidades pessoais se vincula ao contexto social, pois a auto-realização se funda na apreciação do outro (ELSTER, 1989).

Sobre as *contradições entre indivíduos e interesse coletivo*, é com a divisão do trabalho que elas se instauram e, uma vez colocado numa esfera de produção, o indivíduo tende a permanecer nela para não perder os meios de vida: trata-se de uma “fixação da atividade social” (MARX, 1996, p. 47), pelo interesse coletivo (Estado), que muitas vezes se opõe aos interesses individuais. Nesse sentido, o Estado, representando o interesse coletivo, intervém praticamente nas lutas e choques que decorrem das contradições entre os *interesses individuais e coletivos*. Tal intervenção ocorre pela alienação dos indivíduos sobre o poder social, ou seja, sobre a força produtiva resultante da cooperação “natural” dos indivíduos, exigida pela divisão do trabalho, e que eles vêem como uma força exterior a eles. A revolução, então, só seria possível se o poder se tornasse “insuportável” para os indivíduos, através da ausência de propriedade em contradição com um mundo de riquezas que supõe força produtiva; e “para o materialista *prático*, isto é, para o *comunista*, trata-se de revolucionar o mundo existente, de atacar e transformar, praticamente, o estado de coisas que ele encontrou” (ibid., p. 66). O poder externo aos indivíduos, em última instância, define-se como “mercado mundial” (ibid., p. 54).

Segundo Elster (1989), alguns temas marxistas podem ser considerados deslocados em relação ao mundo contemporâneo. Cito apenas três: (i) o socialismo científico, que inclui a idéia de progresso histórico e de que ações individuais não podem promover mudanças; (ii) a teleologia e o funcionalismo, que atribuem, respectivamente, à história e ao capital um caráter supra-

⁵¹ Os outros seriam a exploração e a ineficiência (ELSTER, 1989).

individual dotado de poder em si mesmo, capaz de explicar tanto o objetivo da história como aspectos sociais e econômicos mais gerais; (iii) a teoria das forças produtivas e das relações de produção que não explica a maneira pela qual ocorre a ascensão ou a queda das relações de produção em relação à capacidade dessas relações de promover ou cancelar o desenvolvimento das forças produtivas; ademais, essa teoria não contemplaria as motivações individuais presentes na força social que existe por detrás daquelas ascensões e quedas.

Por fim, o mesmo autor (1989) defende que alguns temas marxistas permanecem atuais, os quais listo de forma simplificada: (i) uma certa versão do método dialético, inspirada nos trabalhos de Hegel; (ii) a teoria da alienação e o individualismo metodológico, que enfatizam a auto-realização e o bem viver dos indivíduos com base no desenvolvimento de suas potencialidades criativas, gerando benefícios mútuos; (iii) o tema da exploração que pode fornecer à justiça social ferramentas teóricas descritivas e heurísticas; (iv) e a teoria da consciência de classe, da luta de classes e da política, sendo que os conflitos não se restringem apenas às classes, mas englobam outras categorias, como gênero, etnia, raça, religião etc..

1.2.3.3 Resumindo

O indivíduo para Marx é constituído historicamente a partir das relações com outros indivíduos, motivadas pelos modos de produção, os quais visam suprir as necessidades básicas que, uma vez supridas, geram novas demandas. Com a divisão do trabalho, novas classes de produção foram surgindo e absorvendo os indivíduos, conferindo-lhes certas características provenientes daquela classe e das relações que a qualificam. Tem origem aí uma divisão entre o indivíduo particular e o indivíduo de classe, que ocorre em função da concorrência entre os indivíduos e da necessidade de sobrevivência; tal divisão, na forma de contradição, é evidente para os próprios indivíduos uma vez que seus interesses individuais não condizem com os interesses coletivos que lhes são impostos.

O indivíduo deve ser visto, então, em função de: (i) relações de produção; (ii) relações com outros indivíduos; (iii) classe à qual pertence em função das relações de produção; (iv) contradição: o que lhe interessa *versus* o que lhe é imposto. Por isso, o indivíduo sozinho não promove modificações no sistema de

produção de um Estado, uma vez que as revoluções ocorrem entre classes e não entre indivíduos. E para que a mudança ideológica ocorra é necessário mudança real, no nível das relações de produção.

Na perspectiva materialista fica evidente o fato da consciência ser constituída a partir das relações entre os indivíduos, que são relações sociais visando a produção. Tais relações são possíveis pela linguagem, tida como o substrato material da consciência, sendo que aquela surge como forma de suprir a necessidade de comunicação gerada pelo desenvolvimento do trabalho (das relações de produção) (COSTA, 2000). Assim, de acordo com a realidade na qual o indivíduo se inscreve, seja de produção natural (natureza) ou social (sociedade), serão a sua consciência e a sua linguagem⁵². Com isso, a história do desenvolvimento da consciência – e da linguagem – é a história do desenvolvimento das relações de produção, que se tornam mais complexas em virtude do aumento das necessidades e da população. Assim, um estudo da linguagem, nessa perspectiva, deve levar em conta, além das condições materiais e históricas de existência, também o fato de que as revoluções, ao instaurarem modificações nas relações de produção (e nas relações sociais em geral), promovem modificações nas idéias dominantes, na consciência e na linguagem. Portanto, modificações no campo da linguagem estão atreladas a revoluções motivadas pela insatisfação de uma classe quanto ao seu modo de vida e atividade.

A relação entre a filosofia marxista e uma abordagem de língua será retomada no segundo capítulo, destinado à exposição da teoria de Bakhtin. Por ora, vale reafirmar a perspectiva marxista de Bakhtin, embora em sua biografia feita por Clerk e Holquist, estes autores tenham sugerido que o lingüista usara a terminologia marxista apenas com fins de persuasão dos leitores e não por compartilhar as concepções marxistas. A respeito disso, é digno de nota o comentário de Faraco (1988) de que, ao Bakhtin pautar sua teoria numa perspectiva social, histórica, material e dialética, ressaltando o lugar das relações inter-individuais atravessadas pela linguagem, sendo esta ideologicamente marcada, na constituição dos sujeitos, o lingüista não estaria usando clichês de teor marxista, mas estaria mostrando a forma marxista de pensar a realidade.

⁵² Costa (2000, p.30-31) aponta para o caráter dialético da relação entre linguagem e consciência na teoria marxista, “o que significa que a linguagem não é a consciência (e vice-versa), uma não se reduz a outra. Porém, as duas se implicam mutuamente, não podem ser pensadas uma sem a outra”.

Citando Faraco: “faltou-lhes [aos autores] perceber que o compromisso com uma corrente de pensamento não se faz por terminologia ou citações, mas pelos procedimentos metodológicos, pela forma de pensar o real” (p. 32). Ademais, é possível perceber o interesse de Bakhtin pelos preceitos marxistas nas palavras do próprio filósofo russo: “o idealismo torna intuitivamente convincente o vivenciamento de mim mesmo e não o vivenciamento do outro; o realismo e o materialismo é que tornam mais convincente o vivenciamento do outro” (2003, p. 36).

1.2.3.4 As idéias marxistas no contexto lingüístico russo

A inspiração marxista sobre as idéias lingüísticas na Rússia se tornou forte entre os anos 1917 e 1934, quando grande parte das reflexões lingüísticas giravam em torno da questão das políticas lingüísticas e das nacionalidades naquele país. Tal questão já era evidente no Império russo bem antes da Revolução (1917): no final do século XIX a opinião da maior parte dos administradores e intelectuais russos era a favor de uma política de desenvolvimento de línguas e educação nacionais como forma de melhor promover a cultura russa nas línguas não-russas. Segundo um censo realizado em 1897, a habilidade de leitura em maior parte das línguas do Império era compartilhada por poucas pessoas, sendo que o número de alfabetizados aumentou com os trabalhos de promoção da língua russa, por um lado, e com o investimento no desenvolvimento de outras línguas, por outro. Dentre os nomes que se destacaram no desenvolvimento da política lingüística deste período pré-revolução estão Uslar e Il'minskii. Foi o trabalho destes estudiosos que influenciou, no final do século XIX, as idéias de instrução e de publicação em línguas não-russas. (REZNICK, 2001)

Ainda antes da revolução, a divulgação da questão lingüística na Rússia foi influenciada pela vida pública ativa de várias organizações políticas e culturais não-russas em suas próprias regiões. Tal atividade incluía reivindicações de direitos culturais e lingüísticos, sendo que tais reivindicações foram reconhecidas por representantes de diferentes partidos políticos. Conforme Kreindler, nas palavras de Reznick (2001, p. 10): “O interesse público no desenvolvimento das minorias étnicas foi tão forte e vivo que no Congresso de Professores, em 1914, a seção destinada à educação não russa atraiu mais de

3000 participantes, apesar de o número de delegados não russos ser menor do que 100.”⁵³

Essa demanda social por uma política lingüística direcionou os estudos na área da linguagem no final do século XIX e início do século XX na Rússia: a lingüística histórico-comparativa não dava conta de oferecer uma perspectiva de funcionamento da linguagem que resolvesse os problemas culturais e lingüísticos que estavam ocorrendo. Diferentemente dessa perspectiva, os lingüistas estavam interessados em uma abordagem que lhes permitisse lidar com as línguas faladas de minorias étnicas e lingüísticas, sendo as línguas entendidas como um fenômeno social, inseparável da comunidade e da vida social dos indivíduos. Nessa época destacam-se os estudos realizados na *Kazan's School of Linguistics*, sendo o seu fundador I.A. Baudouin de Courtenay (1845-1929), o qual possuía uma visão liberal acerca da questão das línguas: ele acreditava no direito natural das minorias de terem instrução formal em suas próprias línguas⁵⁴. Contudo, uma comunicação multilingual sob a administração de um mesmo Império, exigia, na prática, medidas impossíveis. Assim, face a essas dificuldades, a língua russa seria considerada a *lingua franca*; contudo, prioritariamente, a liberdade lingüística entre os diversos grupos étnicos deveria ser mantida. (REZNICK, 2001)

Nessa época (1917), o pensamento de Saussure estava começando a fazer sucesso entre os estudiosos russos, sendo que Sergei Kartsevskii foi um dos grandes responsáveis por trazer as idéias lingüísticas da Suíça para a Rússia. A teoria de Saussure foi muito bem aceita entre os formalistas russos (Círculo Lingüístico de Moscou) e influenciou, mais diretamente, os estudos literários. (REZNICK, 2001)

Com a Revolução Russa (1917), que trouxe grandes movimentações políticas, sociais e culturais, uma nova política lingüística foi declarada pelo partido dos Bolcheviques – baseada nos princípios de Lênin –, na qual a igualdade entre todas as nacionalidades (russos e não-russos) e suas línguas

⁵³ “Public interest in the development of ethnic minorities was so strong and lively that at the 1914 Congress of Teachers the section of non-Russian education attracted over 3000 participants, though the number of non-Russian delegates was less than 100”.

⁵⁴ Essa defesa de Baudouin da democratização da língua lhe rendeu uma prisão na Rússia, no período anterior à Revolução. Baudouin era considerado por Bakhtin um “eminente estudioso” (BRANDIST, 2006) e influenciou as seguintes idéias do Círculo: a divisão dos estudos lingüísticos em quatro mundos – psicológico, biológico-fisiológico, externo/físico e social; o uso dos termos língua cotidiana e língua oficial; a visão dinâmica da história da língua; e a interpretação, por Medvedev, de linguagem poética como função (PONZIO, 1998).

seria promovida. Segundo essa política (oficializada em Março de 1921)⁵⁵: (i) o Estado Soviético não teria uma língua oficial; (ii) todos teriam direito a falar sua língua materna em contextos privados ou públicos e (iii) todos teriam direito à educação e cultura em suas próprias línguas. Contudo, a implementação desta política, novamente, encontrou dificuldades práticas: “Para organizar e conduzir a administração, o comércio, a educação e a imprensa locais em línguas não-russas, seria necessário, primeiramente, inventar formas de escrita para a maior parte daquelas línguas, que não tinham nenhuma tradição de escrita”⁵⁶ (REZNICK, 2001, p. 12).

Com isso, coube aos lingüistas promover a erradicação do analfabetismo, a criação de alfabetos para as línguas sem sistema de escrita, o estabelecimento de línguas padrão e o desenvolvimento de instrução, administração e publicação nessas línguas⁵⁷. Dentre estes lingüistas-planejadores estavam: Iakovlev, Poppe, Zhirkov, Bubrikh e Iakubinskii⁵⁸. Este último, apesar de não participar do trabalho prático de planejamento e execução da política lingüística, contribuiu grandemente para o desenvolvimento da teoria lingüística soviética, especialmente com seu artigo polêmico, intitulado “F. de Saussure sobre a impossibilidade da Política Lingüística” (*F. de Saussure o nevozmozhnosti iazykovoï politik*), escrito em 1929 e publicado em 1931. Esse artigo, de certa forma, sistematiza o pensamento lingüístico soviético de base materialista. Outros artigos publicados por aquele lingüista russo, porém escritos por

⁵⁵ Destaque-se que a política de valorização das línguas e nacionalidades das minorias durou até final dos anos 1930, quando a promoção da língua russa como língua principal passou a ser enfatizada, fazendo com que as escolas tornassem obrigatório o ensino do russo e opcional o das demais línguas locais. Os motivos para essa mudança na política lingüística podem ter sido, segundo afirma Hemmer (s/d): A proclamação da Constituição de Stalin (1936) e o período de guerras na Europa, que foi marcado fortemente pelo nacionalismo.

⁵⁶ “To organise and run local administration, commerce, education, press in non-Russian languages, it was necessary, in the first place, to devise written forms for the vast majority of those tongues, which had no writing tradition”

⁵⁷ Ao que tudo indica, esses lingüistas foram bem sucedidos em suas ações político-lingüísticas: em 1924, 25 línguas diferentes estavam sendo publicadas na União Soviética, sendo que no ano seguinte esse número aumentou para 34 e, em 1927, aumentou para 44; além disso, a taxa de alfabetização cresceu rapidamente. Entretanto, a partir dos anos 30, a política lingüística iniciou um percurso em direção à centralização lingüística. (BRANDIST, 2005).

⁵⁸ Iakubinskii foi discípulo de Baudouin de Courtenay e, junto com outros estudiosos, freqüentava o Instituto de Estudos Comparados das Literaturas e Línguas do Ocidente e do Oriente (ILlaZV), em Leningrado, onde também estiveram Voloshinov e Medvedev (faziam parte do Círculo de Bakhtin) no final da década de 1920. Esses lingüistas do ILlaZV (1924-1930) pretendiam definir uma base sociológica para os trabalhos de dialetologia dos estudiosos pré-revolucionários, a partir das idéias de Marx, Engels, Lênin e Marr. (BRANDIST, 2006). Iakubinskii orientou Voloshinov na Universidade de Petrogrado (1922-24) e realizaram alguns trabalhos juntos; daí a influência daquele na concepção dialógica do enunciado, visto que Iakubinskii havia publicado um artigo intitulado “Sobre o Discurso Dialógico”, em 1923. Entre 1930 e 1937 o ILlaZV se tornou GIRK (Instituto Nacional de Cultura Discursiva), tendo sido reconhecido pelos estudos em dialetologia e história da formação das línguas nacionais (BRANDIST, 2005; LÄHTEENMÄKĪ, 2005).

Zhirmunski (estudioso de folclore e literatura), constituíram uma coletânea intitulada “A Estrutura de Classes da Língua Russa Contemporânea” e influenciaram, juntamente com os escritos de Iakubinski⁵⁹, o caráter sociológico e histórico dos trabalhos de Bakhtin/Voloshinov/Medvedev, nos anos 30 (BRANDIST, 2006).

1.2.3.4.1 O materialismo lingüístico

A perspectiva materialista da Lingüística soviética se inspirou, inicialmente, na perspectiva sociológica dos franceses, especialmente em Saussure, definindo a Lingüística como uma ciência sociológica (língua é um fato social). Contudo, Iakubinskii, em seus estudos, confronta as seguintes noções da abordagem saussuriana: (i) o caráter simultâneo de imutabilidade e mutabilidade do signo – o teórico russo argumenta que se a língua fosse, como afirma Saussure, inatingível pelo indivíduo ou pela comunidade, nenhuma política lingüística (atuação consciente sobre a língua) seria possível; (ii) a natureza arbitrária do signo – o lingüista soviético defende que as relações entre os signos ocorre não apenas dentro do sistema lingüístico, mas na sociedade, em uso pelos falantes; o signo lingüístico estaria diretamente vinculado ao desenvolvimento da sociedade; (iii) a imensa complexidade do sistema, que é ignorada pela massa de falantes – Iakubinskii acredita que, apesar de os falantes não pensarem sobre a língua como um todo, eles possuem consciência dela, em suas vidas práticas; falantes que variam em suas pronúncias, gramáticas ou vocabulários possuem consciência do que escutam, o que faz com que esses indivíduos possam refletir sobre sua própria língua e, até mesmo, muda-la; (iv) inércia coletiva em relação à inovação – o teórico russo defende que a sociedade não pode ser vista como uma massa homogênea, uma vez que ela é dividida em classes que são tanto inertes como ativas. (LÄHTEENMÄKĪ, 2005; REZNICK, 2001)

Reznick (2001) sugere que o artigo de Iakubinskii, ao abordar os princípios da lingüística soviética, postulou, também, os princípios de um novo campo de estudo da linguagem: a sociolingüística (inclusive a vertente americana dos anos 1960), sendo a linguagem vista como uma realidade material, variável em sua estrutura e em relação constante com a sociedade e os falantes.

⁵⁹ Um destes trabalhos que influenciou Voloshinov foi “Sobre o discurso dialógico” (O dialogicheskoi rechi), publicado em 1923. (BRANDIST, 2006)

Entretanto, para Reznick, a contribuição mais importante de Iakubinskii teria sido a base metodológica, oferecida pela interpretação sociolingüística, que possibilitou aos lingüistas soviéticos a resolução dos problemas lingüísticos práticos da época.

Ressalta-se que essa abordagem sociolingüística dos estudiosos soviéticos era defendida como uma lingüística de cunho marxista⁶⁰, já que: (i) eles reconheciam que a língua seria parte da superestrutura e, dessa forma, passaria por mudanças – estágios de desenvolvimento – de acordo com a base econômica de diferentes sociedades; e (ii) as línguas não seriam “nacionais”, mas operariam conforme o funcionamento social de classes – línguas faladas pela mesma classe em diferentes países seriam mais semelhantes do que línguas faladas por classes diferentes em um mesmo país. Tais crenças motivaram as pesquisas sobre as diferenças dos dialetos sociais e profissionais e sobre a mudança lingüística, especialmente no período de revolução (REZNICK, 2001).

A abordagem marxista exposta acima foi, em grande parte, influenciada pelos trabalhos de Marr (1865-1934), cuja doutrina – o marrismo – foi tida como a oficial na União Soviética no período de 1920-1950, até o momento em que Stalin atacou as reflexões de Marr no jornal intitulado Pravda⁶¹ (LÄHTEENMÄKI, 2005). Os trabalhos do lingüista soviético que influenciaram a perspectiva marxista referem-se à idéia de estágios de desenvolvimento das línguas em consonância com o desenvolvimento das sociedades: a língua iria de um estágio primitivo (comunismo primitivo), passando por um estágio de estratificação de acordo com as profissões para, então, ser dividida de acordo com as diferentes classes econômico-sociais. Com o comunismo, todas as línguas, finalmente, se tornariam imersas em uma super língua, diferente das anteriores. Com base nessas idéias, os seguidores de Marr justificaram a fusão de todas as línguas da União Soviética em apenas uma língua dominante – o russo (BRANDIST, 2005). Ressalta-se que a perspectiva radical de Marr não teve aceitação geral na comunidade lingüística, sendo que alguns aspectos de sua teoria foram

⁶⁰ Um outro trabalho de peso da época, que trata do pensamento marxista é de Polivanov, 1931, intitulado *Za marksistskoe yazykoznanie* [For Marxist Linguistics] (REZNICK, 2001). Salienta-se que a partir dos anos 1920, com as influências de Stalin, o pensamento marxista na política oficial se deteriorou; contudo, essa influência não atingiu diretamente o pensamento acadêmico devido à distância de muitos intelectuais da vida política, mesmo sendo eles vítimas de acusações de serem “protetores da cultura proletária” no decorrer da Revolução Cultural (1928-31) (BRANDIST, 2005).

⁶¹ Note-se que após Stalin ter interferido nos estudos lingüísticos soviéticos, “a relação entre a linguagem e a sociedade tornou-se uma questão de menor importância e era comum cunhar a pesquisa sociolingüística, conduzida durante a dominância do marrismo, de sociologismo vulgar e antimarxista” (LÄHTEENMÄKI, 2005, p. 45).

rediscutidos por, por exemplo, Iakubinskii que, mesmo se contrapondo a algumas idéias marristas, trabalhou conforme essa perspectiva até o final dos anos 30, especialmente quanto à noção de linguagem tida como parte da superestrutura e reflexo das formações de classe; e do desenvolvimento da linguagem por estágios, como ocorre com as sociedades (LÄHTEENMÄKI, 2005).

Bakhtin e Voloshinov fizeram várias referências aos trabalhos de Marr em seus escritos e, apesar de não apresentarem uma crítica direta a esse, a posição daqueles é praticamente oposta a de Marr. As divergências entre Voloshinov e Marr foi uma das causas, segundo Mateika (apud PONZIO, 1998) do desaparecimento trágico do parceiro de Bakhtin. Em relação a assuntos teóricos, dois aspectos diferem as reflexões do Círculo das de Marr: a superestrutura não seria suficiente, conforme acreditava Marr, para especificar as características do signo verbal, uma vez que esse desempenha o papel de mediador entre a infraestrutura e a superestrutura – as condições materiais da vida e a divisão do trabalho estão em relação dialética com os valores ideológicos do signo; a comunidade lingüística não poderia se identificar com uma única classe, em uma sociedade de classes, já que o signo lingüístico, conforme Bakhtin/Voloshinov é plural, ou seja, é constituído por vários acentos de valores (PONZIO, 1998).

1.2.3.4.2 As influências das idéias de Iakubinskii nos trabalhos de Bakhtin/Voloshinov

Algumas noções discutidas por Bakhtin/Voloshinov retomam as reflexões de Iakubinskii, como salientam Brandist (2006) e Lähteenmäki (2005; 2006). Esses aspectos são, sucintamente:

- (i) A língua possui duas funções inter-dependentes: forma e ideologia; no desenvolvimento das línguas essas duas funções podem estar em contradição, a qual é determinada pela realidade sócio-econômica;
- (ii) a língua expressa uma luta entre forças centralizadoras e descentralizadoras; tal luta determina o vetor histórico das línguas e caracteriza a estratificação da língua em linguagens sócio-ideológicas. Esse confronto espelha a relação dialética existente entre a forma de comunicação e conteúdo ideológico;
- (iii) os gêneros do discurso estão vinculados a modos sociais de interação verbal constituídos historicamente. Enquanto para Iakubinskii esta noção foi

desenvolvida à luz das relações discursivas presentes no capitalismo russo, para Bakhtin os gêneros discursivos foram trabalhados, inicialmente, na ótica da história literária (o romance);

- (iv) a pluralidade discursiva – estratificação social língua – aparece nos gêneros paródicos (o romance é o gênero paródico por excelência) e existe em decorrência da natureza contraditória e tensa da realidade social. Essa idéia, para Bakhtin, é apresentada a partir dos estudos da literatura na Idade Média e, para Iakubinskii, ela é desenvolvida tendo como escopo as relações capitalistas na Rússia agrária;
- (v) ocorre uma tomada de consciência, pelos trabalhadores, da estratificação social da língua (discurso) devido à democratização dos gêneros discursivos operada pelo líder político (o proletariado). Essa democratização lingüística é localizada por Iakubinski na Revolução de 1917 e por Bakhtin no Renascimento.

1.3 SOBRE OS PARADIGMAS

Delineados os contextos políticos, econômicos, sociais e filosóficos pertinentes às séries do subjetivismo idealista, do objetivismo abstrato e da perspectiva social, permanecem as questões: em que extensão as noções de linguagem definidas ora em torno do indivíduo e ora em torno da sociedade caracterizam paradigmas diferentes no campo Lingüístico? Considerando que se tratem de paradigmas diferentes, o que propiciou o surgimento da perspectiva social da linguagem, após metade do século XIX, e o conseqüente apagamento das teorias pautadas no indivíduo?

Em busca de respostas a essas questões, trago à tona, primeiramente, as reflexões de Thomas Khun sobre *paradigma* e alguns pontos de convergência entre as questões formuladas e as práticas e motivações do campo lingüístico para o estudo social da linguagem. Em seguida, de forma a relacionar as mudanças de paradigmas a motivações oriundas dos contextos econômico, social, político e filosófico próprios do período em que a perspectiva social de linguagem se estruturou, recorro às discussões sobre modernidade e pós-modernidade travadas por Giddens, Kumar e Lyotard.

1.3.1 Paradigma: Thomas Khun

O trabalho de Thomas Khun (2003) sobre paradigma pauta-se num interesse pelo progresso (mudança) no campo científico. O autor faz uma análise histórica das ciências normais⁶², que contempla as rupturas ocorridas no decorrer da evolução científica: a história não é contínua e linear, mas constituída por revoluções ou *mudanças de paradigmas*, os quais governam, “em primeiro lugar, não um objeto de estudo, mas um grupo de praticantes da ciência” (p. 226).

1.3.1.1 Conceituação de *paradigma*

No posfácio da 6ª edição de *A estrutura das revoluções científicas*, o autor, ao esclarecer as críticas feitas a sua noção de paradigma, define-o a partir de dois aspectos, um vinculado e outro desvinculado da noção de comunidade científica.

O primeiro aspecto, cujo sentido seria o mais presente em sua obra, permite demonstrar o compartilhamento de julgamentos e crenças dentro de um grupo de especialistas. Isso não implica que um paradigma seja uma teoria – esta caracterizaria uma estrutura mais limitada – adotada pelo grupo de pesquisadores, mas sim, como afirma o autor, uma matriz disciplinar.

O paradigma, nesse caso, seria composto de: (i) “generalizações simbólicas”, que dizem respeito à linguagem específica utilizada, sem discussão, por todos os membros de um grupo e que adota um caráter tanto legislativo (leis e princípios) como definitório (conceitos); (ii) “partes metafísicas dos paradigmas”, que são as crenças compartilhadas pelos integrantes da comunidade em modelos e princípios, estes priorizados na resolução de problemas; (iii) “valores”, que dizem respeito a características que as pesquisas devem possuir (predições acuradas, por exemplo) e aos fatores que possibilitam a escolha de uma teoria para explicar certos fatos e problemas (permitir a formulação de quebra-cabeças e de soluções, por exemplo); também associam-se a considerações sobre a relevância social ou não da ciência. Os valores tendem a ser compartilhados pela

⁶² Segundo Kuhn (2003, p. 44-45), “A ciência normal não tem como objetivo trazer à tona novas espécies de fenômenos; na verdade, aqueles que não se ajustam aos limites do paradigma freqüentemente nem são vistos. Os cientistas também não estão constantemente procurando inventar novas teorias [...] a pesquisa científica normal está dirigida para a articulação daqueles fenômenos e teorias já fornecidos pelo paradigma”.

comunidade, mas podem variar entre os indivíduos de um mesmo grupo, o que caracterizaria as atuações subjetivas em relação ao desenvolvimento da pesquisa; (iv) “exemplares”, que são as soluções de problemas já estabelecidas em livros ou periódicos científicos, que guiam as novas pesquisas.

O segundo aspecto, desvinculado da noção de comunidade científica, diz respeito aos exemplos compartilhados e indiscutivelmente aceitos que são utilizados como ponto de partida de pesquisas e de treinamentos de novos cientistas, sendo encontrados em manuais e periódicos. Tais exemplos possibilitam, por analogia, a resolução de diversos problemas que podem ter um caráter complexo, porém semelhantes, em alguma medida, a um simples exemplo encontrado. Assim, “os cientistas resolvem quebra-cabeças modelando-os de acordo com soluções anteriores, freqüentemente com um recurso mínimo e generalizações simbólicas” (ibid., p. 237), o que faz com que a partir de exemplos anteriores os cientistas apreendam situações como sendo semelhantes e sobre as quais é possível a aplicação de uma teoria ou lei.

Tal procedimento de resolução de problemas, que visa expor os alunos às mesmas situações às quais os antecessores foram expostos, oferecendo o mesmo instrumento de leitura do fenômeno, faz com que os alunos compartilhem as mesmas (ou semelhantes) percepções e leituras que seus antecessores: “o que um homem vê depende tanto daquilo que ele olha como daquilo que sua experiência visual-conceitual prévia o ensinou a ver” (ibid., p. 150).

Nas revoluções científicas, os cientistas são levados a ver o “mesmo” fenômeno com outras lentes, que não as oferecidas pelo seu paradigma anterior: “quando mudam os paradigmas, muda com eles o próprio mundo” (ibid., p. 147), sendo que “dentro do novo paradigma, termos, conceitos e experiências antigos estabelecem novas relações entre si” (ibid., p. 191). Face a isso, Kuhn questiona: “o que leva um grupo a abandonar uma tradição de pesquisa normal por outra?” (ibid., p. 186)

Algumas das possíveis respostas oferecidas pelo autor são: (i) a modificação só ocorre após o cientista, ao fazer uso de todas as possibilidades que seu paradigma oferece para resolver o quebra-cabeça, fracassar, o que originaria uma crise; (ii) tal crise levantaria a possibilidade de pensar sobre um outro paradigma o que instauraria a competição entre paradigmas; contudo, tal competição não seria tão eficiente, uma vez que “os proponentes de paradigmas competidores praticam seus ofícios em mundos diferentes” (ibid., p. 192). Assim,

a transposição de paradigmas não ocorre pela lógica ou pela discussão e comparação teórica entre os dois paradigmas, mas sim subitamente e pela conversão, que geralmente ocorre quando cientistas novos entram em contato com o paradigma. Já a resistência à mudança baseia-se “na certeza de que o paradigma antigo acabará resolvendo todos os seus problemas [...] em períodos de revolução, tal certeza parece ser obstinação e teimosia” (p.194), que acabam levando a teoria ao seu extremo para explicar o problema; isso, conseqüentemente, isola e realça a dificuldade que será resolvida por um novo paradigma; (iii) a conversão pode ocorrer pela persuasão (e não pela prova) e muitos cientistas mudam de paradigma por questões individuais; pela “superioridade” do novo paradigma em relação ao anterior em fornecer explicações novas; ou por questões estéticas. Inicialmente, para que um paradigma recém proposto tenha sucesso “é necessário que ele conquiste alguns adeptos iniciais, que o desenvolverão até o ponto em que argumentos objetivos possam ser reproduzidos ou multiplicados” (p. 201); (iv) o novo paradigma, além de propor soluções para os problemas não resolvidos, deve, na medida do possível, garantir o potencial de resolução dos fenômenos presente nos paradigmas anteriores.

1.3.1.2 Língua-indivíduo e língua-sociedade: paradigmas diferentes?

Uma das hipóteses levantadas nesta tese é que *as visões de língua pautadas no indivíduo e na sociedade são paradigmas diferentes*. Com base nas reflexões de Kuhn, é possível considerar que:

- (i) Os pesquisadores que defendem uma visão social da linguagem, naturalmente aceitam o *pressuposto de que a língua é um fenômeno social*, sem maiores discussões. Como o próprio Meillet afirma, “chegou o momento de marcar a posição dos problemas lingüísticos sob o ponto de vista social”⁶³ (1948, p. 18). Tal pressuposto não é questionado em termos do que levaria à certeza de que a língua deve ser vista sob o ponto de vista social. Tal certeza talvez se vincule à possibilidade de um tratamento científico da língua ao se considerar esta como fato social. Nesse caso, o indivíduo não

⁶³ “le moment est donc venu de marquer la position des problèmes linguistiques au point de vue social.”

atuaria sobre possíveis mudanças na língua e a questão social seria vista como “pretexto” para o tratamento científico da língua.

- (ii) São criados *modelos de estudo da língua* sob esse prisma que acabam se construindo como “a priori” no estudo da linguagem. Dessa maneira, tem-se que “Desde o famoso *Cours* de Saussure, a maior parte de tais estudos também parecem ter aceitado o princípio monossistemático tão sucintamente posto por Meillet: “Cada língua forma um sistema onde tudo se tem”⁶⁴ (FIRTH, 1969, p. 121).
- (iii) Kuhn salienta que em um campo de saber os alunos são geralmente expostos ao *mesmo instrumento de leitura* que oferece uma determinada visão e explicação do objeto respaldadas por um certo paradigma (de aceitação geral) do campo. No caso da Lingüística, o quanto, nas disciplinas sobre Lingüística Geral, por exemplo, as reflexões sobre o estudo da linguagem se iniciam com Saussure, como se ele fosse o primeiro e grande nome da Lingüística? Há uma grande diferença entre a leitura dos trabalhos dele como “se nada de tão importante existisse antes” e sua leitura a partir das condições e das abordagens teóricas que lhe possibilitaram dizer o que disse.
- (iv) O que permitiu que o paradigma social de estudo da língua fosse aceito quando, no século XIX, por exemplo, as diferenças individuais operavam um papel importante no estudo da língua? Assumindo as reflexões de Kuhn, pode-se pensar que teria ocorrido um fracasso do paradigma anterior (centrado no indivíduo) de forma que os pesquisadores fossem levados ao novo paradigma (centrado na sociedade). Mas este não parece ser o caso, tendo em vista a afirmação de Meillet de que o século XIX foi o século da história e que as pesquisas realizadas foram admiráveis. Assim, pode-se levantar os seguintes questionamentos: o que motivou a Lingüística a fazer uso da sociologia (Durkheim), assumindo um caráter de ciência social (Meillet)? *Novos objetos demandaram um olhar social*: como ficar cego aos grandes acontecimentos sociais (revolução industrial, migrações em massa, explosão demográfica...) e olhar para a língua como se ela existisse na estratosfera ou no indivíduo? O que fez com que pesquisadores passassem a olhar o fenômeno lingüístico como sendo social? Deve-se considerar que se,

⁶⁴ “Since Saussure’s famous *Cours*, the majority of such studies seem also to have accepted the monosystematic principle so succinctly stated by Meillet: “Chaque langue forme un système où tout se tient”

por um lado, há as pressões impostas sobre o campo em relação ao seu comprometimento com a ciência para que ele seja validado pela instituição científica (trocando-se a “história” pela “sociedade”), por outro lado, há uma demanda social grande que invoca os olhares dos pesquisadores.

Postos tais aspectos referentes à abordagem de Kuhn sobre a mudança de paradigmas, parece claro que tal mudança poderia ter ocorrido por uma espécie de “acordo” entre os pesquisadores em assumir tal perspectiva devido a sua eficiência em explicar o fenômeno da linguagem de maneira mais precisa: a visão histórica e centrada no indivíduo (ídioteo) ou a abordagem de Humboldt não foram capazes de explicar fenômenos que a perspectiva social da linguagem foi capaz. E o que garantiu maior “precisão” a esta perspectiva foi, provavelmente, a noção de fato social que, ao mesmo tempo: (i) desvinculava a língua do indivíduo; (ii) transformava a língua em um sistema passível de ser analisado segundo os moldes do estruturalismo; (iii) poupava os pesquisadores de qualquer compromisso em explicar o que os estudos da linguagem teriam a dizer sobre os indivíduos (os sujeitos) e/ou a sociedade.

A visão cientificista de Kuhn sobre mudança de paradigmas não contempla um outro aspecto: a relação entre as motivações sociais, econômicas, culturais e políticas que subjazem à mudança dos paradigmas. Em outras palavras, pode-se indagar: o que ocorria no final do século XIX que tornou possível um certo apagamento do indivíduo em algumas teorias sobre a linguagem? Tal questão será recolocada adiante.

1.3.2 Retomada e outras reflexões

As teorias consideradas foram expostas em relação a um certo contexto: foram delimitadas três séries nas quais se inscrevem as perspectivas de Humboldt, dos neogramáticos, de Meillet, de Saussure e de Bakhtin. Tais abordagens sobre a linguagem focam ora o *indivíduo*, ora a *sociedade* (e as relações de produção) e ora o *sistema* como noções em torno das quais a linguagem, tida como objeto de estudo, se organiza.

Verificou-se que a noção de indivíduo nas teorias sobre a linguagem ficou submetida à noção de sociedade, especialmente a partir da segunda metade do século XIX. As condições que tornaram possível a centralidade da perspectiva

social no estudo da linguagem têm a ver, por um lado, com as influências da sociologia durkheimiana no estudo dos fenômenos sociais tidos como fatos sociais, passíveis de serem analisados sob uma certa ótica de cientificidade. Por outro lado, houve as influências do projeto marxista que definia, em torno das relações de produção, uma certa organização social, econômica e política característica da sociedade capitalista. Na Série III, fica clara a relação entre o apagamento do indivíduo e a crença marxista de que as mudanças sociais só poderiam ocorrer a partir da mobilização de uma determinada classe, diferentemente do que acontece na ótica do liberalismo em que se acreditava que o indivíduo poderia, por exemplo, ascender socialmente se assim o quisesse.

Atenta às colocações acima e à questão levantada ao final da seção anterior sobre a relação entre aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais e a mudança de paradigmas, valho-me, a seguir, das discussões sobre modernidade e pós-modernidade para refletir sobre o ‘apagamento do indivíduo’, ou melhor, de um ‘certo indivíduo’, à luz das mudanças que ocorreram a partir da metade do século XIX.

1.3.2.1 Sobre modernidade e pós-modernidade

Segundo Giddens (2000), a modernidade se caracteriza por um tipo de organização social que surgiu na Europa no século XVII e se expandiu globalmente. Algumas das características do período moderno são: (i) atitudes baseadas na idéia de possibilidade de mudanças pela intervenção humana; (ii) presença de uma rede de instituições econômicas; (iii) variedade de instituições políticas. As conseqüências disso são a rapidez de mudanças e o dinamismo próprio do período, sendo que as influências econômicas são mais visíveis e profundas na modernidade do que nas outras formas anteriores de organização social. Juntamente com a questão econômica, há também a formação de um Estado que se estrutura com base nos sistemas de informação.

O mesmo autor (1991) postula quatro dimensões institucionais da modernidade que operam de forma inter-relacionada e cuja combinação torna irresistível a expansão ocidental: (i) o *capitalismo* entendido como “sistema de produção de mercadorias, centrado sobre a relação entre a propriedade privada do capital e o trabalho assalariado sem posse de propriedade, esta relação formando o eixo principal de um sistema de classes” (p. 61); (ii) o *industrialismo*,

cuja principal característica seria o “uso de fontes inanimadas de energia material na produção de bens, combinado ao papel central da maquinária no processo de produção” (p. 61), afetando também os setores dos transportes, das comunicações e da vida doméstica; (iii) a *vigilância*, que garante o sistema administrativo do estado, e “se refere à supervisão das atividades da população súdita na esfera política” (p. 63), podendo ser direta (realizada nas instituições) ou indireta (baseada no controle de informação); (iv) o *poder militar* através do monopólio do Estado no controle dos meios de violência. Por trás desses quatro aspectos estaria o fenômeno da globalização.

De acordo com Kumar (1997), a modernidade envolve as diversas mudanças – sociais, econômicas e políticas – que produziram o mundo moderno, o qual, por sua vez, se caracteriza por uma abertura às mudanças e um rompimento com o passado como fonte de inspiração. Como marco da modernidade estaria a revolução francesa, anunciando como objetivo da modernidade a idéia de liberdade à serviço da razão; já a revolução industrial forneceu à modernidade o elemento material. Assim, à modernidade associam-se idéias, atitudes e técnicas sendo estas últimas vinculadas ao industrialismo. Resumindo, a modernidade se caracteriza por “História e progresso, verdade e liberdade, razão e revolução, ciência e industrialismo” (KUMAR, 1997, p. 96).

Ainda segundo o autor, houve um movimento de oposição à modernidade intitulado modernismo, oriundo do romantismo, que combatia a razão, a objetividade e a visão global de ciência (qualidades da modernidade) com a imaginação, a subjetividade, e o sobrenatural; tratava-se de uma crítica de natureza moral e cultural em relação ao industrialismo. O modernismo também criticava os pensamentos filosófico, psicológico, social e político, colocando em cheque as teorias racionalistas, positivistas e utilitaristas e alguns dos pensadores que caracterizaram tal movimento foram Freud, Bergson e Nietzsche. Entretanto, o modernismo não se opunha totalmente à modernidade e conservava semelhanças com esta quanto ao ideal de um “indivíduo autônomo, autodirigido, renovando-se de forma constante” (p. 98).

Para Kumar (1997), na *pós-modernidade*⁶⁵ há um apagamento das fronteiras entre o político, o econômico, o social e o cultural presentes nas noções de modernidade e de modernismo, de tal forma que o regime baseado no modelo econômico (de acumulação) passa a ceder espaço ao regime de significados. A visão de sociedade na pós-modernidade inclui a noção de pluralismo e se difere da modernidade por não ser passível de sistematização e de controle que dariam significado à sociedade: “há simplesmente um fluxo aleatório, sem direção, que perpassa todos os setores da sociedade” (p. 113-114); tal perspectiva se opõe à noção de identidades nacionais, cedendo lugar às culturas minoritárias, sendo que a identidade seria vista como mutável e constituída por formas múltiplas, ao invés de essencial e unitária. Tal identidade seria produzida pela linguagem e o sujeito não seria mais o centro das diversas teorias, mas sim um produto lingüístico. E na medida em que há uma dissolução do sujeito, o mesmo ocorre com a sociedade, “não no sentido de negar a sociedade como tal, mas em negar-lhe poder como coletividade corporificada” (p. 142).

Além disso, as características desse momento seriam uma negação da objetividade, da racionalidade e da ortodoxia, valorizando as diversas tradições e, com isso, afetando “o corpo político, o corpo cognitivo, o corpo erótico, a psique de cada indivíduo – afetando, em suma, todo o reino do discurso humano do Ocidente” (Hassan apud Kumar, 1997, p. 119). A teoria pós-moderna se baseia numa descrença quanto às “grandes narrativas” da ciência, como o marxismo e a idéia de progresso através da industrialização, uma vez que a ciência também está sujeita ao relativismo e ao subjetivismo existentes nas demais narrativas. Kumar (1997) aponta como conseqüência da descrença nas grandes narrativas o desaparecimento delas e isso, segundo ele, “talvez signifique menos fanatismo, mas também significará a morte da emoção e a perda da criatividade cultural que nasce da luta das ideologias” (p. 146).

O apagamento das grandes narrativas repercute na concepção pós-moderna de história, na qual o passado é dessacralizado, sendo que todas as épocas são tidas como iguais, tanto interessantes como desinteressantes; e disso, o que resta como material para contemplação é o próprio presente. A perda da

⁶⁵ Eagleton (1998, p. 07) define a pós-modernidade como “uma linha de pensamento que questiona as noções clássicas de verdade, razão, identidade e objetividade, a idéia de progresso ou emancipação universal, os sistemas únicos, as grandes narrativas ou os fundamentos definitivos de explicação [...] vê o mundo como contingente, gratuito, diverso, instável, imprevisível, um conjunto de culturas ou interpretações desunificadas”. Já Lyotard (2004, p. XV) relaciona pós-modernidade ao “estado da cultura após as transformações que afetaram as regras dos jogos da ciência, da literatura e das artes a partir do final do século XIX”.

importância do tempo acaba realçando o lugar do espaço nas reflexões pós-modernas, que fica evidenciado tanto na redução das distâncias e fronteiras geográficas pela rede global de informação e comunicação, como na relação entre espaço urbano e campo/natural presente no pensamento ecológico. As conseqüências do pensamento espacial na questão da identidade refletem-se na visão de que esta passa a ser vista em termos de pluralidades e de mudança em um tempo neutro de existência: “a biografia pessoal torna-se uma questão de experiências e identidades descontínuas, e não a história de uma personalidade em desenvolvimento” (KUMAR, 1997, p. 157).

A pós-modernidade pode ser vista como uma situação na qual é possível refletir sobre a modernidade e relativizar as noções que a caracterizam, como a racionalidade e o cientificismo. E tal atitude reflexiva – tida pelo autor como uma forma mais aguçada do individualismo contemporâneo – também caracteriza os indivíduos e os grupos sociais. Na esteira da reflexão, Giddens (2000) caracteriza o período contemporâneo pela idéia de reflexividade social, que “se refere a um mundo que é cada vez mais constituído de informação, e não de modos preestabelecidos de conduta” (p. 87), de forma que os seres humanos são levados a tomar decisões diante de um futuro incerto, em oposição a um estilo de vida baseado nas tradições e na natureza. Ademais, o autor questiona o uso do termo pós-modernidade e defende que o período contemporâneo estaria inserido em uma fase de radicalização da modernidade, chamada de “modernização reflexiva”. Essa fase teria como características: a destituição da história de uma certa finalidade ou progresso (evolucionismo), podendo ser escritas uma pluralidade de histórias⁶⁶; a perda de credibilidade nos fundamentos epistemológicos; a expansão e o surgimento de novas instituições sociais e agendas políticas, a partir de preocupações ecológicas e movimentos sociais em geral, que rompem com a hegemonia européia/ocidental. Sobre este último aspecto, Giddens (1991) afirma: “o controle declinante do Ocidente sobre o resto do mundo não é o resultado de uma diminuição do impacto das instituições que ali emergiram primeiramente, mas, pelo contrário, o resultado de sua disseminação global” (p. 57).

Por fim, em uma direção epistemológica, Santos (2002) sugere que há duas formas de conhecimento próprias do projeto da modernidade: o

⁶⁶ A noção de história que caracterizou o século XVII e parte do séc. XVIII foi a de que “decadência e degeneração eram partes tão integrantes da história humana como o crescimento e o progresso” (Kumar, 1997, p. 89).

conhecimento-regulação, que progride de um estado de ignorância, que é o caos, a um estado de saber, que é a ordem; e o conhecimento-emancipação, que vai do colonialismo em direção à solidariedade. O primeiro compreende três princípios de regulação: o mercado, o Estado e a comunidade, sendo que a comunidade teria sido pouco desenvolvida; o segundo tipo de conhecimento engloba as racionalidades: cognitivo-experimental, moral-prática e estético-expressiva, sendo que a última foi a que melhor resistiu à imposição da primeira. O autor afirma que o conhecimento-regulação dominou como forma hegemônica de conhecimento, tendo o conhecimento-emancipação ficado em uma posição de marginalização; foi a partir dessa posição que as teorias pós-modernas se desenvolveram. Com isso, três desafios teriam surgido com a nova opção das ciências pela segunda forma de conhecimento: o diálogo multicultural, que enfrenta as dificuldades do silêncio (da cultura silenciada) e da diferença; a consideração do contexto para a aplicação do conhecimento (o pesquisador passa a prever e assumir as conseqüências da pesquisa, por exemplo); e a relação entre ação conformista e ação rebelde, que inclui a idéia de transformação social emancipatória.

A dominação do conhecimento-emancipação, como paradigma epistemológico e sócio-cultural emergente, significa que: (i) a forma preponderante de saber é a solidariedade em oposição ao colonialismo, sendo a primeira entendida como “o conhecimento obtido no processo, sempre inacabado de nos tornarmos capazes de reciprocidade através da construção e do reconhecimento da intersubjetividade” (SANTOS, 2002, p. 81); (ii) o caos deixa de assumir uma posição negativa e passa a ser revalorizado como constitutivo da ordem; (iii) o campo próprio para o conhecimento passa a ser a comunidade, entendida como “um campo simbólico em que se desenvolvem territorialidades e temporalidades específicas que nos permitem conceber o nosso próximo numa teia intersubjetiva de reciprocidade” (Idem); (iv) o objeto como foco do conhecimento é substituído pelo sujeito – não há objeto, apenas reciprocidades, por isso todo o conhecimento se torna também uma forma de autoconhecimento; (v) há uma revalorização dos estudos humanísticos análoga à revalorização do conhecimento estético-expressivo (artes e literatura); (vi) e há a construção de um novo senso comum, assimilável pelos grupos marginalizados, no qual o conhecimento-emancipação se converte – esse senso comum integra três

dimensões: a ética (através da solidariedade), a política (participação) e a estética (prazer).

1.3.2.2 Finalizando

Tomando como base os aspectos concernentes à *pós-modernidade*, nota-se que eles põem em xeque um certo lugar – de autonomia e de centralidade – conferido ao indivíduo tido, no período moderno, como fonte das mudanças sociais, políticas, culturais etc. . Trata-se de um apagamento do indivíduo em prol da pluralidade, da descentralização, da relativização e da descrença na ciência.

No que tange ao apagamento do indivíduo em consonância com as discussões acerca da pós-modernidade, é bastante pertinente a observação de Foucault (2005a) sobre as relações entre o estruturalismo, a psicanálise e o marxismo: em meados do século XX o par marxismo-fenomenologia seria substituído pelo marxismo-estruturalismo; tal troca se operou especialmente em torno do problema da linguagem no que tange à explicação dos efeitos de sentidos produzidos pela própria estrutura lingüística e não pelos indivíduos autônomos. Correlata a essa questão pode-se mencionar a psicanálise com a invenção do inconsciente. A autonomia do indivíduo seria então duplamente desqualificada – pela estrutura e pelo inconsciente. Cabe ressaltar que não é objetivo desta tese rastrear o indivíduo nas teorias sociais da linguagem em busca de um sujeito da fenomenologia. Todavia, não se pode negar que discussões sobre o lugar da fenomenologia nos estudos da linguagem são, atualmente, pertinentes⁶⁷.

O apagamento do indivíduo – conforme as reflexões sobre pós-modernidade – espelha um outro apagamento, que é o do sujeito ocidental. As diversas culturas, tradições, grupos sociais, étnicos... passam a ser ouvidos (ou se fazem ouvir) num mundo gerenciado pela informação. Assim, não se trata de considerar o sujeito autônomo cuja essência seria imutável: o indivíduo é composto por uma série de identidades; ele se constitui em diferentes posições de sujeitos (inscritas em relações atravessadas pela linguagem) que não são imóveis,

⁶⁷ Barbara Johnstone (2000, p. 407) em seu artigo sobre *The individual voice in Language* comenta: “renewed interest in the individual voice is part of a larger shift in linguistics toward a more phenomenological approach to language and toward greater methodological particularity in its study”.

mas flexíveis. Dessa maneira, seria inaceitável uma teoria lingüística que contemplasse as mudanças na língua motivadas pelo indivíduo: que indivíduo seria este? O ocidental?

Nesse sentido, o apagamento do indivíduo vincula-se a um certo apagamento da perspectiva liberal que caracterizou/produziu o contexto econômico, político, social e filosófico da modernidade. As perspectivas presentes nesta tese que teriam sido abaladas seriam as de Humboldt e, em certo sentido, de Durkheim, as quais postulavam, em certa medida, um sujeito autônomo e livre.

Conforme já mencionado, o individualismo caracteriza o período chamado pós-moderno. Mas tal individualismo não deve ser visto como o mesmo das teorias liberais. O indivíduo é constituído por várias identidades e marcado, portanto, por várias histórias; o sujeito se constitui através de práticas discursivas em contextos interacionais. Logo, não se trata de negar o indivíduo/o sujeito enquanto “agentes conscientes” (GIDDENS, 1998, p. 320) de mudança inseridos num dado contexto histórico; trata-se, sim, de negar: (i) o indivíduo autônomo, como um todo em si mesmo e desvinculado da realidade social e histórica; (ii) o indivíduo auto-centrado e auto-suficiente; (iii) o sujeito totalmente inconsciente das mudanças sociais, apático, passivo e impotente em relação às contradições que o cercam; (iv) o sujeito como fonte da linguagem e (v) o sujeito submetido à lógica econômica de funcionamento da sociedade. Sobre este último aspecto, trata-se de ver o indivíduo/sujeito como inscrito e operante na trama social das relações de poder.

E se o indivíduo é visto em termos de uma pluralidade de identidades, é porque ele se inscreve num mundo atravessado por variados discursos que não circulam de qualquer maneira, visto que há regras que tornam certas coisas possíveis de serem ditas em determinadas esferas sociais e institucionais:

no uso ordinário do discurso, numa discussão entre dois amigos por exemplo, os interlocutores lançam mão de todos os meios, mudam de jogo entre um enunciado e outro: a interrogação, a súplica, a asserção, o relato são lançados confusamente na batalha. Esta não é desprovida de regra, mas sua regra autoriza e encoraja a maior flexibilidade dos enunciados (Lyotard, 2004, p. 31).

Assim, o que se evita nos estudos da linguagem é levar em conta o *indivíduo* como causador de mudanças na linguagem; trata-se de considerar a linguagem em uso por indivíduos que se constituem em diversas esferas sociais e

institucionais reguladoras do uso dos discursos. Contudo, como sistematizar um estudo sobre as motivações para a mudança na linguagem se mesmo as leis que orientam o que pode ser dito ou não são marcadas por uma certa flexibilidade? Segundo Lyotard (2004, p. 32), os limites que as instituições impõem ao potencial da linguagem são “o resultado provisório e a disputa de estratégias de linguagem travadas dentro e fora das instituições”.

É tendo em mente essas noções de indivíduo/sujeito e sociedade apresentadas acima que as análises das teorias de Labov e de Bakhtin serão conduzidas nos capítulos seguintes. Embora as perspectivas de Labov e de Bakhtin tenham sido amplamente influenciadas pelas séries do objetivismo abstrato e a do marxismo, respectivamente, não se objetiva focar nelas o indivíduo do liberalismo (cuja vontade motivaria mudanças), ou do marxismo (que existe enquanto identificado com a classe que ocupa, em função das necessidades de produção, e que permanece em contradição com um outro grupo ao qual é submetido, o dominante); ou ainda o indivíduo submetido ao sistema da língua que poderia ser estudada independente dos falantes; e tampouco se trata de um indivíduo inconsciente às mudanças sociais e lingüísticas.

O que se espera localizar em cada abordagem – de Labov e de Bakhtin – é uma tensão entre duas perspectivas diferentes de indivíduo: uma delas pautada nas séries que constituíram cada saber, e a outra baseada na idéia de que os discursos estão intrinsecamente articulados às esferas social, política, econômica, entre outras, e é enquanto inscritos nessas esferas que os sujeitos se constituem, sendo a língua vista como um processo que envolve tanto mudanças como estabilizações. Contudo, os sujeitos não serão tidos como alheios às modificações, mas como inscritos de forma ativa nelas, uma vez que eles são tidos como conscientes, éticos, dialógicos e reflexivos. E, dado que indivíduo e sociedade não formam uma dicotomia, mas são mutuamente constitutivos, o rastreamento da noção de indivíduo passa, necessariamente, pelo entendimento de sociedade. Adianto, porém, que a sociedade não será vista em termos de totalidade, uniformidade e homogeneidade, mas sim em relação às idéias de pluralidade, alteridade e diferenças.

2 (O CÍRCULO DE) BAKHTIN

[...] o sentido nasce do encontro de dois sujeitos, e esse encontro recomeça eternamente
(TODOROV apud BAKHTIN, 1997, p. 20).

Não interrogamos a natureza e ela não nos responde. Interrogamos a nós mesmos, e nós, de certa maneira, organizamos nossa observação ou nossas experiências a fim de obtermos uma resposta. Quando estudamos o homem, buscamos e encontramos o signo em toda parte e devemos tentar compreender a sua significação
(BAKHTIN, 1997, p. 341).

Mikhail Mikháilovitch Bakhtin nasceu em 1895, em Oriol, e morreu em 1975, em Moscou. Formou-se em 1918 em História e Filosofia, na Universidade de *St Petersburg*, e pertenceu a um círculo – Círculo de Bakhtin – no qual, entre intelectuais e artistas, discutia uma série de temas pertinentes tanto às artes quanto às ciências humanas. Considerando o papel do Círculo na produção bibliográfica da maior parte dos trabalhos que giram em torno de Bakhtin, julga-se pertinente dedicar algumas palavras ao grupo: Faziam parte do círculo, entre outros, Volochinov e Medvedev, que compartilharam com Bakhtin a autoria de alguns trabalhos. Destaque-se, sobre Voloshinov (1895), sua formação acadêmica voltada para estudos filológicos (1927), tendo sido orientado por Iakubinskii no ILLaZV (Institute for the Comparative History of the Literatures and Languages of the West and East) – faleceu em 1936 devido à tuberculose e deixou incompleta a tradução de um livro que havia influenciado grandemente o Círculo: *The Philosophy of Symbolic Forms*, de Ernst Cassirer. Destaque-se, sobre Medvedev (1891), sua formação em direito e seu interesse pela área de

gestão cultural – foi preso em 1937 e faleceu por volta de 1940 em decorrência de “assuntos políticos”. O Círculo existiu entre 1919 e 1929 e reunia um grupo multidisciplinar, como filósofos, especialistas em religião, biólogos e músicos, tendo sido Kagan (1889-1937) considerado o fundador do grupo após seu retorno da Alemanha onde estudou filosofia. O fim do grupo foi motivado, em grande parte, por questões políticas – a prisão de alguns membros em 1929. A partir desse período até 1975, Bakhtin continuou se dedicando aos assuntos tratados no círculo enquanto passava seus anos em exílios variados, mudando-se, em 1969, para Moscou onde viveu até a sua morte (BRANDIST, 2002)

Numa retrospectiva geral das obras produzidas pelo Círculo, apresento, resumidamente, a seguinte cronologia pontuada pelo ano de publicação das obras: 1926 – *O discurso na vida e o discurso na poesia: Questões de poética sociológica*, assinado por Voloshinov; 1927 – *O Freudismo: Uma crítica marxista* (1976, edição alemã), assinado pelo mesmo autor; 1928 – *O método formal nos estudos literários: Uma introdução crítica à poética sociológica*, assinado por Medvedev; 1929 – *Marxismo e Filosofia da Linguagem*⁶⁸, assinado por Voloshinov, primeira obra a ser traduzida para o português (1979, edição brasileira); 1930 – *A estrutura do enunciado*, assinado por Voloshinov. Um dado interessante é que em 1973 foi revelada a suposta autoria de Bakhtin desses trabalhos, pelo lingüista Viatcheslav V. Ivanov, sem que este tivesse apresentado “provas”. Entretanto, é perfeitamente possível que os membros russos do círculo tenham escrito aquelas obras, já que, segundo aponta Brandist (2002, p. 09) “evidências de arquivos [...] mostram que Voloshinov e Medvedev eram especialistas nas áreas em que publicaram em um momento em que Bakhtin estava prioritariamente ocupado com outras questões”⁶⁹. De qualquer maneira, melhor pensar bakhtinianamente em relação aos trabalhos do círculo – são frutos do diálogo⁷⁰.

Sobre as obras assinadas por Bakhtin, tem-se: 1919-1921 – Por uma filosofia do ato; 1929 – obra sobre Dostoiévski, reeditada em 1963 (1981, edição

⁶⁸ As influências que levaram à produção dessa obra teriam sido, segundo Holquist (1990, p. 43), a nova ênfase soviética nos fatores sociais e a demonstração saussuriana da natureza social da língua. Esses aspectos teriam tornado a leitura fenomenológica do eu-outros de Bakhtin em sociológica e lingüística.

⁶⁹ “archival evidence [...] shows that Voloshinov and Medvedev were indeed specialists in the areas in which they published, at a time when Bakhtin was primarily concerned with other matters.”

⁷⁰ Para encerrar qualquer dúvida a respeito da participação de Voloshinov e de Medvedev, cito a afirmação de Bakhtin sobre o diálogo dele com esses autores: “Os livros *Método formal* e *Marxismo e filosofia da linguagem* são bem conhecidos de mim. V. N. Voloshinov e P. N. Medvedev são meus falecidos amigos; no período de redação destes livros trabalhamos num contato criativo mais estreito.” (BAKHTIN [1961] apud BOUKHARAEVA, 1997)

brasileira); 1945 – obra sobre Rabelais (tese de doutorado de Bakhtin), reeditada em 1965 (1987, edição brasileira). Em 1975, os últimos escritos de Bakhtin foram publicados no livro: *Questões de Literatura e Estética* (1988, edição brasileira). Em 1979 foi publicado um livro com textos inéditos do lingüista russo que variam entre seus primeiros e últimos trabalhos: a *Estética da Criação Verbal* (1992, edição brasileira), incluindo os escritos “O problema dos gêneros do discurso” (1952-53) e “O problema do texto” (1959-1961). Ressalta-se que, sobre a divulgação dos trabalhos de Bakhtin no Ocidente, nenhuma ordem cronológica foi obedecida, tendo levado mais de 20 anos para se concretizar; além disso, problemas de tradução dificultaram a recepção das obras do filósofo (BRANDIST, 2002; FARACO, 2003).

A Bakhtin são atribuídas diferentes faces/fases: fenomenológica, sociológica/marxista, lingüística e histórico-literária – todas caracterizadas pela presença, em diferentes graus, de vozes plurais⁷¹. Contudo, sobre o rótulo a ser concedido a Bakhtin, melhor optar pela sua escolha – quando questionado a respeito de ser um filólogo ou filósofo, em entrevista concedida em 1974, teria respondido: “Mais um filósofo. E assim permaneço até os dias de hoje. Eu sou um filósofo. Um pensador [*mysliteľ*]” (Entrevistado por Viktor Duvakin, mencionado por Caryl Emerson, 2003, p. 23).

Na fase fenomenológica⁷² que contempla, por exemplo, a relação entre as dimensões da vida, da arte e da cognição, além do papel da responsabilidade como ponto de união entre a vida e a cultura, Bakhtin realçou a natureza individual, singular e irrepetível do ato, o qual se realiza no mundo da vida. Trata-se de um projeto filosófico que funda a responsabilidade – que se realiza na

⁷¹ Bernard-Donals (1994) resume o projeto bakhtiniano como focado em duas grandes questões: uma voltada para o entendimento estético humano e outra para as relações sociais humanas e a história. Similarmente, Faraco (2003, p. 17-18) aponta para a presença de duas direções nos trabalhos de Bakhtin: uma, própria dos primeiros escritos de Bakhtin, dedicou-se à crítica “das objetificações da historicidade vivida, obtidas pelos processos de abstração típicos da razão teórica”, se voltando para “uma fenomenologia dos atos únicos do mundo da vida” (p. 26); a outra visou a elaboração “de uma teoria marxista da chamada criação ideológica”. Brandist (2002, p. 12), por outro lado, esmiuça a obra de Bakhtin em cinco períodos: (i) 1919-26 – trabalhos filosóficos sobre ética e estética; (ii) 1927-29 – estudos sobre filosofia da linguagem e da significação, com referência especial ao material literário; (iii) 1934-41 – escritos sobre o romance tido como gênero e sobre a sua história; (iv) 1940-63 – trabalhos sobre literatura e cultura popular, com referência, em particular, a Rabelais, Goethe, Gogol e Dostoiévski; (v) 1963-75 – estudos de caráter metodológico. Por fim, Clark e Holquist (1998) sugerem a existência de quatro fases no pensamento bakhtiniano: de 1918 a 1924 – desenvolvimento de uma filosofia sob a influência do neokantismo e da fenomenologia; entre 1925 e 1929 – distanciamento da metafísica e promoção de um diálogo com o freudismo, o marxismo soviético, o formalismo, a lingüística e a fisiologia; anos 30 – busca de uma poética histórica no estudo da evolução do romance; e anos 60 e 70 – reencontro com a metafísica a partir de uma perspectiva social e da filosofia da linguagem.

⁷² Algumas obras de Bakhtin referentes a esse momento são: *Arte e Responsabilidade* (1919), *Sobre a Filosofia do Ato* (1920-1924) e o *Autor e a personagem na atividade estética* (1920-1924).

pessoa individual -, como o princípio ético por excelência (BAKHTIN, s/d, [1919-1921]). Referências a essa fase serão feitas especialmente na seção intitulada Bakhtin e o indivíduo/sujeito.

O período sociológico/marxista foi marcado por obras assinadas (e escritas) por seus amigos, em que Bakhtin procurou criticar tanto o psicologismo subjetivista quanto o empirismo, dando relevo a uma visão social/marxista de linguagem. Tal etapa também inclui as reflexões lingüístico-filosóficas de Bakhtin sobre a enunciação, pautada na interação verbal. Para os autores daquelas obras (Voloshinov, Medvedev e Bakhtin) “eram incompatíveis com o pensamento marxista quaisquer propostas que não respeitassem suas premissas de base: o materialismo, o monismo metodológico, o caráter social e histórico de todas as questões humanas” (FARACO, 2003, p. 28). É nessa face sociológica de Bakhtin que me concentro mais nesta tese⁷³.

O momento histórico-literário é registrado pelos trabalhos sobre Rabelais, no qual Bakhtin defende a diversidade de discursos que são constitutivos do texto e que se organizam em determinadas épocas com determinadas finalidades. O autor circulou pelo formalismo russo, que centra a análise literária na relação dos elementos da obra entre si sem qualquer preocupação com questões ideológicas ou sociais, mas, não por acaso, rompeu com essa corrente justamente devido à falta de reflexão filosófica dessa perspectiva, embora, vale ressaltar, não tenha rompido com a estética romântica de onde, paradoxalmente, os formalistas se originaram.

Em termos gerais, em suas reflexões teóricas, Bakhtin priorizou a relação entre os indivíduos como base de suas reflexões filosóficas, lingüísticas, literárias e sociológicas, tendo desenvolvido, como um dos conceitos fundamentais, o conceito de diálogo, cuja noção “gira em torno do eixo do eu e do outro, e da concepção de que a vida é vivida nas fronteiras entre a particularidade de nossa experiência individual e a auto-experiência de outros” (STAM, 1992, p. 18). Nesse contexto, o significado é construído dialogicamente e está vinculado ao social, uma vez que a voz de cada um “pode significar, mas somente com outros – às

⁷³ Importante destacar que a filiação dos integrantes do Círculo às idéias marxistas não era homogênea: “the members of the Bakhtin Circle did not share a monolithic attitude towards Marxism, and the types of Marxism that were dominant in the 1920s are quite different from the narrow dogmatism of the 1930s and 1940s [...] Voloshinov and Medvedev were, by the mid-1920s, sincere if not ‘orthodox’ Marxists, and their works of the late 1920s reflect an attempt to integrate Marxism into a perspective formed by neo-Kantianism, life-philosophy and phenomenology. Bakhtin’s own work was, however, somewhat different, being much more firmly rooted in philosophical idealism and engaging with Marxism in a much more oblique fashion” (BRANDIST, 2002, p. 25).

vezes em coro, porém o mais das vezes em diálogo” (CLARK & HOLQUIST, 1998, p. 39). A linguagem, nessa visão, se caracteriza por “multiplicidade e embate” (ibid.): embate entre as forças que mantêm e estabilizam o significado e entre forças que o desestruturam e o modificam. Trata-se, de forma geral, na abordagem de Bakhtin, da presença (dialógica) de duas grandes perspectivas: uma focada no relacionamento do indivíduo com as construções estético-verbais – oriunda de uma abordagem que lida com a natureza da consciência humana; e outra voltada para uma visão social, ideológica e histórica mais ampla – inspirada no marxismo, que visa compreender a construção das relações sociais humanas. A grande teoria bakhtiniana da linguagem envolveria uma unificação dessas duas perspectivas (BERNARD-DONALS, 1994).

Por fim, vale observar a semelhança existente entre Bakhtin e Humboldt no que concerne à formação multidisciplinar de ambos e ao fato de eles assumirem, em relação aos estudos sobre a língua, uma postura que rompe com os limites do cientificismo e do formalismo lingüístico, em busca de uma perspectiva totalizante do fenômeno da linguagem⁷⁴.

Humboldt foi filósofo, lingüista, educador, escritor, tradutor e diplomata, tendo estudado direito e ocupado o cargo de secretário da educação (HUMBOLDT, 2004). Bakhtin, conforme visto, teve uma formação singular e vasta, se diferenciando de Humboldt quanto aos cargos políticos que aquele não assumiu – além dos vários exílios e da prisão em 1929 acusado de conspirar contra a revolução –, mas não quanto às reflexões de ordem política que se evidenciam, por exemplo, na sua visão sociológica/marxista de língua. Humboldt defende que o estudo da língua deve ter, ao mesmo tempo, um caráter racional/científico e histórico/filosófico e critica severamente o trabalho desmembrador da ciência como “obra malfeita e sem vida”. Bakhtin assume o caráter filosófico do estudo que propõe e localiza suas análises em um lugar de relação entre os saberes (lingüística, filologia, literatura): sua “investigação se situa nas zonas limítrofes, nas fronteiras de todas as disciplinas mencionadas, em sua junção, em seu cruzamento” (BAKHTIN, 1997, p. 329). O autor também critica o cientificismo lingüístico alegando, em relação ao esquema abstrato de comunicação locutor vs. ouvinte, que “quando estes esquemas pretendem

⁷⁴ Bakhtin com freqüência “critica as análises dicotômicas e luta contra elas em busca de uma apreensão totalizante do objeto” (FARACO, 1988, p. 26). E a Humboldt interessa “o processo da linguagem na sua mais ampla extensão, não meramente na relação desta com a fala e com o estoque de seus elementos e palavras, como sua criação imediata, mas também na sua relação com a capacidade de pensar e de sentir” (HUMBOLDT, trad. WEININGER, 2006, p. 123).

representar o *todo* real da comunicação verbal se transformam em ficção científica” (ibid., p. 290).

Os pensamentos de Bakhtin e de Humboldt não tiveram (até os anos noventa) uma ampla circulação nos meios acadêmicos lingüísticos, se comparados com os escritos de Saussure e de Chomsky, por exemplo⁷⁵. No que diz respeito ao estilo impresso em seus escritos, tanto os textos de Bakhtin quanto os de Humboldt carecem de uma certa clareza e linearidade: quanto a Bakhtin, as dificuldades apresentadas são, “de um lado, a vastidão de sua obra, aparentemente desprovida de unidade; e, de outro, o caráter dialético de seu pensamento” (FARACO, 1988, p. 23); quanto a Humboldt, “se seu estilo fosse menos difuso, se as suas idéias apresentassem maior desenvolvimento e viessem acompanhadas de uma exemplificação mais rica e se sua obra fosse melhor conhecida e mais amplamente lida, ele certamente seria colocado ao lado de Saussure como um dos fundadores do pensamento lingüístico moderno” (ROBINS, 1983, p. 140). Entre esses dois lingüistas-filósofos, o que mais recebeu atenção da comunidade lingüística a partir da segunda metade do século XX foi, provavelmente, Bakhtin: “o número de citações dos trabalhos de Bakhtin aumentou, entre 1976 e 1983, de 52 para 203” (FARACO, 1988, p. 10). Quanto a Humboldt, não há estatística conhecida que ateste a circulação de seu nome; contudo, as traduções de textos lingüístico-filosóficos do autor feitas para o inglês (1988), o russo (1984), o japonês, o espanhol (1990) e italiano (1991) e o português (2006) oferecem bons indícios do grau de interesse pelo pensador alemão (HEIDERMAN, 2006).

2.1 BAKHTIN E O SUBJETISMO ABSTRATO E OBJETIVISMO REALISTA

Nesta seção são expostas as críticas de Bakhtin/Voloshinov dirigidas às abordagens do objetivismo abstrato e do subjetivismo idealista, a partir da obra *Marxismo e filosofia da linguagem* ([1929] 1988, 4ª ed.). Nesse livro, Bakhtin/Voloshinov imprime um olhar marxista sobre os fenômenos presentes no estudo da linguagem e tece severas críticas tanto à perspectiva estruturalista/abstrata quanto à centrada na enunciação monológica isolada, defendendo um enfoque que pauta a natureza da língua na interação verbal. Não

⁷⁵ Registre-se, porém, que Bakhtin está ganhando espaço na Lingüística especialmente com o fortalecimento crescente da área de Gêneros Discursivos que se verifica atualmente.

se trata, como afirmam Clark e Holquist (1998) e Faraco (2006), de uma superação dessas duas tradições em prol de uma síntese que conjugue aspectos de ambas; trata-se, sim, de uma opção feita por Voloshinov pela visão de língua humboldtiniana tida como atividade, socializando-a e negando, completamente, o aspecto estrutural da vertente objetivista. Tal negação teria custado a Voloshinov as contradições encontradas em seus escritos sobre o tratamento conferido ao caráter formal da língua (como as explicações sobre sinal e signo).

A seguir, apresento de forma sistematizada os aspectos que foram analisados e contestados pelo autor em relação a ambas as séries.

Face à série do *objetivismo abstrato*, Bakhtin/Voloshinov posiciona-se criticamente quanto a: separação entre língua e consciência; imutabilidade e neutralidade atribuída à palavra; descontextualização da história das formas lingüísticas. Assim, o autor discute:

(i) o fato de o objetivismo abstrato separar a língua, tida como sistema, da consciência individual. Segundo Bakhtin/Voloshinov, consciência e língua são inseparáveis e o autor indaga em que medida o objetivismo abstrato, ignorando o papel da consciência, seria capaz de captar a realidade objetiva do sistema da língua existente na mente do indivíduo;

(ii) o fato de a palavra ser considerada imutável e neutra. Para o filósofo russo, no contexto real de uso da língua no qual a palavra circula, ela é “carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial” ([1929] 1988, p. 95). A palavra sem ideologia deixa de ser signo⁷⁶ e passa a ser sinal, tendo existência apenas num sistema abstrato de língua. É no contexto real de uso da língua que determinada forma possui valor para o falante, sendo, nesse caso, um signo variável e flexível; de outro modo, na estrutura concreta, determinada forma não passaria de um sinal imutável e idêntico. Importante notar, porém, que a visão de Bakhtin/Voloshinov de que a *langue* para Saussure é imutável parece contradizer a afirmação do lingüista suíço de que as línguas mudam constantemente, dado que “a cada instante, a linguagem implica ao mesmo tempo um sistema estabelecido e uma evolução [...] a relação que une

⁷⁶ Para Bakhtin/Voloshinov ([1929]1988, p. 32), o signo, necessariamente, submete-se a critérios de avaliação ideológica: “tudo que é ideológico possui um valor semiótico”. Imagens, instrumentos ou mesmo produtos de consumo que recebam algum valor ideológico podem operar como signos, sendo que a palavra, para Bakhtin, seria “o fenômeno ideológico por excelência”, uma vez que ela somente existe enquanto desempenhando alguma uma função ideológica.

ambas as coisas é tão íntima que se faz difícil separá-las” (SAUSSURE, 1974, p. 16)⁷⁷.

(iii) o fato de a história da língua não passar de história de formas lingüísticas individuais (morfologia, fonética...) – sucessão de momentos sincrônicos – que não possuem relação umas com as outras, tampouco com o contexto real de uso da língua. Para Bakhtin/Voloshinov, a mudança lingüística é possível devido à história e aos diferentes contextos de uso da língua, que confeririam diferentes sentidos à “mesma” palavra.

No que tange à série do *subjetivismo idealista*, Bakhtin/Voloshinov questiona os seguintes aspectos: o caráter individual da enunciação; a existência da consciência desvinculada da realidade social; a vinculação da enunciação com a expressão do interior do indivíduo; a enunciação monológica tido como objeto de estudo e a evolução da língua associada ao psiquismo individual.

(i) o fato da enunciação ser tida como um ato individual, cuja finalidade seria a expressão da consciência e do desejo dos indivíduos. Segundo o autor, a expressão é organizada pela situação social mais imediata que envolve a interação dos indivíduos, e não pelo mundo interior do falante. A expressão sempre se dirige a um interlocutor, mesmo que este seja interno e sua configuração não se desvincula do existente em determinada época ou classe. Assim, “toda palavra serve de expressão a *um* em relação ao *outro*” (ibid., p. 113). Nesse caso, a enunciação é determinada pelo contexto imediato e pelo meio social mais amplo de interação e não é fruto de uma criação individual⁷⁸.

(ii) o fato da consciência individual existir independente do mundo social. Para Bakhtin/Voloshinov, “a estrutura da atividade mental é diretamente proporcional ao seu grau de orientação social” ([1929] 1988, p. 114). A atividade mental se divide em *do eu* e *do nós*: no primeiro caso, a atividade tende para a sua eliminação ao perder a característica ideológica e se aproximar da reação biológica animal; no segundo caso, o grau de consciência é proporcional à complexidade social, de sorte que “a atividade mental do nós permite diferentes graus e diferentes tipos de modelagem ideológica” (ibid., p. 115). Além dessas, há

⁷⁷ Lähteenmäki (2006) sugere uma outra contradição presente na versão de Voloshinov sobre Saussure: o primeiro se refere a *langue* como “um sistema de formas”, apesar do segundo defini-la não em termos de formas, mas sim de valores; tal visão relacional dos signos origina-se na própria definição de signo que é o vínculo arbitrário entre um conceito e um som-imagem.

⁷⁸ Vale registrar que Humboldt não nega a importância das relações sociais no processo de enunciação (simplesmente não as prioriza), considerando que “Toda a nossa finitude se origina do fato, de que nós não podemos nos reconhecer diretamente através de e em nós mesmos, mas sim somente em oposição a um outro” (HUMBOLDT, trad. KESTLER, 2006, p. 187).

a atividade mental *para si* – variante da anterior –, que possui uma orientação social, na qual o indivíduo se vê pelas lentes sociais: seus direitos, seu status, seu lugar econômico e social. A atividade mental do indivíduo constitui um território social⁷⁹;

(iii) o fato de os estados de consciência e a expressão existirem independentes do mundo e do cotidiano. Bakhtin/Voloshinov ([1929] 1988, p. 121) defende que o exterior é “o centro organizador de toda enunciação”. A atividade mental associada ao cotidiano e a expressão à qual esta atividade se liga pautam-se numa ideologia do cotidiano, que constitui “o domínio da palavra interior e exterior desordenada e não fixada num sistema, que acompanha cada um de nossos atos ou gestos e cada um de nossos estados de consciência” (ibid., p. 118). É na medida em que há inscrição dos indivíduos e das obras na ideologia do cotidiano que a significação se torna viável;

(iv) o fato de o subjetivismo idealista localizar a enunciação na expressão do mundo interior do indivíduo⁸⁰. Para o autor russo, tanto a expressão quanto a elaboração estilística da enunciação são sociais; dessa forma, o aspecto ideológico da palavra não se encontra no psiquismo individual, mas nas condições sociais;

(v) a enunciação monológica como o objeto das pesquisas sobre a linguagem. O filósofo propõe que “a verdadeira substância da língua” é formada pelo “fenômeno social da interação verbal” (1988, p. 123), e as unidades reais da cadeia verbal seriam as “formas do conjunto de enunciações” (ibid., p. 126) estudadas como fenômenos sociológicos;

(vi) a evolução da língua vinculada ao psiquismo individual. Na visão de Bakhtin/Voloshinov, a evolução lingüística ocorre conforme as leis sociológicas, da seguinte maneira: há evolução (ininterrupta) das relações sociais, seguida da evolução da comunicação e das interações verbais e, em decorrência disso, se dá a evolução dos atos de fala, que, por fim, se reflete nas mudanças das formas da língua. A esse respeito é bastante ilustrativa a seguinte afirmação: “conforme a língua, conforme a época ou os grupos sociais, conforme o contexto presente tal

⁷⁹ Fica claro que para Bakhtin/Voloshinov a língua é um fenômeno social cuja natureza é ideológica. Por outro lado, nos trabalhos de Humboldt percebe-se a noção de inatismo: a língua está originariamente presente na mente do ser humano. Contudo, Humboldt não nega a importância da sociedade, que é tida como condição necessária para que a língua possa se construir.

⁸⁰ Para fundamentar tal aspecto vale a afirmação de Humboldt: “a essência da linguagem consiste em moldar a matéria do mundo dos fenômenos na forma dos pensamentos” (trad. MONTEZ, 2006, p. 57).

ou qual objetivo específico, vê-se dominar ora uma forma, ora outra, ora uma variante, ora outra” ([1929] 1988, p. 147).

2.2 ALGUMAS NOÇÕES BAKHTINIANAS⁸¹

Uma vez reconhecidos os principais pontos que Bakhtin/Voloshinov questiona em relação às abordagens do objetivismo abstrato e do subjetivismo idealista, e apresentada a postulação do autor no que concerne aos aspectos criticados, cabe explorar um pouco mais os assuntos⁸² de *signo e palavra, a questão semântica, consciência individual e psiquismo, perspectiva social, ideologia, formas de comunicação verbal, pluralidades discursiva e lingüística e forças que operam no funcionamento da língua*. Saliento que esses temas dialogam entre si e que subjacente a eles está uma perspectiva dialética que justifica o compromisso do autor com “a totalidade, com a história, com a prevalência do social, com a unidade dos contrários” (FARACO, 1988, p. 27). Os assuntos acima mencionados são resgatados, principalmente, nos seguintes trabalhos: *Marxismo e filosofia da linguagem [1929]* e *Questões de Literatura e de Estética [1988]*.

Tratemos, inicialmente, do signo e da palavra. O *signo* é, em sua natureza, social, exterior e ideológico e é o resultado de um consenso entre indivíduos em um processo de interação socialmente organizado, o que implica que mudanças na organização social e nas condições de interação produzem mudanças no signo; e que os signos são produzidos e compreendidos em relação a processos de comunicação que ocorrem em determinadas condições sociais, de acordo com ideologias diferentes e segundo perspectivas individuais diferentes. As leis que regem o universo dos signos são as leis da comunicação semiótica, que são determinadas por leis sociais e econômicas, sendo que a superestrutura ideológica paira acima da base econômica. Assim, o signo não pode ser criado pelo arbítrio individual, mas surge da relação entre os indivíduos no meio social, uma vez que o processo de significação e de valorização do signo não se desvincula dessa relação. O signo é, portanto, determinado pelas formas de interação social historicamente constituídas segundo leis econômicas e sociais e ao mesmo tempo em que a realidade o determina, ele também a organiza de acordo com um certo

⁸¹ Tais noções incluem os trabalhos do Círculo de Bakhtin.

⁸² A escolha de tais assuntos se justifica por estarem vinculadas, em grande parte, à face sociológica de Bakhtin.

ponto de vista valorativo (axiológico) e com o contexto de interação, ambos determinados socialmente. Por social entende-se aquilo que é historicamente estipulado, em relação às diferentes formas de produção material – e de organização cultural – e conforme as divisões de trabalho (PONZIO, 1998).

É na esfera social que se encontram as classes sociais e as comunidades semióticas que utilizam o mesmo código ideológico de comunicação; em ambas existem diferenças e conflitos, que se refletem no uso da *palavra*: a “mesma” palavra pronunciada por um operário ou um empresário não é mais a mesma. É esse aspecto que torna o signo vivo e plurivalente⁸³. A *palavra* é tida como signo neutro, pode ser entendida como “o fenômeno ideológico mais puro [...] o objeto fundamental do estudo das ideologias” ([1929] 1988, p. 36; 38). Diferente de outros tipos de signos, a palavra não se vincula a apenas um domínio ideológico, mas a vários, o que a possibilita preencher diferentes funções ideológicas, em diferentes domínios; e é devido a essa capacidade de estar em diversos (ou todos os) domínios que ela “será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados” (ibid., p. 41). Finalmente, o que torna o estudo da palavra relevante é a sua propriedade de significação, sem a qual ela ficaria restrita a um código ou sinal.

Quanto à questão semântica, ao afirmar que se pode “estudar a evolução semântica, isto é, a história da ideologia no sentido exato do termo” (1988, p. 194), Bakhtin/Voloshinov deixa muito clara a relação entre sentido e ideologia, uma vez que o sentido existe apenas em relação ao contexto ideológico e prático. O filósofo russo distingue sentido de significado: o primeiro, análogo à noção de signo, diz respeito ao estudo da língua tida como enunciado, ou seja, se ocupa das relações dialógicas (e ideológicas), únicas e singulares entre as palavras, os textos, os gêneros do discurso, as linguagens, as culturas e as épocas históricas – ademais, para Bakhtin, o sentido não está sempre preso ao contexto histórico, social e cultural ao qual pertence: a distância (exotopia) pode favorecer o despertar de novos sentidos, já que há a possibilidade de sentidos adormecidos depositadas em diferentes culturas passadas serem descobertos (há possibilidades semânticas infinitas na história), na grande temporalidade; isso

⁸³ Segundo Bakhtin, a classe dominante tentaria apagar as diferenças, disputas e confrontos sociais ao impor ao signo um caráter monovalente.

favorece o surgimento de formas novas de percepção do mundo (BAKHTIN, 1997; 2003). Já o significado, semelhante à idéia de sinal, trata do estudo da língua como código, como sistema fechado e estável que existe independente do mundo social e cujos elementos são constantes e repetíveis. O estudo do sentido, para Bakhtin, seria do âmbito da Metalingüística ou da Filosofia da Linguagem, enquanto o estudo do significado ficaria a cargo da Lingüística.

Ainda sobre a concepção semântica, os conceitos de sentido e significado podem ser comparados aos de tema e significação (Bakhtin/Voloshinov [1929], 1988): O *tema*, sendo constitutivo do signo e/ou da manifestação verbal, necessariamente possui um índice de valor social, e pode ser entendido como o *sentido do enunciado concreto*, único, individual, dependente da situação histórica concreta, determinado tanto pelas formas lingüísticas como pelos elementos extraverbais (a situação), impossível de ser submetido à análise fragmentária e, fundamentalmente, opera como resposta a outros enunciados, por isso, requer uma compreensão ativa. A *significação*, fundada na convenção, difere do tema quanto ao seu caráter repetível, idêntico e abstrato. Em outras palavras: a significação associa-se aos elementos lingüísticos, e o tema vincula-se à situação histórica real de comunicação verbal, sendo que “o tema deve apoiar-se sobre uma certa estabilidade da significação; caso contrário, ele perderia o seu elo com o que precede e o que segue, ou seja, ele perderia, em suma, o seu sentido” (BAKHTIN/VOLOSHINOV [1929], 1988, p. 129). Por detrás da relação entre sentido e significado, e tema e significação está a velha discussão acerca do caráter mutável e histórico da língua e o seu caráter recorrente e sistematizável. A visão bakhtiana de língua privilegia o movimento, o devir e a história em detrimento de qualquer forma de fechamento e de cristalização da língua, mesmo que para fins “científicos” – daí a sua sugestão de uma translingüística que tenha o enunciado concreto como foco de estudo, sendo, é claro, que o enunciado se apóia sobre as características formais e repetíveis da língua.

Passemos agora ao assunto da *consciência individual*: ela se estrutura mediante sua inserção no universo ideológico dos signos através da interação social; nesse caso, a consciência seria de natureza sócio-ideológica o que implica que, sem o conteúdo semiótico e ideológico, a consciência seria “vazia” ou um “nada”. Nas palavras de Bakhtin/Voloshinov ([1927] 2004, p. 78):

O que é a consciência de um homem isolado senão a ideologia do seu comportamento? Neste sentido podemos perfeitamente compará-la à

ideologia na própria acepção do termo, ideologia essa que é a expressão da consciência de classe. Mas não se pode tomar como verdade nenhuma ideologia, seja individual ou de classe, nem acreditar nela sob palavra. A ideologia mente para aquele que não é capaz de penetrar no jogo de forças materiais objetivas que se esconde por detrás dela.

O estudo do *psiquismo subjetivo* é possível mediante: (i) a compreensão e a análise do signo, uma vez que os signos são ideologicamente marcados e constitutivos do psiquismo; e (ii) o estudo da significação, já que “se abstrairmos a significação, perdemos, ao mesmo tempo, a própria substância da vida psíquica interior” (BAKHTIN/VOLOSHINOV [1929], 1988, p. 49). E dentre os tipos de signos, a palavra (o discurso interior) – pelos motivos já expostos – é o material semiótico principal da consciência. Bakhtin/Voloshinov acredita que não é possível desvincular a personalidade do indivíduo da língua (discurso), uma vez que “sua atividade mental, suas motivações subjetivas, suas intenções, seus designios conscientemente estilísticos, não existem fora de sua materialização objetiva na língua” (ibid., p. 188).

Com isso, percebe-se que o *signo* ocupa um território duplo, na consciência e na ideologia, sendo impossível separá-lo da situação social na qual ele se insere. E se a consciência e a ideologia se encontram no signo, o psíquico pode ser entendido como “o social infiltrado no organismo do indivíduo” (ibid., p. 64). Esse processo de infiltração significa que “o psiquismo se oblitera, se destrói para se tornar ideologia e vice-versa” (ibid., p. 65). Cabe ressaltar que o psiquismo tende a ir de um estágio puramente biológico em direção ao biológico + ideológico. Trata-se, por fim, de uma relação dialética entre o ideológico e o psíquico, na qual o signo externo se integra ao mundo interior, e o signo psíquico se exterioriza, passando a ser signo ideológico. Nas palavras do autor: “Em todo ato de fala, a atividade mental subjetiva se dissolve no fato objetivo da enunciação realizada, enquanto que a palavra enunciada se subjetiva no ato de decodificação que deve, cedo ou tarde, provocar uma codificação em forma de réplica” (ibid., p. 66).

É importante ressaltar que o *social* e o *ideológico*, para Bakhtin, não se opõem ao individual, mas ao natural. Nesse caso, ideologia não se opõe a indivíduo, uma vez que ela constitui tanto a realidade social quanto a psíquica, mas opõe-se ao natural. Mesmo a auto-consciência é um fenômeno ideológico, social e histórico, uma vez que é condicionada por fatores exteriores. Dessa maneira, “todo o produto da ideologia leva consigo o selo da individualidade do seu ou dos seus criadores, mas este próprio selo é tão social quanto todas as

outras particularidades e signos distintivos das manifestações ideológicas” (1988, p. 59). Refinando o conceito de ideologia, assim como o signo faz parte da realidade social (ele a reflete e refrata), da mesma forma, a ideologia não pode ser vista como algo fora do funcionamento social; muito pelo contrário, ela é constitutiva da dinâmica social e, de forma análoga, é constitutiva da própria consciência. Citando Voloshinov (apud PONZIO, 1998, p. 107): “Por ideologia entendemos todo el conjunto de los reflejos y de las interpretaciones de la realidad social y natural que tienen lugar em el cerebro del hombre y se expresan por medio de palabras [...] u otras formas sígnicas”. A(s) ideologia(s) – “através” dos signos – organizam, regulam, reproduzem, expressam e/ou subvertem as relações histórico-materiais dos homens – isso significa que a infra-estrutura e as superestruturas se vinculam de maneira dialética, sendo que o signo opera como mediador entre ambas. Aquelas relações se organizam em uma sociedade (de classes) caracterizada pela existência de forças contraditórias: a classe dominante, por um lado, busca dar aos signos uma expressão de unicidade, de centralização e de estabilidade; por outro lado, os signos, ao circularem por contextos sociais variados, mantêm seu caráter plural e ambíguo, já que expressam as contradições próprias de uma sociedade de classes. Ademais, Bakhtin também utiliza os termos *ideologia oficial* e *ideologia do cotidiano* (não-oficial) para fazer referência, respectivamente, às formas superestruturais de cultura (arte, direito, religião, ética, conhecimento científico) e às formas ligadas à consciência individual, ao cotidiano ou ao discurso censurado, revolucionário e clandestino – esses últimos visam confrontar o discurso que se mostra como certo, único e natural (PONZIO, 1998).

Prosseguindo na exploração dos temas bakhtinianos, as *formas de comunicação verbal* são determinadas pelas relações de produção (econômicas) e pela estrutura sócio-política. Dentre as comunicações, há aquelas ligadas à vida cotidiana e as que se associam às ideologias especializadas e formalizadas (oficiais) circulantes. Vale ressaltar que as formas de comunicação verbal são constituídas historicamente, sendo que em cada época e em cada grupo social encontra-se uma gama de formas de discurso. E tais formas surgem para cumprir alguma função social.

A diversidade de atividades humanas se reflete nas *pluralidades discursiva e lingüística*. O primeiro caso refere-se à heteroglossia, que se constitui com base nas estratificações da língua de uma dada comunidade lingüística, em certo

momento histórico, associadas a pontos de vista ideológicos: em um romance é possível encontrar, por exemplo, “dialetos sociais, maneirismos de grupos, jargões profissionais, linguagens de gêneros, fala das gerações, das idades, das tendências, das autoridades, dos círculos e das modas passageiras, das linguagens de certos dias e mesmo de certas horas” (BAKHTIN [1929], 1998, p. 74). Todas essas formas de comunicação presentes no romance refletem o funcionamento da realidade social – e o confronto e as contradições ideológicas – de dado momento histórico. Note-se que esse fenômeno da heteroglossia (estratificação ideológico-social da língua), para Bakhtin, seria muito mais visível nos gêneros circulantes pelas esferas “inferiores” da vida cotidiana e popular do que nos gêneros próprios das camadas sociais privilegiadas, já que para essas as centralizações cultural, política e ideológica seriam fundamentais. O segundo caso, a pluralidade lingüística, tem a ver com a presença de dialetos e línguas, diferentes entre si (seja em termos lexicais, fonológicos, morfológicos...), que coexistem em uma mesma comunidade; exemplificando: um camponês que utiliza uma língua para orar e uma outra em sua família. Com isso, a pluralidade lingüística pode se tornar em discursiva quando, por exemplo, o camponês passa a perceber que as diferentes línguas que utiliza estão vinculadas a posições/percepções ideológicas diferentes e contraditórias. É devido a essas pluralidades que, para Bakhtin, o monolingüismo e homogeneidade não passam de uma idealização. (BAKHTIN, 1998; LÄHTEENMÄKI, 2005)

Bakhtin (1998) aponta para a existência de duas forças, *centrípeta* e *centrífuga*, da vida social que são operantes na língua: a primeira visa a manutenção da língua através de normas impostas, favorecendo a compreensão mútua em todas as esferas ideológicas e barrando a pressão do plurilingüismo; a segunda opera de acordo com a tendência ao dinamismo e à mudança da língua, favorecendo a estratificação da língua em línguas sócio-ideológicas. As *forças centrípetas* tendem à unificação e centralização das línguas – silenciando outras línguas marginais –, à canonização de certos sistemas ideológicos e, portanto, lingüísticos e à instauração da crença em uma língua única. As *forças centrífugas* tendem à descentralização, à desunificação e ao plurilingüismo. Assim, de acordo com o autor, “é possível dar uma análise concreta e detalhada de qualquer enunciação, entendendo-a como unidade contraditória e tensa de duas tendências opostas da vida verbal” ([1934-35]1998, p. 82).

Concluindo, é enquanto inscritos num certo contexto sócio-ideológico, em determinado momento histórico e político e com determinada finalidade que os indivíduos se apropriam de determinados discursos. Um estudo das formas sociais de comunicação deve levar em conta, na ótica de Bakhtin, as relações de produção e a estrutura sócio-política-econômica, já que estas determinam aquelas (e vice-versa).

Nas subseções a seguir continuo abordando os temas bakhtinianos a partir de seus estudos sobre o romance e suas idéias acerca dos gêneros discursivos e do enunciado.

2.2.1 Sobre o romance

Para Bakhtin, a Literatura é o terreno no qual, diferente da Lingüística, é possível perceber o caráter dialógico da linguagem, traduzido pela presença tanto da palavra alheia – que requer uma compreensão respondente – como da palavra própria como impregnada de outras vozes (PONZO, 1998). O filósofo russo propõe um olhar sociológico para a análise do romance como gênero literário e, para tanto, critica as análises clássicas da Lingüística e da Estilística que tratam da língua como sistema ou como enunciação monológica do indivíduo – estas análises estariam orientadas para a unidade lingüística e não para a diversidade. Bakhtin acredita que os gêneros (incluindo o romance) são determinados por destinos sócio-históricos, por destinos dos discursos ideológicos e por problemas históricos particulares (1998, p. 80). Esses destinos e problemas se caracterizam por forças que atuam sobre a linguagem – tais forças compreendem, por uma lado, a instauração da língua única (forças centrípetas) e, por outro, a manutenção do plurilingüismo e da estratificação lingüística (forças centrífugas): “Cada enunciação que participa de uma “língua única” [...] pertence também, ao mesmo tempo, ao plurilingüismo social e histórico” ([1934-35]1998, p. 82). É na esteira das forças centrífugas que o romance, diferentemente dos gêneros poéticos, se constitui, dado que a dinâmica social concreta – e as várias línguas que refletem essa dinâmica – determina a dialogicidade existente no romance.

O romance, para o autor, é um fenômeno pluriestilístico, plurilíngüe e plurivocal: neste gênero encontram-se diversas unidades independentes – formas de narrativa oral e escrita, a narrativa do próprio autor, variadas formas literárias circulantes na sociedade e os discursos individualizados dos

personagens (1998, p. 74). Por isso, diz-se que o romance é uma combinação de linguagens e de estilos, “uma diversidade social de linguagens organizadas artisticamente, às vezes de línguas e de vozes individuais” ([1934-35]1998, p. 74). Tais vozes – plurilingüismo social⁸⁴ – refletem as estratificações das próprias línguas, em fala de gerações, de gêneros, dialetos sociais, expressões profissionais etc., ou seja, as várias linguagens sócio-ideológicas. Estas estratificações existem historicamente e em função do contexto sócio-econômico.

O *plurilingüismo* aparece no romance na fala dos personagens, sendo o principal objeto do romance o homem que fala (e as suas ações) – este indivíduo é um ser essencialmente social e sua linguagem representa um ponto de vista social específico. Assim, conforme Bakhtin (1988, p. 138), a estilística do romance possui como problema central a representação literária da linguagem, das várias linguagens sócio-ideológicas. Não só para a estilística, mas também para a vida cotidiana o indivíduo que fala possui importância singular, especialmente pelo fato de maior parte das palavras enunciadas por alguém serem palavras dos outros e o sentido destas palavras submeterem-se a transformações em decorrência do contexto sócio-ideológico e do fundo apreciativo do ouvinte.

Uma outra característica do romance, que é uma das formas fundamentais de inserção do plurilingüismo, são os *gêneros intercalados*. No romance, há a presença de uma variedade de gêneros que se relacionam dialogicamente: os de natureza tanto literária (poemas etc.), como extraliterários (científicos, religiosos etc.), sendo que a confissão e o diário são considerados os gêneros essenciais do romance. A variedade de gêneros presente no romance opera de forma a produzir diferentes pontos de vista sobre a realidade, ampliando as possibilidades de leitura e de inserção dos indivíduos no mundo. (BAKHTIN, 1998)

O discurso presente no romance, diferente dos gêneros poéticos, possui uma *orientação dialógica* e, ao se voltar para seu objeto, o encontra já saturado de outras vozes, contestado, avaliado, apreciado; assim, “orientado para o seu objeto, o discurso penetra neste meio dialogicamente perturbado e tenso de discursos de outrem, de julgamento e de entonações” (1998, p. 86). Ao penetrar

⁸⁴ O plurilingüismo social aparece no romance “como estilizações impessoais, mas prenes de imagens, que falam as linguagens dos gêneros, das profissões e outras linguagens sociais, seja como imagens personificadas do autor convencional, dos narradores ou, finalmente, dos personagens” (1998, p. 134).

no meio dialógico, o discurso também participa do diálogo social; e é essa característica dialógica que possibilita ao romance atingir “a perfeição artística” (ibid., p. 87). Salienta-se que o caráter dialógico das linguagens presentes no romance não se resume ao diálogo das forças sociais existentes em uma dada época, “mas é também o diálogo dos tempos, das épocas, dos dias, daquilo que morre, vive, nasce; aqui a coexistência e a evolução se fundem conjuntamente na unidade concreta e indissolúvel de uma diversidade contraditória e de linguagens diversas” (ibid., p. 161). Ademais, o aspecto dialógico também antecipa uma resposta do outro, sendo que o ouvinte não é alguém passivo na interação sócio-verbal – sua réplica e resposta provoca um outro discurso-resposta; trata-se, neste caso, de uma compreensão ativa por parte do ouvinte, pois é sobre o fundo apreciativo do ouvinte que a enunciação atua.

O romance, devido ao seu caráter dialógico, deve ser objeto de estudo, segundo Bakhtin, de uma *perspectiva sociológica* (a estilística sociológica), uma vez que é o contexto social concreto que determina a estrutura estilística do romance, “sua ‘forma’, seu ‘conteúdo’, sendo que os determina não a partir de fora, mas de dentro; pois o diálogo social ressoa no seu próprio discurso, em todos os seus elementos, sejam eles de ‘conteúdo’ ou de ‘forma’” (1998, p. 106). Além disso, é uma perspectiva sociológica que considera o enunciado não como uma abstração lingüística, mas como um fenômeno interacional/social: “No campo de quase todo enunciado ocorre uma interação tensa e um conflito entre sua palavra e a de outrem, um processo de delimitação ou de esclarecimento dialógico mútuo” (1998, p. 153).

Em seus estudos⁸⁵ de crítica literária, para lidar com as relações entre tempo e espaço, Bakhtin incorporou uma noção utilizada na física em suas reflexões sobre o romance, propondo uma junção inseparável entre aspectos temporais e espaciais; trata-se da noção de *cronotopo*, na qual há uma inter-relação entre ambos os aspectos: “Os índices do tempo transparecem no espaço, e o espaço reveste-se de sentido e é medido com o tempo” (BAKHTIN, 1998, p. 211). O cronotopo no romance possui dois sentidos: um concernente à organização do tema (significado temático) e o outro referente à organização concreta do tempo e do espaço (significado figurativo); ele tem o papel de

⁸⁵ Tais estudos se localizam especialmente no trabalho de Bakhtin intitulado “Formas de Tempo e de Cronotopo no Romance (Ensaio de poética histórica) [1937-38], publicado em *Questões de Literatura e Estética* (1998), onde Bakhtin analisa os cronotopos tidos como estáveis e que determinaram as principais formas de romance.

determinar os gêneros e as diversidades de gêneros e pode aparecer de formas variadas em uma mesma obra ou nos diferentes gêneros; por exemplo, no campo literário, o tempo possui importância primordial. O cronotopo é dialógico na medida em que se relaciona a outros cronotopos; exemplificando, o cronotopo da obra se relaciona com os cronotopos que definem a realidade do autor, do intérprete, dos ouvintes e dos leitores:

A obra e o mundo nela representado penetram no mundo real enriquecendo-o, e o mundo real penetra na obra e no mundo representado [...] Pode-se mesmo falar de um cronotopo *criativo* particular, no qual ocorre essa troca da obra com a vida e se realiza a vida particular de uma obra (p. 358-59; grifo do autor).

Ademais, o cronotopo é inerente aos processos de interpretação, uma vez que o entendimento de fenômenos requer a inserção desses nos domínios do tempo e espaço e do semântico; com isso, ele não se restringe aos estudos literários, mas se amplia para o domínio da compreensão dos significados em geral (1998, p. 212). A noção de cronotopo utilizada por Bakhtin reforça o materialismo existente em sua abordagem, fundamentando os estudos da linguagem histórica e espacialmente, dado que tempo e espaço são entendidos como pertencentes à realidade concreta.

Alguns dos estudos de Bakhtin sobre o romance, a partir de sua perspectiva sociológica, abarcam reflexões sobre os trabalhos de Dostoievski e de Rabelais. Sucintamente, em relação ao primeiro, o pensador russo afirma que a singularidade e inovação presentes no romance (polifônico) de Dostoievski se fundamentam na “tarefa de construir um mundo polifônico e de destruir as formas estabelecidas do romance europeu fundamentalmente monológico (homofônico)”⁸⁶ (BAKHTIN [1961-62], 1989, p. 08). Com isso, a partir de uma perspectiva monológica, os escritos de Dostoievski aparentam ser um caos e incoerentes: suas obras “são igualmente diálogos desesperados, interiormente inacabados, dos personagens entre si (como pontos de vista personificados) e entre o próprio autor e seus personagens” (BAKHTIN, 1998, p. 148). Sobre Rabelais, Bakhtin sugere, para a compreensão da complexidade de sua obra, uma reformulação de concepções artísticas e ideológicas, um desapego em relação às exigências literárias tradicionais, a revisão de certas noções e uma investigação acerca da literatura popular cômica (2002, p. 03). Tal atitude

⁸⁶ “task of constructing a polyphonic world and destroying the established forms of the fundamentally monologic (homophonic) European novel”

permite, nas palavras de Bakhtin, “iluminar a cultura cômica popular de vários milênios, da qual Rabelais foi o eminente porta-voz na literatura” (Idem). Esta cultura incluía escritos sobre o carnaval (na Idade Média), as obras verbais (literatura em latim e língua vulgar) que utilizavam a linguagem de forma “carnavalesca”, e gêneros e vocabulários públicos e familiares (a “linguagem familiar da praça pública”) da Idade Média e do Renascimento. Finalmente, a obra de Rabelais trata do confronto e das contradições de duas culturas: a cultura popular e a oficial medieval. Citando Bakhtin ([1965]2002): “toda a obra, do começo ao fim, saiu do próprio centro da vida da época, na qual o autor era um participante ativo ou uma testemunha interessada” (p. 385); além disso, “*Vemos em que complexa intersecção das fronteiras das línguas, dialetos, linguajares, jargões, formava-se a consciência literária e lingüística da época*” (p. 415; grifo do autor).

Por fim, os diversos tipos de romance devem contemplar, na opinião de Bakhtin (1998, p. 162) a experimentação da palavra, da visão de mundo e do fundamento comportamental ideológico da ação, a demonstração dos hábitos, dos mundos e dos micromundos sociais, históricos e nacionais (romances descritivos, de costumes e romances geográficos) ou dos mundos sócio-ideológicos de uma época (memórias romanescas, as variantes do romance histórico) ou ainda das idades e gerações ligadas às épocas, aos mundos sócio-ideológicos (o romance de aprendizagem e informação).

Percebe-se que Bakhtin desenvolve algumas de suas noções-chave acerca do funcionamento da língua a partir de seus estudos sobre o romance. Conforme já visto no capítulo I, Brandist (s/d) comenta algumas influências dos trabalhos de Iakubinskii sobre algumas das idéias de Bakhtin apresentadas nesta seção (plurilingüismo, forças atuantes sobre a linguagem e gêneros); contudo, enquanto o primeiro teria se inspirado na realidade russa da época para desenvolver sua abordagem, o segundo teria organizado sua teoria a partir dos estudos literários. Porém, ambas as perspectivas estão impregnadas por uma preocupação política: se Iakubinskii tratou diretamente da realidade social de sua época, Bakhtin problematizou a hegemonia, a centralização e a unificação (lingüística, cultural, política, social, científica) através, especialmente, da idéia de diálogo que está presente em todo o seu percurso intelectual.

2.2.1 Sobre os gêneros discursivos

A noção de gênero discursivo⁸⁷ é fundamental nos trabalhos de Bakhtin e a ela é destinado um espaço considerável devido à relação, que me proponho a estabelecer posteriormente, entre tal noção e a concepção de sujeito/indivíduo. Esta subseção se pautará, principalmente, no texto *O Problema dos gêneros do discurso* (1997; 2003 [1952-1953]). Os tópicos abordados a seguir referem-se a: *gênero discursivo; pluralidade e estratificação da língua; estratificações sociais vs. estratificações na língua; classificação dos gêneros; estilo e relação entre língua e vida*. Na seqüência, apresento duas subseções que tratam, respectivamente, do dialogismo e monologismo e de uma exemplificação de gênero discursivo – o(s) gênero(s) científico(s).

Os gêneros discursivos⁸⁸ se estruturam de acordo com as diferentes esferas de atividade humana; e a variedade de formas de utilização da língua, sejam elas orais ou escritas, reflete aquelas esferas sociais. O uso da língua se realiza através dos enunciados, que são formados pelo conteúdo (conceito), pelo estilo verbal (os recursos lingüísticos utilizados), pela construção composicional (o conjunto do discurso, as formas de acabamento – aspectos que se organizam de acordo com as especificidades das esferas de comunicação social e pela noção de destinatário) e pela situação extraverbal⁸⁹ a eles, a qual inclui: o horizonte espacial comum aos locutores, o conhecimento e a compreensão da situação (tema) e a avaliação comum da situação (VOLOSHINOV, 1981). Segundo Bakhtin (1997, p. 179): “cada esfera de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciado, sendo isso que denominamos *gêneros do discurso*”. Assim, o fato de enunciados compartilharem a mesma característica lingüística não os define como gêneros iguais, pois os gêneros se constituem de uma face lingüística e de outra social que se relacionam mutuamente.

Conforme as esferas de comunicação se desenvolvem e se tornam mais complexas, o mesmo ocorre com os gêneros discursivos – tidos como formas

⁸⁷ O conceito de *gênero discursivo* foi utilizado, pela primeira vez, nos escritos sobre “The Formal Method In Literary Scholarship” (1928), criticando o mecanicismo presente no conceito de gênero segundo a escola formalista. Salienta-se que esse tema, juntamente com a noção de romance, esteve presente em grande parte dos estudos de Bakhtin (MORSON e EMERSON, 1990 apud SOUZA, 2002).

⁸⁸ Sobre a *terminologia* flutuante utilizada por Bakhtin para os gêneros dos discursos, Rodrigues (2004) comenta que tais usos se justificam pela preferência do autor em relação à variação terminológica e pela heterogeneidade própria das traduções.

⁸⁹ A situação extraverbal do enunciado pode ser vinculada à idéia de cronotopo, como afirma Rodrigues (2001).

típicas de enunciados –, assumindo, ambos, as qualidades da heterogeneidade e da diversidade funcional. Os gêneros podem ser exemplificados como o diálogo cotidiano, a ordem militar, o relato familiar, a dissertação acadêmica etc.: cada qual se organiza em relação a um dada esfera humana, com uma função social que é construída historicamente.

A língua é vista como sendo dinâmica e viva e nela se reflete uma *pluralidade* de perspectivas sociais e ideológicas que se constituíram historicamente. Tal pluralidade se evidencia pela *estratificação da língua*, que é determinada, entre outras coisas, pelos gêneros discursivos, os quais comandam os usos dos variados elementos da língua. Cada gênero impõe um certo ponto de vista, uma atitude, uma forma de pensamento e uma entonação, de acordo com a esfera de atividade humana à qual ele se associa. Sobre a estratificação da língua, essa pode ser determinada não apenas pelos gêneros, mas também pelas estratificações profissional (a linguagem do professor, do advogado...) e social, pela mídia e até mesmo por certos indivíduos; todas essas estratificações na linguagem se relacionam dialogicamente e produzem diferentes interpretações, maneiras de atribuições de sentido à língua, valorações e formas de expressividade. Contudo, ressalta-se que a estratificação da linguagem por profissões, por sociedades, por concepções de mundo, por tendências e por diferentes dialetos não coincide, necessariamente, com a dos gêneros. Vale mencionar ainda a dimensão dialética dos gêneros: ao mesmo tempo em que se constituem em torno de uma demanda sócio-histórica de interação verbal entre os falantes, eles produzem visões de mundo e, portanto, formas de ação no mundo.

As diversas *estratificações sociais* – diferenças econômicas, estabelecimentos de ensino, gerações, etnia... – se espelham no caráter pluridiscursivo da linguagem, que varia social e historicamente; e as contradições sócio-ideológicas de cada época se refletem (produzem) nas variadas formas de relação dialógica (de censura, aceitação, confronto etc.) existente entre as diferentes linguagens. As estratificações sociais e na linguagem são produzidas por diversas forças sócioeconômicas e quanto mais marcadas e estáveis são essas forças, mais sólidos são os traços da estratificação presentes

em determinada linguagem. Por isso os gêneros possuem uma face tanto *heterogênea*⁹⁰ como *estável*.

Os gêneros discursivos podem ser divididos em *primários* (simples) e *secundários* (complexos): os primeiros possuem uma relação direta com a realidade e com os enunciados de outros, ocorrem em situação espontânea de interação verbal e cotidiana e podem ser exemplificados como o diálogo do dia-a-dia, a conversa familiar, a linguagem de reuniões sociais etc; os últimos possuem um caráter mais elaborado, pois se caracterizam pela complexidade própria da esfera social à qual eles pertencem, como as esferas científica, política, religiosa, literária entre outras. Os gêneros secundários se organizam a partir da transformação (histórica) e complexização dos primários, que se formam em decorrência de situações espontâneas de comunicação; e a inter-relação entre os gêneros primários e secundários é a base do enunciado. Para Bakhtin, o romance é o gênero que possui a maior capacidade de integrar os gêneros primários e secundários (BRANDIST, 2002).

A noção de enunciado implica, também, a de *estilo*, o qual sempre está ligado à situação social onde o enunciado é produzido. Os enunciados podem ter um estilo que reflita a individualidade de quem os fala/escreve (como os literários) ou que possua uma estrutura mais padronizada (como as requisições), sendo muitas vezes difícil avaliar quando um estilo é individual ou geral. Em cada esfera de comunicação humana o gênero assume um estilo, seja ele lingüístico ou funcional (científico, religioso, cotidiano...). Assim, o estudo do estilo deve levar em conta os gêneros e, portanto, as atividades humanas e as esferas sociais de uso da língua em que se constituem historicamente. Além disso, o estilo se vincula ao tema do enunciado, à composição deste (escolhas gramaticais), ao tipo de relação do falante com os interlocutores, à relação de valor que o sujeito estabelece com o enunciado e à relação que o enunciado produzido possui com outros enunciados. Ressalta-se que a noção de estilo, na filosofia de Bakhtin, coloca em relevo a relação entre o individual e o social: os sujeitos são socialmente constituídos, porém, é devido à heterogeneidade e ao plurilingüismo lingüístico (estratificação da língua) que os sujeitos são únicos e

⁹⁰ Similar à perspectiva de Bakhtin de que os gêneros discursivos “refletem a menor mudança na vida social” (1997, p. 285), é a de Meillet, vista no capítulo I, para quem as variações lingüísticas refletem as mudanças sociais. O caráter de mudança/diversidade fica claro em ambas as abordagens, que se opõem a uma visão estática e homogênea de língua.

singulares ao fazerem suas escolhas, a partir de seus horizontes apreciativos, que são construídos na interação social.

Para Bakhtin, há um vínculo entre a língua (os gêneros discursivos) e as três dimensões da cultura humana, que são a vida, a ciência e a arte (BAKHTIN, 2003 [1919]). Os gêneros discursivos cotidianos estariam vinculados à primeira dimensão (os discursos na vida) enquanto os gêneros secundários se constituiriam em relação às outras duas (SOUZA, 2002). De qualquer forma, esses vínculos dizem respeito aos modos sociais de comunicação/interação verbal em dada esfera humana que pesquisas formalistas e baseadas no estudo da língua enquanto sistema abstrato apagam. O vínculo entre língua e vida também é ressaltado por Humboldt – apesar de ambos os teóricos apresentarem visões diferentes de língua⁹¹–, para quem o estudo lingüístico tem como finalidade, dentre outros aspectos, os objetivos que os seres humanos alcançam por meio do uso da língua e o entendimento do gênero humano.

Concluindo, a noção de gêneros discursivos se vincula aos modos social e historicamente constituídos de interação verbal associados a certa esfera humana; tais esferas mudam historicamente e, conseqüentemente, os gêneros discursivos também se transformam. A relação entre os gêneros e a realidade (as esferas sociais de uso da linguagem) parece ser dialética: não são as esferas que causam o uso de certos gêneros (e enunciados) e, tampouco, são os modos verbais de interação que determinam as esferas humanas. Os dois se relacionam mutuamente: dada a característica de refração dos gêneros (eles produzem visões de mundo), eles não apenas respondem à demanda das esferas de interação humanas, como também as organizam e modificam. E o caráter de (certa) estabilidade dos gêneros se relaciona à estabilidade das atividades humanas, as quais possuem tanto um caráter de recorrência quanto de novidade. O domínio dos gêneros implica, também, a facilidade de circulação pelas esferas humanas; assim, gênero e inserção social (cidadania) estão diretamente correlacionados.

⁹¹ Para Bakhtin, “a língua penetra na vida através dos enunciados concretos que a realizam, e é também através dos enunciados concretos que a vida penetra na língua” (1997, p. 282); a vida, nesse contexto, recebe uma conotação social: o sujeito é constituído socialmente (e historicamente) e ao mesmo tempo que ele é produto do social, também atua sobre este. Já Humboldt afirma que a “aspiração do espírito eclodé pelos lábios, o resultado desta mesma retorna ao próprio ouvido” (HUMBOLDT, trad. WEININGER, 2006, p. 131); neste caso a noção de vida associa-se ao desenvolvimento do indivíduo (do intelecto humano).

2.2.2.1 Monologismo e dialogismo

As idéias de *monologismo* e de *dialogismo* a seguir são apresentadas, principalmente, a partir das reflexões de Bakhtin sobre *O Problema do Texto* (1997 [1959-1961]) e sobre as especificidades das ciências naturais e das ciências humanas; tais idéias serão pertinentes para se compreender a especificidade dos *gêneros científicos*. Em termos gerais, o monologismo diz respeito ao apagamento das diferenças e à manutenção de uma única voz; já o dialogismo invoca a pluralidade de vozes presentes num texto-enunciado. Segundo a teoria de Bakhtin, não há enunciado que não seja dialógico. Nesse sentido, talvez seja pertinente considerar o dialogismo e o monologismo em termos de gradação: vozes presentes [+ dialógico] → vozes de difícil identificação [- dialógico].

As palavras – tidas como enunciados – são, necessariamente, dialógicas uma vez que respondem a um já-dito ou antecipam uma reação-resposta. O dialogismo de uma palavra pode ser visto, no nível textual, em três graus diferentes: (i) a palavra orientada para o objeto, mostrando uma única linguagem e ponto de vista; (ii) a palavra do outro trazida para dentro do texto, mas não no mesmo nível da do autor, como o que ocorre com o discurso direto, os textos científicos e a polêmica; (iii) a mistura das palavras do autor e do outro, permanecendo no mesmo nível, sendo que o autor assume a palavra do outro para suas próprias finalidades (BAKHTIN/VOLOSHINOV [1929], 1988; AMORIM, 2004).

A relação dialógica, que é relação de sentido, ocorre entre enunciados e não entre categorias abstratas da língua: “dois enunciados quaisquer, se justapostos no plano do sentido (não como objeto ou exemplo lingüístico), entabularão uma relação dialógica” (BAKHTIN, 1997, p. 346). Tal relação, reforça o autor, não é objeto da Lingüística, uma vez que “o lingüista está acostumado a perceber tudo num contexto fechado (dentro do sistema da língua ou do texto compreendido lingüisticamente, sem levar em conta a relação dialógica que se estabelece com o outro texto, o texto que responde” (ibid., p. 348-9); essa relação tampouco se insere no escopo de estudo da Lógica, da Psicologia (behaviorista ou mentalista) ou das Ciências Naturais. A relação dialógica ocorre quando sentidos, de diferentes enunciados, são confrontados, refutados, acatados, etc.

O dialogismo – e a noção de gênero discursivo – implica a concepção de um destinatário, entretanto, o autor do enunciado (consciente ou não) leva em conta não apenas seu destinatário, mas também um terceiro, que é o *superdestinatário* “cuja compreensão responsiva absolutamente exata é pressuposto” (ibid., p. 356). Em outras palavras, o *superdestinatário* é tido como uma instância segura na qual a receptividade do enunciado do autor é total e completa. Tal segurança se justifica pelo fato de que “para a palavra (e, por conseguinte, para o homem), nada é mais terrível do que a *irresponsividade* (a falta de resposta)” (BAKHTIN, 1997, p. 356; grifo do autor). A relação entre o superdestinatário e a capacidade criadora do autor é sugerida por Amorim (2004, p. 117):

No nível do texto, a interlocução é necessariamente transmutada e é porque nos dirigimos para um além de nosso tempo e de nosso espaço e porque podemos escrever a ninguém, isto é, a outro que não coincida com todos aqueles que existem em torno de nós, que alguma coisa da ordem da criação pode se dar.

A questão do monologismo e do dialogismo em relação às *ciências humanas* e *naturais* pode ser colocada nos termos que se seguem. As ciências humanas se organizam em função da relação entre os pensamentos, os textos, os já-ditos, as palavras e as emoções, sendo o *texto-enunciado* o ponto de partida da pesquisa. Dado que o sujeito é o objeto das ciências humanas, estas, necessariamente, estudam-no/objetivam-no levando em conta a sua discursividade, uma vez que “quando o homem é estudado fora do texto e independente do texto, já não se trata de ciências humanas (mas de anatomia, de fisiologia humanas etc)” (BAKHTIN, 1997, p. 334)⁹². Já as ciências naturais, por não levarem em conta o sujeito (inscrito na ordem do discurso), tenderiam à ‘coisificação’ do homem (p. 339).

2.2.2.2 Um exemplo: os gêneros científicos

A tensão entre monologismo e dialogismo é própria da especificidade dos *gêneros científicos*: conforme a perspectiva adotada pelo pesquisador, será

⁹² Na mesma direção, Bakhtin afirma: “o texto é o dado primário (a realidade) e o ponto de partida de todas as disciplinas nas ciências humanas [...] Partindo de um texto, perambulam-se nas mais variadas direções, recolhendo-se fragmentos heterogêneos na natureza, na vida social, no psiquismo, na história, que serão unidos numa relação ora de causalidade, ora de sentido, confundindo-se a constatação e os valores” (BAKHTIN, 1997, p. 341).

orientada a sua relação com o outro, seja de apagamento, de escuta, de aceitação ou de recusa. Tal perspectiva/compreensão do objeto pode ocorrer em quatro níveis diferentes: (i) percepção psicofisiológica dos aspectos físicos e mecânicos do signo; (ii) o reconhecimento da significação do signo, que é repetível e pertence à ordem da língua; (iii) a compreensão do sentido, que ocorre em determinado contexto; (iv) a compreensão dialógica, que envolve atribuição de valor, concordância e discordância. A interpretação dos sentidos não é possível por meio de análise científica, dado o caráter monológico das ciências exatas, no qual “há um único sujeito: aquele que pratica o ato de cognição (de contemplação) e fala (pronuncia-se)” (BAKHTIN, 1997, p. 403).

A especificidade dos gêneros científicos não é clara, apesar de ele, a princípio, assumir uma forma monológica, que se caracteriza por ser a fala (única) de um pesquisador sobre o seu objeto – prática própria do estruturalismo no qual existe apenas “um único sujeito: o próprio pesquisador” (BAKHTIN, 1997, p. 413). Contudo, considerando o âmbito das ciências humanas, o monologismo não é regra (ou não deveria ser) na pesquisa científica, dada a “diversidade de centros discursivos” (AMORIM, 2004, p. 147) que podem ser levados em conta nos estudos, seja sobre a realidade, o sujeito ou a linguagem. De fato, a tensão existente nos gêneros científicos, especialmente nas ciências humanas, cujo objeto é o *texto-enunciado*, diz respeito ao *grau*⁹³ de reconhecimento e de comprometimento do pesquisador com a alteridade; trata-se, em outros termos, de níveis dialógicos presentes nos textos científicos.

Sobre a palavra do outro presente no texto científico, uma forma aparente de dialogismo é a relação entre as teorias abordadas pelo pesquisador. E nesse caso, Amorim (2004) aponta para a presença *passiva* e *ativa* do outro no texto: a primeira diz respeito ao uso da palavra do outro, pelo autor, para contradizê-lo e dizer outra coisa; a segunda diz respeito a uma negação e evitamento da palavra do outro que, mesmo assim, se impõe ao texto do autor; nesse caso supõe-se que “a palavra evitada pelo autor pertença ao intertexto de onde a leitura se faz” (p. 177). De qualquer forma, a palavra do outro, em níveis variados, está, necessariamente, presente no texto, seja na forma de reconhecimento, de aceitação, de confronto ou de silenciamento.

⁹³ Trata-se, nesse caso, de pensar o dialogismo em termos de gradação, já que “a palavra do outro está sempre lá, mas ela pode ser mais ou menos assimilada ou escondida, mais ou menos estrangeira ou dissonante” (AMORIM, 2004, p. 153).

Ademais, considerando que os gêneros se referem aos modos sociais e históricos de comunicação, são pertinentes, na delimitação dos gêneros científicos, considerações sobre: as condições de possibilidade deste gênero; a sua função social; a concepção de destinatário que ele invoca/produz; a relação que o locutor estabelece com o seu objeto; os locais sociais aos quais este gênero se vincula; a demanda – social e histórica – para que este gênero seja necessário e possível; os sujeitos que se apropriam deste gênero; e as restrições impostas pelo gênero.

Como não é objetivo desta tese discorrer extensamente sobre os gêneros científicos proponho algumas direções de estudo desse gênero, integrando um olhar foucaultiano sobre suas condições de existência à perspectiva discursiva de Bakhtin. Além dos assuntos já tratados e que incluem a tensão existente entre o dialogismo e o monologismo, sugiro, de forma resumida, que o estudo dos gêneros científicos leve em conta as seguintes colocações:

(i) As condições de possibilidade dos gêneros científicos se vinculam às condições que tornam possível a própria ciência; sobre isso, Foucault (2005a, p. 111-112) isola dois sistemas envolvidos no “surgimento” da ciência, sendo um interior a ela e outro exterior:

um define as condições da ciência como ciência: é relativo ao seu domínio de objetos, ao tipo de linguagem que ela utiliza, aos conceitos de que ela dispõe ou busca estabelecer; ele define as regras formais e semânticas exigidas para que um enunciado possa pertencer a essa ciência; é instituído seja pela ciência em questão, na medida em que ela coloca para si suas próprias normas, seja por uma outra ciência, na medida em que esta se impõe à primeira como modelo de formalização: de qualquer forma essas condições de cientificidade são interiores ao discurso científico em geral e só podem ser definidas por ele. O outro sistema concerne à possibilidade de uma ciência em sua existência histórica. Ele é exterior a ela e não passível de ser sobreposto.

Sobre a orientação histórica sugerida por Foucault para o estudo do discurso, aplicada aos estudos dos gêneros discursivos, esta perspectiva permite uma análise das condições (não apenas econômicas, mas políticas, sociais, culturais etc.) e das regras que possibilitam certos modos de comunicação sócio-verbal, em uma sociedade, em determinada época. Exemplificando:

(a) O que tornou possível o surgimento do diálogo médico-paciente (um gênero inscrito no domínio médico-científico), a partir do século XIX, com especificidades próprias que se assemelham à prática da confissão cristã? Segundo Foucault (1999), tal surgimento não se deve a questões econômicas,

mas, em poucas palavras, à invenção ocidental do sexo como sendo a causa de várias doenças e, portanto, passível de ser estudado, analisado, compreendido a partir de um olhar médico-científico.

(b) O que possibilitou o surgimento do gênero prontuário, também pertencente ao domínio médico-científico, como um documento onde são registradas todas as informações obtidas com ou sobre o paciente? Esse gênero vincula-se ao que Foucault chamou de “disciplinarização” (cientificização) do saber médico, que, juntamente com outras práticas, surgiu com o intuito de produzir um arquivo de documentos no hospital – tido, a partir de então, não apenas como local de cura, mas também como lugar de produção do conhecimento médico-científico; essa prática de registro foi inventada para se notificar, continuamente, todas as informações sobre o paciente: seu histórico de doenças, seus hábitos, o resultado dos exames, o histórico familiar de doenças, seus sintomas, suas queixas, os remédios que utiliza ou utilizou etc. (FOUCAULT, 1999a).

(ii) O gênero se dirige para o seu objeto discursivo, para os *participantes* envolvidos na interação verbal e para as valorações ideológicas dos participantes frente ao objeto; dentro do domínio científico, a relação entre os participantes não é livre, mas opera segundo determinadas regras impostas pelo gênero específico. Exemplificando, no texto acadêmico-científico, a concepção de *destinatário* vai se refletir, por exemplo, na organização do texto⁹⁴: a distribuição em determinadas seções, a inclusão de questões e respostas, os títulos, a argumentação utilizada, a necessidade de demonstrar e de submeter à prova o percurso utilizado – pelo pesquisador – para chegar às conclusões, a necessidade de convencer ou de demonstrar aceitações ou recusas em relação à reação-resposta dos leitores, o uso de certas construções lingüísticas; entre outros. Ademais, nesse gênero acadêmico, especialmente em relação às ciências humanas, o texto elaborado é marcado por releituras, reescrituras e relações de sentido entre textos diferentes sendo que a relação do autor com seu objeto tende a ser complexa, dado que este é constituído de diferentes vozes (AMORIM, 2004).

⁹⁴ A escolha de determinados itens lingüísticos (em prol de outros) é influenciado pelo estilo, que pode ser mais ou menos padronizado, segundo a esfera social à qual se vincula. No caso dos gêneros científicos, o estilo tende a ser padronizado, o que, logicamente, não impede com que haja lampejos de expressividade (relação de valor) do falante/autor com seu objeto discursivo, dado que “um enunciado absolutamente neutro é impossível” (BAKHTIN, 2003, P. 289).

(iii) Ainda no âmbito das ciências humanas, vale ressaltar as reflexões de Foucault sobre o sujeito pesquisador e a ‘objetivação’ do homem pelos estudos científicos (a partir do século XVIII), comentadas por Rabinow e Dreyfus (1995, p. 30):

O homem, que era um ser entre outros, torna-se agora um sujeito entre objetos. Mas ele não é apenas sujeito entre objetos; ele logo entende que aquilo que tenta compreender não são os objetos do mundo, mas a si mesmo. Ele se torna o sujeito e objeto de seu conhecimento. Agora, o homem está limitado por seu envolvimento com uma linguagem que não é mais um suporte transparente, mas uma densa rede com uma história própria. O sujeito cognoscente, por estar envolvido com a linguagem, sem um campo de luz que permita o acesso direto à estrutura dos objetos e do mundo, não é mais um puro expectador.

Isso implica que, em se tratando dos gêneros científicos, muitas vezes (especialmente nas áreas que lidam com o sujeito, a linguagem e a sociedade) a relação entre o locutor/autor e seu objeto não é clara e distanciada, o que faz com que categorias próprias do campo científico – como neutralidade, objetividade e imparcialidade – passem a ser questionadas. Com isso, o próprio entendimento do que seria a esfera científica passa a ser relativizado, o que afeta, diretamente, os variados gêneros científicos que se vinculam a ela.

2.2.3 Sobre a unidade da comunicação verbal (o enunciado)

Esta subseção trata do enunciado, visto que esta noção é essencial tanto para o entendimento do conceito de gênero discursivo, como para a relação que se pretende estabelecer entre gênero discursivo, enunciado e sujeito/indivíduo. Os aspectos tratados a seguir referem-se à (i) função comunicativa da linguagem; (ii) definição de enunciado e delimitação de suas fronteiras, a qual se dá por: a alternância do sujeito falante e a importância da noção de diálogo; o caráter de acabamento do enunciado e a “escolha” do gênero pelo falante; e a expressividade do locutor e o estilo individual; (iii) noção de destinatário; e (iv) relação dialógica. Devido à inter-ligação entre *enunciado* e *gênero discursivo*, também serão abordados alguns aspectos referentes ao funcionamento deste último.

Em relação à *função comunicativa*, Bakhtin critica a lingüística humboldtiana e a lingüística saussureana: a primeira, por centrar a língua no indivíduo e na sua capacidade lingüística criativa relegando a um plano

secundário o papel da comunicação entre os indivíduos⁹⁵, papel este que, para o lingüista russo, é constitutivo da natureza da linguagem; a segunda, por reduzir a comunicação a um esquema simplificado de locutor vs. ouvinte, sem maiores desdobramentos dessa relação. O teórico russo acredita que, por ser a fala viva e dinâmica, o ouvinte necessariamente assume uma postura responsiva ativa, assumindo também o papel de locutor – a ação responsiva pode demorar, mas ela sempre aparece. E mesmo o locutor já é um respondente uma vez que outros enunciados o perpassam: “cada enunciado é um elo da cadeia muito complexa de outros enunciados” (BAKHTIN, [1952-53] 1997, p. 291). Assim, nada completamente novo é, de fato, dito: tudo é sempre redito e reorganizado segundo diferentes atividades humanas e nesse processo o papel ativo do outro é fundamental.

A função comunicativa da linguagem se realiza através de enunciados, portanto, o estudo da língua deve, necessariamente, levar em conta a análise do *enunciado*, definido como a “unidade real da comunicação verbal” (ibid., p. 293). O desafio do pesquisador seria delimitar as *fronteiras entre os enunciados* de forma que estes sejam tomados como objetos de estudo. Para Bakhtin, tais fronteiras são demarcadas por três aspectos: *a alternância dos sujeitos falantes*, o caráter de *acabamento* do enunciado e *a expressividade*. Esses aspectos são comentados a seguir.

O papel da *alternância dos sujeitos falantes* na delimitação do enunciado é mais evidente no diálogo, forma clássica de comunicação verbal: na sua estrutura, que é formada por réplicas, um enunciado termina quando provoca atitude responsiva no ouvinte, que passa a ser o novo locutor. A percepção da alternância dos sujeitos é mais clara nos gêneros primários, como no diálogo cotidiano, uma vez que nos secundários, como na retórica, a completude do enunciado não fica igualmente evidente. Contudo, o próprio locutor supõe um ouvinte quando, por exemplo, faz perguntas que ele mesmo responde ou então colocações que ele mesmo refuta ou aceita. Isso vale também para o papel da obra, que, como a réplica, se relaciona com outros enunciados-obras, aos quais ela responde.

Outra característica demarcatória dos enunciados é o seu *acabamento*, que diz respeito à “sensação” de término de um enunciado que o locutor e o

⁹⁵ Para Humboldt, “o ato de falar é uma condição necessária para o ato de pensar do indivíduo na solidão isolada” (HUMBOLDT, trad. WEININGER, 2006, p. 131).

ouvinte experimentam, gerando a possibilidade de uma reação-resposta nos participantes da comunicação verbal. Tal “sensação” se dá por três razões: (i) O tratamento exaustivo dado ao objeto/tema, que varia de acordo com o gênero utilizado. Note-se que, dado que a linguagem é um processo – um devir –, o acabamento real do tema (sentido do enunciado) é ilusório; contudo, o acabamento composicional é possível (BAKHTIN/MEDVEDEV, 1991 [1928]). Ademais, considerando a natureza dialógica dos enunciados, um tema jamais é esgotado – ele permanece em diálogo com o mesmo ou outros sentidos, seja em um tempo imediato ou na grande temporalidade. Assim, a conclusibilidade do tema de um enunciado (como de uma obra científica, por exemplo) é relativa em relação a certas condições e aos objetivos elencados pelo autor da obra (BAKHTIN, 2003 [1952-53]). (ii) O querer-dizer – vontade discursiva – do locutor, que irá influenciar na escolha do gênero a ser por ele utilizado e na expressividade atribuída ao enunciado; e (iii) O gênero utilizado para estruturar o enunciado do locutor, que será determinado pela esfera de comunicação verbal, pelas condições do tema (sentido) e pelas características dos interlocutores (posição social, grau de familiaridade, ...). Vale frisar que, embora o indivíduo se ajuste ao gênero discursivo característico da esfera na qual os falantes estejam inscritos, ele também mantém sua individualidade e subjetividade, que tem a ver com o querer-dizer do locutor, mencionado acima. Contudo, o uso dos gêneros discursivos não passa, necessariamente, pelo crivo da consciência – esse uso está de tal forma imerso na cultura e no dia-a-dia das pessoas que elas se apropriam dos gêneros sem ao menos percebê-los. Assim, o acabamento do enunciado se dá por suscitar nos participantes uma reação-resposta, pela intenção discursiva do falante e, principalmente, pela esfera humana onde se estabelece a comunicação verbal, que irá determinar o gênero discursivo.

Sobre a “*escolha*” do gênero, além do querer-dizer do locutor, outros aspectos também interferem na sua seleção, como a especificidade da esfera da comunicação verbal, a finalidade discursiva, o destinatário e o tema. A possibilidade de escolha se evidencia mais claramente nas esferas de comunicação da vida cotidiana: os gêneros livres e criativos permitem uma intervenção individual criativa, como o que ocorre nos gêneros das conversas do dia-a-dia, da intimidade familiar... Contudo, o indivíduo não é totalmente livre para recriar um gênero, uma vez que, para usar livremente os gêneros, os indivíduos deveriam dominá-los e tal domínio generalizado torna-se impossível,

uma vez que as esferas de comunicação são infinitas. Embora os sujeitos não possam inventar novos gêneros, eles podem reformula-los e empregá-los com criatividade e liberdade, na extensão em que possuem domínio sobre eles. Segundo Bakhtin (2003 [1952-53]), na medida em que os indivíduos gerenciam os gêneros, eles são capazes de perceber nesses a sua individualidade, refletindo de forma mais precisa o seu querer-dizer e de maneira mais flexível o caráter singular e único da comunicação verbal. Na fala de Bakhtin: “realizamos de modo mais acabado o nosso livre projeto de discurso” (2003, p. 285).

A questão das normas/restrições impostas pelo gênero afetando a liberdade do projeto discursivo é atenuada por Faïta (1997), ao apontar uma certa contradição: a reflexão sobre a própria individualidade passa pelo reconhecimento da relação entre o uso da língua e os diferentes domínios em que essa atividade se faz, o que leva o indivíduo a possuir um certo domínio dos gêneros e, conseqüentemente, da possibilidade de subvertê-los:

podemos, simulando uma atividade numa outra, desviar um gênero de seu destino e contribuir assim, num determinado momento da história, para novas formas de estratificação discursiva, conseqüentemente, para o aparecimento de novas variedades entre a infinita variedade de gêneros. (p. 173)

Face a tal possibilidade de subversão, pode-se, porém, indagar: até que ponto a invenção de novos gêneros, em esferas nas quais os gêneros estejam mais padronizados, não corre o risco de, ao se romper com o gênero comumente utilizado, romper com o sentido daquilo que é enunciado e, portanto, com a própria possibilidade do enunciado? Se os gêneros refletem as esferas de atividade humana, até que ponto é possível criar novos gêneros sem que haja atividades humanas correspondentes a eles? Bakhtin/Voloshinov [1929] (1988) defende que as motivações e intenções dos falantes não podem criar formas lingüísticas novas, uma vez que eles são limitados pelas possibilidades lingüísticas já existentes e pelas condições de comunicação sócio-verbal presentes em seu grupo⁹⁶; segundo o autor, essas possibilidades e condições, já

⁹⁶ Sobre as limitações da liberdade individual na criação do gênero, Holquist (1990, 70) comenta: “We may speak of a particular person’s style; but an individual cannot, of course, constitute a genre. For the collective aspect of genre as such insures that the rise or fall of a specific genre will be a more accurate measure of the social and historical forces at work over long spans of time than the vogue for a style or (least of all) the reputation of specific authors”.

dadas, organizam o horizonte lingüístico dos indivíduos. Nas palavras do lingüista russo:

Não importa quais sejam as intenções que o falante pretenda transmitir, quais os erros que ele cometa, como ele analise as formas, misture-as ou combine-as, ele nunca criará um novo esquema lingüístico nem uma *nova tendência na comunicação sócio-verbal*. As suas intenções subjetivas terão um caráter criativo apenas quando houver nelas alguma coisa que coincida com tendências na comunicação sócio-verbal dos falantes em processo de formação, de evolução; e essas tendências dependem de fatores sócio-econômicos. (p. 176; grifo meu)

Além da *alternância dos sujeitos* e do *caráter de acabamento*, o enunciado também é determinado pela relação do locutor e dos outros participantes da comunicação verbal com o objeto de sentido. Tal relação implica a atitude emotivo-valorativa do locutor (vinculada ao valor social) ante a realidade concreta, o objeto de discurso, os outros participantes da comunicação discursiva e os enunciados já ditos e a serem ditos. Trata-se da *expressividade do locutor*, que confere ao enunciado um estilo individual, pois uma vez que certa construção é utilizada por um falante com certa intenção, em dada situação, que seleciona determinado gênero e que possui um certo entendimento sobre seu destinatário (antecipando, inclusive, a sua compreensão responsiva), ela fica impregnada de expressividade. O sentido e a expressividade não existem na língua como sistema abstrato de signos, mas no seu uso em contextos reais de comunicação social, de acordo com os gêneros. Segundo Bakhtin, “apenas o contato entre a significação lingüística e a realidade concreta, apenas o contato entre a língua e a realidade – que se dá no enunciado – provoca o lampejo da expressividade” ([1952-53]1997, p. 311) ou, em outros termos, “apenas os elementos abstratos considerados no sistema da língua e não na estrutura da enunciação se apresentam destituídos de qualquer valor apreciativo”⁹⁷ (BAKHTIN/ VOLOSHINOV [1929], 1988, p. 135). Com isso, a expressividade da língua é conferida, por um lado, pela realidade concreta (os gêneros possuem sua expressividade típica) – que envolve a situação de comunicação real – e, por outro, pela intenção discursiva do locutor. Cada época, meio social, obra e micro-mundo possui seus enunciados, que circulam e que são compartilhados pelas pessoas; tais enunciados são assimilados pelos indivíduos, o que faz com que

⁹⁷ Bakhtin/Voloshinov [1929] aponta que, em decorrência do objeto da Lingüística ser o sistema abstrato de signos, houve uma separação entre os aspectos apreciativo e significativo, sendo o primeiro considerado um elemento periférico da significação, que diz respeito à relação individual entre o locutor e o seu objeto de discurso.

cada indivíduo seja atravessado por enunciados do outro. Em outros termos, os indivíduos se apropriam das palavras dos outros (com significado e expressividade) e não das palavras da língua. Ademais, o aspecto criativo atrelado às mudanças de significação se deve à apreciação valorativa: “a mudança de significação é sempre, no final das contas, uma *reavaliação*: o deslocamento de uma palavra determinada de um contexto apreciativo para outro” (BAKHTIN/VOLOSHINOV [1929] 1988, p. 135; grifo do autor).

A *entonação expressiva*, muito comum na comunicação verbal, é uma das formas de expressão da relação valorativa do locutor com o seu objeto. Juntamente com a seleção das palavras e a forma de disposição delas em um enunciado, a entonação opera como forma organizadora do enunciado e pode ser definida como o timbre expressivo da palavra ou a expressão fonética da avaliação social, sendo grandemente determinada pela situação e pelo auditório (VOLOSHINOV, 1981 [1930], p. 304). Sobre o caráter pessoal da expressividade, Bakhtin/Voloshinov ([1929] 1988, p. 134) afirma: “quando exprimimos os nossos sentimentos, damos muitas vezes a uma palavra que veio à mente por acaso uma entonação expressiva e profunda [...] Quase todas as pessoas têm as suas interjeições e locuções favoritas [...]” Ademais, é na entonação, por ela residir na fronteira entre o verbal e o não-verbal e o dito e não-dito, que a palavra faz contato com a vida e que o locutor entra em contato com os ouvintes; nesse sentido, a entonação é, necessariamente, social (VOLOSHINOV [1926] 1981, p. 194).

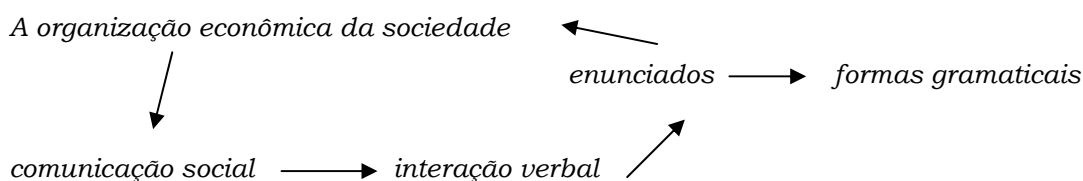
Se, como já mencionado, o enunciado é a unidade real da comunicação verbal, ele necessariamente possui um *destinatário*, que é parte constitutiva do próprio enunciado e do gênero. Citando Bakhtin: “As diversas formas típicas de dirigir-se a alguém e as diversas concepções típicas do destinatário são as particularidades constitutivas que determinam a diversidade dos gêneros dos discursos” (1997, p. 325). Cada período histórico, contexto verbal de interação e gênero discursivo possui uma concepção de destinatário que determina o estilo que os enunciados terão, e é com base em uma concepção de destinatário (e na sua reação-resposta) que o falante/ locutor estrutura o seu querer-dizer.

Os enunciados estabelecem entre si um tipo de relação de sentido que é *dialógica*; tal relação ocorre entre as línguas, os dialetos, os estilos, em “todo o campo do pensamento vivo do homem” (Idib., p. 348), e corresponde a diferentes vozes, percepções, sentidos e ideologias que se confrontam. Tudo que é

dito/escrito se remete a um outro enunciado ou anuncia uma atitude responsiva, que é também enunciado: é desta maneira que os enunciados são dialógicos e nenhum deles existe em si mesmo. Mesmo o monólogo solitário é dialógico: seus “outros” estão implícitos nos enunciados pronunciados.

Para concluir esta parte, retomo um esquema global de Voloshinov ([1930] 1981, p.289), que localiza o lugar do enunciado dentro de uma perspectiva mais ampla, considerando desde a realidade econômica e social até os aspectos formais da língua. Tal esquema, ao ser retomado por Todorov (1981, p. 72), recebeu “flechas” indicando um sentido de determinação – o que não existia no esquema original. O esquema de Todorov é: *A organização econômica da sociedade → a comunicação social → a interação verbal → os enunciados → as formas gramaticais da língua.*

Esse esquema realça uma visão determinista e linear: os enunciados refletem uma dinâmica econômica da sociedade e das relações sociais, e determinam as formas gramaticais da língua. No entanto, retomando a noção dialética, talvez seja mais apropriada a seguinte construção:



2.3 BAKHTIN E O INDIVÍDUO/SUJEITO

Para a discussão a respeito do indivíduo/sujeito em Bakhtin são acionadas algumas noções já expostas nas seções anteriores, em especial as atinentes a: consciência, comunicação verbal, relação dialógica, gêneros discursivos, enunciado e expressividade – todas interligadas, como já salientado –, no intuito de melhor captar a noção de indivíduo/sujeito bakhtiniano, que se constitui essencialmente na intersubjetividade: “Eu não posso passar sem o outro; eu devo encontrar a mim mesmo no outro, encontrar o outro em mim (no reflexo recíproco, na percepção recíproca)” (BAKHTIN, 2003 [1979], p.342).

Entre as premissas bakhtinianas destaca-se a de que a mente do indivíduo possui uma natureza sócio-ideológica e dialógica: sua mente é povoada

por discursos alheios e por relações dialógicas (de confronto, aceitação, recusa, negação...) entre esses discursos – tais relações reproduzem as dinâmicas sociais e as lutas ideológicas presentes em uma dada comunidade de classes. Sobre essas lutas, os discursos opostos à ideologia oficial – se não são restritos a um indivíduo solitário – tendem a se desenvolver em um meio marginal/informal, entrando na clandestinidade, “mas não em uma clandestinidade psicológica de complexos recalçados e sim uma clandestinidade política sadia” (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 2004 [1927], p. 90). Os discursos opostos e contraditórios se constituem, ganham visibilidade, se desenvolvem e se fortalecem na ideologia do cotidiano, que engloba os discursos da vida – vinculados à realidade concreta –, e que se diferencia da organização cultural relativamente mais desenvolvida e organizada, a qual engloba os discursos da arte e da ciência (inclui, por exemplo, romances, tratados e pesquisas científicas).

Os discursos dos campos da arte e da ciência tendem a absorver os discursos da vida, o que faz com que esses últimos percam o vínculo com a realidade material e com os enunciados com os quais dialogava no mundo concreto, deixando de ser discursos da vida. Para realçar essa relação entre os diferentes discursos, Bakhtin (s/d [1919-1921]) comenta o confronto de dois mundos: o da *vida*, que é mundo onde os atos individuais e singulares dos sujeitos são realizados e objetivados, é “o único mundo onde nos criamos, conhecemos, contemplamos, vivemos nossas vidas e morremos” (p. 20); e o da *cultura*, que é o mundo objetivo e da objetificação/reitificação/coisificação (arte, ciência), produz uma cisão entre o ato singular e irrepetível (sua realidade histórica) e o conteúdo ou sentido atribuído a ele.

A tese do filósofo russo é que ambos os mundos se unem pela responsabilidade, seja a responsabilidade pelo conteúdo (mundo da cultura), seja a responsabilidade pela ação (mundo da vida). Isso significa que a relação do eu com o outro é fundante – meus enunciados (minha vida) são constituídos por enunciados alheios, pois respondem a eles ou os interrogam e, da mesma forma, os enunciados alheios se vinculam (respondem ativamente) aos meus, em um mundo concreto e real, no mundo dos atos que são únicos e irrepetíveis. É a relação com o outro que nos obriga à responsabilidade. Dessa forma, o sujeito, para Bakhtin, é ativo, pois está destinado a responder, caso contrário, não vive. Note-se que vida possui o sentido de movimento, devir, historicidade e responsabilidade, assim como a linguagem. Por isso, o estudo da língua como

uma abstração é o estudo de uma língua morta, inexistente (para o mundo da vida), assim como é o campo que a estuda/cristaliza. Isso justifica os temas abordados por Bakhtin irem em direção à dispersão (ao invés da centralização), ao concreto (ao invés do abstrato), ao singular (ao invés do repetido), à alteridade (ao invés do eu), ao diálogo (ao invés do monólogo), ao convívio (ao invés da solidão), ao discursivo (ao invés do sistema abstrato de signos), ao heterogêneo (ao invés do homogêneo) ao sentido (ao invés da significação), ao devir (ao invés da cristalização) e assim segue.

O projeto filosófico inicial de Bakhtin (s/d [1919-1921]) aponta para a solução do problema de como unir aquilo que ele chama de as três atividades humanas: a cognição, a estética e a ética, sendo as duas primeiras associadas ao mundo da cultura e a terceira, ao mundo da vida. A cognição estaria vinculada à relação mental (reflexiva) das pessoas com o mundo, à atribuição de sentidos válidos e verdadeiros aos eventos da vida, que ocorre por meio da dimensão científica. A segunda se ligaria à relação afetiva dos sujeitos com o mundo, que englobaria a dimensão artística. A terceira estaria comprometida com a ação responsável, a moral, ou seja, a dimensões social e política. Para Bakhtin, a solução para o problema da unidade está na questão da responsabilidade do ato, que é único e singular. Essa responsabilidade, reitera-se, envolve a compreensão por parte dos sujeitos e a relação dialógica com o outro como constitutiva do eu.⁹⁸ Por compreensão, Bakhtin (s/d [1919-1921], p. 35) entende que “compreender um objeto é compreender meu dever em relação a ele (a atitude ou posição que devo tomar em relação a ele), isto é, compreendê-lo em relação a mim mesmo [...] e isso pressupõe minha participação responsável, e não uma abstração de mim mesmo”. Trata-se, portanto, de uma compreensão ativa. Note-se que essas três atividades, que tratam das formas de relação dos homens com o mundo, mudam de acordo com as épocas.

Retornando ao assunto da consciência, ela se constitui como realidade através dos signos, que são ideologicamente marcados, sendo impossível pensar sem o uso de signos ou, mais especificamente, de palavras; de outro lado, os sujeitos se apropriam da linguagem ao se tornarem imersos nas variadas formas de comunicação verbal, que se associam a diferentes esferas da comunicação

⁹⁸ A sistematização dessas atividades e discussões aprofundadas sobre o projeto ético e estético de Bakhtin foram o foco do seminário “Bakhtin: Linguagem e sujeito, entre a ética e a estética” (40 horas), ministrado pelo prof. João Wanderley Geraldi para alunos e professores vinculados às pós-graduações de Lingüística, de Pedagogia e de Psicologia, na UFSC, em 2006.

humana e que definem os infinitos gêneros discursivos existentes. Desse modo, a consciência é determinada por fatores exteriores a ela, que, para Voloshinov/Bakhtin (2004 [1927], p. 86), são “fatores socioeconômicos”. Assim, é enquanto inscrito num gênero discursivo determinado, vinculado a uma certa esfera humana – em uma realidade discursiva, plural, heterogênea e em constante interação ideológica, social e verbal – que o sujeito se apropria da linguagem e se constitui, sendo que tal apropriação sempre ocorre através do outro. E quanto mais o indivíduo domina os gêneros nos quais ele se inscreve, maior entendimento ele possui de si mesmo, o que aumenta sua capacidade consciente de escolha de uso de certos gêneros.

Nessa capacidade de escolha se capta um traço de individualidade dos sujeitos: sua relação de valoração e de intenção com o objeto discursivo. Contudo, dificilmente os indivíduos são capazes de ser totalmente originais, uma vez que seus enunciados necessariamente se remetem a outros anteriormente ditos ou àqueles ainda a serem ditos.

Como já enfatizado, o sujeito se constitui na sua relação com os outros⁹⁹: tudo o que pertence à consciência chega a ela através dos outros, das palavras dos outros. Nesse sentido, pode-se estabelecer uma comparação entre o *indivíduo* e o *enunciado*, já que ambos são marcados pelo *dialogismo*: o indivíduo se constitui na sua relação dialógica com outros indivíduos, e sua consciência, que é constituída ideologicamente, o caracteriza como um sujeito social; e o enunciado, por sua vez, não existe em si mesmo, remetendo-se sempre a um outro enunciado. Mas, dialeticamente, a comparação entre essas duas entidades também pode se dar no nível da singularidade: assim como o sujeito, cada enunciado é único, singular e individual. Entretanto, tal singularidade não significa que os enunciados (ou as consciências) não estejam marcados por enunciados alheios; o que ocorre é que na medida em que os enunciados são usados por um dado indivíduo – com uma certa intenção discursiva e um horizonte ideológico, em uma certa situação social e com a presença de um destinatário –, eles ficam marcados pela *expressividade* daquele indivíduo. Ressalva-se, então, que o traço de singularidade do enunciado não pode ser tomado como se o indivíduo fosse a fonte primeira do sentido.

⁹⁹ Citando Bakhtin: “nosso próprio pensamento [...] nasce e forma-se em interação e em luta com o pensamento alheio, o que não pode deixar de refletir nas formas de expressão verbal do nosso pensamento” (1997, p. 317).

Ainda no plano comparativo da singularidade, talvez se possa estabelecer a seguinte relação: assim como a singularidade do enunciado se define, principalmente, pelos seus aspectos expressivos, de forma semelhante, a singularidade dos sujeitos pauta-se na relação de valor que eles estabelecem com seus objetos de discurso (expressividade). Alguns exemplos que evidenciam a expressividade são “a insistência sobre certos pontos, a reiteração, a escolha de expressões mais contundentes (ou, pelo contrário, menos contundentes), o tom provocante (ou, pelo contrário, conciliatório), etc” (BAKHTIN, [1952-53] 1997, p. 317). Reitera-se, contudo, que os traços de individualidade e de elaboração estilística são apenas possíveis se considerarmos a inter-relação de um dado discurso com discursos alheios sobre o mesmo objeto. E é devido à linguagem estar povoada por discursos de outros que “dominá-la, submetê-la às próprias intenções e acentos é um processo difícil e complexo” (BAKHTIN, [1934-35] 1998, p. 100), porém possível: Bakhtin descreve a função árdua do poeta que é desembaraçar as palavras das intenções e expressividade do outro.

Uma outra comparação entre indivíduo e enunciado pode ser feita nos termos das dicotomias: indivíduo social vs. biológico, e enunciado vs. palavra/oração. Assim como o indivíduo biológico não tem a capacidade de significar o mundo e, portanto, não é capaz de operar na lógica do funcionamento da realidade social, a palavra/oração, como unidade abstrata da língua, é incapaz de estabelecer o contato da significação lingüística com a realidade concreta.

Sintetizando: o indivíduo/sujeito concebido por Bakhtin não é autônomo nem criador de sua própria linguagem; ao contrário, ele se constitui na relação com outros indivíduos, que é atravessada por diferentes usos da linguagem, de acordo com a esfera social na qual o sujeito se inscreve. Seria impossível, então, ser um sujeito sem a relação com o outro. Tem-se, portanto, “a intersubjetividade como logicamente anterior à subjetividade”¹⁰⁰ (TODOROV, 1981, p. 51). Nesse contexto, a singularidade dos indivíduos é possível devido ao caráter plural e heterogêneo da própria realidade: porque existem variadas vozes, verdades, pontos de vista etc., o universo do indivíduo não se remete a uma realidade única, mas a várias.

Dessa maneira, o caráter social do indivíduo se fundamenta na noção bakhtiniana de dialogismo: o indivíduo é socialmente constituído não porque está

¹⁰⁰ “l’intersubjectivité comme loiquement antérieure à la subjectivité” (Todorov, 1981, p. 51).

submetido às diversas instituições sociais, mas porque se inscreve numa relação de mão dupla com elas e com outros indivíduos – o sujeito é tanto passivo quanto ativo na dinâmica social. Os sujeitos ocupam determinados espaços sociais que, fisicamente e axiologicamente, são espaços singulares: duas pessoas não podem ocupar, simultaneamente, os mesmos espaços, a partir dos quais seus pontos de vista se organizam¹⁰¹. Tais espaços marcam a singularidade e a responsabilidade (estar compelido a responder/assumir uma posição) dos sujeitos:

Nós somos responsáveis no sentido de que somos compelidos a responder [...] Cada um de nós ocupa um lugar na existência que é unicamente nosso; mas, longe de ser um privilégio [...] a singularidade do lugar que eu ocupo na existência é, no sentido mais profundo da palavra, uma responsabilidade (answerability) [...] nós devemos continuar a elaborar respostas enquanto estivermos vivos¹⁰² (HOLQUIST, 1990, p. 30)

Além disso, qual seria o lugar atribuído à liberdade? Para Bakhtin ela não se associa a possíveis modificações a serem operadas na materialidade da existência (no mundo), mas apenas no(s) sentido(s) atribuído(s) à existência, uma vez que os componentes da realidade não mudariam (apenas) com a alteração dos sentidos. É na possibilidade de alterar os sentidos que o exercício da liberdade opera; tal modificação, no entanto, só é possível porque a natureza da língua é mutável, o que implica que os sentidos nunca são estabilizados e acabados. Bakhtin comenta sobre a mutabilidade dos sentidos: “[...] no desenrolar do diálogo, ao sabor de sua evolução, eles serão rememorados e renascerão numa forma renovada (num contexto novo)” ([1974] 2003, p. 410). Vale ressaltar que os sentidos apenas nascem no contexto de relação entre dois sujeitos: esta liberdade só é possível num contexto dialógico e historicamente constituído. Citando Todorov (apud BAKHTIN, 1997): “O sentido é liberdade e a interpretação é o seu exercício: este parece ser o último preceito de Bakhtin” (p. 20). Ademais, a condição para o exercício da liberdade é a participação no mundo, que tem a ver com a idéia de responsabilidade, ou seja, de oferecer uma resposta aos enunciados e discursos que constituem os indivíduos.

¹⁰¹ Para Bakhtin, os espaços ocupados pelos indivíduos se diferenciam “not only because our bodies occupy different positions in exterior, physical space, but also because we regard the world and each other from different centers in cognitive time/space” (HOLQUIST, 1990, p. 21).

¹⁰² “We are responsible in the sense that we are *compelled* to respond [...] Each one of us occupies a place in existence that is uniquely ours; but far from being a privilege [...] the uniqueness of the place I occupy in existence is, in the deepest sense of the word, an answerability [...] we must keep on forming responses as long as we are alive.”

A liberdade/criação se expressa na e através da palavra, sem a qual não há sujeito e, portanto, não há como colocar a questão da liberdade. Dessa forma, o sujeito – “ente pensante, falante e atuante (e criador)” (ibid., p. 407) – só pode ser reconhecido, estudado ou entendido mediante o uso da palavra: um sujeito mudo não se dá a conhecer e porque sujeito e língua se implicam mutuamente, “o conhecimento que se tem dele só pode ser dialógico” (ibid., p. 403). Assim, o estudo do sujeito cuja existência se dá através da linguagem, que é dialógica, só pode ocorrer através de uma relação dialógica: impossível tomá-lo como objeto de estudo num campo cuja forma de atuação seria monológica (como nas ciências exatas). Cabe, então, ao “cientista” permitir com que os enunciados alheios constituam a sua pesquisa e sua própria consciência – somente dessa forma, eticamente (responsavelmente), é possível uma aproximação com o mundo da vida.

2.4 BAKHTIN-POLÍTICO¹⁰³

Uma retrospectiva dos assuntos abordados mostra que as idéias de Bakhtin (e do Círculo) foram amplamente influenciadas pelo marxismo, o que se evidencia, particularmente, no seu livro *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, no qual o autor declara que muitos dos problemas da filosofia da linguagem (filosofia do signo ideológico) podem ser resolvidos pelo marxismo, já que ambos compartilham questões semelhantes, como a relação entre a infra-estrutura (realidade sócio-econômica na qual estão inseridas as relações de produção) e a superestrutura (ideologia e linguagem). Fica claro que a abordagem de Bakhtin acerca do funcionamento da língua gira em torno da organização econômica da sociedade. E, sendo esta formada por classes diferentes em confronto permanente, tal luta se reflete na palavra – signo ideológico por natureza – onde ocorre uma luta entre índices de valores diferentes (sentidos, percepções diferentes), que simbolizam as diferentes classes. Essa dinâmica que ocorre no signo faz com que ele esteja sempre em processo de mudança, mudança essa que

¹⁰³ A título de curiosidade, sobre a atuação política do Círculo de Bakhtin nos anos 1920, Brandist (2002) comenta que o grupo se envolvia com atividades, dentro outras, político-culturais radicais para a época. Além disso, os escritos teóricos desta época demonstram resistência ao totalitarismo do stalinismo (TCHOUGOUNNIKOV, 2003). Sobre o perfil de alguns de seus integrantes: Bakhtin foi preso por ser considerado culpado de participar de um círculo religioso-filosófico (Resurrection), que pretendia aliar cristianismo e socialismo e recebeu uma sentença de 10 anos de exílio; Medvedev foi preso e “desapareceu” no período de terror de 1938; Kagan era judeu e, durante algum tempo, fez parte do partido social democrata (BOUKHARAEVA, 1997).

representa as próprias transformações sociais. Exemplificando, em termos bakhtinianos, o signo “gramática” seria o lócus do confronto entre grupos opostos: os lingüísticas vs. os defensores da norma culta.

A noção de mudança de Bakhtin é visível em sua concepção de *pluralidade discursiva (heteroglossia)*, segundo a qual existem infinitas línguas (do operário, do médico, do judeu, do estudante, do ucraniano, da literatura canônica, do romance etc.) que interagem entre si. Tal inter-relação é regida por duas forças antagônicas: uma que visa apagar as variadas línguas em nome de uma língua única e outra que visa a estratificação e as contradições. O confronto entre essas forças é mais evidente no mundo da vida, que abarca a ideologia do cotidiano – nesse mundo os enunciados não-oficiais nascem e se desenvolvem; daí a importância dos grupos marginais na conservação da pluralidade e da heterogeneidade (social, política, lingüística...). Bakhtin (2003) afirma que os discursos da vida são absorvidos por uma certa arte (o romance, por exemplo) – já que o poeta/autor não seleciona as palavras do dicionário, mas do contexto da vida, onde elas estão impregnadas de valores (VOLOSHINOV, 1981 [1926]) e, ao se distanciar da vida durante o processo de produção artística, o artista oferece ao outro (leitor, observador, espectador...) valores acerca dos quais muitas vezes não se tem consciência. Isso permite com que novas formas de ver o mundo surjam, a partir do diálogo entre um novo plano axiológico que a arte instaura e o seu interlocutor (BAKHTIN, 2003). Contudo, arte e vida se unem apenas na unidade da responsabilidade (do diálogo entre ambos): “O poeta deve compreender que a sua poesia tem culpa pela prosa trivial da vida, e é bom que o homem da vida saiba que a sua falta de exigência e a falta de seriedade das suas questões vitais respondem pela esterilidade da arte” (BAKHTIN [1919] 2003, p. XXXIV). Voloshinov (1926) comenta que a percepção artística – conforme posto acima – e a análise sociológica se distanciam da análise lingüística na medida em que aquelas focalizam e revelam as relações concretas entre as pessoas; relações que se refletem, ou melhor, são constitutivas das interações verbais.

Resgatando as reflexões sobre modernidade e pós-modernidade, percebe-se que a perspectiva de Bakhtin sobre o funcionamento de forças antagônicas evidencia a tensão característica da modernidade: centralização x descentralização do poder; verdades universais x verdades relativas; sujeito autônomo x sujeito constituído por várias identidades; história única x micro-histórias; centro x periferia; estabilidade x mudança; literatura canônica x

literaturas marginais; e assim por diante. Certamente que a lógica na qual tais tensões ocorrem não é restrita à econômica; elas se organizam dentro da lógica das relações de poder, que inclui as relações de produção, mas não se restringe a elas. Por enquanto fica a rápida crítica a Bakhtin, por ter reduzido as tensões expostas acima à lógica econômica que regem as relações de produção¹⁰⁴.

É possível também notar uma coloração política na concepção de Bakhtin de dialogismo, que trata da interação mútua entre os discursos, os sujeitos, as culturas, as obras etc. Nada existe por si mesmo, mas apenas na sua relação com o outro e tal relação é marcada por confrontos, aceitações, submissões, imposições, contradições, resistências, questionamentos etc. Trata-se de relações de poder, uma vez que a natureza deste não deixa de ser dialógica. No que tange ao dialogismo cultural, Bakhtin (2003) critica as propostas que defendem que o diálogo entre as culturas requer que os sujeitos compreendam a cultura alheia a partir de sua imersão nela e do esquecimento da própria cultura, ou seja, a idéia de que para melhor compreender a cultura do outro é necessário olha-la com os olhos dela. Pois bem, a noção de dialogismo permite pensar que essa é apenas uma parte do processo de compreensão do outro; caso ele se restrinja a isso, nada de novo e que promova mudanças é possível. Bakhtin (2003) defende que o que possibilita a compreensão criativa – que “não renuncia a si mesma, ao seu lugar no tempo, a sua cultura, e nada esquece” (p. 366) – é justamente o oposto: o distanciamento (temporal, espacial, cultural...) em relação ao que se pretende compreender. É quando as culturas (e seus sentidos) se encontram e questões antigas são recolocadas e novas são postas para ambas, que o diálogo entre elas ocorre: “Nesse encontro dialógico de duas culturas elas não se fundem nem se confundem; cada uma mantém a sua unidade e a sua integridade *aberta*, mas elas se enriquecem mutuamente” (Idem).

Sobre o distanciamento comentado acima, Bakhtin (2003) defende que as culturas de épocas históricas diferentes conservam significados latentes, ainda a serem descobertos. Esses significados possibilitam um novo olhar sobre a cultura ou época aos quais pertenciam, ampliando as possibilidades de percepção do mundo, de compreensão e de diálogo com o passado, com o presente e o futuro. No que toca à produção literária, o autor afirma que cabe

¹⁰⁴ Voloshinov (apud TODOROV, 1981) afirma que as forças que determinam o desenvolvimento da linguagem são “*l’organisation sociale du travail et de la lutte des classes*” (p. 287). Ou ainda, citando Bakhtin/Voloshinov ([1929] 1988), “as condições da comunicação verbal, suas formas e seus métodos de diferenciação são determinados pelas condições sociais e econômicas da época” (p. 154).

aos estudos literários libertarem o autor e suas obras da prisão de sua época, despertando sentidos que seus contemporâneos não foram capazes de notar. Esse diálogo com o tempo (a grande temporalidade) é essencial, já que “tudo que pertence apenas ao presente morre juntamente com ele” (p. 363).

Ainda no âmbito do dialogismo, os sujeitos são produzidos dialogicamente e discursivamente: é através da apropriação de *modos social e historicamente constituídos de comunicação* (gêneros) que os indivíduos se constituem. A questão que se coloca é: se os gêneros são estratificações na linguagem, quais são as forças que produzem tais estratificações? Em outras palavras, quais são as forças que produzem os lugares dos quais os indivíduos se comunicam e que os constituem como sujeitos? Provavelmente, para Bakhtin, são forças sociais submetidas à lógica da organização econômica da sociedade.

Ainda resta uma observação sobre a noção de *ideologia*, que se vincula tanto às formas de consciência social e aos produtos da mente humana (ideologia do cotidiano) quanto à esfera que engloba as áreas mais especializadas de ação humana, como: a ciência, a religião, a filosofia, o direito, a arte, a política etc.. A ideologia se associa à dimensão valorativa, sendo que os indivíduos, necessariamente, possuem uma relação avaliativa com o seu objeto discursivo. Ressalta-se que, diferente da vertente marxista tradicional, Bakhtin não define ideologia como falsa consciência, mas a localiza na dialética infra-estrutura vs. superestrutura, correspondente a realidade vs. ideologia (linguagem). A consciência é ideológica, sendo próprio da ideologia (da linguagem) refletir uma realidade e refratar¹⁰⁵ uma outra: ao mesmo tempo que a linguagem reflete as práticas sociais, ela também cria uma visão (valores) de mundo. A questão de Bakhtin/Voloshinov ([1929] 1988) é: Como a realidade (sócio-econômica) determina o signo (a ideologia) e como este reflete a realidade em mudança? Note-se que, assim como os signos estão em permanente processo de mudança, o mesmo ocorre com as ideologias e, portanto, com as consciências (os sujeitos).

Por fim, percebe-se nos trabalhos de Bakhtin uma série de temas que carregam, direta ou indiretamente, uma conotação política: ao mesmo tempo em que o autor descreve algo sobre o sujeito, a língua, o seu funcionamento e o seu estudo, ele também narra uma certa dinâmica social – a dinâmica do confronto/conflito/diálogo como realidade concreta. Ao, por exemplo, colocar em

¹⁰⁵ Cabe mencionar que, segundo Brandist (2002), o termo *refração* foi utilizado apenas nos trabalhos assinados por Voloshinov e Medvedev, para descrever a percepção de uma certa formação extradiscursiva; este termo não aparece nos escritos assinados por Bakhtin.

evidência e intersubjetividade como constitutiva da formação do sujeito, Bakhtin também critica os modelos econômico e político modernos, uma vez que a relação eu-outro(s) como constitutiva do sujeito (e do funcionamento social) vai de encontro à condição de solidão criada pelo capitalismo para a consciência (BAKHTIN, 2003). Isso não significa, porém, que sua posição política seja a favor do comunismo – o que parece muito impróprio, já que a perspectiva dialógica do filósofo russo rompe com a ilusão de uma sociedade “pronta” ou acabada: a vida é um devir.

O caráter político (e ético) nos trabalhos de Bakhtin pode ser resumido na noção de responsabilidade: ao reconhecer que o outro é constitutivo do eu, o diálogo – que inclui uma atitude responsiva em relação ao outro – torna-se a base das relações no mundo da vida. Com isso, qualquer atitude em direção ao outro que seja de apagamento, negação, indiferença, da exclusão, da imposição e dominação não implicam em uma política (ética) da alteridade, mas sim auto-centrada. Para melhor realçar a proposta de Bakhtin, vale a seguinte citação (PONZIO, 1998, p. 246):

La locura es la prueba del sacrificio de la alteridad a nivel individual. La guerra es la visualización del sacrificio de la alteridad a nivel planetario y a nivel de naciones, un sacrificio que llega hasta la muerte, el exterminio, el genocidio, la destrucción de las condiciones naturales de vida; sacrificio que se manifiesta dentro de una misma nación, en las diferentes formas de segregación, marginación, *apartheid*, eliminación de “otro” en nombre de su y de nuestra identidad generalizada.

3 LABOV

I myself have always felt that theory can only be justified if it fits the facts, and that some facts--the ones that affect people's life chances--are more important than others.
(LABOV, 1997, p.03)

William Labov nasceu em New Jersey, graduou-se inglês e filosofia em Harvard, fez um curso sobre química inorgânica e, após alguns anos, trabalhou como químico para uma indústria produtora de tinta. Segundo Labov, foi desta experiência na indústria que teria surgido sua “crença firme na existência do mundo real” (1997, p. 01). Foi somente em 1961 que Labov deixou o mundo da química e passou a se dedicar, mais efetivamente, aos estudos da linguagem, tendo desenvolvido uma teoria empírica com base nos estudos da fala dos indivíduos. Segundo o lingüista, sua pesquisa teria trazido para a academia recursos novos: “a crença de que as pessoas da classe trabalhadora têm muito a dizer”¹⁰⁶ (1997, p.02).

Em seu mestrado, Labov pesquisou sobre *A motivação social da mudança do som* e, no doutorado, tratou de *A Estratificação Social do Inglês na cidade de Nova York*, tese que foi publicada em 1966. Em ambos os casos foi orientado por Uriel Weinreich, na Universidade de Columbia, por quem sempre manteve um apreço intelectual. Sobre as influências do orientador, Labov comenta: “Até hoje eu não sei o quanto das minhas idéias eu trouxe à lingüística e o quanto eu herdei de Weinreich”¹⁰⁷ (1997, p.03). Sobre seus estudos na área da fonética, o lingüista assume que muitas de suas descobertas sobre os princípios gerais da mudança lingüística foram inspiradas pelos trabalhos do foneticista Henry Sweet, de 1888.

Algumas de suas principais obras são sucintamente reportadas a seguir. Em 1966 escreveu, juntamente com Weinreich e Herzog, *Empirical foundations*

¹⁰⁶ “the belief that working class people have a lot to say”.

¹⁰⁷ “So to this day, I do not know how many of my ideas I brought to linguistics, and how many I got from Weinreich.”

for a theory of language change – apresentado em uma conferência da Universidade do Texas e publicado em 1968 – em que os autores postulam os fundamentos empíricos e estruturais para a teoria da mudança lingüística. Esse trabalho foi posteriormente reescrito por Labov, em 1982, sob o título *Building on Empirical Foundations*, no qual são estabelecidos dois fundamentos principais para o estudo da mudança: (i) a condição heterogênea da comunidade de fala e (ii) a gramática da comunidade de fala como objeto da descrição lingüística. Além destes fundamentos, Labov reafirmou a postulação de cinco problemas que o estudo da mudança lingüística deveria resolver: (i) o problema dos fatores restritivos; (ii) o encaixamento; (iii) a avaliação; (iv) a transição e (v) a implementação.

Em 1972 foi editado o livro *Sociolinguistic Patterns* – cuja introdução foi revisada por Weinreich nas suas últimas duas semanas de vida – que, entre outros tópicos, revisa os estudos de Labov sobre Martha's Vineyard e New York City, além de abordar problemas, possíveis soluções e perspectivas de uma lingüística realista, especialmente no oitavo capítulo intitulado *The study of language in its social context*. No mesmo ano também foi editado *Language in the Inner City*, livro que se organiza em torno das pesquisas de Labov sobre o chamado Black English Vernacular (BEV). Em 1994 foi publicado *Principles of Linguistic Change: Internal Factors* (vol I), no qual Labov aborda, entre outros aspectos, a questão metodológica do tempo real e do tempo aparente; em 2001 foi lançado *Principles of Linguistic Change: Social Factors* (vol II), que focaliza as variáveis sociais que atuam na mudança lingüística, bem como os prováveis inovadores e líderes da mudança, em estudos realizados na Filadélfia.

A perspectiva laboviana “se tornou sinônimo de sociolingüística em muitos círculos lingüísticos e apesar dessa tendência ter enfraquecido, a influência de Labov no desenvolvimento da sociolingüística moderna não deve ser subestimada”¹⁰⁸, como nos lembra Figueroa (1994, p. 69).

Sucintamente, nota-se nos trabalhos de Labov um diálogo com o pensamento chomskiano: em seus estudos clássicos de 1972a (cap. 8 e 9), por exemplo, Labov critica a exclusão operada por Chomsky do ingrediente social no estudo da língua, ao priorizar o estudo da competência (conhecimento abstrato de regras da língua) em detrimento da performance (a realização destas regras),

¹⁰⁸ “has become synonymous with sociolinguistics in many linguistics circles and though this trend has weakened, the influence of Labov over the development of modern sociolinguistics should not be underestimated”.

ao superestimar o indivíduo em relação ao grupo social (a comunidade de fala) e ao centrar a metodologia utilizada na introspecção ao invés da “interação”.

Os seguintes tópicos são tratados nas seções a seguir: (i) Labov e as séries do objetivismo abstrato e do subjetivismo idealista; (ii) cinco problemas a serem resolvidos por uma teoria da mudança; (iii) conceituação de comunidade de fala e relações com a questão da heterogeneidade e da homogeneidade das normas lingüísticas e sociais, com a mudança lingüística, e com as noções de redes sociais e de comunidades de práticas; (iii) instâncias de atuação do indivíduo na teoria sociolingüística, com relevo nos seguintes aspectos: mudança em tempo aparente e em tempo real; o problema da avaliação; as variáveis sociais e estilísticas; o paradoxo do observador e a entrevista; (iv) Labov e a noção de indivíduo/sujeito; e (v) Labov-político.

3.1 LABOV E O SUBJETIVISMO ABSTRATO E O OBJETIVISMO REALISTA

A exposição da perspectiva de Labov especialmente naquilo que ela se diferencia das abordagens mencionadas no capítulo I, relativas tanto às séries do *objetivismo abstrato* quanto à do *subjetivismo idealista*, é o tema desta seção. No que concerne às diferenças face às primeiras séries, são consideradas as reflexões de Labov, Herzog e Weinreich (1968) sobre a noção de idioleto, conforme defendida pelo neogramático Herman Paul e retomada pelos três autores, em cujo texto de 1968 são postulados os fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística; também são apontadas algumas convergências e divergências entre as idéias de Labov, Meillet, Saussure e Durkheim. Pontos de aproximação e distanciamento entre Labov e Humboldt, representante da série do subjetivismo idealista, também são evidenciados.

3.1.1 Labov e a noção de idioleto

Weinreich, Labov e Herzog (WLH) defendem o estudo da mudança lingüística no âmbito da comunidade de fala, diferentemente de Herman Paul para quem as mudanças seriam perceptíveis no nível individual, ou seja, no idioleto. Labov (1982), revendo WLH (1968), estabelece a existência de dois fundamentos empíricos da teoria da mudança lingüística, conforme já apontado acima: (i) a heterogeneidade da comunidade de fala e (ii) o sistema de

comunicação utilizado na interação social, ou seja, a gramática da comunidade de fala, como objeto da lingüística. Dessa forma, é na comunidade de fala, e não no idioleto, que se localiza o foco da mudança lingüística. Aspectos sociais e geográficos, entre outros, devem ser necessariamente considerados pelo pesquisador como motivadores da mudança que ocorre na estrutura da língua.

A visão de língua de WHL se aproxima daquilo que Paul chamou de *Language Custom* (LC), que diz respeito às regularidades na língua compartilhadas pelos falantes. Contudo, Paul prioriza o idioleto como objeto dos seus estudos e coloca o LC em segundo plano, por este não ser estruturado e homogêneo como seria aquele. Labov (1982, p. 19) admite que, apesar da fraqueza teórica e metodológica da noção de idioleto, esta é útil “para aqueles que sentem que o objeto de descrição deve ser homogêneo, e que não possuem inclinação nem motivação para lidarem com as variações encontradas na fala do dia-a-dia”¹⁰⁹.

Tais considerações suscitam a seguinte questão: em que extensão teria havido um apagamento do indivíduo (idioleto) na teoria laboviana para que a língua compartilhada por uma comunidade de fala fosse tomada como objeto de estudo? Ou, em outros termos, que idéia de indivíduo/sujeito teria sido criada a partir da delimitação da comunidade de fala como lócus de estudo da língua (ao invés do indivíduo)? Esta e outras questões que permeiam a tese serão retomadas e discutidas ao longo do trabalho.

3.1.2 Labov e Saussure, Meillet e Durkheim

De uma leitura comparativa entre Labov e Saussure é possível extrair-se alguns pontos significativos de aproximação e distanciamento:

- (i) Ambos acreditam que a língua (*langue*) é um *fato social* e um sistema; contudo, enquanto para Saussure a *langue* é homogênea, para Labov ela é heterogênea e é esta heterogeneidade que possibilita o estudo da variação lingüística; para Saussure a heterogeneidade localiza-se na *parole* e não na *langue*. Labov (1972a) aponta um paradoxo na teoria de Saussure quanto à relação entre aspectos individuais e sociais: a *langue*, que é tida

¹⁰⁹ “for those who feel that the object of description should and must be homogeneous, and who have neither the inclination nor the motivation to deal with the variations found in everyday speech”.

como o aspecto social da linguagem, pode ser estudada individualmente, pois ela existe potencialmente na mente de cada um; já a *parole*, que é tida como o aspecto individual da linguagem, exige o contexto social de uso da língua para ser estudada. Em oposição à visão de língua abstrata de Saussure, Labov apresenta seu objeto de estudo nos seguintes termos: “é difícil evitar a conclusão do senso comum de que o objeto da lingüística deva ser o instrumento de comunicação utilizado pela comunidade de fala”¹¹⁰ (1972a, p. 187). Para Labov: (i) a estrutura da língua é passível de ser estudada pela fala dos indivíduos; (ii) tal estrutura é variável; (iii) há uma correlação entre o uso lingüístico e a estratificação social; (iv) os indivíduos, em alguma medida, possuem consciência do processo de mudança da língua; (v) há forças sociais que atuam na mudança lingüística.

- (ii) Para Labov (1982), há uma aliança entre a dialetologia, a sociolingüística e a lingüística histórica que focaliza o equilíbrio entre estudos sincrônicos e diacrônicos. Já para Saussure, os estudos sincrônicos da linguagem seriam o foco principal das pesquisas científicas. Contudo, apesar da importância da diacronia, é possível, em termos sociolingüísticos, o estudo da mudança numa perspectiva sincrônica, como mostra a metodologia aplicada aos estudos em *tempo aparente*.
- (iii) Ambos compartilham, em certa medida, uma abordagem estruturalista. Exemplificando: Pagotto (2004, p. 79), ao mencionar a busca, pelo pesquisador sociolingüista, do *vernáculo* (*estilo* no qual mínima atenção seria prestada à fala) na fala dos indivíduos, salienta que o vernáculo (em si mesmo) seria inacessível, uma vez que, semelhante à noção de valor saussuriano, “é na oposição com outros estilos que o vernáculo acaba sendo definido”. O vernáculo é estabelecido em relação aos outros estilos infinitos, sendo uma noção construída e “epistemologicamente necessária, porque, do contrário, não é possível pensar a mudança lingüística” (p. 83). Outros aspectos serão retomados em seções posteriores acerca do estruturalismo laboviano.

¹¹⁰ “it’s difficult to avoid the common sense conclusion that the object of linguistics must ultimately be the instrument of communication used by the speech community”.

Também entre Labov, Meillet e Durkheim podem-se estabelecer pontos de convergência e de divergência:

- (i) Labov se apropriou da afirmação de Meillet, renegada por Saussure (e pelos saussureanos, como Martinet), de que no século XX as explicações para o desenvolvimento da linguagem estariam baseadas na análise da *mudança lingüística tida como consequência de mudanças sociais*. Assim, a linguagem seria tida como um fato social resultante do contato social (LABOV, 1972a). Todavia, não foi isso que se verificou, pelo menos no decorrer da primeira metade do século XX. Labov aponta dois fatos que explicariam a não confirmação da predição de Meillet nesse período: (i) a escassez de estudos empíricos na área; e (ii) o sucesso da abordagem anti-social de Saussure, que fez com que a influência que Meillet recebera de Emile Durkheim parecesse um acidente histórico, que não se repetiu, limitando-se o estudo da mudança ao âmbito da aquisição da linguagem (ibid. p. 268). Entretanto, a partir da década de 60 os estudos empíricos ganharam impulso intensificando-se nos anos 70 e nos seguintes, e as propostas teórico-metodológicas de Labov espalharam-se por diversos centros de pesquisa lingüística pelo mundo (ibid.).
- (ii) Em relação a Labov e Meillet, parece haver um distanciamento entre ambos em um aspecto fundamental: Labov não nega a possibilidade de *variações/mudanças lingüísticas serem motivadas pelo próprio funcionamento da língua*, o que para Meillet seria provavelmente inaceitável, uma vez que este autor postula que todas as mudanças lingüísticas são causadas por forças sociais. Em seus estudos pioneiros, Labov já considerava, ao lado de fatores condicionantes sociais, também a possível influência de fatores lingüísticos atuando sobre certas regras variáveis na língua. Ao estudar o apagamento de -t e -d (em palavras como *bold* e *passed*) numa comunidade de fala negra de Nova York, por exemplo, Labov (1972a) mostra que a variação no apagamento de -t e -d não é produto de mistura dialetal irregular, mas é uma propriedade inerente e regular do sistema (já que fortemente condicionada pela natureza fonológica ou morfológica do segmento consonantal sujeito à variação), entendendo que um aspecto importante da competência lingüística dos falantes consiste na capacidade de operar com regras variáveis. Nesse sentido, a heterogeneidade lingüística é explicada, na

teoria laboviana, tanto pela influência de fatores sociais como de fatores lingüísticos. A importância desses últimos na explicação da variação fica bastante evidente no clássico estudo da passiva sem agente¹¹¹ levado a cabo por Weiner e Labov (1978), cujos resultados mostraram a não relevância das variáveis sociais testadas.

- (iii) A abordagem de Labov foi claramente influenciada por Meillet e, sobretudo, por Durkheim. Segundo Figueroa (1994, p. 76)¹¹², “sabe-se que Labov é familiarizado com Durkheim, que ele utiliza o termo fato social, que ele aceita a língua como fato social.¹¹³ A tensão¹¹⁴ entre indivíduo e sociedade presente em Durkheim também aparece, de certa forma, nos trabalhos de Labov: ambos não assumem um indivíduo totalmente submetido aos *atos sociais*¹¹⁵ (à linguagem, no caso de Labov), que deve aceitá-los por serem impostos de forma coercitiva. Durkheim defende a existência do *ator social* que (i) possui uma certa consciência dos fenômenos sociais e (ii) é agente no funcionamento da sociedade. Assim, a idéia de “coação” presente na noção de fato social de Durkheim não impede que a vida social seja “tanto ‘coercitiva’ quanto ‘espontânea” (GIDDENS, 1998, p. 157). Labov parece ter absorvido essas duas implicações (i e ii) da noção de fato social de Durkheim¹¹⁶.

3.1.3 Labov e Humboldt

A relação entre língua e sociedade não é evidente na abordagem de Humboldt, que coloca como central a relação entre língua e pensamento. Contudo, algumas convergências entre Humboldt e Labov podem ser percebidas:

- (i) Humboldt não nega a dimensão social como lócus da linguagem, já que a língua emerge em relação às leis que organizam a formação da sociedade;

¹¹¹ Estudo em que foram tomadas como variantes de uma mesma variável construções do tipo: ‘Quebraram o armário’ / ‘O armário foi quebrado’.

¹¹² “it is known that Labov is familiar with Durkheim, that he uses the term social fact, that he accepts language to be a social fact.”

¹¹³ Observe-se que também para Saussure a língua é tida como *fato social*. Entretanto, para Labov, diferentemente de Saussure, a heterogeneidade é inerente ao sistema lingüístico.

¹¹⁴ Tal tensão, apresentada na abordagem de Durkheim (capítulo I), refere-se à relação indivíduo vs. sociedade, presente na tensão das visões liberal vs. social.

¹¹⁵ Os fatos sociais referem-se a “maneiras de agir, de pensar e de sentir que apresentam a propriedade marcante de existir fora das consciências individuais [...] são dotados de um poder imperativo e coercitivo” (DURKHEIM, 1988, p. 2).

¹¹⁶ Saussure, diferente de Labov, ao assumir a noção de fato social parece se referir à imposição da língua aos indivíduos (passivos) de maneira coercitiva. Ele não considera a noção de ator social, um indivíduo que teria consciência das coerções e dos fatos sociais.

ele simplesmente não prioriza fatores sociais como determinantes das mudanças na língua – como o faz Labov – preferindo vincular a mudança nas línguas ao fenômeno do contato entre elas;

- (ii) Humboldt propõe que o estudo da língua deve levar em conta tanto aspectos lingüísticos particulares e locais quanto aspectos mais gerais. Numa abordagem laboviana também é possível captar o processo da mudança em micro aspectos da língua (fonologia, morfologia) e macro aspectos (discurso);
- (iii) o lingüista alemão atribui à língua um caráter de movimento (Energieia), sendo ela vista como processo ao invés de produto. Similarmente, Labov postula uma língua heterogênea em processo de mudança;
- (iv) por fim, há uma correlação entre ambos ao considerar a língua como parâmetro de delimitação/identificação de um grupo de falantes, seja na definição mais ampla de nação (Humboldt) ou mais local de comunidade de fala (Labov).

3.2 OS PROBLEMAS REFERENTES À TEORIA DA MUDANÇA

Em 1968, Weireinch, Labov e Herzog formularam cinco problemas a serem solucionadas por uma teoria da mudança, que foram retomados por Labov (1982) na sua revisão daqueles escritos. Os problemas elencados são: a restrição, o encaixamento, a avaliação, a transição e a implementação. Teço a seguir breves considerações sobre cada problema.

O problema das *restrições* diz respeito aos possíveis condicionadores da mudança que, uma vez identificados, poderiam esclarecer tanto sobre as causas como sobre a direção da mudança lingüística; esse problema trata das mudanças que seriam possíveis e prováveis de acontecer. O *encaixamento*, fruto de uma visão sistêmica, refere-se à mudança lingüística associada a outras mudanças, sejam elas lingüísticas, sociais ou de outra natureza; assim, o encaixamento pode ser de natureza estrutural, que envolve os contextos lingüísticos motivadores da mudança, ou social, que correlaciona mudanças na língua com mudanças de cunho social. O problema da *avaliação* vincula-se à maneira pela qual os indivíduos avaliam – consciente ou inconscientemente – uma certa mudança e os efeitos desta avaliação na mudança; esse problema responderia,

por exemplo, à questão de em que medida a mudança seria motivada por empréstimos lingüísticos de grupos de prestígio.

A *transição* associa-se aos estágios (a rota) da mudança lingüística, sendo que o tipo de percurso da mudança determinaria a distribuição das variantes na comunidade e o tipo de heterogeneidade com a qual os falantes devem lidar (LABOV, 1982); estaria implícito nesse problema a idéia de que a mudança é gradual, lenta e composta de estágios, ao invés de ser abrupta e global (FARACO, 1991). Finalmente, o problema da *implementação* – tido como o mais difícil – visa responder por que a mudança ocorre em uma determinada língua, num dado momento, e não em outra com a qual compartilha características semelhantes.

Um estudo da mudança lingüística, e de suas causas, que leve em conta esses cinco problemas permite ao pesquisador reflexões que correlacionem linguagem, sociedade e indivíduos. E por detrás do tipo de correlação feita existem os pressupostos acerca de uma certa visão de língua, de mundo e de sujeito.

3.3 SOBRE A COMUNIDADE DE FALA

Esta seção visa: (i) descrever, panoramicamente, a noção de comunidade de fala conforme diferentes autores: Dell Hymes, Gumperz, Le Page, Wardhaugh e Guy, destacando os principais aspectos caracterizadores de cada concepção; (ii) apresentar a definição de comunidade de fala, para Labov, a partir de duas instâncias: consciência e não consciência da língua pelos falantes; (iii) relacionar mudança lingüística e comunidade de fala, realçando o lugar do indivíduo como líder da mudança; (iv) discutir a noção de comunidade de fala a partir de duas propriedades: homogeneidade e heterogeneidade; (v) com base nas discussões anteriores, apresentar duas outras unidades – complementares ou não à comunidade de fala – para análise do fenômeno lingüístico numa perspectiva variacionista: (a) noção de redes sociais; (b) noção de comunidade de prática.

3.3.1 Algumas concepções

A elaboração do conceito de comunidade de fala nas pesquisas sociolingüísticas data da década de 1960 (PATRICK, 2004). Gumperz (1996, p. 362) ressalta que o início da sociolingüística moderna é marcado pelo

reconhecimento de que a correlação entre aspectos lingüísticos e forças sociais e políticas deve considerar a comunidade de fala, tida como “o ponto inicial da análise, ao invés do foco em línguas ou dialetos”¹¹⁷. Portanto, para a sociolingüística, a *comunidade de fala*, e não o indivíduo ou a língua, é a unidade de estudo.

Diversos autores se referem à dificuldade de conceituação de comunidade de fala (MILROY, 1982; ROMAINE, 1982; FIGUEROA, 1994; HUDSON, 1996; PAGOTTO, 2004; PATRICK, 2004, entre outros), o que gera múltiplas definições centradas em diferentes aspectos: lingüísticos, sociais, socioculturais e psicológicos.

Dell Hymes (1972), por exemplo, define comunidade de fala como “uma comunidade que compartilha regras para a conduta e interpretação da fala, e regras para a interpretação de, pelo menos, uma variedade lingüística. Ambas as condições são necessárias”¹¹⁸ (apud FIGUEROA, 1994, p.57). Hymes prioriza aspectos sociais em detrimento de lingüísticos na delimitação do conceito, defende a heterogeneidade da comunidade de fala e admite que um indivíduo pode participar de diferentes comunidades de fala, o que torna a relação entre indivíduo e comunidade de fala bastante fluida (FIGUEROA, 1994).

Similarmente, Gumperz (1996) aponta para a diversidade própria da comunidade de fala, uma vez que esta se constitui por uma variedade de redes de socialização, às quais se associam padrões de uso e interpretação lingüísticos. Contudo, o lingüista reforça o papel das redes sociais¹¹⁹ como unidades de análise, ao invés da comunidade de fala:

se os significados residem em práticas interpretativas e essas se localizam em redes sociais nas quais o indivíduo está socializado, então as unidades “cultura-” e “língua-” não são as nações, os grupos étnicos ou algo parecido ... ao invés, são redes de indivíduos em interação¹²⁰ (1996, p. 11).

Além dos aspectos sociais envolvidos na delimitação da unidade de análise, a conceituação da comunidade de fala também recai sobre aspectos individuais. Em outras palavras, o sujeito pode, conscientemente, escolher o grupo com o qual se identificar. Tal enfoque se evidencia tanto nos escritos de Le

¹¹⁷ “as the analytical starting point rather than focusing on languages or dialects as such.”

¹¹⁸ “a community sharing rules for the conduct and interpretation of speech, and rules for the interpretation of at least one linguistic variety. Both conditions are necessary.”

¹¹⁹ Adiante será retomada e aprofundada a noção de *redes sociais*.

¹²⁰ “if meaning resides in interpretative practices, and these are located in the social networks one is socialized in, then the “culture-“ and “language-“ bearing units are not nations, ethnic groups or the like ... but rather *networks of interacting individuals*”

Page (1968) quanto nos de Wardhaugh (2002). De acordo com Le Page (apud HUDSON, 1996; LABOV, 2001):

Cada indivíduo cria o sistema para seu comportamento verbal de forma que ele possa se parecer com aqueles do grupo ou grupos com o(s) qual (quais), de tempos em tempos, ele possa querer se identificar, na extensão em que: (a) ele possa identificar os grupos; (b) ele tenha tanto oportunidade como habilidade em observar e analisar seus sistemas comportamentais; (c) sua motivação é suficientemente forte para impeli-lo à escolha e para adaptar seu comportamento de acordo; (d) ele seja capaz de adaptar seu comportamento¹²¹ (p. 27)

Também Wardhaugh acredita que o indivíduo pode pertencer a diversas comunidades de fala, identificando-se com uma ou outra conforme as circunstâncias. Nesta perspectiva, há uma relação entre o processo identificatório e a comunidade de fala, sendo esta considerada fluida e dinâmica. O lingüista assume a abordagem de Bolinger (apud WARDHAUGH, 2002), segundo a qual

não há limite para as formas pelas quais os seres humanos se ligam uns aos outros em nome de identificação, segurança, ganho, divertimento, adoração, ou por qualquer outro propósito que seja compartilhado; conseqüentemente, não há limites para o número e para a variedade de comunidades de fala que podem ser encontrados em uma sociedade (p. 124)

O fato de que as identidades não são estáticas e que os sujeitos estão em constante processo de identificação, dificulta o processo metodológico de delimitação e sistematização da comunidade de fala e, conseqüentemente, da realização de uma pesquisa com enfoque amplo sobre o fenômeno da variação.

Guy (2001)¹²², por sua vez, considera que a comunidade de fala se constitui a partir de três critérios: (i) os falantes devem compartilhar traços lingüísticos que sejam diferentes de outros grupos; (ii) devem ter uma freqüência de comunicação alta entre si; e (iii) devem ter as mesmas normas e atitudes em relação ao uso da linguagem. Para o lingüista, os limites entre uma comunidade de fala e outra devem ser vistos em termos de diferenças gramaticais e não, simplesmente, diferenças na freqüência de uso de determinada variável. Em outras palavras, Guy acredita haver: (i) diferenças de freqüência em diferentes

¹²¹ "Each individual creates the system for his verbal behaviour so that they shall resemble those of the group or groups with which time to time he may wish to be identified, to the extent that: (a) he can identify the groups; (b) he has both opportunity and ability to observe and analyse their behavioural systems; (c) his motivation is sufficiently strong to impel him to choose, and to adapt his behaviour accordingly; (d) he is able to adapt his behaviour"

¹²² Esta noção foi discutida anteriormente por Severo (2004).

comunidades de fala, sendo que o efeito de contexto¹²³ permanece semelhante; (ii) diferenças em termos do efeito de contexto (observado através de resultados estatísticos traduzidos em pesos relativos) entre as comunidades, o que determinaria diferenças estruturais ao invés de diferenças simplesmente quantitativas. Guy trabalha com a seguinte hipótese:

em assuntos de variação, diferenças entre comunidades de fala correspondem a diferenças gramaticais, ou seja, diferenças em efeitos contextuais. Ao mesmo tempo, diferenças entre indivíduos dentro da mesma comunidade de fala devem ser de natureza não-gramatical, ou seja, diferenças no nível geral de usar ou não um fenômeno variável (2001, p. 8).

O que se percebe é que o conceito de comunidade de fala, tão caro à sociolinguística, se articula em torno de diferentes aspectos, como os sociais (Dell Hymes e Gumperz), psicológicos/identificatórios (La Page e Wardhaugh) e lingüísticos (Guy). Ademais, vale ressaltar a opinião de Hudson (1996, p. 30) de que “é possível que as comunidades de fala não existam na sociedade, a menos como protótipos na mente das pessoas, e neste caso a busca de uma definição ‘verdadeira’ de ‘comunidade de fala’ não passa de uma perseguição inútil”¹²⁴.

3.3.2 Conceituação laboviana

Para Labov (1972a)¹²⁵, a definição de língua deve levar em conta, necessariamente, o contexto social, o que implica atribuir à língua uma função comunicativa. E é enquanto um sistema evolutivo e heterogêneo¹²⁶ que a língua – como estrutura –, com seus aspectos fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos, deve ser analisada, sem ser desvinculada do contexto social de uma certa comunidade de fala. Dessa maneira, o objeto da lingüística deve ser “o instrumento de comunicação utilizado pela comunidade de fala” (p. 187),

¹²³ Entende-se por “efeito de contexto” a influência exercida por algum tipo de fator lingüístico que atua como condicionante do uso de determinada variante, como por exemplo o efeito do fator ‘verbo’ (no grupo de fatores ‘classe de palavras’) sobre o apagamento do -r. O efeito de contexto é avaliado através de pesos relativos.

¹²⁴ “it is possible that speech communities do not really exist in society except as prototypes in the minds of people, in which case the search for the ‘true’ definition of ‘speech community’ is just a wild goose chase”

¹²⁵ Como WLH, apesar de postularem a comunidade de fala como o lugar da variação e da mudança, não chegam a defini-la claramente, vou considerar, nesta seção, a obra de Labov a partir de 1972.

¹²⁶ Na fala de Labov (1972a), “uma vez que tenhamos dissolvido a associação entre estrutura e homogeneidade, estaremos livres para desenvolver as ferramentas formais necessárias para lidar com a variação herdada dentro de uma comunidade de fala” (p. 204).

considerando-se que “pressões sociais estão continuamente operando sobre a língua”¹²⁷ (p. 03).

Estando clara a vinculação entre língua e comunidade de fala, resta averiguar quais seriam as fronteiras que delimitariam o pertencimento de um indivíduo a uma certa comunidade de fala e não a outra. Labov considera que as fronteiras são postas mediante dois aspectos, um deles no nível consciente e outro no inconsciente.

Quanto ao nível consciente, os falantes compartilham atitudes e valores semelhantes em relação à língua, já que a comunidade de fala “é mais bem definida como um grupo que compartilha as mesmas normas em relação à língua”¹²⁸ (LABOV, 1972a, p. 158). Tais normas são apreendidas pelo pesquisador mediante o valor que os falantes de uma certa comunidade de fala atribuem a elas, sendo que – normalmente – ao grupo de prestígio, cuja fala é dominante na escola, no trabalho, na mídia, etc, são vinculados valores positivos. Segundo Labov (1972a, p. 192): “membros de uma comunidade de fala compartilham um conjunto comum de padrões normativos mesmo quando encontramos variação altamente estratificada na fala real”. Vale ressaltar que a uniformidade das normas compartilhadas pelos falantes geralmente ocorre quando a variável lingüística possui marcas sociais evidentes aos falantes. No caso de não haver tais marcas vinculadas às variáveis, as normas compartilhadas correm o risco de não ser tão uniformes; neste caso, a delimitação da comunidade de fala não poderia se restringir unicamente aos valores compartilhados pelos falantes, pois há variáveis que não são, necessariamente, conhecidas por estes falantes, embora Labov acredite que “julgamentos sociais inconscientes sobre a língua podem ser medidos por técnicas¹²⁹” (1972a, p. 248)¹³⁰.

¹²⁷ “social pressures are continually operating upon language.”

¹²⁸ “is best defined as a group who share the same norms in regard to language.”

¹²⁹ Tais testes visam identificar as reações subjetivas em relação à mudança lingüística e geralmente se verifica que a avaliação social corresponde à estratificação social da fala (Labov, 2001). Alguns desses testes são (ibid., p.193-7): (i) *self report test* no qual os indivíduos devem selecionar, dentre uma gama de variantes lingüísticas, aquelas que se aproximam do uso habitual deles; tais sujeitos geralmente assumem utilizar as formas próximas às de prestígio reconhecido; (ii) *family background test* no qual é visto o quanto os indivíduos são capazes de identificar dialetos diferentes; (iii) *matched guise test* que visa identificar atitudes inconscientes dos sujeitos em relação à língua. É a este teste que a citação se refere, e consiste em submeter à avaliação dos sujeitos trechos de falas (com a presença das variantes que se quer estudar), sendo que os sujeitos devem localizar as passagens que ouvem em escalas de personalidade (inteligência, confiança, honestidade)... ou da variável que se quer averiguar (profissão, status social...).

¹³⁰ “unconscious social judgments about language can be measured by techniques.”

O nível de consciência que o falante tem sobre determinada variável está associado à classificação dos elementos variantes da língua face à avaliação social a que estão sujeitos. Tal classificação engloba os seguintes tipos: (i) os *indicadores*, que operam num nível inconsciente, dizem respeito aos elementos lingüísticos sobre os quais haveria pouca força de avaliação, podendo haver diferenciação social de uso destes elementos correlacionado à idade, à região ou ao grupo social, mas não quanto a motivações estilísticas; (ii) os *marcadores*, que também permanecem abaixo do nível de consciência, correlacionam-se às estratificações sociais e estilísticas e podem ser diagnosticados em testes subjetivos; (iii) os *estereótipos*, que são formas socialmente marcadas e reconhecidas pelos falantes. Alguns estereótipos podem ser estigmatizados socialmente, o que pode conduzir à mudança lingüística rápida e à extinção da forma estigmatizada. Outros estereótipos podem ter um prestígio que varia de grupos para grupos, podendo ser positivo para alguns e negativo para outros. (LABOV, 1972a; 2001)

As normas compartilhadas pelos falantes e a determinação da comunidade de fala, se tomarmos o modelo classificatório exposto acima, associam-se aos estereótipos e aos marcadores, que podem ser percebidos pelos falantes e detectados pelas técnicas que identificam avaliação subjetiva da língua. Já os indicadores ficariam num nível inconsciente e não seriam identificados pelos falantes.

Essas considerações suscitam novos questionamentos: em que extensão os indicadores podem estar relacionados à mudança na língua motivada não por forças sociais, mas pela própria estrutura lingüística? Por outro lado, se a comunidade de fala é, em grande parte, determinada pelas atitudes dos falantes em relação ao uso lingüístico, qual seria o número adequado de variáveis frente às quais os falantes teriam uma atitude uniforme que permitiria a identificação de uma comunidade de fala? Em outras palavras, basta que um grupo de falantes compartilhe atitude similar em relação a uma única variável para que se tenha uma comunidade de fala?

Além de valores conscientes em relação à língua, os falantes de uma mesma comunidade de fala compartilham, inconscientemente, aspectos essenciais do sistema lingüístico – as regras gramaticais –, sendo que os indivíduos adquirem tal sistema sem que eles possam escolher falar deste ou

daquele jeito. Para evidenciar este aspecto, valho-me das reflexões de Figueroa (1994) sobre os trabalhos de Labov (1980) em relação ao BEV:

Labov (1980a) discute o caso da 'Carla', uma mulher não negra que era capaz de criar 'a impressão social efetiva de estar falando o inglês negro vernacular (BEV) e a impressão de identidade negra' (LABOV 1980b, p. 379). Carla conta com uma variedade de estratégias relativas ao estilo discursivo, tais como o uso de certos itens lexicais, inversão negativa, advérbio de lugar e o uso efetivo de ênfase, entonação e tempo. Dessa maneira, Carla é capaz de convencer outros de que ela fala o BEV. Ou seja, quando amostras da fala dela são apresentadas aos negros e é solicitado a eles que a julguem, todos avaliam a fala como sendo BEV (ibid.). Labov, contudo, argumenta que Carla na verdade não é um membro da comunidade de fala do BEV, pois ela não aprendeu as regras definidoras da gramática do BEV: o tempo verbal do BEV e o sistema aspectual (ibid.). Ser capaz de adquirir e manipular os símbolos sociais não é suficiente; deve-se adquirir as regras essenciais da gramática (FIGUEROA, 1994, p. 73).

Considerando-se os dois níveis¹³¹ envolvidos na delimitação da comunidade de fala, fica claro que Labov prioriza o caráter de consciência das atitudes dos falantes em relação às normas gramaticais compartilhadas pelo grupo para caracterizar a comunidade de fala: “uma comunidade de fala não pode ser concebida como um grupo de falantes que utiliza as mesmas formas; ela é mais bem definida como um grupo que compartilha as mesmas normas em relação à língua” (1972a, p. 158).

Por que Labov teria optado pela uniformidade das atitudes dos falantes em relação à língua para definir as fronteiras de uma comunidade de fala, e não pelas regras lingüísticas presentes nas falas destes indivíduos? Uma das possíveis respostas pode ser encontrada na discussão que Labov (1972a) faz sobre a busca dos lingüistas por um objeto homogêneo, em consonância com o modelo estipulado por Saussure. E talvez seja em busca desta homogeneidade que Labov tenha preferido as atitudes dos falantes para determinar a comunidade de fala, evitando, também, um certo tipo de variação:

Esperava-se que, ao nos concentrarmos sobre os julgamentos dos falantes nativos ao invés de sua fala real, muito desta variação poderia ser desviada. De certa forma, esta esperança justifica-se: membros de uma comunidade de fala compartilham um conjunto comum de padrões

¹³¹ Sobre a relação entre os níveis (ser consciente ou inconsciente) e o indivíduo/sujeito, Pagotto (2004, p.92) comenta: “tanto ele é ‘consciente’ do processo de variação, quanto os processos de variação lhe são ‘inconscientes’. Neste último caso, o sujeito pode ser comparado àquele do estruturalismo, ou seja, completamente dominado pela estrutura, da qual é apenas um portador. No primeiro caso, é semelhante ao sujeito da Etnografia da Fala, que manipula as regras de conversação a partir de suas intenções”.

normativos, mesmo quando nós encontramos variação altamente estratificada na fala real¹³² (1972a, p. 192).

Dessa maneira, Labov teria garantido a homogeneidade não na delimitação de seu objeto, que é a língua como sistema heterogêneo, mas na definição do lócus de seu objeto, que é a comunidade de fala. Assim, o estudo da língua – que para Labov é heterogênea – se dá numa comunidade de fala – que teria características homogêneas. Em outras palavras, aquilo que para Saussure é homogêneo (o sistema lingüístico), para Labov tem um caráter heterogêneo, e aquilo que Saussure estipulou como sendo heterogêneo (os falantes da língua), Labov definiu como homogêneo (as atitudes dos falantes em relação à língua). Inversão teórica e metodológica.

Figuroa (1994) formula uma crítica ao modelo laboviano de comunidade de fala, especialmente quanto à relação entre indivíduo e grupo social. A autora afirma que a falta de vinculação clara entre indivíduo e comunidade de fala, subordinando o primeiro ao segundo, dificulta a observação do comportamento lingüístico, uma vez que este seria determinado pelo grupo. E, levando em conta que os dados utilizados na pesquisa são provenientes de falas individuais, Figuroa indaga: “como sustentar que a língua se localiza na comunidade, quando o comportamento lingüístico estudado é extraído dos indivíduos?”¹³³ (p. 89). A autora supõe que a particularidade do indivíduo, no caso da teoria laboviana, seria ignorada, sendo atribuídas a ele categorias supra-individuais como classe e gênero: o indivíduo, neste caso, seria tomado como um *tipo social* considerado, para fins metodológicos, como um conjunto de fatores mensuráveis.

O indivíduo, sendo submetido à comunidade lingüística e, conseqüentemente, ao sistema lingüístico, não seria a fonte da variação e da mudança. Nesse sentido, Pagotto (2004, p. 75) pergunta: “onde estaria esta fonte, se o sistema é definido como sempre restrito a uma comunidade de fala?”. A fonte da mudança, neste caso, não estaria no indivíduo, uma vez que na teoria laboviana “não se trata de um indivíduo senhor de si e do processo de variação” (p. 76), mas, antes, ele “é apenas uma instância onde se materializam as forças operantes em tal comunidade lingüística, aqui, novamente, entendidas não como vetores de uma fonte externa, mas como integrantes de um sistema” (ibid.).

¹³² “It was hoped that, by concentrating upon the judgments of the native speaker rather than his actual speech, much of this variation could be bypassed. In some way, this hope is justified: members of a speech community do share a common set of normative patterns even when we find highly stratified variation in actual speech” (1972a, p. 192).

¹³³ “how can we maintain that language is located in the community when the language behaviour being studied is taken from the individuals?”

Ainda segundo Pagotto, a crítica de Figueroa acerca da articulação entre indivíduo e comunidade não considera que estes, juntamente com o sistema lingüístico, operariam estruturalmente¹³⁴: aqueles dois não seriam agentes externos ao funcionamento lingüístico, mas os três operariam no mesmo nível estrutural, num jogo de relações. A questão pertinente à teoria sociolingüística, para Pagotto, não seria sobre a relação entre indivíduo e sociedade, mas sim sobre o tipo de relação estabelecida entre o sistema (língua–comunidade de fala–indivíduo) e a realidade.

Não distante das reflexões acima, uma outra crítica é trazida por Figueroa (1994), para quem a relação entre língua e sociedade não é clara na teoria laboviana. Apoiando-se em Cameron (1990), a autora argumenta que um modelo que afirme que a “linguagem reflete a sociedade” pressupõe estruturas sociais pré-existentes à linguagem. Tal perspectiva, de acordo com Figueroa, carece de uma teoria social elaborada que explique o comportamento lingüístico em termos sociais.

3.3.2.1 Comunidade de fala e mudança lingüística

Retomando a questão do lugar reservado ao indivíduo na abordagem laboviana, percebe-se, nos trabalhos mais recentes de Labov sobre as causas¹³⁵ motivadoras da mudança lingüística na Filadélfia, uma certa importância conferida ao indivíduo em termos de “quem seriam os condutores da mudança lingüística?”. Trata-se de inserir mais efetivamente o falante, como o líder da mudança, nos estudos sobre mudança lingüística, sendo esta vista como

associação de formas particulares de falar com traços sociais de grupos sociais em oposição. Aqueles que adotam um grupo em particular como um grupo de referência e que desejam adquirir os atributos sociais daquele grupo, adotam a forma de falar característica daquele grupo¹³⁶ (2001, p. 24).

¹³⁴ Aqui se encontra um outro traço do estruturalismo laboviano.

¹³⁵ Em vez de “causas”, o termo “condições” parece ser mais adequado para se referir à mudança, uma vez que a idéia de causalidade supõe um certo determinismo. Nos termos de Faraco (1991, p. 45): “sendo uma realidade humana, social e cultural, a língua não está submetida ao universo da necessidade (de leis e relações cegas e automáticas), mas ao universo da possibilidade”. Contudo, ainda assim pode-se indagar: o que torna o possível real?

¹³⁶ Para Labov (2000, p. 25), “certamente as mudanças fonéticas carregam avaliação social [...] trata-se de uma questão empírica sobre quais mudanças fonéticas são o veículo de quais valores sociais associados a quais grupos no espectro social”.

Na busca das motivações para a mudança lingüística, Labov (2001, p. 33) parece inclinar-se a um tipo de análise que prioriza o falante individual em relação ao grupo, mencionando que muitos autores “têm defendido que o principal foco da análise sociolingüística deveria ser colocado no falante individual ao invés do grupo”¹³⁷. Admitindo os indivíduos como escopo da mudança, estaria Labov apontando para um novo direcionamento teórico-metodológico? Parece que não é bem assim.

A necessidade de colocar foco no indivíduo fica evidenciada na pesquisa de Labov (2001) sobre o sistema vocálico, em que foram analisados dados fornecidos por 112 informantes. Na busca das causas da mudança lingüística, o autor argumenta ser fundamental considerar as histórias e filosofias de alguns indivíduos, com o objetivo de identificar os locais sociais ocupados por eles e os tipos sociais que os caracterizam. Para Labov, há alguns indivíduos que são condutores da mudança lingüística devido a suas histórias sociais e aos seus padrões de comportamento¹³⁸. Ao se localizar os líderes da mudança, é possível identificar as características sociais que qualificam aquele indivíduo como um líder. Entretanto, Labov não pretende uma análise sociolingüística baseada no indivíduo: “este objeto singular, o falante individual, pode apenas ser entendido como produto de uma história social singular e como a interseção dos padrões lingüísticos de todos os grupos sociais e categorias que definem aquele indivíduo”¹³⁹ (2001, p. 34).

Assim, não é um indivíduo autônomo e livremente atuante sobre o sistema da língua que se pretende identificar, mas sim um sujeito que é constituído por forças sociais e históricas, sendo estas forças as principais motivadoras da mudança lingüística. Tais forças seriam atuantes, provavelmente, na produção das estratificações sociais sugeridas por Labov que seriam gênero, escolaridade, posição social, profissão etc. Na pesquisa laboviana estas estratificações correspondem a algumas variáveis (sociais e estilísticas) formuladas pelo pesquisador. Contudo, a questão que se levanta é: Qual seria a especificidade

¹³⁷ “many writers on sociolinguistic themes, including those whose work plays a major role in this volume, have argued that the major focus of sociolinguistic analysis should be placed on the individual speaker rather than the group.”

¹³⁸ Em seu método de pesquisa com comunidades da Filadélfia e de Nova York, Labov considera o papel das análises e descrições de falantes individuais no que diz respeito a “suprir uma imagem precisa dos inovadores da mudança lingüística” (2000, p. 37). Destaca-se, assim, a importância de se considerar, quanto às variáveis sociais, além da estratificação dos informantes, aspectos como redes sociais, que captem o comportamento do indivíduo em casa, com os amigos, no trabalho, etc.

¹³⁹ “this unique object, the individual speaker, can only be understood as the product of a unique social history, and the intersection of the linguistic patterns of all the social groups and categories that define that individual.”

das forças operantes na produção das estratificações sociais? Para essa pergunta a teoria laboviana não tem resposta, pois carece de uma abordagem social crítica que abarque os fenômenos sociais e políticos do mundo contemporâneo.

Apesar do interesse pelo indivíduo, Labov postula que eles “não são as unidades finais da análise lingüística, mas os componentes que são usados para construir modelos do nosso primeiro objeto de interesse, a comunidade de fala” (ibid.). Tais modelos, resgatando as discussões sobre a comunidade de fala, são construídos – para Labov – a partir de atitudes uniformes, compartilhadas pelos indivíduos, sobre a língua.

3.3.2.2 Comunidade de fala: heterogênea ou homogênea?

A noção laboviana de comunidade de fala, como já visto, recobre tanto aspectos lingüísticos quanto sociais: trata-se de atitudes/normas (sociais) compartilhadas pelos falantes que, por sua vez, compartilham características lingüísticas semelhantes. O vínculo entre aspectos sociais e lingüísticos e a comunidade de fala se evidencia na fala de Romaine (1982, p. 13), para quem “em diferentes comunidades de fala, fatores sociais e lingüísticos vinculam-se não apenas de diferentes maneiras, mas em graus diferentes”¹⁴⁰. Ademais, a associação entre questões sociais e lingüísticas na delimitação da comunidade de fala dificulta a sua identificação, já que ela pode operar tanto como um objeto social quanto lingüístico (PATRICK, 2004).

Romaine não acredita que os membros de uma mesma comunidade utilizem as regras gramaticais da mesma maneira e questiona se “há realmente comunidades de fala que utilizam regras de gramática da maneira pela qual Labov teria nos feito crer”¹⁴¹ (1982, p. 15).

A questão posta por Romaine coloca em xeque a homogeneidade da comunidade de fala, que se baseia, especialmente, nas atitudes e regras de gramática (regras variáveis) compartilhadas pelos falantes, sendo as primeiras mais relevantes para Labov na definição da comunidade de fala. As mudanças lingüísticas não ocorreriam em toda a comunidade de fala, dada a sua heterogeneidade, mas seriam consideradas locais e individuais. Para reforçar

¹⁴⁰ “in different speech communities social and linguistic factors are linked not only in different ways, but in different degrees.”

¹⁴¹ “are there really speech communities which use the rules of grammar in the way in which Labov would have us believe?”

esta perspectiva, a autora cita os trabalhos de Bailey, para quem “nem todo membro de uma comunidade de fala opera com as mesmas regras, resultando que as gramáticas da comunidade e do indivíduo não são isomórficas”¹⁴² (ROMAINE, 1982, p. 19). Além disso, a autora acredita que uma mesma comunidade de fala, embora compartilhe normas e regras de um língua, pode fazer usos lingüísticos de maneiras diferentes, sendo que haveria um diferença entre tipos (*kinds*) e usos (*uses*) de uma língua.

Na mesma direção de Romaine, Milroy (1982) questiona a homogeneidade da comunidade de fala, especialmente quanto a: (i) se todos os integrantes de uma comunidade de fala avaliam igualmente as variantes lingüísticas em relação ao prestígio e ao status, então, caso tal avaliação seja constante, torna-se difícil a identificação das mudanças motivadas por fatores sociais; (ii) havendo uniformidade quanto às restrições impostas ao uso das variantes, tal uniformidade será expandida para toda a comunidade de fala. Assim, o autor indaga: “Por que deveríamos supor que indivíduos em diferentes níveis sociais avaliam igualmente as possíveis variantes?”¹⁴³ (MILROY, 1982, p. 46).

A noção laboviana de comunidade de fala se estrutura, principalmente, com base nas atitudes que os falantes compartilham em relação às variantes lingüísticas. A perspectiva laboviana de homogeneidade/consenso das atitudes dos falantes supõe uma sociedade não conflitiva, na qual os indivíduos concordariam em suas avaliações. Diferente desta visão, Milroy & Milroy (1997) defendem uma heterogeneidade das atitudes dos falantes pautada no conflito que seria inerente à dinâmica social. Para estes autores, “[o] padrão conflitivo pode ser entendido, pelo menos parcialmente, como sendo oriundo de conflitos entre ideologias baseadas no status e ideologias baseadas na solidariedade presentes na comunidade”¹⁴⁴ (p. 53). Dessa maneira, dado o dinamismo e as contradições da realidade social e a pluralidade de contextos sociais de uso da língua, parece questionável a homogeneidade das atitudes dos falantes em relação às variantes lingüísticas. Diante disso, pode-se perguntar: não seria a homogeneidade da comunidade de fala uma abstração teórica tomada a priori e a partir da qual as pesquisas seriam realizadas? Se considerarmos a realidade

¹⁴² “not every member of the speech community necessarily operates with the same set of rules, with the result that the community and the individual grammar are *not* isomorphic.”

¹⁴³ “Why should we suppose that individuals at different social levels make the same evaluations of the possible variants?”

¹⁴⁴ “[the] conflict pattern can be at least partially understood as arising from the conflict between status-based ideologies and solidarity-based ideologies in the community.”

como sendo plural, conflitiva e dinâmica, a comunidade de fala é, por certo, uma abstração teórica.

Por outro lado, Patrick (2004) acredita que ambos os modelos – consensual ou conflitivo – são pertinentes, desde que a escolha de um ou de outro seja motivada pela questão da pesquisa e por “padrões mais amplos de organização social, econômica, histórica e cultural que o tornam obrigatório”¹⁴⁵ (p. 589). Ressalta, também, que a noção de comunidade de fala não deve ser tomada como “entidades predefinidas à espera de serem pesquisadas” (p. 593), mas como objetos que são construídos pelo olhar e pelas questões do pesquisador. Milroy (1992 apud 2004) também defende que ambos os modelos podem ser integrados, considerando uma perspectiva dinâmica de classes que divide a sociedade em subgrupos, os quais se caracterizam por diferentes estruturas de redes.

Por fim, percebe-se que os modelos consensual e conflitivo focalizam, respectivamente, a sociedade e o indivíduo. Para o primeiro, a noção de comunidade de fala é fundamental; para o segundo outras noções são pertinentes, como a de redes sociais. Neste sentido, vale ressaltar os níveis de abstração possíveis na análise lingüística, sugeridos por Romaine (1982): indivíduo → redes (*network*) → grupos sociais → comunidade de fala → língua.

3.3.3 A comunidade de fala: alguns desdobramentos

Objetiva-se, nesta seção, abordar os conceitos de *redes sociais* e de *comunidades de prática*, que têm sido utilizados metodologicamente para se localizar e recortar o objeto em estudo. Britain & Matsumoto (s/d) fazem uma distinção entre a abordagem orientada para a comunidade – pautada na comunidade de fala –, e as abordagens orientadas para o indivíduo, baseadas nas redes sociais e nas comunidades de prática. Os autores sugerem que a perspectiva de-cima-para-baixo (*top-down*) da comunidade de fala, além de submeter os indivíduos à estrutura, “é substituída em modelos mais recentes, tais como o de comunidade de prática, por grupos de indivíduos que desenvolvem práticas lingüísticas compartilhadas através de aproximações

¹⁴⁵ “broader patterns of social, economic, historical, and cultural organization [that] make it compelling.”

conscientes”¹⁴⁶ (p. 14). É tendo como base a importância conferida aos indivíduos que nesta seção são esmiuçadas as noções de redes sociais e de comunidades de prática.

Uma análise sociolinguística centrada nas *redes sociais* visa identificar a estrutura e as propriedades das redes de relacionamentos que cercam um/alguns indivíduo/s. Acredita-se que a análise da mudança nestas redes, que utilizam códigos linguísticos localizados, possam revelar aspectos do fenômeno da mudança linguística (MILROY, 2004). O escopo, neste caso, não seria a análise da variação linguística na comunidade de fala, mas em determinados grupos sociais.

As *comunidades de práticas*, diferentemente da comunidade de fala, representam unidades locais de estudo e dizem respeito ao repertório/práticas (formas de realizar as atividades, formas de falar, crenças, valores, relações de poder etc) que indivíduos compartilham ao fazerem parte de algum tipo de engajamento e esforço comuns. Tal concepção é pertinente para os estudos da variação na medida em que “o significado local da variação é construído dentro da comunidade de prática, imersa na orientação da comunidade, na visão de mundo e nas crenças”¹⁴⁷ (ECKERT, 1996, p. 56). Meyerhoff (2004) salienta a importância da utilização do conceito de comunidade de prática nos estudos sobre variação e mudança: a possibilidade de construir uma relação entre análises quantitativa de larga escala e práticas locais de grupos de falantes.

3.3.3.1 Redes sociais (*social networks*)

As análises baseadas nas *redes sociais* em estudos varacionistas foram, de acordo com Milroy (2004), desenvolvidas por antropólogos sociais entre os anos de 1960 e 1970. Tais análises se organizam a partir de um escopo micro, e não macro social, postulando que as redes sociais que circunscrevem o indivíduo não são independentes das estruturas social, econômica e política mais amplas.

Nos estudos sobre variação e mudança linguística na Filadélfia, publicados em *Principle of Linguistic Change* (2001), Labov salienta a metodologia

¹⁴⁶ “is replaced in more recent models, such as CofP, by groups of individuals developing shared linguistic practices through their conscious coming together...”

¹⁴⁷ “the local meaning of variation is constructed within the community of practice, embedded in the community’s orientation, world view and beliefs”

utilizada¹⁴⁸: realização de várias entrevistas individuais, participação do pesquisador na esfera social do grupo e questionamentos individuais sobre as redes sociais de relações desses falantes. Segundo o autor, o estudo das redes sociais ofereceria melhores instrumentos de análise social do que o estudo da estrutura social através da profissão, da escolaridade ou dos índices de consumo, uma vez que “estudos de pessoas inseridas em sua rede social nos permite gravá-las conversando com quem elas geralmente falam – amigos, família e colegas de trabalho”¹⁴⁹ (LABOV, 2001, p. 326). Interessante ressaltar que o uso das redes sociais de relações no estudo da variação na Filadélfia demonstrou, segundo Labov (2001), que “a vinculação do indivíduo a categorias sociais não seria suficiente para salientar as causas e o mecanismo social da mudança lingüística”¹⁵⁰ (p. 325).

Contudo, apesar de reconhecer a importância das redes sociais, Labov salienta a dificuldade de se levantar e sistematizar todos os grupos de interação em uma comunidade, além do fato de que as pesquisas com as redes sociais contemplariam um número pequeno de indivíduos. Também, o autor questiona se as pesquisas com as redes sociais substituiriam as demais formas de “mensuração” social através das estratificações sociais – como escolaridade, etnia, profissão, status, etc – ou se elas adicionariam informação às categorias já estipuladas. Assim, duas formas de vinculação dos indivíduos são notadas: uma atrelada à rede social (nível microssocial), à qual os indivíduos escolhem pertencer ou não, e outra associada à classe social (nível macrossocial), à qual os indivíduos não possuem muito poder de escolha de pertencerem ou não (CHAMBERS, 1995).

Segundo Milroy (apud CHAMBERS, 1995; 2004), as redes sociais possibilitam a decodificação de uma variedade de comportamentos individuais que não podem ser explicados, unicamente, pela vinculação dos indivíduos às estruturas de classe. Nesse sentido, a identificação das redes sociais ampliaria as possibilidades de determinar as causas da mudança lingüística, uma vez que as redes operariam como mecanismos normatizadores.

¹⁴⁸ Labov também utilizou metodologia semelhante nos seus estudos (1972b) sobre o dialeto de adolescentes negros residentes em Harlem, Nova York.

¹⁴⁹ “studies of people in their social network allow us to record them speaking with people they usually speak to – friends, family and work associates.”

¹⁵⁰ “the assignment of individuals to social categories would not be sufficient to address the causes and social mechanism of linguistic change.”

Vale salientar que as pesquisas com redes sociais tendem a se aproximar mais do indivíduo do que as baseadas nas classes sociais: segundo Guy (apud CHAMBERS, 1995, p. 68), as pesquisas com as redes sociais “são microsociológicas no seu foco, enquanto que os estudos baseados na classe são macroscópicos”¹⁵¹. Diferente da visão de Guy que localiza as redes sociais e as classes sociais em duas instâncias sociais diferentes, Milroy (2004) defende uma visão que integre ambas as perspectivas. Para a autora, tal integração é desejável, uma vez que “a associação de diferentes tipos de redes sociais com diferentes grupos de classes sociais não é arbitrária, mas provém da operação de grande escala de fatores econômicos, políticos e sociais”¹⁵² (MILROY, 2004, p. 576). Contudo, a integração dos dois níveis de análise – micro e macro – deve levar em conta, segundo Milroy, uma teoria sociolinguística de dois níveis (*two-level sociolinguistic theory*) que ligue “as redes de pequena escala, onde os indivíduos estão imersos e atuam com propósitos em suas vidas diárias, com as estruturas sociais de escala ampla que determinam relacionamentos de poder no nível institucional”¹⁵³ (ibid. p. 576).

Algumas pesquisas¹⁵⁴ (MILROY apud LABOV, 2001; MILROY, 2004) que levaram em conta as redes sociais mostraram que nas redes mais densas¹⁵⁵ os falantes tenderiam a manter seu dialeto em oposição aos falantes que teriam contato com outros grupos. Assim, as redes sociais densas seriam vistas como fatores conservadores fortes, que atuariam “como um freio na mudança linguística”¹⁵⁶ (MILROY, 2002, p. 333). Chambers (1995, p. 67) comenta a correlação existente entre o grau de envolvimento de um indivíduo com sua rede social e o uso do dialeto próprio da comunidade onde aquela rede se localiza: “há

¹⁵¹ “are microsociological in focus, while class studies are macroscopic.”

¹⁵² “the association of different networks types with different social class groups is nor arbitrary, but springs from the operation of large scale social, political and economic factors.”

¹⁵³ “the small-scale networks where individuals are embedded and act purposively in their daily lives with large-scales social structures which determine relationships of power at the institutional level.”

¹⁵⁴ Milroy (2004) descreve um estudo realizado com dados oriundos de Belfast: oito variáveis fonológicas foram analisadas nas falas de 46 indivíduos oriundos de três comunidades (consideradas densas) de trabalhadores urbanos de classe relativamente baixa. Tais variáveis foram vistas em relação às redes sociais destes indivíduos. Observou-se uma grande influência, no uso das variantes do vernáculo, do nível de integração daqueles indivíduos às redes da comunidade.

¹⁵⁵ A densidade refere-se ao número de relações entre os indivíduos de uma mesma rede, obtida através da divisão do total de relações existentes pelo total possível. (cf. CHAMBERS)

¹⁵⁶ “as a brake in the linguistic change.”

uma gradação de conformidade lingüística ao dialeto local proximamente correlacionado com a integração do indivíduo na rede”¹⁵⁷.

Sucintamente, a sistematização das relações sociais de interação feita nas pesquisas na Filadélfia ocorreu mediante (i) entrevistas individuais com pessoas da comunidade focando as suas interações locais; (ii) questionamentos individuais sobre o grau de interação¹⁵⁸ entre os participantes de uma dada rede social. Como resultado do papel das redes sociais nas pesquisas sobre mudança, Labov comenta que “os efeitos das redes sociais não são as maiores, mas eles adicionam informações essenciais para a descrição da mudança lingüística”¹⁵⁹ (LABOV, 2001, p. 341), especialmente sobre os líderes da mudança que seriam pessoas que ocupariam o centro de suas redes sociais, as quais seriam expandidas para outras localidades.

Milroy (2004) aponta três vantagens na utilização das redes sociais, como unidades de estudo, para as pesquisas variacionistas: (i) a possibilidade do estudo de pequenos grupos sociais, como grupos étnicos minoritários, migrantes, populações rurais etc. (ii) o uso de uma abordagem participante ao invés de analítica para as pesquisas, favorecendo a identificação das dinâmicas sociais que motivam a mudança lingüística; (iii) a utilização de um procedimento de estudo da variação pautada na relação entre indivíduos ao invés de centrada em grupos, os quais são vistos em relação a determinadas categorias sociais.

Finalmente, Milroy (2004) defende que análises baseadas em redes sociais são mais proficuas quando as comunidades estudadas possuem relações fortes e densas entre os falantes. Além disso, Chambers (apud MILROY, 2004) comenta que tanto as pesquisas em sociolingüística quanto as de dialetologia centram-se em falantes pertencentes a comunidades isoladas, não levando em conta o aspecto da mobilidade. Daí a pertinência da colocação: dada a alta mobilidade social e geográfica das sociedades modernas, as pesquisas centradas em redes sociais densas ou em comunidades de fala homogêneas podem se tornar deslocadas da realidade social e passíveis de críticas.

¹⁵⁷ “there is a gradation of linguistic conformity to local dialect correlated fairly closely with the individual’s integration into the network.”

¹⁵⁸ O nível de interação é identificado com perguntas do tipo: Quem são seus melhores amigos? Quem você convidaria para um café? E para uma festa? Em quem você confiaria? Com quem você passa maior parte do seu tempo? (LABOV, 2001; CHAMBERS, 1995).

¹⁵⁹ “the social networks effects are not the largest, but they add essential information to the description of linguistic change.”

3.3.3.2 Comunidades de prática

Meyerhoff (2004) define *comunidade de prática* em termos das experiências subjetivas dos falantes em relação às fronteiras existentes entre as suas comunidades e as de outros. Tal definição vincula-se aos locais de interação nos quais significados sociais são indexados a elementos lingüísticos (ECKERT, 1996; ECKERT e WENGER, 2005). Assim, o uso lingüístico associa-se à complexa rede de práticas sociais interligadas, que constituem a realidade social dos indivíduos.

Para que uma comunidade de prática exista, é necessário (MEYERHOFF, 2004; ECKERT e WENGER, 2005): (i) envolvimento mútuo – harmonioso ou conflituoso – dos membros de forma que compartilhem as práticas; ex.: um grupo de mulheres de diferentes backgrounds que se encontram às sextas-feiras à noite para bater papo; (ii) negociação de interesses e propósitos; (iii) troca de repertório entre os membros. Resumindo, a comunidade de prática refere-se a “um conjunto de indivíduos negociando e aprendendo práticas que contribuem para a satisfação de um objetivo comum”¹⁶⁰ (MEYERHOFF, 2004, p. 530). Para exemplificar, seriam comunidades de prática: treinamento de funcionários numa companhia de seguros e perpetuação de certas rotinas, a unidade familiar, comunidade de *hackers*, rotinas escolares, entrevistas médicas, comunidade de pescadores etc.

A pertinência da comunidade de prática como unidade de estudo da variação e mudança lingüística justifica-se pelo fato de que a comunidade caracteriza-se por, segundo Wenger (apud MEYERHOFF, 2004): propagação rápida de informação e de inovação; histórias compartilhadas; jargões; discurso compartilhado que reflita perspectivas de mundo, entre outros. Além disso, o uso desta abordagem não exclui outras, mas visa complementar abordagens que carecem de informações sociais provenientes das pesquisas com as comunidades de prática. A contribuição desta perspectiva para os estudos mais amplos é que ela focaliza tanto a mobilidade social do indivíduo, quanto a natureza negociativa das identidades sociais (ECKERT apud MEYERHOFF, 2004); e o uso das variantes num contexto mais amplo ocorre por meio do seu uso em comunidades de práticas, sendo que é nestas que as variantes assumem significado (ECKERT, 1996).

¹⁶⁰ “an aggregate of individuals negotiating and learning practices that contribute to the satisfaction of a common goal.”

Na abordagem da comunidade de prática importa capturar os estilos individuais presentes na fala, em diferentes comunidades às quais o indivíduo se vincula. A mudança de estilo lingüístico, conforme defende Eckert – segundo MEYERHOFF (2004) –, não decorre da atenção do falante a sua fala (como Labov postula) e, tampouco, decorre de uma atenção ao público/ interlocutor (GILES). Para a lingüista, o estilo lingüístico é constitutivo do trabalho dos falantes na construção de sua(s) identidade(s) social(ais), que é significativa tanto para eles como para os outros.

Contudo, apesar de contemplar o aspecto individual da mudança de estilo na fala, Eckert postula que há uma inter-relação entre a variação centrada em aspectos individuais/ locais e em grupos heterogêneos mais amplos, já que os significados vinculados a variantes locais relacionam-se a padrões sociais mais amplos. Citando Meyerhoff: “seu [de Eckert] trabalho sobre variação ilustra claramente como categorias de nível macro, como classe social, às vezes são contestadas e às vezes são mantidas através das ações dos indivíduos”¹⁶¹ (MEYERHOFF, 2004 p. 534). Em outras palavras, o vínculo entre o individual e a propagação da mudança no nível mais amplo ocorre na medida em que é no interior de comunidades de prática que o uso de certas variáveis assume significado local e, “se este significado local se vincula a padrões sociais mais amplos, então a conexão deve ser feita no curso desta mesma prática”¹⁶² (ECKERT, 1996, p. 57).

Sobre estudos da língua que tratam de aspectos locais e gerais, Eckert (1996) se reporta aos estudos de Labov em Martha’s Vineyard (1963) e em New York: no primeiro, o método de pesquisa – etnográfico – ocupou-se de significados sociais locais atribuídos às variáveis analisadas; no segundo caso, Labov focalizou a variação em grandes populações, controlando as variáveis gênero, idade, escolaridade, classe social e formalidade na fala. Estes dois estudos teriam sido pioneiros, como aponta a autora, na análise lingüística pautada em uma “relação sistemática entre variação e dinâmicas sociais em ambos, nos detalhes da prática local e em padrões amplos através das comunidades”¹⁶³ (ibid. p. 47).

¹⁶¹ “her [Eckert] work on variation neatly illustrates how macro-level categories like social class emerge, are sometimes contested and sometimes maintained, through the actions of individuals.”

¹⁶² “if this local meaning links to broader social patterns, then the connection must be made in the course of this same practice.”

¹⁶³ “systematic relation between variation and social dynamics in both the details of local practice and in broad patterns across communities.”

Meyerhoff (2004) aponta para o fato de que a análise da língua com base em uma perspectiva da comunidade de fala (abordagem macro e quantitativa) ou da comunidade de prática (abordagem micro e qualitativa) estaria, historicamente, vinculada à tensão existente entre estudos positivistas (abordagem quantitativa) e relativistas (abordagem qualitativa), desde o século XVII. Neste contexto, o desafio da sociolinguística seria o de “especificar a maneira pela qual o particular se torna ou se relaciona com o geral e universal”¹⁶⁴ (ibid. p. 543). Quanto à relação entre *comunidade de fala* e de prática, esta se define com base no pertencimento (consciente) dos indivíduos à comunidade e pela prática na qual estes indivíduos se engajam enquanto membros desta comunidade (ECKERT, 1996), diferentemente do que ocorre na definição laboviana do termo.

A relação entre comunidade de prática e *redes sociais* dá-se pelo fato de que os indivíduos, conscientemente, optam por participarem do primeiro e, muitas vezes, participam de certas redes por circunstância e não por escolha; ademais, variantes lingüísticas podem ser notadas fora das redes sociais, nas comunidades de prática. Também, como ressaltam Britain e Matsumoto (s/d), retomando Moore (2003), “redes sociais enfatizam ‘o que as pessoas são’, e as comunidades de prática ‘o que as pessoas fazem’”¹⁶⁵ (BRITAIN & MATSUMOTO, p. 10). Os indivíduos participam de diferentes comunidades de prática, conforme suas escolhas e independente de suas redes de relacionamentos.

Por fim, uma ressalva ao uso metodológico das comunidades de prática é feita por Meyerhoff (2005), no sentido de que é impossível que essa unidade de análise dê conta de todas as relações existentes entre a estrutura social e o comportamento social: O uso das comunidades de prática é restringido pelo objeto lingüístico e pela natureza do estudo. Com isso, uma metodologia pautada nessas unidades de análise, por elas focarem os significados produzidos localmente, não poderia tentar reproduzir de forma idêntica as condições que envolvem a pesquisa e/ou manipular e isolar apenas uma variável social (p. 597). Ademais, as identidades não são constituídas em apenas uma comunidade, mas com o pertencimento dos indivíduos a várias comunidades, e esses indivíduos – ao integrar as comunidades de prática – trazem suas histórias de vida, que irão influenciar no grau de pertencimento deles às comunidades. Assim, o estudo das

¹⁶⁴ “how to specify the manner in which the particular becomes or relates to the general or universal.”

¹⁶⁵ “SNs highlight ‘what people are’, CofPs ‘what people do.’”

comunidades de prática deve integrar, segundo Eckert (2000 apud MEYERHOFF, 2005) os indivíduos (e suas histórias), os grupos, a relação entre as comunidades, os significados sociais e as atividades.

3.4 QUATRO INSTÂNCIAS DE ATUAÇÃO DO INDIVÍDUO¹⁶⁶

Trata-se, nesta parte, de refletir sobre o lugar do indivíduo na teoria laboviana a partir de quatro aspectos associados à pesquisa acerca da mudança lingüística: (i) mudança em tempo aparente e em tempo real, o qual, por um lado, salienta a importância do indivíduo – estudo tipo painel – e, por outro, da comunidade de fala – estudo tipo tendência; (ii) o papel do indivíduo nos testes de avaliação; (iii) a importância das variáveis sociais e estilísticas e a relação delas com o indivíduo; e (iv) o paradoxo do observador e a entrevista.

3.4.1 Mudança em tempo real e aparente

O tempo é considerado uma variável extralingüística fundamental para os estudos da variação e mudança, face aos efeitos do tempo sobre a estrutura lingüística. A relevância deste tema para as discussões sobre indivíduo e sociedade se justifica nas palavras de Schilling-Estes (2004, p. 309): “os efeitos do tempo na estrutura lingüística são sentidos pelos indivíduos e em todos os níveis da organização social”¹⁶⁷.

Como é possível observar a mudança lingüística em progresso? O que permite afirmar a existência de mudança em progresso ou de estabilidade no sistema lingüístico em relação à variável etária? Qual o lugar do indivíduo e da comunidade de fala no processo de mudança lingüística? Tais questões, formuladas no âmbito dos estudos sociolingüísticos, podem ser discutidas à luz de evidências oferecidas pelas pesquisas em *tempo aparente* e em *tempo real*.

Estudos em tempo aparente captam o comportamento lingüístico de diferentes gerações numa comunidade, num dado período de tempo, possibilitando identificar correlações entre a variável social idade e a variável lingüística em estudo. Os resultados de tais correlações podem mostrar: (i) que se trata de um fenômeno de variação estável naquela comunidade; (ii) que se

¹⁶⁶ Esta seção retoma algumas discussões apresentadas em Severo (2004a).

¹⁶⁷ “the effects of time on linguistic structure are felt in individuals and at all levels of social organization.”

trata de um possível caso de mudança lingüística, (a) seja como indício de uma mudança real em progresso, (b) seja como indício de uma mudança concernente à idade que ocorre regularmente em cada geração. De qualquer forma, apesar de válidos, os estudos em tempo aparente apenas fornecem evidências favoráveis ou não à sustentação de hipóteses de variação estável ou de mudança em curso de determinado fenômeno lingüístico. Note-se que os dados obtidos em tempo aparente operam como substitutos do tempo real, porém “não podem ser assumidos acriticamente como representantes dos desenvolvimentos lingüísticos diacrônicos”¹⁶⁸ (BAILEY, 2004, p. 314).

Somente resultados de estudos em tempo real oferecem respostas mais confiáveis às questões anteriormente formuladas. Para discutir as evidências oferecidas pelos trabalhos em tempo real, faço uso das pesquisas de Labov (1994) sobre estudos dos tipos *painel* e *tendência*, assim caracterizados: (i) no estudo tipo painel, são comparadas amostras de fala de mesmos indivíduos, relativas a dois momentos diferentes (num espaço de cerca de vinte anos), com o fim de perceber a estabilidade e/ou mudança no *indivíduo*; (ii) no estudo tipo tendência, são comparadas amostras aleatórias da mesma comunidade de fala, mas com a mesma estratificação social, relativas a dois momentos diferentes, com o objetivo de avaliar o processo de mudança dentro da *comunidade*.

A combinação desses dois tipos de estudo, com enfoques no indivíduo e na comunidade, permite, segundo Labov (1994, p. 83-4), identificar quatro padrões de mudança: (i) estabilidade lingüística – sem variação –, quando o comportamento individual e da comunidade permanece estável; trata-se de uma situação homogênea, invariante, o padrão ideal; (ii) mudança no comportamento lingüístico do indivíduo ao longo de sua vida, sendo que a comunidade permanece estável – padrão chamado de gradação etária (*age-grading*); (iii) mudança geracional, a mais freqüente das mudanças lingüísticas, quando uma certa variável passa a ser valorizada por alguns indivíduos e, no decorrer do tempo, passa a exercer efeito sobre toda a comunidade; o comportamento do indivíduo fica estável e a comunidade muda (exemplos típicos são encontrados em variáveis fonológicas e morfológicas); (iv) mudança que ocorre quando todos os membros da comunidade adquirem uma nova forma ou alteram sua freqüência de uso simultaneamente; indivíduo e comunidade mudam seu comportamento lingüístico (exemplo típico são as variáveis lexicais).

¹⁶⁸ “cannot uncritically be assumed to represent diachronic linguistic developments.”

O estudo em tempo aparente possibilita identificar as situações (ii) e (iii) referentes às diferenças lingüísticas entre gerações; entretanto, não permite diferenciar ambos os padrões. Já o estudo do tipo painel, em tempo real, propicia o reconhecimento das condições nas quais os indivíduos são estáveis ou mudam, mas não permite distinguir os padrões já que não há informações sobre a comunidade: se os indivíduos são estáveis, isso poderia significar a situação (i) ou a (iii); se os indivíduos mudam, isso poderia corresponder à situação (ii) ou (iv). Importante salientar que os estudos painel favorecem as pesquisas da estabilidade e da mudança em vernáculos individuais, bem como insights acerca da difusão da mudança lingüística (BAILEY, 2004). Nesta mesma linha, vale citar Paiva e Duarte (2003, p. 18): “a análise controlada da ação do tempo sobre o sistema lingüístico e sobre o comportamento do indivíduo permite captar a forma como se dá a resolução da competição entre variantes lingüísticas no interior de uma comunidade de fala, ou seja, como se dá a mudança na língua”.

O estudo tendência, por sua vez, inclui dois estudos em tempo aparente e por isso “ele tanto detectará o comportamento instável dos indivíduos como distinguirá as comunidades estáveis das instáveis, diferenciando todos esses quatro padrões. Nesse sentido, o estudo tendência seria a melhor abordagem possível para reunir dados sobre mudança lingüística”¹⁶⁹ (LABOV, 1994, p. 84-85).

É preciso atentar para o fato de que há certas restrições na obtenção dessas amostras de fala em tempo real. Quanto ao tipo tendência, a população pode ser afetada por mudanças demográficas, o que provocaria uma confusão entre mudanças lingüísticas e mudanças demográficas. Esse problema não ocorre nos estudos painel; porém a localização do mesmo informante após certo tempo pode ser um obstáculo para o pesquisador e, devido a essa dificuldade “é provável que a amostra seja significativamente menor ou menos representativa na nova pesquisa”¹⁷⁰ (BAILEY, 2004, p. 329).

Face a essas colocações, a análise da mudança em progresso se fortalece quando ambas as abordagens, em tempo aparente e em tempo real, são contempladas. Além disso, a combinação das pesquisas dos tipos tendência e painel possibilita um olhar sobre o fenômeno da mudança num escopo mais

¹⁶⁹ “it will both detect unstable behavior of individuals and distinguish stable from unstable communities, differentiating all four of these patterns. In this sense, the trend study would be the best possible approach to gathering data on linguistic change.”

¹⁷⁰ “the sample is likely to be significantly smaller and less representative in the re-survey.”

geral – a comunidade – e mais específico – o indivíduo. Quanto a este último, importante notar que a metodologia de pesquisa engloba entrevistas individuais que resgatam tanto as histórias dessas pessoas como a história da comunidade, já que ambas podem estar correlacionadas. Isso significa que o pesquisador deve considerar que “progresso no decorrer da vida envolve mudanças no status da família, nas relações de gênero, no status do trabalho, nas redes sociais, no local de residência, na participação na comunidade, no envolvimento no mercado/negócios – tudo o que tem implicações nos padrões de variação”¹⁷¹ (ECKERT, 1997, p. 152).

Em suma, os estudos painel sugeridos por Labov propiciam uma aproximação maior do pesquisador com o indivíduo e a sua história. Não se trata, neste caso, de estratificar o indivíduo (quanto ao gênero, escolaridade, classe, etc), mas de realçar a sua história social.

Nesse ponto, pode-se dizer que esse olhar sobre o indivíduo está operando um desvio em relação à clássica noção sociolingüística evocada por Pagotto (2004, p. 102) de que “o falante é um exemplar que preenche traços do mundo social que se julgam relevantes para determinado processo de variação”. Tal desvio, por certo, é produzido no próprio gesto de escuta do pesquisador: o que ele escuta na fala desses indivíduos? Qual é a relação que ele estabelece entre indivíduo/sujeito, língua (mudança) e sociedade? Quem é o sujeito que ele escuta?

Para finalizar:

se transpusermos o limite entre a leitura do sujeito da variação e cada um dos indivíduos da sociedade, teremos indivíduos em eterna tensão de identidade com cada um destes sujeitos, que deixarão em sua fala, na forma de variantes, as rasuras dos sentidos que os constituem (PAGOTTO, 2004, p. 103).

3.4.2 O problema da avaliação

O problema da avaliação¹⁷² é visto como um dos cinco problemas¹⁷³ que envolvem os estudos de mudança lingüística, conforme postulados por

¹⁷¹ “progress through the life course involves changes in family status, gender relations, employment status, social networks, place of residence, community participation, engagement in the marketplace – all of which have implications for patterns of variation.”

¹⁷² Sobre uma das importâncias do teste de atitudes, Zilles e Faraco (2003) sugerem que a investigação das atitudes e valores acerca dos fenômenos lingüísticos são urgentes e necessárias para o entendimento da norma culta, de forma a evitar tanto a expansão do normativismo (mídia), como o combate interminável (sem diálogo, por sinal) entre os lingüísticos e os normativistas, a partir da crença desses de que aqueles seriam avessos a qualquer tipo de padrão e ao seu ensino.

¹⁷³ Os demais são: *restrição, transição, encaixamento e implementação* (WLH 1968, p. 101).

Weinreich, Labov e Herzog (1968). Segundo Labov (1982), tal problema refere-se a “como os membros de uma comunidade de fala avaliam uma mudança e qual é o efeito desta avaliação sobre a mudança”¹⁷⁴. Percebe-se, neste caso, a relevância do nível de consciência social em relação às formas em processo de variação/mudança, sejam elas de prestígio ou não. Ressalte-se que a avaliação subjetiva envolve tanto atitudes conscientes quanto inconscientes em relação à língua e a “membros de vários grupos étnicos”¹⁷⁵ (FASOLD, 1984, p. 148).

Apesar da pertinência da dimensão social subjetiva para os estudos da variação, Labov (1972a, p. 249) questiona os testes de atitude na medida em que as respostas que eles podem fornecer à questão das causas da mudança lingüística não condizem, necessariamente, com o uso que os falantes fazem das variáveis analisadas. Ademais, “a menos que tenhamos evidência verídica de que as pessoas sejam consistentemente recompensadas ou penalizadas por falarem de formas específicas, as atitudes que levantamos em tais testes devem ser consideradas como um mero reflexo do comportamento de fala, ao invés de forças efetivas na vida social” (LABOV, 2001, p. 196). Contudo, questiona-se esse modelo reducionista de Labov de recompensa-punição como explicação para a motivação do uso de certas construções lingüísticas em detrimento de outras; ademais, há uma variedade de fatores envolvidos na escolha de uma forma – e não de outra –, que não são passíveis de serem tomados como “evidências verídicas”. O fato é que se os sujeitos possuem certas atitudes em relação à língua, isso é suficiente para “provar” que há forças efetivas atuando na vida social/comportamento verbal. Se alguma desconfiança deve existir, é por parte do pesquisador em relação às próprias atitudes diante daquilo que lhe é dito pelos falantes (leigos) acerca da língua. Note-se que essa desconfiança em relação ao que o leigo diz é (uma das formas, senão a principal) que inviabiliza um diálogo dos lingüistas com os leigos.

Labov aponta que os testes podem ser mais seguros quando medem as atitudes em relação a mudanças “de cima”¹⁷⁶, o que caracteriza as variáveis com

¹⁷⁴ “how do members of a speech community evaluate a given change, and what is the effect of this evaluation on the change?”

¹⁷⁵ “members of various ethnic groups.”

¹⁷⁶ As mudanças de cima (*from above*) e de baixo (*from below*) referem-se aos níveis de consciência social e de posições sócio-econômicas. Para Labov (1994, p.78), “mudanças de cima são introduzidas pela classe social dominante, geralmente com consciência pública completa [...] Mudanças de baixo são mudanças sistemáticas que primeiro surgem no vernáculo, e representam a operação de fatores lingüísticos internos [...] elas estão completamente abaixo do nível de consciência social”.

traços de marcadores ou de estereótipos. Quando a mudança ocorre “de baixo”, as variáveis (indicadores) não apresentam nenhum nível de consciência social.

Note-se que o acesso às avaliações subjetivas sobre determinadas variáveis ocorre mediante a aplicação de testes, em situações artificiais de uso da língua. Considerando que é na dinâmica social e interacional que as palavras (as variáveis) assumem sentidos ideologicamente marcados (BAKHTIN/VOLOSHINOV [1929], 1988), em que medida é possível ter acesso às atitudes subjetivas dos falantes em relação a uma língua que é apresentada aos sujeitos como algo fora do contexto social de comunicação? Além disso, considerando a correlação sugerida por Eckert (1996) entre os significados sociais atribuídos às formas variantes e o processo de identidade dos sujeitos, pode-se questionar ainda: Como ter acesso às atitudes dos falantes sobre a língua sem saber quem são estes falantes ou a partir de que posição de sujeito falam?

3.4.3 As variáveis sociais e estilísticas¹⁷⁷

WLH defendem que as estruturas variáveis lingüísticas são determinadas por forças sociais: “fatores lingüísticos e sociais estão fortemente inter-relacionados no desenvolvimento de uma mudança lingüística” (1968, p. 188). A correlação (teórica) entre aspectos sociais e língua é evidente nos estudos sociolingüísticos; o desafio, neste caso, seria o de sistematizar tal correlação. Saliente-se que Labov atribui às variáveis uma natureza tanto externa quanto interna¹⁷⁸ em relação ao funcionamento da língua.

As variáveis sociolingüísticas externas classificam-se em sociais ou estilísticas, sendo que as estilísticas dizem respeito à atenção/monitoramento da fala¹⁷⁹. Para exemplificar a correlação que Labov propõe entre os condicionamentos externos (sociais e estilísticos) e os fatos lingüísticos, cito

¹⁷⁷ Sobre a inter-relação entre as variáveis sociais e estilísticas, Labov (2003, p. 237) comenta: “nós notamos que as mesmas características são utilizadas para registrar mudança de estilo e estratificação social – variedades funcionais e níveis culturais”.

¹⁷⁸ As variáveis internas dizem respeito às motivações lingüísticas para a mudança. Sobre isso, Weiner & Labov (1983) mostram, em seu estudo da passiva sem agente, que a variação entre o uso da construção passiva e da ativa em inglês não é sensível a fatores sociais, sendo condicionado apenas por fatores de natureza lingüística. Nesse caso, uma das exigências originariamente formuladas para se caracterizar uma variável lingüística – a de que a mesma fosse estratificada –, deixou de ser atendida. Como fica, então, a questão do condicionamento social, nesse caso?

¹⁷⁹ Segundo Labov (2003, p. 236), “em cada estilo há uma estratificação social: seja enquanto ouvindo uma fala informal ou lendo, está claro que o background social do falante se reflete no uso que ele faz das variáveis”.

alguns estudos de Labov (1972a e 2001) que mostram: (i) o uso de uma alta centralização dos ditongos [ay] e [aw] como forma dos nativos da ilha de Martha's Vineyard assegurarem seus valores e identidade, em resistência aos veranistas; (ii) a relação entre altas ou baixas posições no índice sócio-econômico e a frequência de uso do -ing por adultos brancos de Nova York; (iii) um maior uso da forma padrão de prestígio (uso total ou parcial do [r]) pelos empregados em lojas de padrão alto do que nas lojas de padrão baixo em Nova York; (iv) a influência da etnia italiana na pronúncia de [uw] e [ow] na Filadélfia. Esses exemplos evidenciam, resumidamente, a maneira pela qual a teoria sociolinguística correlaciona sociedade e linguagem.

Nos moldes labovianos, o indivíduo, ao falar, se identifica com alguns fatores sociais (“função de identificação”, cf. LABOV, 1978), como “ser brasileiro”, “ser de classe média” ou “ser mulher”: tais são os lugares ocupados pelos indivíduos nos quais/ a partir dos quais eles são vistos/ouvidos. Mas, em que extensão os indivíduos, ao falarem, podem ser identificados como “naturalmente” pertencentes a esse ou aquele grupo? Conforme mostra o exemplo das lojas de Nova York, o uso “consciente” do [r] em posição pós-vocálica pelos empregados da loja de padrão alto¹⁸⁰ não identifica necessariamente as características sociais “naturais” do falante, já que este pode estar fazendo uso consciente de variantes consideradas de prestígio e que estejam associadas a determinado grupo ao qual o indivíduo “na realidade” não pertença. Nesse caso, teríamos o que Labov (1978) chama de “função de acomodação”¹⁸¹ da linguagem, em que o falante se adapta à situação comunicativa.

É evidente que os indivíduos variam seu modo de falar¹⁸² – de acordo com o contexto de interação, o interlocutor, etc –, assumindo diferentes estilos. Dois diferentes usos da palavra estilo são apontados por Figueroa (1994) na teoria de Labov: (i) uma forma específica de falar e (ii) o grau de atenção consciente prestada à fala. A preferência de Labov recai sobre o segundo tipo dada a sua possibilidade de controle e sistematização e a pouca sistematicidade que o primeiro tipo oferece (ibid.). Ao sociolinguísta interessa o chamado estilo casual,

¹⁸⁰ Em lojas de padrão alto (voltadas para um público de classe média alta), os empregados fazem maior uso da forma padrão de prestígio (uso total ou parcial do [r]) do que nas lojas de padrão baixo (voltadas para a classe social baixa).

¹⁸¹ Para Labov (1978), em resposta a objeções de Lavandera, o objetivo da teoria sociolinguística é associar a variação em qualquer nível lingüístico às funções de *representação*, *identificação* e *acomodação*, sendo as duas últimas, voltadas respectivamente para os componentes social e estilístico, secundárias.

¹⁸² Labov (2003, p. 234) afirma que “um dos princípios fundamentais da investigação sociolinguística deve ser simplesmente posto como *não há falantes de estilo único*”.

que corresponde ao que Labov (1972a, p. 208) chama de *vernáculo*, entendido como “o estilo no qual mínima atenção é dada à monitoração da fala”¹⁸³, o que permitiria um maior acesso a dados lingüísticos “reais”.

Essa definição de estilo está, no entanto, sujeita a críticas. Figueroa chama atenção para o elemento essencialista da definição que vai a reboque da pretensão realista (PAGOTTO, 2004) da teoria sociolingüística, de ter acesso à realidade. A autora questiona a possibilidade desse estilo casual em função da normatividade da língua e da comunidade de fala, afirmando que “não é verdade que haja alguma situação na qual nenhuma atenção seja dada à língua”¹⁸⁴ (FIGUEROA, 1994, p. 92)¹⁸⁵. Pagotto (2004, p. 82), por sua vez, considera que o vernáculo seria uma construção do pesquisador, já que “não se chega até ele, de fato, ou porque talvez não exista realmente, ou porque, se existir, se encontra inacessível ao pesquisador”. Além disso, como é possível saber se determinada fala seria o vernáculo ou algum estilo monitorado?

As variações estilísticas, de acordo com o contexto, podem ser motivadas por três fatores: (i) as relações, especialmente de poder e solidariedade, entre os interlocutores; (ii) o contexto social mais amplo – escola, trabalho, vizinhança; e (iii) o tópico (LABOV 2003, p.234). Estando esses três aspectos envolvidos na escolha do falante para usar uma variante ou outra, não seria o estudo da variação estilística uma forma de estreitar os laços entre linguagem e sociedade? A busca de um vernáculo (“fala pura”) poderia apagar as motivações que levam um indivíduo a fazer uso de uma ou outra forma lingüística. Além disso, os estudos sobre a variação estilística elucidariam aspectos relativos ao processo identificatório dos sujeitos, já que o processo de variação poderia ser motivado pelo uso consciente de uma determinada variante, em determinado contexto, como forma de identificação social¹⁸⁶.

Resumindo, fica evidente, nesta seção, a relação entre variação social e comunidade de fala, e variação estilística e indivíduo. Todavia, algumas questões podem ser elencadas: em que medida a variável estilística pode provocar mudanças na (estrutura da) língua? Mesmo que ela atue em determinados

¹⁸³ “the style in which minimum attention is given to the monitoring of speech.”

¹⁸⁴ “it’s not true ... that there ever is a situation where no attention is directed to language.”

¹⁸⁵ Figueroa critica a noção de vernáculo de Labov quanto à mínima atenção prestada à fala: a autora não acredita haver algum estilo em que *nenhuma* atenção seja prestada. Todavia, esta colocação não impede a noção laboviana de vernáculo, no qual *mínima* atenção é prestada à língua.

¹⁸⁶ Para Eckert, conforme expõe Meyerhoff (2004, p. 534), “linguistic style is part and parcel of speaker’s work to construct a social identity (or identities), which is meaningful to themselves and to others”.

contextos, encobrendo temporariamente o vernáculo – como resultado de um uso consciente do falante – tal atuação não poderia promover a propagação das variantes que, tendo recebido valor social, vinculam-se ao processo identificatório de certos sujeitos, em determinadas comunidades de prática? Em relação às variáveis sociais, questiona-se a possibilidade da dinâmica da realidade social ser “representada” por categorias mensuráveis como gênero, escolaridade, classe social, etnia, etc: Seria o controle dessas variáveis sociais e a sua correlação com a variação lingüística a maneira de articular língua e sociedade? Sendo a sociedade constituída por relações complexas, a formalização/sistematização de determinadas variáveis sociais exclui outros aspectos próprios do funcionamento social, favorecendo certas articulações entre língua e sociedade em detrimento de outras. Trata-se de uma escolha política e ideológica do pesquisador.

3.4.4 O paradoxo do observador e a entrevista

Em vários de seus trabalhos Labov se ocupa explicitamente da questão do *paradoxo do observador*, como, por exemplo, em suas pesquisas sobre a variação em Martha’s Vineyard, em Nova York e com o Black English Vernacular¹⁸⁷ (BEV). O *paradoxo do observador* diz respeito ao modo de obtenção de informação para pesquisa, ou seja, ao acesso do pesquisador ao vernáculo do falante. O paradoxo consiste no fato de que a situação de entrevista para obtenção dos dados afetaria a fala do indivíduo, encobrendo aquilo que seria o seu vernáculo. Para resolver esse problema, Labov (1972a, p. 209) sugere o uso de “vários mecanismos que desviam a atenção da fala e que permitem que o vernáculo surja”¹⁸⁸, como por exemplo: solicitar que o sujeito fale sobre assuntos com os quais ele tenha algum tipo de envolvimento emocional, ou então utilizar situações de interação para obtenção da fala “natural” dos indivíduos, quando eles prestam pouca atenção a ela. Contudo, Labov (1972a, p. 256) enfatiza a importância de se obter os dados a partir de grupos de falantes e não de indivíduos, já que “o vernáculo é propriedade do grupo, e não do indivíduo”¹⁸⁹.

¹⁸⁷ O BEV diz respeito ao dialeto falado por maior parte dos jovens negros em grande parte dos EUA, especialmente nas regiões de Nova York, Boston, Filadélfia, Detroit, Washington, Cleveland, Chicago, São Francisco, Los Angeles, e de outros centros urbanos (LABOV, 1972b).

¹⁸⁸ “various devices which divert attention away from the speech, and allow the vernacular to emerge.”

¹⁸⁹ “the vernacular is the property of the group, not the individual.”

Nas pesquisas publicadas no *Language of Inner City* (1972b), Labov adotou duas modalidades para obtenção de dados, separadas em duas etapas: primeiramente foram feitas entrevistas individuais com adolescentes¹⁹⁰ falantes do BEV; posteriormente foram realizadas observações e gravações, durante um longo período de tempo, de sujeitos – da mesma comunidade de fala – em situação espontânea de interação¹⁹¹. Também foram levados em conta, nas pesquisas do dialeto BEV, conhecimentos acerca da estrutura social, da história, das atividades e dos sistemas de valores dos grupos estudados. Sobre os resultados obtidos ao longo da pesquisa, Labov (1972b, p. XXIII) registra: “das sessões em grupo nós obtemos nossas melhores gravações da gramática vernacular, bem como uma grande quantidade de informações sobre o uso da língua”¹⁹².

Considerando os dois níveis de pesquisa sociolinguística, micro e macro, o primeiro focalizando significados sociais locais atribuídos às variáveis e o segundo, padrões de variação em larga escala, a entrevista assume um papel relevante nas pesquisas micro/ locais. Labov, em suas pesquisas com a comunidade da Filadélfia (2001), interessou-se de maneira significativa pelas redes sociais e interações locais dentro de um dado grupo, com o objetivo de identificar possíveis líderes da mudança linguística; para tanto, foram feitas entrevistas em diferentes momentos. Uma de suas conclusões foi a de que “o uso de formas de falar locais na Filadélfia é o produto das trajetórias sociais dos falantes e nós podemos melhor explicar as performances dos líderes da mudança linguística através da história de seus contatos sociais em seus anos de formação”¹⁹³ (p. 410). Assim, na busca dos líderes da mudança, Labov parece romper com um modelo fragmentário de escuta (das entrevistas) – comum, talvez, nas macro pesquisas –, em prol de uma escuta que tente relacionar a identidade social (entendida num nível mais amplo, que não apenas pautada nos tipos sociais – gênero, escolaridade...) com o uso linguístico. Registre-se que esse

¹⁹⁰ Para Labov (1972b), é nos falantes entre 9 e 18 anos que o acesso ao vernáculo de uma comunidade de fala se mostra mais consistente.

¹⁹¹ Sobre a forma de obtenção dos dados, Labov afirma: “As we enter any city we look for preadolescent and adolescent peer groups engaged in sports or hanging-out; we encounter family groups at tea or after dinner; we join groups of old men at bowls, in pubs, or sitting at pensioner’s benches” (LABOV, 1972b, p. 256).

¹⁹² “from de group sessions we obtain our best records of the vernacular grammar, as well as a wealth of information on the use of language.”

¹⁹³ “the use of local Philadelphia speech forms is the product of speakers’ social trajectories, and we can best explain the leaders’ linguistic performances by the history of their social contacts in their formative years.”

tipo de escuta requer uma atitude dialógica por parte do pesquisador; ou seja, ele não é neutro e, tampouco, passivo diante do sujeito (falante) com que interage.

3.5 RETOMADA: O INDIVÍDUO/SUJEITO NA TEORIA LABOVIANA

Percebe-se que, nos fundamentos empíricos da mudança lingüística postulados por Weinreich, Labov e Herzog (1968), o indivíduo assume um lugar secundário em relação ao que é proposto como o *locus* de análise da linguagem, a *comunidade de fala*. Esta foi definida, por Labov, como indivíduos que compartilham atitudes em relação à língua e, em segundo plano, que compartilham semelhantes gramáticas. Considerando a questão do nível de consciência dos falantes, o primeiro aspecto da definição implica que os indivíduos possuem consciência da língua e que, por isso mesmo, compartilham atitudes em relação a ela; já o segundo aspecto envolveria um certo grau de inconsciência, sendo os indivíduos submetidos à estrutura lingüística.

Labov teria optado prioritariamente pela propriedade de compartilhamento das atitudes para definir comunidade de fala devido ao grau de homogeneidade que seria conferido ao *locus* da língua(gem), esta sim vista como um sistema heterogêneo. Assim, a língua, um sistema heterogêneo, seria estudada como a fala da comunidade e não do indivíduo. Nessa proposta, Labov, ao mesmo tempo em que rompe com a tradição saussureana de ver a língua (*langue*) como sistema homogêneo, faz as pazes com essa tradição ao estipular uma homogeneidade da comunidade de fala que lhe permita sistematizar o estudo da língua.

Tanto Labov quanto Saussure definem a língua como *fato social*, o que situa o estudo da língua num campo social, e não mentalista ou biológico. Segundo a abordagem durkheiminiana de fato social, este existe anterior e fora do indivíduo, sendo imposto a ele pelo fenômeno da coerção; todavia, o indivíduo teria consciência daquilo que lhe é imposto. Labov, ao admitir que os indivíduos possuem consciência da língua que falam, parece ser mais durkheiminiano do que Saussure, que não considera o aspecto da consciência, sendo o indivíduo, neste caso, totalmente submetido ao sistema lingüístico.

Entretanto, o fato de o indivíduo ser consciente do uso que faz da língua não apaga da teoria laboviana as marcas estruturalistas, como bem apontou Pagotto (2004). O falante na pesquisa sociolingüística costuma ser categorizado como um *tipo social*, fragmentado em fatores mensuráveis de gênero,

escolaridade, etnia, entre outros. Tais fatores são postos em correlação com os usos das variáveis lingüísticas captadas pelo pesquisador, formando um jogo de relações entre tipos sociais, língua e estilo menos monitorado (vernáculo).

Mas é necessário resgatar e dar relevo a uma outra via em Labov. O rastreamento do indivíduo em mais de três décadas de estudos labovianos (de 1968 a 2001) mostra que em diversas instâncias da pesquisa sociolingüística (e das pesquisas sócio- que dialogam com Labov) o *indivíduo* assume um lugar diferente daquele cuja fala seria a fala da comunidade (o vernáculo do grupo) e não a sua própria, ou daquele que é visto através das lentes estratificadoras das classes sociais.

Há, de fato, dois níveis de análise nas pesquisas de Labov: um macro, que visa as populações; e outro micro, que focaliza as relações entre os indivíduos nas comunidades. Conseqüentemente, o lugar conferido ao indivíduo nessas duas vertentes é diferente: na primeira ele é visto em relação à comunidade de fala – sua voz seria como a de seus companheiros –; na segunda ele é visto em relação a suas redes de relacionamentos, com ênfase nas diferenças individuais. Relacionar esses dois níveis de análise lingüística, como apontou Eckert, é um desafio para o pesquisador.

É justamente em função das particularidades dos indivíduos que a noção laboviana de comunidade de fala como uma unidade dotada de certa homogeneidade tem sido criticada por outros sociolingüistas. Milroy (1997; 2002), por exemplo, opta pelo estudo da língua em *redes sociais*, considerada como uma categoria real e concreta de análise. O foco, nesta vertente, seriam indivíduos reais em situações reais de interação, e não abstrações teóricas (BRITAIN & MATSUMOTO, s/d). Na mesma direção micro de análise, Eckert (1996) propõe o estudo da variação centrado nas *comunidades de prática*, nas quais os indivíduos, ao escolherem pertencer a esta ou àquela comunidade, compartilham repertórios de práticas, dentre os quais as lingüísticas. Nessas comunidades as variantes lingüísticas assumiriam significação social, havendo relação direta entre língua e identidade. Nesse contexto, os estilos individuais, como marcas de identidades sociais, ocupariam lugar central no estudo da variação lingüística. A questão posta, em relação a esses estudos micro e centrados nas interações individuais seria: “quão longe o indivíduo pode ir na decisão de seu destino lingüístico?” (BRITAIN & MATSUMOTO, s/d, p. 14).

O próprio Labov (2001), em pesquisas de caráter micro, opera com a noção de redes sociais, objetivando identificar os *líderes*¹⁹⁴ da mudança lingüística. Na tentativa de localizar as forças motivadoras da generalização de uso de certas formas lingüísticas, foram realizadas entrevistas, na Filadélfia, que buscavam identificar os indivíduos e suas redes de relações, além de suas histórias sociais de vida. Nesse sentido, percebe-se que as “categorias clássicas” vinculadas à identidade são repensadas à luz de suas significações sociais, como, por exemplo, as variáveis gênero e idade. (ECKERT, 1996; 1997; LABOV, 2001)

Também em Labov, a questão do indivíduo e do estilo ganha ênfase na noção de “comportamento expressivo” (1972b), que diz respeito à maneira pela qual o falante faz uso da linguagem dizendo “a mesma coisa” de formas diferentes. Tal noção possibilita pensar a questão da liberdade, que se associa, nesse caso, ao fato de o falante poder escolher entre uma forma ou outra, já que ele é capaz de identificá-las. É claro que a natureza dessa escolha não é ilimitada: ele é levado a optar por determinada forma de falar em virtude do estigma ou não associado àquela forma, do papel social do seu interlocutor, da situação real de interação e até mesmo como maneira de afirmar a sua identidade, entre outros motivos. É nesse âmbito que se encaixa a “função de acomodação” ao ouvinte (LABOV, 1978).

Por fim, a proeminência dada ao indivíduo nas pesquisas labovianas, como nos estudos tipo painel, na importância das variáveis estilísticas, nas entrevistas direcionadas à captação de redes sociais, etc. mostra que o indivíduo tem um papel a ser considerado no processo de mudança lingüística. Todavia, o olhar sobre o *indivíduo/ sujeito*, a relação entre *identidade e língua*, a relação entre *língua e sociedade* parece, nas pesquisas sociolingüísticas, dependerem, em grande parte, do interesse individual do pesquisador em estabelecer tais relações.

3.6 LABOV-POLÍTICO

Não há em Labov uma teoria sociológica evidente (como em Bakhtin) que sirva de pano de fundo para as reflexões sobre o funcionamento social da linguagem. Mas isso não impede que, em função da correlação entre forças

¹⁹⁴ Na busca das motivações sociais para a mudança de determinada forma, Labov (2001) busca identificar os possíveis *líderes* daquela mudança, na tentativa de localizar as forças/valores sociais que estariam motivando o uso de determinada forma, de maneira generalizada.

sociais e mudança lingüística, não seja possível extrair o caráter sociológico da abordagem laboviana.

Labov constrói sua teoria em torno das mudanças lingüísticas motivadas basicamente por forças sociais, voltando sua atenção, prioritariamente, para formas variantes dentro de uma mesma comunidade de fala e associando tais formas a grupos sociais identificados por certas características sociais (escolaridade, gênero, idade, profissão, etc.)¹⁹⁵. A disputa das formas socialmente condicionadas por um lugar cristalizado na estrutura da língua também espelha a luta dos próprios grupos sociais em marcar sua posição no funcionamento da sociedade.

Para exemplificar a dimensão política dos trabalhos de Labov, suas pesquisas publicadas em *Language of the Inner City* (1972b) foram grandemente motivadas por uma preocupação de cunho social e político: as crianças em escolas do gueto urbano (*urban ghetto area*) estavam apresentando problemas de aprendizagem, e aos psicólogos educacionais cabia o diagnóstico da dificuldade da criança; segundo estes profissionais, as crianças negras destas escolas não eram capazes de construir frases completas, nomear objetos comuns, formar conceitos, demonstrar pensamento lógico e apresentavam dificuldades de leitura. Para Labov, entretanto, o problema seria o pouco conhecimento de linguagem, especialmente da língua daquelas crianças (o BEV), que os psicólogos teriam. A questão então levantada pelo lingüista foi: em que extensão há relações entre as diferenças entre os dialetos e as “falhas” de leitura apresentadas pelas crianças? Como um dos resultados das pesquisas, Labov informa que “as maiores causas das falhas de leitura são conflitos políticos e culturais na sala de aula, e diferenças dialetais são importantes pois são os símbolos deste conflito”¹⁹⁶ (ibid. p. XIV).

Nesta mesma direção de interesse pela dimensão político-educacional, Labov (1972b) fez severas críticas à teoria do déficit lingüístico de Bernstein (anos 70) para quem os alunos oriundos da classe trabalhadora dominariam um código lingüístico restrito (significados literais, por exemplo), enquanto aqueles provenientes da classe média dominariam um código elaborado (pensamento

¹⁹⁵ Já para Bakhtin, a linguagem espelha a tensão entre forças unificadoras e descentralizadoras próprias do funcionamento social, sendo que na abordagem do lingüista sobre gêneros discursivos, o autor discute formas variadas e possíveis de comunicação verbal que existem nas mais diversas esferas sociais, sejam elas de prestígio ou não.

¹⁹⁶ “the major causes of reading failure are political and cultural conflicts in the classroom, and dialect differences are important because they are symbols of this conflict.”

abstrato e fala fluente, por exemplo), o que explicaria o sucesso educacional desses últimos. A teoria do déficit lingüístico se fundamenta na idéia de que as crianças e os adolescentes estariam vinculados a diferentes histórias de socialização lingüística. Com base em estudos sobre os dialetos falados pelos negros, Labov (1972b) defendeu que a forma não padrão estaria muito longe de ser inferior (em termos de complexidade) em relação à forma padrão. Tratava-se, apenas, de diferenças fonológicas e sintáticas, sendo que – por *questões políticas e ideológicas* – a língua padrão (da literatura, da economia, da ciência e da educação) era a língua dos brancos de classe média.

Além disso, as pesquisas de Labov (2001) sobre mudança lingüística na Filadélfia o levam a identificar como líderes de certas mudanças mulheres com determinadas histórias de vida. Nesse caso, abre-se uma brecha para se discutir a própria questão de gênero: o percurso histórico das mulheres de se afirmarem numa sociedade machista. Nota-se que o gênero, nas pesquisas labovianas, é geralmente visto como categoria biológica e não como uma construção sócio-histórica; em função disso, questiona-se em que medida é viável promover relações (em um nível abstrato – numérico) entre usos lingüísticos e o sexo biológico, sem levar em conta que o gênero é um aspecto associado à identidade, sendo o “comportamento verbal” intrinsecamente vinculado ao processo de formação das identidades¹⁹⁷.

De acordo com as teorias da pós-modernidade, não são apenas as mulheres que se fazem ouvir nos últimos anos; grupos minoritários de diversas naturezas se impõem e afirmam suas identidades, o que, por certo, se faz através da língua. Assim, conforme diferentes grupos passam a “ter voz” na sociedade, isso irá se “refletir” na própria linguagem, uma vez que, dado que as identidades mudam, o mesmo ocorre com a língua.

A abordagem laboviana, nesse sentido, possibilita condições de refletir sobre o próprio funcionamento social, desde que a identificação das variáveis condicionantes envolvidas na variação/mudança lingüística mostre o comprometimento do pesquisador com um interesse, também, de cunho sociológico e não apenas lingüístico. Em outras palavras, partir de um modelo fechado de variáveis sociais a serem controladas impede o pesquisador de observar a dinâmica da sociedade moderna, de ser capaz de localizar as diversas

¹⁹⁷ Para uma discussão acerca do papel do gênero nos estudos de variação/mudança, ver: SEVERO, 2006.

vozes atuantes na sociedade e de deixar que essas vozes falem na própria pesquisa. Assim, acredito que para a pesquisa lingüística possuir uma conotação sociológica e política há de se levar em conta: (i) um olhar atento ao funcionamento social que permita identificar as diversas forças sociais atuantes na organização da sociedade; (ii) um modelo metodológico que leve em conta, e discuta, as relações entre *identidade*, *língua* e *sociedade*, seja no nível micro ou no macro; (iii) uma discussão sobre o próprio funcionamento da sociedade a partir do que os dados da pesquisa mostram; (iv) um comprometimento do pesquisador com seu objeto de estudo, partindo do pressuposto de que “as nossas falas são atravessadas pelas conotações político-ideológicas” (RAJAGOPALAN, 2003, p. 127).

4 O INDIVÍDUO, A SOCIEDADE E A LINGUAGEM: UM OLHAR FILOSÓFICO

[..] aqueles que, uma vez em suas vidas, encontraram um novo tom, uma nova maneira de olhar, uma outra maneira de fazer, estes, acredito, jamais experimentarão a necessidade de se lamentarem de que o mundo é erro, a história, saturada de inexistências, e já é hora de os outros se calarem para que, finalmente, se possa ouvir a sineta de sua reprovação...
(FOUCAULT, 2005a, p. 306).

Neste capítulo adiciona-se um componente a mais na elaboração das bases epistemológicas (éticas e políticas) para uma abordagem social dialógica dos estudos da linguagem. Trata-se de um recorte de aspectos teóricos de obras de três filósofos: Hannah Arendt, Michel Foucault e Anthony Giddens, realçando as relações entre indivíduo, sociedade e linguagem. Na teoria de Arendt são considerados o nascimento da esfera social e a importância da esfera pública (política) para a manutenção da singularidade e pluralidade humanas; da perspectiva de Foucault são trazidas à tona suas reflexões sobre o nascimento do Estado moderno, a produção do sujeito moderno e as relações dos indivíduos consigo mesmos; por fim, a teoria da estruturação de Giddens oferece uma maneira de explicar os fenômenos sociais a partir da relação mútua entre indivíduo e sociedade (estrutura). Acredita-se que tais recortes possibilitarão repensar a relação entre indivíduo, sociedade e linguagem, presente nas teorias de Labov e de Bakhtin, a partir de reflexões críticas modernas.

4.1 HANNAH ARENDT

O pensamento de Hannah Arendt (1906-1975) baseia-se no seu tempo presente, tangenciando questões referentes à política, liberdade e ética. Ela, de origem judia, se exilou da Alemanha em 1934, onde se doutorou, tendo sido aluna de Heidegger e de Jaspers. Seus trabalhos incluem, entre outros: *The*

Origins of Totalitarianism (1951), *The Human Condition* (1958), *Between Past and Future* (1961), *Eichmann in Jerusalem* (1963), *On Revolution* (1968) e *The Life of the Mind* (1978).

Para fins desta tese exponho as idéias da filósofa sobre: as esferas política, social e privada; as três experiências humanas básicas (*animal laborans, homo faber, vita activa*); a importância da ação e do discurso; a vinculação desses com o exercício da liberdade; e a contraposição da ação ao pensamento.

4.1.1 O nascimento da esfera social

Hannah Arendt (2005) postula a existência de três esferas: a privada, a política e a social. As duas primeiras seriam próprias do funcionamento das antigas cidades-estados, sendo que as esferas de vida privada (família – esfera das necessidades e da economia doméstica) e pública (*polis* – esfera da liberdade) eram distintas e separadas. A liberdade era tida como própria da *polis*, e não da família, porque “ser livre significava ao mesmo tempo não estar sujeito às necessidades da vida nem ao comando de outro e também não comandar” (p. 41), o que não ocorria na família, cujo domínio cabia ao chefe da família. Portanto, liberdade, no contexto antigo, relacionava-se com igualdade presente numa esfera sem governo e governados. Arendt (1972) afirma que a *polis* foi a forma de governo que possibilitou aos homens um espaço de aparecimento para que pudessem agir por meio do discurso – “uma espécie de anfiteatro onde a liberdade podia aparecer” (p. 201).

A esfera social teria surgido recentemente com o nascimento da era moderna, cuja forma política vinculou-se ao estado nacional, com centralização das preocupações econômicas e materiais nos aspectos referentes à vida humana. O aparecimento desta esfera teria aproximado as esferas privada e política, já que a sociedade seria vista como uma forma de ascensão da família (lar e economia doméstica) à vida pública. E, diferente do mundo antigo, a “privatividade moderna” seria o oposto da esfera social e não da esfera política. A relação entre o social e o privado – no mundo moderno – poderia ser vista, de acordo com Arendt, no florescimento (entre os séculos XVIII e XIX) da poesia, da música e do romance e no apagamento das artes ditas públicas, como a arquitetura; essa relação também se evidenciaria com o declínio da família concomitante à ascensão da sociedade ou, em outras palavras, “com a absorção da família por grupos sociais correspondentes” (2005, p. 49). A autora afirma a

tendência de crescimento e expansão da esfera social, em detrimento das esferas política, privada e da intimidade, explicada pelo fato de o processo da vida (que diz respeito à sobrevivência como o *labor*) estar cada vez mais canalizado para a esfera pública¹⁹⁸.

Ainda no campo das esferas social e privada, Arendt defende que a sociedade apaga a possibilidade de *ação*¹⁹⁹ que favoreceria “a ação espontânea ou a reação inusitada” (2005, p. 50) e espera dos indivíduos *comportamentos* segundo determinadas regras com o objetivo de normalizá-los. Tal normalização é própria das sociedades de massas onde a esfera social se tornou apta a abranger e controlar os indivíduos pertencentes a uma certa comunidade. E os sinais desse controle generalizado seriam: a igualdade (apagamento das diferenças) que, diferentemente do mundo antigo²⁰⁰, teria como base a substituição da ação, como forma principal de relação humana, pelo comportamento; e a substituição do governo pessoal pelo governo de ninguém (a burocracia). Na concepção de Arendt (2005, p. 227) “a igualdade presente na esfera pública é, necessariamente, uma igualdade de desiguais que precisam ser “igualados” sob certos aspectos e por motivos específicos”. A ênfase no comportamento (e na massificação) em detrimento da ação se justifica pelo fato de a esfera pública, na modernidade, ter sido ocupada pela sociedade (resoluções das necessidades vitais que eram próprias do âmbito privado). No caso da esfera política, o que impera não é a normalização, mas a liberdade praticada através das ações e dos discursos.

4.1.2 O indivíduo e a *vita activa*

Na visão de Arendt, a *vita activa* dos homens é integrada por três atividades fundamentais: o labor (que visa suprir as necessidades biológicas dos homens); o trabalho (que visa criar coisas a partir da natureza e tornar o mundo um local onde objetos produzidos pelos homens são compartilhados); e a ação (“única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria” (2005, p. 15)). As duas primeiras vinculam-se à esfera

¹⁹⁸ O público, para a autora, diz respeito ao que pode ser visto e ouvido por todos, com ampla divulgação; ao mundo comum a todos e que reúne e mantém o vínculo entre os indivíduos.

¹⁹⁹ Citando Arendt (2005, p. 190): “agir, no sentido mais geral do termo, significa tomar a iniciativa, iniciar [...] imprimir movimento a alguma coisa [...] por serem recém-chegados e iniciadores em virtude do fato de terem nascido, os homens tomam iniciativa, são impelidos a agir”.

²⁰⁰ No mundo antigo a vida pública se caracterizava pela individualidade, já que era tido como o único local onde os homens poderiam mostrar quem de fato eram.

privada e a última à esfera pública. Nesta seção será dada maior atenção à ação por ser ela, segundo a autora, a única forma de expressão da singularidade humana.

Duas características definem a condição humana da pluralidade: a igualdade e a diferença. A primeira assegura a compreensão entre os indivíduos e destes com relação a seus ancestrais e a planos futuros; a segunda justifica a utilização do *discurso* e da *ação* para que os homens sejam entendidos e distinguidos uns dos outros.

Para Arendt (2005), é com palavras e atos que os homens se inserem no mundo e é a capacidade de ação do homem que faz com que o inesperado e o improvável possam ser realizados; já o discurso efetiva a singularidade e o fato de um indivíduo ser distinto dos demais. *Ação* e *discurso* relacionam-se estreitamente já que sem discurso a ação perderia tanto seu caráter de revelação como o sujeito que revela. Citando a autora (2005, p. 191):

Sem o discurso, a ação deixaria de ser ação, pois não haveria ator; e o ator, o agente do ato, só é possível se for, ao mesmo tempo, o autor das palavras. A ação que ele inicia é humanamente revelada através de palavras; e, embora o ato possa ser percebido em sua manifestação física bruta, sem acompanhamento verbal, só se torna relevante através da palavra falada na qual o autor se identifica, anuncia o que fez, faz e pretende fazer.

O discurso ocupa lugar primordial na ação; nas demais atividades humanas ele seria secundário, podendo ser substituído pela linguagem de sinais ou pelo silêncio. É na combinação do discurso com a ação que o sujeito revelaria sua identidade pessoal e singular e tal revelação operaria enquanto os indivíduos estivessem uns com os outros, na convivência humana. É na *teia das relações humanas* que as pessoas imprimem as conseqüências de seu discurso e de suas ações; é devido a essa teia que as histórias (singulares e interligadas) são produzidas. Tais histórias, resultantes das ações e dos discursos, não se caracterizam por terem autores, mas sim agentes e sujeitos:

a perplexidade é que em qualquer série de eventos que, no conjunto, compõem uma história com significado único, podemos quando muito isolar o agente que imprimiu o movimento ao processo; embora este agente seja muitas vezes o sujeito, o “herói” da história, nunca podemos apontá-lo inequivocamente como o autor do resultado final (ARENDR, 2005, p. 197).

Dessa forma, as histórias não têm autor, nem visível nem invisível (a mão invisível que tudo regula), pois elas não são criadas, sendo que “o único alguém que ela revela é o seu herói [...] só podemos saber quem um homem foi se conhecermos a história na qual ele é herói²⁰¹ – em outras palavras, sua biografia” (p. 199).

Os atos e os discursos não ocorrem isolados, mas inseridos em uma teia de atos e discursos de outros. E é devido a essa interligação que o sujeito é visto como sendo tanto agente como paciente; as ações de uns atuam sobre outros, provocando reações que são ao mesmo tempo resposta e novas ações. É na teia de atos que as ações assumem as características da irreversibilidade²⁰² – o que foi feito não pode ser refeito – e da imprevisibilidade – todo agir inaugura uma novidade –, fazendo com que ninguém tenha controle sobre o seu futuro. Além disso, as ações, por sempre estabelecer relações, tendem à violação das fronteiras e dos limites: segundo a autora, os limites presentes numa certa esfera humana jamais resistem completamente ao impacto de cada nova geração.

Ressalta-se, porém, que discurso e ação estavam interligados na noção grega de política. Na modernidade teria havido uma degradação de ambos: este período teria considerado como sendo “ociosos” a ação e o discurso, substituindo, inicialmente, em termos de importância, a *revelação do homem* pelo *homo faber*²⁰³ (fabricação e revelação de produtos como sendo mais relevantes do que o próprio homem) e, posteriormente, pelo *animal laborans*²⁰⁴ (pautado no metabolismo com a natureza e gerando produtividade), ambos julgando a vida pelo critério da utilidade²⁰⁵. Para Arendt (2005, p. 223), é elemento indispensável

²⁰¹ A noção de herói para Arendt se vincula ao “próprio ato do homem que abandona seu esconderijo para mostrar quem é, para revelar e exibir sua individualidade” (2005, p. 199).

²⁰² Conforme a autora, a solução para a irreversibilidade seria a faculdade humana de perdoar, que somente ocorre no espaço público, na relação de um com o outro. Citando Arendt (2005, p. 253): “perdão é a única reação que não *re-age* apenas, mas age de novo e inesperadamente, sem ser condicionada pelo ato que a provocou e de cujas conseqüências liberta tanto o que perdoador quanto o que é perdoado”.

²⁰³ O *homo faber* não vive em harmonia com a natureza, mas a destrói com o objetivo de fabricar produtos, artefatos, obras de arte, objetos que proporcionarão a estadia no homem no mundo. Tal atividade não ocorre na esfera pública, mas os objetos produzidos circulam entre todos, o que leva à produção de novos produtos.

²⁰⁴ O labor, considerado por Arendt como um modo anti-político de vida, refere-se à “atividade na qual o homem não convive com o mundo nem com os outros: está a sós com o seu corpo ante a pura necessidade de manter-se vivo” (2005, p. 224).

²⁰⁵ Arendt (2005) aponta para a denúncia feita por Marx de que a preocupação essencial com as mercadorias permutáveis e a ausência de relacionamento humano (na troca de produtos) seriam “a desumanização e auto-alienação da sociedade comercial que, de fato, exclui os homens *enquanto* homens e, numa surpreendente inversão da antiga relação entre público e privado, exige que eles se revelem somente no convívio familiar ou na intimidade dos amigos” (p. 222).

da dignidade humana “a suposição de que a identidade de uma pessoa transcende, em grandeza e importância, tudo o que ela possa fazer ou produzir.”

A autora (2005) afirma que a *ação* passou a ser uma experiência limitada no mundo moderno; mesmo os atos dos cientistas não possuem a qualidade da ação, uma vez que eles intervêm a partir do ponto de vista do universo, e não das relações humanas. Contudo, Arendt insiste que “seria adequado para o mundo em que vivemos definir o homem como um ser capaz de ação; pois essa capacidade parece ter-se tornado o centro de todas as demais faculdades” (1972, p. 95).

4.1.3 A liberdade

Sobre a *liberdade*, a teórica critica a sua identificação tradicional com a noção de soberania, já que a pluralidade – tida como condição básica humana – não poderia conviver com o ideal da auto-suficiência e do auto-domínio. Liberdade e ausência de soberania coexistem pelo motivo de que os homens são capazes de ação (iniciar algo novo), mas não de prever e controlar as suas conseqüências. Ademais, é na esfera pública (política) da relação de uns com os outros, no campo das ações e dos discursos, que a liberdade existe; e não na esfera do pensamento, da vontade ou do relacionamento consigo mesmo, uma vez que esta esfera é (a princípio) sem manifestação externa e, portanto, sem sentido político.

A liberdade associa-se à ação – faculdade de iniciar –, que não é regulada nem pela vontade e tampouco pelo intelecto; ela submete-se a princípios que são exteriores e gerais; tais princípios seriam a honra, o amor à igualdade, o medo, a desconfiança [...]. O homem, portanto, é livre enquanto age já que “*ser livre e agir são uma mesma coisa*” (ARENDR, 1972, p. 199).

A vida humana se enquadra numa rede de processos que são tanto naturais como históricos; tais processos tendem a se automatizar e é no interior desses processos que a ação humana ocorre. Quando um ato irrompe o automatismo e a petrificação política ele é considerado, conforme a autora, um “milagre”, que ocorre na dimensão política pelo “fato de que os processos históricos são criados e constantemente interrompidos pela iniciativa humana, pelo *initium* que é o homem enquanto ser que age” (ARENDR, 1972, p. 219). Ressalta ainda a autora que, vendo-se de fora, a tendência de o futuro ser igual ao presente é quase certa, como seriam os eventos naturais; contudo, a diferença

entre as improbabilidades naturais e os eventos da realidade histórica residiria no fato de que na esfera humana é possível conhecer os autores dos “milagres”: homens que através do exercício da liberdade e da realização de ação criam uma realidade sobre a qual eles possuem direito.

A perspectiva de liberdade de Arendt vai de encontro à noção liberal cuja crença se baseia em menos política e mais liberdade, sendo que o propósito do governo seria apenas a promoção da segurança, a qual garantiria o exercício da liberdade. Segundo Arendt (1972) coube ao liberalismo a remoção da idéia de liberdade do âmbito político ao priorizar a manutenção da vida, submetendo a ação às necessidades vitais; e é na esfera social e econômica que essa manutenção se dá, o que acaba gerando uma ampliação do social e um apagamento da esfera política.

4.1.4 O pensamento

A *vita activa*, que inclui a individualização do homem pela suas palavras e ações, ocorre no mundo público, que é o mundo das aparências. Os indivíduos afirmam suas identidades pela palavra e pela ação: ser e aparência se vinculam no espaço das relações interpessoais.

Diferente da fala e da ação, as faculdades do pensamento, da vontade e do julgamento realizam-se em um espaço de invisibilidade. Contudo, apesar dessa invisibilidade, a atividade de pensar cria um efeito sobre o mundo das aparências: “Quando todos estão deixando-se levar, impensadamente, pelo que os outros fazem e por aquilo em que crêem, aqueles que pensam são forçados a mostrar-se, pois a sua recusa em aderir torna-se patente, e torna-se, portanto, um tipo de ação” (ARENDR, 1995, p. 144).

Apesar de ocorrer em um espaço de invisibilidade e, conseqüentemente, por ser uma atividade solitária, o pensamento não existe sem a palavra, sem o discurso, o qual é uma atividade reconhecidamente pública, uma vez que a fala é destinada a ser ouvida. Essa característica dialógica da fala repercute na atividade mental dos indivíduos, sendo o pensamento visto como “o diálogo sem som de mim comigo mesmo” (ARENDR, 1995, p. 59). O pensar, que é pensar sobre algo, é um ato dialético e crítico no sentido de que assume a forma de um “diálogo silencioso” submetido a um processo de perguntas e respostas, fruto da

interação conosco mesmos; tal interação, segundo Sócrates e nas palavras de Arendt, não se desvincularia da interação com outros:

antes de conversar comigo mesmo, converso com os outros, examinando qualquer que seja o assunto da conversa; e então eu descobro que posso conduzir um diálogo não apenas com os outros, mas também comigo mesmo. No entanto, o ponto em comum é que o diálogo do pensamento só pode ser levado adiante entre amigos, e seu critério básico, sua lei suprema, diz: não se contradiga. (1995, p. 142)

Assim, sendo o diálogo uma característica tanto do funcionamento do pensamento como do mundo da aparência, segue-se que ambos possuem como condição de existência a diferença e a alteridade. No mundo público trata-se da pluralidade, do encontro com os outros; na esfera mental, trata-se de uma dualidade no estar sozinho, e essa “dualidade é talvez a indicação mais convincente de que os homens existem *essencialmente* no plural” (ARENDT, 1995, p. 139; grifo da autora).

A aproximação entre palavra e pensamento leva à afirmação de que “*seres pensantes têm o ímpeto de falar, seres falantes têm o ímpeto de pensar*” (ibid., p. 77; grifo da autora); tal ímpeto permite ao homem nomear as coisas, através das palavras, possibilitando aos indivíduos a apropriação e, portanto, a desalienação do mundo. O lugar fundamental conferido à linguagem nas reflexões de Arendt pode ser percebido no seguinte trecho:

[...] toda época assinalada pela problematização do seu passado tem que se confrontar com o fenômeno da linguagem, pois é na semântica da língua que o passado deita as suas indestrutíveis raízes. Todos os problemas, em última instância, são problemas lingüísticos, e por isso mesmo – desde que se tenha uma compreensão ampla e não positivista da linguagem – reveladores da essência do mundo de onde procede o falar (ARENDT apud LAFER, 1979, p. 90)

Além de dialógico, o pensamento se caracteriza pela busca do significado, a qual não ocorre no curso dos negócios humanos (na fabricação e no trabalho, por exemplo) – tal busca exige que os indivíduos parem (suas ações) para poder pensar. O pensamento possibilita que as pessoas problematizem normas, regras e opiniões ao refletirem sobre o sentido das coisas: na realidade prática, o confronto com as dificuldades faz com que as pessoas tenham que pensar, ou seja, tomar novas decisões.

O ato de pensar exige um distanciamento do mundo das ações e perturbações, “onde eu nunca estou só e estou sempre muito ocupado para poder pensar” (ARENDT, 1995, p. 145), tornando o ator um espectador; esse distanciamento é condição tanto do julgamento, que se ocupa das coisas

aparentes, como do pensamento, que lida com invisíveis e trata da compreensão do significado das coisas do mundo. Julgamento e pensamento se inter-relacionam, sendo que a faculdade de distinguir o certo do errado e o belo do feio (julgamento) é a manifestação, no mundo público, do pensamento. E o julgamento, sendo a mais política das capacidades humanas, “nos raros momentos em que as cartas estão postas sobre a mesa, pode sem dúvida prevenir catástrofes, ao menos para o eu” (ARENDDT, 1995, p. 144-45).

* * * * *

Resumindo, a revelação da individualidade do homem pela capacidade de começar algo novo ocorre na esfera pública, que é a esfera das relações inter-subjetivas atravessadas pela *ação* e pelo *discurso*. Essa esfera, que não é social e nem privada, é política e é nela que ocorre o exercício da liberdade, onde os homens assumem e afirmam as suas identidades nas relações uns com os outros. É a ação, como capacidade de iniciar novos processos, que garante a liberdade de criação dos indivíduos, na esfera pública; e o significado desses novos atos persiste na história através dos significados que passam de geração para geração.

O espaço público existe na medida em que é garantida a interação da pluralidade – o “diálogo no plural” (LAFER, 1979, p. 117) –, onde igualdade (que garante a relação entre todos os indivíduos) e singularidade (que identifica as diferenças entre os indivíduos) coexistem. É o espaço da interação entre os sujeitos, onde a palavra/ discurso ocupa lugar central como forma de, por exemplo, afirmação da identidade. Trata-se de um espaço aberto à multiplicidade, à heterogeneidade e às diferenças, regulado pelo diálogo e pelas ações. O espaço público pode ser entendido, de forma mais clara, como o

lugar onde as relações comunitárias se passam e se abrigam; um espaço onde as demandas e reivindicações se exteriorizam; acolhedor de diversas instituições — estatais e não estatais; espaço do agir publicamente, das reuniões; espaço por excelência do agir livre e coletivo (PAIVA, s/d: p. 10).

Em oposição e em inter-relação com a *vita activa*, estão as capacidades dos indivíduos de pensamento, vontade e julgamento. O pensamento, apesar de exigir um distanciamento das pessoas do mundo das aparências (o mundo público), cria um efeito sobre esse ao, por exemplo, estar vinculado à faculdade

do julgamento, a qual se exerce na vida pública pelos discernimentos entre o certo e o errado, o belo e o feio, entre outros. É pela habilidade dos indivíduos de problematizarem as regras e normas da vida cotidiana, através de um diálogo mental, que suas ações e discursos assumem certas colorações no mundo público, constituindo a singularidade desses indivíduos.

4.2 MICHEL FOUCAULT

Os trabalhos de Foucault (especialmente a partir dos anos 80) centram-se na questão do sujeito, em outras palavras, na história das maneiras pelas quais os indivíduos se constituíram em sujeitos; tais sujeitos incluem o sujeito objetivado pelo discurso científico, o sujeito-louco, o sujeito-delinquente, o sujeito constituído em torno de sua sexualidade e o sujeito ético. Trata-se, para o filósofo, de pensar o sujeito (e também a ética) no interior do político, que engloba, fundamentalmente, as relações de poder. (FOUCAULT, 1995)

A seguir discorro, brevemente, sobre o surgimento do Estado moderno – enfocando a relação governo-indivíduo-população –, sobre o indivíduo moderno à luz dos saberes e práticas objetivantes e subjetivantes; e, finalmente, sobre liberdade e resistência como próprias da dinâmica das relações de poder.

4.2.1 O Estado (de governo) moderno

Os trabalhos históricos de Foucault apontam que foi a partir do século XVI que o Estado moderno passou a se organizar em torno de uma arte de governo. Nesse século esta arte teria se confrontado com alguns problemas, postos pela confluência de duas séries de acontecimentos: por um lado, o surgimento de grandes Estados territoriais e administrativos (superando o feudalismo) e, por outro, os movimentos de Reforma e Contra-Reforma que colocavam em questão a forma de direção espiritual. Os problemas diziam respeito ao governo de si, ao governo das almas e das condutas e ao governo das crianças. A arte de governo se organizou em torno da noção de Razão do Estado, na qual “O Estado se governa segundo as regras racionais que lhe são próprias, que não se deduzem nem das leis naturais ou divinas, nem dos preceitos da sabedoria ou da prudência” (FOUCAULT, 1999, p. 286).

Contudo, alguns fatos bloquearam o desenvolvimento dessa arte de governo: ela só poderia se desenvolver em períodos de expansão e não em tempos de urgências militares, econômicas e políticas, que se intensificaram desde o século XVII; a primazia da noção de soberania dentro do pensamento político nos séculos XVI e XVII dificultava o estabelecimento de uma razão de Estado. O desbloqueio da arte de governo²⁰⁶ – e o concomitante desenvolvimento da ciência do governo – se deu, grandemente, pela expansão demográfica do século XVII e pelo aumento da produção agrícola; tais fatos possibilitaram a ligação entre a ciência de governo (com destaque no papel fundamental da estatística), o problema da população (com desvio do modelo familiar de gestão econômica para a população) e a centralização da economia (com ênfase na economia política como a forma principal de saber da arte de governo). Citando Foucault: “Este Estado de governo que tem essencialmente como alvo a população e utiliza a instrumentalização do saber econômico, corresponderia a uma sociedade controlada pelos dispositivos de segurança” (1999, p. 293).

A população possui um lugar central no desbloqueio da arte de governo, já que ela se tornou finalidade de governo, sujeito de necessidades, objeto nas mãos do governo e campo de intervenção; nas palavras de Foucault (1999, p. 289), “O interesse individual – como consciência de cada indivíduo constituinte da população – e o interesse geral – como interesse da população, quaisquer que sejam os interesses e as aspirações individuais daqueles que a compõem – constituem o alvo e o instrumento fundamental do governo da população.” Ressalta-se que o surgimento do interesse pela população foi acompanhada da disciplina, como forma de geri-la e organizá-la.

O autor (1995) afirma que, apesar de o Estado moderno (Estado de governo) ser visto como um poder político que ignora o indivíduo, na prática, ele é constituído duplamente por um poder tanto individualizante quanto

²⁰⁶ A arte de governo (a partir do séc. XVI), segundo Foucault (1979), possuía algumas características: (i) reconhecia outras formas de governo dentro da sociedade (governo de si, da família, etc), sendo que existiria uma continuidade ascendente e descendente entre essas formas e o poder do Estado: ascendente porque aquele que governa deveria primeiro saber governar a si, a sua família, a sua propriedade; descendente porque o Estado bem governado seria formado por indivíduos que saberiam governar a si e suas famílias etc, em outras palavras, “indivíduos que se comportam como devem” (p. 281) – e o que garantiria o poder descendente seria a polícia; (ii) introduzia a economia (gerenciamento de indivíduos e bens) à prática de gestão do Estado; (iii) tinha como foco de governo os homens e suas relações com as coisas (riquezas, recursos, os costumes, o território, a forma e a epidemia); (iv) atingia variadas finalidades não pela imposição da lei, mas pelo uso de táticas ou de leis como táticas; (v) o governante deveria governar com paciência, ao invés da violência; com sabedoria, com conhecimento dos fins e meios de atingi-los; e com diligência, a serviço dos governados.

totalizador. Esse caráter duplo do Estado se justifica por três aspectos: (i) a incorporação de uma tecnologia de poder própria das instituições cristãs: o poder pastoral; (ii) a existência da polícia; e (iii) as técnicas diplomático-militares. Focalizo, a seguir, os dois primeiros, por serem pertinentes à questão do indivíduo.

O *poder pastoral* como forma de poder própria do cristianismo se caracteriza pelos seguintes aspectos: visa assegurar a salvação individual em um outro mundo; ao mesmo tempo que comanda deve estar pronto para se sacrificar pelo seu rebanho; além de cuidar da comunidade, zela também por cada indivíduo no decorrer de sua vida; se exerce dirigindo a consciência mediante o conhecimento da alma do outro e de seus segredos. Segundo Foucault (1995, p. 237), “Esta forma de poder é orientada para a salvação (por oposição ao poder político). É oblativa (por oposição ao princípio da soberania); é individualizante (por oposição ao poder jurídico); é co-extensiva à vida e constitui o seu prolongamento; está ligada à produção da verdade – a verdade do próprio indivíduo”.

O autor considera que uma das características do desenvolvimento do Estado moderno foi não ter pairado acima dos indivíduos, mas ter se constituído como uma estrutura que integrou os indivíduos sob a condição de que uma nova forma de individualidade fosse atribuída a eles, submetendo-os a um conjunto de modelos com características próprias. Nesse sentido, pode-se, em certa medida, “considerar o Estado como a matriz moderna da individualização ou uma nova forma de poder pastoral” (1995, p. 237).

Nesse âmbito político, o poder pastoral assume algumas características próprias: trata-se a assegurar a vida (saúde, bem-estar, segurança, etc) da população nesse mundo ao invés de visar à salvação; o exercício deste poder não se restringe ao Estado, mas é exercido pela polícia, por empreendimentos privados, instituições (família, escola), etc; com a multiplicação de objetivos e de agentes do poder, o desenvolvimento do saber passou a ser focado em duas direções – uma, quantitativa, referente à população e outra, qualitativa, referente ao indivíduo.

A *polícia* refere-se a um conjunto de técnicas de governo que tomaram corpo a partir do século XVII e teve por finalidade principal integrar os indivíduos à função do Estado. Segundo o filósofo (2004), do século XVI ao XVIII, o termo ‘polícia’ designava técnicas que possibilitavam ao governo gerir o povo mantendo

em vista a utilidade do indivíduo; trata-se, em outras palavras, de uma tecnologia de governo cujo foco de interesse são “indivíduos em função de seu status jurídico, certamente, mas também como homens, seres que vivem, trabalham e comerciam” (ibid., p. 312).

A partir do século XVIII, o poder do Estado visava três funções, cujo exercício competia à polícia: a manutenção da ordem – vigilância dos indivíduos considerados perigosos; a organização do enriquecimento – regulamentação da circulação das mercadorias; e a provisão do bem-estar (necessidades físicas e felicidade dos indivíduos) e da saúde – cuidado da limpeza, do abastecimento de água. (FOUCAULT, 1979) Nessa época a polícia exercia funções abrangentes, ocupando-se com o cotidiano dos homens e das cidades e controlando-os.

O que torna a polícia tolerável para a população no mundo moderno tem a ver com a invenção da delinqüência: “Aceitamos entre nós esta gente de uniforme, armada enquanto nós não temos o direito de estar, que nos pede documentos, que vem rondar nossas portas. Como isso seria aceitável se não houvesse delinqüentes? Ou, se não houvesse, todos os dias, nos jornais, artigos onde se conta o quão numerosos e perigosos são os delinqüentes?” (FOUCAULT, 1999, p. 138).

Considerando a característica dupla do poder do Estado moderno, que visa tanto a individualização (gestão dos indivíduos através, por exemplo, do poder pastoral e da polícia) como a totalização (gestão das populações), parece que a “*submissão*” do indivíduo ao poder do Estado – e a *constituição* do sujeito por esse poder – seria inevitável. Para “escapar” dessa submissão e constituição, Foucault sugere que os indivíduos sejam capazes de identificar, questionar e rejeitar as racionalidades do Estado vinculadas ao poder individualizante ou totalizante:

Talvez, o objetivo hoje em dia não seja descobrir o que somos, mas recusar o que somos. Temos que imaginar e construir o que poderíamos ser para nos livrarmos deste “duplo constrangimento” político, que é a simultânea individualização e totalização própria às estruturas do poder moderno. (1995, p. 239)

4.2.2 O indivíduo moderno

Foucault postula que o indivíduo enquanto um todo em si e autônomo não existe; ele é tornado sujeito de acordo com as práticas e os discursos que circulam em cada época da história. Assim, o sujeito moderno e o sujeito da antigüidade não são os mesmos, por estarem imersos em práticas discursivas

diferentes e que visam aspectos diferentes. Se no mundo antigo o sujeito ocupava-se de si mesmo (se apropriando de princípios verdadeiros), era para que fosse sujeito de ações retas, diferentemente da modernidade, cujo sujeito é o sujeito do conhecimento e da vontade de verdade que não tem, necessariamente, comprometimento com seus atos. É em torno da questão da verdade e de técnicas específicas de poder que o sujeito moderno é produzido.

4.2.2.1 O indivíduo objetivado

Para Foucault, o indivíduo moderno e a noção de sociedade nasceram juntos e relacionam-se mutuamente. Ao mesmo tempo em que nasce a ciência social, nasce o indivíduo mudo, objetivado por aquele saber. E os sujeitos são constituídos como objeto (da ciência, do Estado) através de um procedimento político próprio do mundo moderno: a disciplina.

Foi a partir dos séculos XVII e XVIII que a disciplina foi incorporada como técnica política de gestão, controle e produção dos indivíduos, visando utilizá-los ao máximo possível. Algumas características da disciplina são que ela opera: pela individualização e classificação do espaço, de forma que os indivíduos sejam distribuídos espacialmente, como numa escola ou hospital; pela observação, fiscalização dos gestos, do corpo dos indivíduos para que um saber possa ser produzido; pela vigilância constante de forma que os comportamentos e ações dos vigiados sejam controlados, como numa prisão; e pelo registro de tudo o que se passa com o indivíduo.

Foucault, em *Vigiar e Punir* (1999a), elenca três instrumentos responsáveis pelo sucesso do poder disciplinar: a vigilância hierárquica, a sanção normalizadora e o exame. A vigilância hierárquica inclui uma arquitetura própria e técnicas que, ao mesmo tempo que possibilitam ver (sem ser visto), criam um efeito de poder-coerção sobre os observados; tal efeito visa a transformação dos indivíduos. Citando o autor: “O aparelho disciplinar perfeito capacitaria um único olhar tudo ver permanentemente. Um ponto central seria ao mesmo tempo fonte de luz que iluminasse todas as coisas, e lugar de convergência para tudo o que deve ser sabido” (p. 146).

A sanção normalizadora visa tornar penalizável pequenas ações cotidianas como atrasos, desatenção, desobediência, tagarelice etc., de forma “que cada indivíduo se encontre preso numa universalidade punível-punidora” (p. 149).

Objetiva-se, com os castigos disciplinares, reduzir os pequenos desvios, corrigindo-os; para tanto utiliza-se um sistema “bem-mal” para classificar os comportamentos e os indivíduos. Esse sistema possui um papel duplo: “marcar os desvios, hierarquizar as qualidades, as competências e as aptidões; mas também castigar e recompensar” (p. 151); com isso pretende-se normalizar os indivíduos ao diferenciá-los, hierarquizá-los e, por fim, homogeneizá-los.

O terceiro instrumento do poder disciplinador, o exame, combina as técnicas da vigilância hierárquica e da sanção normalizadora, manifestando “a sujeição dos que são percebidos como objetos e a objetivação dos que se sujeitam” (p. 154). Trata-se de tomar notas, classificar, operar a produção de um saber mediante o olhar sobre o indivíduo tido como objeto. Pode-se exemplificar com o processo de exame hospitalar (observação regular dos pacientes com as respectivas anotações) como aquilo que possibilitou o surgimento da ciência médica; ou com os exames (provas diárias) escolares que marcaram o início da ciência pedagógica. Assim, “o exame supõe um mecanismo que liga um certo tipo de formação de saber a uma certa forma de exercício de poder” (p. 156) e “seu resultado é um arquivo inteiro com detalhes e minúcias que se constitui no nível dos corpos e dos dias” (p. 157). Em tal arquivo os indivíduos são localizados com traços próprios – códigos de qualificação, de identificação – que visam a formalização desses indivíduos dentro de um campo de formação do saber. Com isso tem-se, por um lado, a objetivação do indivíduo através de sua descrição e análise; e, por outro lado, a comparação geral desses indivíduos, a classificação deles em grupos e sua distribuição em uma população. Trata-se, portanto, do surgimento das ciências do indivíduo.

Enfim, “O indivíduo é sem dúvida o átomo fictício de uma representação “ideológica” da sociedade; mas é também uma realidade fabricada por essa tecnologia específica de poder que se chama “disciplina” (FOUCAULT, 1999a, p. 161).

4.2.2.2 O indivíduo subjetivado

A subjetivação do sujeito moderno é analisada mais detalhadamente por Foucault em relação à sexualidade; é em torno de sua sexualidade (dos discursos da sexualidade) que o indivíduo é constituído em um certo sujeito. Foucault, em sua crítica à hipótese repressiva, afirma que muito longe de reprimir e censurar

os discursos sobre o sexo, o que o Ocidente fez, desde o século XVII, foi localizar esses discursos numa tática de poder e de produção de saber que incitava, multiplicava, intensificava e disseminava os discursos sobre o sexo.

A pastoral cristã desempenhou um papel fundamental ao fazer passar pela fala tudo o que se relacionava com o sexo, através da confissão. Contudo, os discursos sobre o sexo não se restringiram ao confessional: “por volta do século XVIII nasce uma incitação política, econômica, técnica, a falar do sexo [...] sob forma de análise, de contabilidade, de classificação e de especificação, através de pesquisas quantitativas ou causais” (FOUCAULT, 1999b, p. 26). Tratava-se, portanto, de produzir sobre o sexo um discurso da racionalidade e não apenas da moral. Assim, nos séculos XVIII e XIX, a economia política teria se ocupado do sexo em nome da administração da população – preocupação com as taxas de natalidade e a organização familiar; a psiquiatria interessou-se por buscar a etiologia das doenças mentais (as histerias) no sexo; a justiça penal voltou-se para punição de crimes “antinaturais”; e a pedagogia preocupou-se com o “sexo colegial”; entre outros saberes. Dessa maneira, “o projeto de uma ciência do sujeito começou a gravitar em torno da questão do sexo” (FOUCAULT, 1999b, p. 68).

O procedimento geral responsável por colocar o sexo nos discursos de verdade (da ciência) foi a *confissão*, que, a partir do século XVIII se expandiu da Igreja para outros domínios de saber, como a pedagogia e a medicina. Assim, a ciência, pelo procedimento da confissão, produzia um saber verdadeiro sobre os sujeitos através de seus discursos sobre o sexo. Nesse âmbito, para ser aceitável, a confissão assumiu certas características: ela foi combinada com o exame e com a decifração de sintomas; o sexo foi utilizado como causa de doenças variadas; a sexualidade, por ser inacessível ao próprio sujeito, precisaria de um ouvinte que decifrasse os enigmas obscuros; seria necessário um ouvinte que soubesse interpretar a verdade sobre o sexo a ser confessada; o sexo foi colocado no regime do normal/ patológico ao invés da culpa e do pecado.

Ressalta-se a importância do outro para a constituição do saber, uma vez que o sujeito não teria acesso às verdades escondidas ou não teria condições de interpretar as suas próprias verdades, que seriam reveladas pelo discurso sobre o sexo e sua sexualidade. Na fala de Rabinow e Dreyfus (1995, p. 197), “A significação da sexualidade, extraída numa clínica, só poderia ter basicamente uma importância maior por um Outro ativo e enérgico. O clínico que ouvia este

discurso tinha a obrigação de decifrá-lo. O Outro tornou-se um especialista do significado.” A prática interpretativa que se instaurou na técnica confessional e no exame utilizados pela ciência tornou-se base das chamadas ciências subjetivantes; assim, “a interpretação e o sujeito moderno implicam-se mutuamente” (ibid., p. 198).

E se o sexo teve tanta importância para o mundo moderno, não foi apenas por permitir um controle sobre o indivíduo e seu corpo através da vigilância, dos exames médicos e psicológicos, entre outros; mas também por possibilitar intervenções em todo o corpo social, através, por exemplo, de operações político-econômicas (promovendo ou inibindo a procriação) e de campanhas ideológicas de moralização (campanha anti-masturbatória, por exemplo). Segundo Foucault (1999b, p. 137): “De um pólo a outro dessa tecnologia do sexo, escalona-se toda uma série de táticas diversas que combinam, em proporções variadas, o objetivo da disciplina do corpo e o da regulação das populações.”

4.2.3 A questão da resistência e a liberdade

[...] a crítica do que somos é simultaneamente análise histórica dos limites que nos são colocados e prova de sua ultrapassagem possível.
(FOUCAULT, 2005a, p. 351)

Conforme já visto, o Estado moderno não se opõe ao indivíduo, como se seu foco de interesse e de gestão fosse apenas a população. Ao combinar a razão do Estado com o poder pastoral, o Estado engloba tanto a população como o indivíduo, ficando o controle de ambos a cabo da “polícia”. Com isso, a resistência ao poder do Estado parece impossível já que indivíduos e populações são constitutivos do aparelho estatal.

Foucault (1995) distingue três formas de lutas: lutas contra as formas de dominação (política); contra as formas de exploração (econômica); ou contra as formas de sujeição (éticas). As lutas vinculam-se à questão de “quem somos nós?” e o objetivo principal delas

é atacar, não tanto “tal ou tal” instituição de poder ou grupo de elite ou classe, mas, antes, uma técnica, uma forma de poder. Esta forma de poder aplica-se à vida cotidiana imediata que categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele. É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos (p. 235).

Apesar de as três formas de lutas poderem ser identificadas na história, geralmente uma prevalece; na atualidade Foucault sugere que a luta contra as formas de sujeição tem se tornado cada vez mais presente devido à característica própria do Estado, de gerir, ao mesmo tempo, a população e o indivíduo, este último através de um poder individualizante. Não se trata, portanto, de lutas contra o Estado, pois ele é a própria fonte da individualização. Citando Foucault, (1995, p. 239):

o problema político, ético, social e filosófico de nossos dias não consiste em tentar liberar o indivíduo do Estado nem das instituições do Estado, porém nos liberarmos tanto do Estado quanto do tipo de individualização que a ele se liga. Temos que promover novas formas de subjetividade através da recusa deste tipo de individualidade que nos foi imposto há vários séculos.

O que se opõe ao poder normalizador e gestor do Estado aproxima-se das *práticas de si*, estudadas por Foucault em relação ao modo de vida presente especialmente na antiguidade tardia. De forma geral, o princípio do cuidado de si dizia respeito a uma série de técnicas que, bem empregadas pelos indivíduos, visavam “dotar o sujeito de uma verdade que até então ele não conhecia e que não residia nele” (FOUCAULT, 2004a, p. 608), e que produziam certas transformações no sujeito. As relações entre a verdade e o sujeito invertem-se da antiguidade para a modernidade: no primeiro caso, o sujeito, que não é um sujeito capaz de verdade, é transformado por uma verdade capaz de transfigurá-lo; o segundo caso “começa no dia em que postulamos que o sujeito, tal como ele é, é capaz de verdade, mas que a verdade, tal como ela é, não é capaz de salvar o sujeito” (ibid., p. 24). Em outras palavras, ao invés de serem constituídos por técnicas de dominação ou discursivas (o saber), no mundo antigo os sujeitos escolhiam as técnicas que lhes constituiriam, caracterizando uma forma de domínio de si sobre si. Dessa maneira, “o que estrutura a oposição entre o sujeito antigo e o sujeito moderno é uma relação inversa entre cuidado de si e conhecimento de si” (GROS, 2004a, p. 634); no mundo antigo, o conhecimento tinha utilidade na medida em que se vinculava a um cuidado de si.

Na ética antiga as pessoas preocupavam-se com sua conduta moral e ética, sua relação consigo mesmas e com os outros em detrimento de problemas religiosos; a ética, naquele período, não se vinculava a sistemas sociais institucionais ou a questões legais, como as leis; a ética, por fim, vinculava-se a uma estética da existência e os indivíduos eram livres para aceitar ou não esse tipo de vida. Considerando essas características, Foucault (1995, p. 225) indaga

Se nosso problema hoje em dia não é, de certo modo, semelhante, já que a maior parte das pessoas não acredita mais que a ética esteja fundada na religião, nem deseja um sistema legal para intervir em nossa vida moral, pessoal e privada. Os recentes movimentos de liberação sofrem com o fato de não poderem encontrar nenhum princípio que sirva de base à elaboração de uma nova ética. Eles necessitam de uma ética, porém não conseguem encontrar outra senão aquela fundada no dito conhecimento científico do que é o eu, do que é o desejo, do que é o inconsciente. Eu estou surpreso com esta similaridade de problemas.

Na mesma linha de pensamento, sobre a criação de um modo de vida no que concerne a aspectos éticos, Foucault questiona o elo intrínseco entre a nossa ética e as grandes estruturas econômicas, políticas e sociais. As ferramentas para se construir um modo de vida poderiam ser resgatadas na própria história. Na fala do filósofo (ibid., p. 260-1):

Dentre as invenções da humanidade, há um tesouro de dispositivos, técnicas, idéias, procedimentos etc., que não pode ser exatamente reativado, mas que, pelo menos, constitui, ou ajuda a constituir, um certo ponto de vista que pode ser bastante útil como ferramenta para análise do que ocorre hoje em dia – e para muda-lo.

Exemplificando um tipo de ética possível de ser construída hoje, Foucault faz referência à arte, lamentando o fato de ela ter se tornando algo que se vincula apenas a objetos e não à vida. O autor questiona se a vida de todos não poderia se transformar numa obra de arte: “Por que deveria uma lâmpada ou uma casa ser um objeto de arte, e não a nossa vida?” (ibid., p. 261); e o que está por detrás da criação do eu é a idéia de que ele não é previamente dado, mas construído, sendo que o sujeito está envolto por jogos de verdade e relações e dispositivos de poder.

4.2.4 A crítica de si

No texto de Foucault intitulado “O que são as Luzes?” (1984), o autor define o que seria uma atitude filosófica (*êthos* filosófico) como crítica do nosso ser histórico. Não se trata de uma crítica universal, nem de uma teoria ou doutrina, mas sim de uma crítica que se exerce como “pesquisa histórica através dos acontecimentos que nos levaram a nos constituir e a nos reconhecer como sujeitos do que fazemos, pensamos, dizemos” (2005a, p. 347), sendo que o estudo de nós mesmos como seres históricos deve considerar a nossa constituição, em certa medida, pelas Luzes. E essa crítica, que é arqueológica –

porque vincula os discursos do que pensamos, dizemos e fazemos aos acontecimentos históricos – e genealógica – porque mostra, por aquilo que somos, a possibilidade de não mais fazer, pensar ou dizer o que somos e “procura fazer avançar para tão longe e tão amplamente quanto possível o trabalho infinito da liberdade” (p. 348).

O filósofo propõe que o estudo crítico de nós mesmos abra, por uma lado, um campo de pesquisas históricas e, por outro, crie condições e possibilidade de mudanças no momento atual: “análise histórica e atitude prática” (p.348). Os estudos históricos de nós mesmos deve, segundo Foucault, responder às questões de “como nos constituímos como sujeitos de nosso saber; como nos constituímos como sujeitos que exercem ou sofrem as relações de poder; como nos constituímos como sujeitos morais de nossas ações” (p. 350). O indivíduo é capaz de mudar a si mesmo ao transformar suas relações consigo, com os outros e com a verdade.

4.3 HANNAH ARENDT E FOUCAULT

Pretende-se nesta seção contrapor, sucintamente, as reflexões de Arendt e de Foucault que giram em torno da liberdade, do pensamento crítico e da noção de política.

Um ponto de aproximação entre ambos os filósofos é o interesse pela antiguidade especialmente em torno do tema da liberdade. Enquanto para Arendt a *polis*²⁰⁷ antiga podia ser vista como o espaço próprio da política – espaço público e plural –, onde os indivíduos, através de suas ações e seus discursos, respondiam, replicavam, assumiam seus pontos de vista, afirmavam suas identidades e enfrentavam o que era dito ou feito; para Foucault, interessa o modo de vida dos antigos em torno do que seria uma estética da existência: a possibilidade de escolha das verdades que caracterizariam a relação dos sujeitos consigo mesmos. Em ambos os casos, seja no espaço público da política ou no espaço da relação consigo mesmo, a liberdade é um traço marcante e, de certa forma, constitutiva do mundo antigo.

Outros aspectos convergentes nas idéias de Arendt e Foucault podem ser pinçados na contraposição do mundo antigo ao moderno: (i) com o surgimento da

²⁰⁷ Para Arendt (2005, p. 211), a *polis* “é a organização da comunidade que resulta do agir e falar em conjunto, e o seu verdadeiro espaço situa-se entre as pessoas que vivem juntas com tal propósito, não importa onde estejam”.

esfera social (a emergência da esfera privada ao domínio público) na modernidade, a esfera pública foi se tornando cada vez mais social e menos política; isso significa que o espaço plural de diálogo e de ações, espaço livre de reconhecimento e de interlocução entre as diferenças, se tornou (em função da incessante busca humana de preenchimento de suas necessidades básicas através do trabalho – substituição da ação pelo fazer) espaço de normalização dos comportamentos e apagamento das singularidades; (ii) os estados modernos se caracterizam tanto por um poder totalizador, que visa gerir as populações, quanto por um poder individualizante (o poder pastoral), que visa administrar os indivíduos; nesse caso, os sujeitos seriam constituídos por formas de subjetivação inerentes ao funcionamento e ao discurso estatal – a relação dos sujeitos consigo mesmos seria atravessada por um ética constitutiva dos estados modernos (seja pela lei, pela ciência ou pela religião). Os indivíduos seriam livres na medida em que, através do reconhecimento das diferentes formas de subjetivação existentes historicamente, fossem capazes de escolher como se relacionar consigo mesmos; como criar a sua própria vida. A ideia de liberdade presente no pensamento dos dois filósofos se vincula, de certa forma, à capacidade dos indivíduos de promover mudança, seja pela realização de ações criadoras e inovadoras, dentro do espaço político (Arendt); seja pela possibilidade de os sujeitos construírem suas vidas como uma “obra de arte”, identificando, avaliando, selecionando, escolhendo ou rejeitando os diversos modos de subjetivação. Tais mudanças são se restringem ao indivíduo, mas conforme Arendt, uma vez que as ações sejam desempenhadas, elas são irreversíveis e afetam outras ações/ sujeitos.

Destaque-se, porém, que o retorno ao mundo antigo não pode ser visto como uma solução para os problemas atuais (da liberdade, da política ou da ética). Nas palavras de Foucault (1995, p. 256):

não se pode encontrar a solução de um problema na solução de um outro problema levantado num outro momento por outras pessoas [...] Minha opinião é que nem tudo é ruim, mas tudo é perigoso, o que não significa exatamente o mesmo que ruim. Se tudo é perigoso então temos sempre algo a fazer. Portanto, minha posição não conduz à apatia, mas ao hiperativismo pessimista.

Também é possível perceber uma aproximação entre os autores nas ideias de *crítica histórica de nós mesmos* (Foucault) e de *pensamento* (Arendt), no âmbito da relação dos indivíduos consigo mesmos e com os outros. Nos dois casos trata-

se de, a partir de uma relação do indivíduo consigo mesmo, analisar, avaliar a questionar as normas, as regras e as formas de individualização constituídas historicamente, levando à produção de mudanças no mundo das aparências. O pensamento, como diálogo (crítico) consigo mesmo, exige um distanciamento da esfera pública e repercute na capacidade humana de julgamento. Tal capacidade se reflete nas tomadas de posição, nas escolhas, nos pontos de vista que os indivíduos demonstram na esfera pública.

Para os dois autores, o pensamento – reflexão/diálogo crítico consigo mesmo – se aproxima da experiência da liberdade, seja pela escolha (crítica) de um modo de ser, seja por conduzir o indivíduo ao agir e falar no espaço político.

Entretanto, uma divergência crucial emerge do diálogo entre os dois filósofos: enquanto para Arendt o mundo moderno – pela emergência da esfera social, pela centralização da vida (valorização da organização pública do processo vital em detrimento da capacidade de ação e discurso públicos) e pela normalização dos indivíduos – apaga a esfera política da ação e do discurso; para Foucault, a sociedade moderna, que também é normalizadora, não apaga a atuação política, pois são próprios das sociedades modernas os confrontos, as lutas, as resistências, ou seja, as relações de poder, que são, também, relações políticas. Para Foucault, o poder normalizador se constitui por tecnologias de poder que, além de reprimir os sujeitos, produzem seus comportamentos. E para que o poder possa se exercer sobre os sujeitos é necessário que eles sejam livres, isto é, que tenham diante de si um leque de possibilidades de condutas, comportamentos e reações: “Não há [...] um confronto entre poder e liberdade, numa relação de exclusão [...]; mas um jogo muito mais complexo: neste jogo, a liberdade aparecerá como condição de existência do poder” (1995, p. 244).

4.4 ANTHONY GIDDENS E A TEORIA DA ESTRUTURAÇÃO

A teoria da estruturação de Giddens oferece uma ferramenta de análise das práticas sociais à luz de uma relação estabelecida entre indivíduos – agentes sociais que assumem identidades nos diferentes contextos sociais – e a sociedade, entendida como estrutura (regras e recursos). A sociedade não é anterior aos indivíduos, mas estes, ao reproduzirem práticas sociais ao longo do tempo e em diferentes espaços, conservam e produzem uma certa estrutura social; ressalta-se, porém, que os indivíduos não são inconscientes de seus atos –

eles os compreendem e são capazes de expressá-los e justificá-los discursivamente. Citando o teórico:

Situo a teoria da estruturação dentro de um movimento de transição geral de todas as tradições de filosofia e teoria social em direção ao abandono da primazia ou do sujeito ou do objeto, o que envolve certos movimentos de mudança na física também. Trata-se de dar relevo à recursividade, às condições de reprodução da vida social que emergem dela mesma, sem qualquer centro real. Portanto, trabalho realmente com uma dialética entre o sujeito e o objeto[...]. (1992, p. 2)

A seguir apresento as noções gerais da teoria proposta por Giddens organizadas em dois blocos: (i) sobre o indivíduo, a rotina e as propriedades estruturadoras dos sistemas sociais, e (ii) sobre a sociedade, a mudança social e a pesquisa social.

4.4.1 Sobre o indivíduo (agente), a rotina e as propriedades estruturadoras dos sistemas sociais

A *teoria da estruturação* de Giddens se distancia do dualismo existente entre as sociologias interpretativas, que dão ênfase ao sujeito, e as sociologias estruturalistas e funcionalistas, que priorizam o objeto social. O interesse de estudo do sociólogo não é o ator individual e tampouco qualquer totalidade social, “mas as práticas sociais ordenadas no espaço e no tempo” (1989, p. 2), nas quais indivíduo e sociedade são entendidos “como a dualidade agência e estrutura” (ibid., p. 133). As atividades humanas, que ocorrem inscritas em um espaço-tempo, não são autênticas, mas *recursivas*, o que significa que os sujeitos (atores sociais) as recriam constantemente, sendo que a recursividade possui um ingrediente puramente humano, que é a *reflexividade* – para que as práticas continuem é necessário a reflexividade e, para que esta ocorra, a continuidade deve acontecer. A reflexividade, segundo o autor, deve ser entendida como uma forma de “monitoramento contínuo da ação” que os sujeitos possuem. E por detrás desta perspectiva está a idéia de que os indivíduos são agentes intencionais, que possuem motivos para suas ações e que são capazes, uma vez solicitados, de falar sobre esses motivos.

Os atos são um processo contínuo, “constituídos apenas por um momento discursivo de atenção à *durée* da experiência vivida” (p. 3) e esta atenção também recai sobre o contexto de interação onde a ação é desenvolvida. É impossível prever a conseqüência dos atos, que podem se tornar condições para que outros

atos ocorram. E a intervenção no mundo se dá quando se é capaz de atuar de outra maneira: “A ação depende da capacidade do indivíduo de “criar uma diferença” em relação ao estado de coisas ou curso de eventos preexistente” (p. 11), sendo que a coerção social não dissolve a possibilidade da ação. O teórico vincula o poder à noção de ação, sendo aquele entendido como capacidade transformadora, que é anterior à subjetividade.

Giddens postula um *modelo de estratificação do agente* composto por monitoramento reflexivo, racionalização e motivação da ação. O primeiro implica que os sujeitos monitoram (controlam e regulam) as suas atividades bem como o contexto social e físico onde elas se realizam, e também esperam dos outros o mesmo monitoramento. A racionalização diz respeito ao entendimento que os sujeitos possuem das atividades que desempenham, sendo que “o que os agentes competentes esperam dos outros [...] é que os atores sejam habitualmente capazes de explicar a maior parte do que fazem, se indagados” (1989, p. 4-5). Os motivos da ação vinculam-se às necessidades que impulsionam os indivíduos à ação. Enquanto os dois primeiros se associam à continuidade da ação, o último se refere ao potencial para a ação.

Ainda no âmbito do indivíduo, Giddens sugere como componente essencial da vida cotidiana e contemporânea a capacidade de escolha, especialmente em um mundo que oferece uma gama de possibilidades de opções. Isso resulta, entre outros aspectos, no que o autor (2002, p. 79) chama de *estilo de vida*, ou seja, “um conjunto mais ou menos integrado de práticas que um indivíduo abraça, não só porque essas práticas preenchem necessidades utilitárias, mas porque dão forma material a uma narrativa particular da auto-identidade”. Tais práticas geralmente são rotinizadas, existem sob a atuação de determinadas regras e recursos e supõem escolhas que modelam as ações e a personalidade; exemplificando, o estilo de vida envolve opções sobre hábitos de comer, vestir, lugares freqüentados, formas de comportamento no trabalho, pessoas com que se relacionar, hábitos de leitura, objetos de consumo, preferências de lazer etc. As pessoas tendem a escolher certo estilo de acordo com as oportunidades e motivadas pela identificação a algum grupo, pela visibilidade de certos padrões, pela influência da mídia e/ou por aspectos socioeconômicos. O estilo de vida não apenas reflete as diferenças sociais, culturais e econômicas entre os indivíduos e os grupos, mas ele também é responsável pela estratificação e a pluralidade existentes na sociedade. (GIDDENS, 2002).

Um ingrediente importante da vida social é a *rotina*, que caracteriza não apenas a vida cotidiana como também as formas mais elaboradas de organização social. A rotina, fundada nos hábitos, não significa que os agentes não precisem pensar sobre suas atividades e comportamentos; mas, sim, que “o caráter rotinizado da maior parte da atividade social é algo que tem que ser continuamente “trabalhado” por aqueles que a alimentam em sua conduta no dia-a-dia” (p. 69). É no decorrer de atividades diárias que os indivíduos, inseridos em práticas sociais – tidas como “aquilo que as pessoas fazem, i.e., as atividades nas quais elas se engajam ao conduzir a vida social” (MEURER, 2004, p. 88)²⁰⁸ –, se relacionam em contextos situados de interação²⁰⁹. E nesses contextos, que são contextos de co-presença, a fala assume papel primordial como veículo discursivo da finalidade comunicativa, sendo que as normas que gerenciam a fala se referem tanto aos aspectos sintáticos e semânticos daquilo que é dito como às situações rotinizadas envolvidas na interlocução.

As *propriedades estruturadoras dos sistemas sociais*, presentes na produção e reprodução da ação humana (e, conseqüentemente, social) incluem os *recursos* e as *regras*. Os primeiros, que viabilizam a implementação das regras, dividem-se em alocativos e autoritários, ambos vinculados às práticas sociais; os alocativos referem-se a recursos materiais presentes na produção de poder e existem em função do domínio do homem sobre a natureza. Os autoritários são os recursos não-materiais atuantes na produção de poder e existem em função do exercício de uns indivíduos sobre outros. Segundo o autor, a armazenagem desses últimos recursos leva à produção e expansão do poder ao envolver “a retenção e o controle de informação ou conhecimento, de acordo com os quais as relações sociais são perpetuadas ao longo do tempo-espaço” (GIDDENS, 1989, p. 212); isso ocorre através de manuscritos, livros, filmes, cartas, mídia etc.

As *regras*, apesar de atuar sobre a rotina, não se identificam com ela; elas podem ser rígidas ou flexíveis e referem-se a “técnicas ou procedimentos generalizáveis aplicados no desempenho/reprodução de práticas sociais” (1989,

²⁰⁸ “what people actually do, i.e. the activities they engage in as they conduct social life”. As práticas sociais envolvem o uso de regras e recursos por indivíduos localizados em determinadas *posições sociais*, as quais são constituídas de *prescrições sociais* (obrigações, prerrogativas, direitos e deveres). (MEURER, 2004).

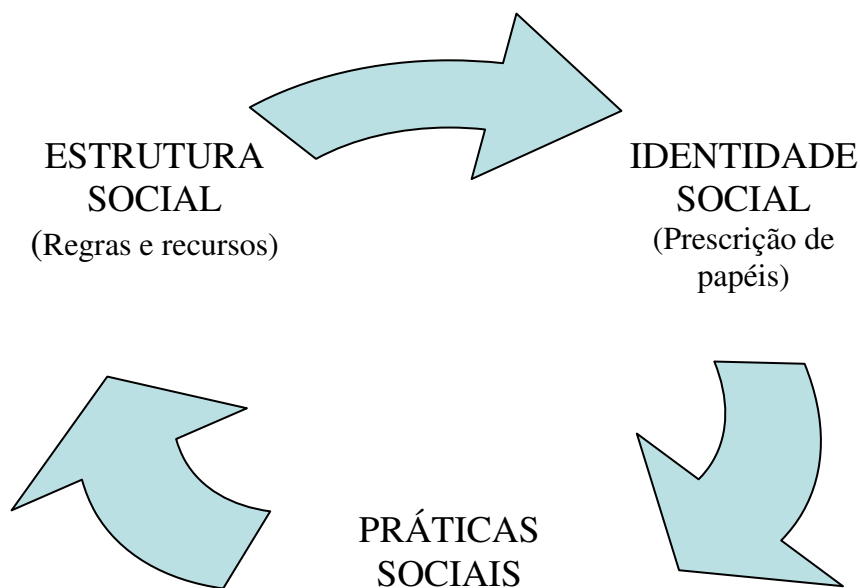
²⁰⁹ Os contextos de interação englobam: “a) as fronteiras espaço-temporais [...], a co-presença de atores, possibilitando a visibilidade de uma diversidade de expressões faciais, gestos corporais, linguagem e outros veículos de comunicação; c) a percepção consciente e o uso desses fenômenos reflexivamente para influenciar ou controlar o fluxo de interação” (GIDDENS, 1989, p. 230).

p. 17). As regras são aplicadas pelos atores sociais para resolverem seus problemas rotineiros na vida social e, com isso, estruturam a vida cotidiana. A esse respeito, o teórico cita os estudos de Garfinkel que “indicam que as prescrições envolvidas na estruturação da interação diária são muito mais fixas e restritivas do que possam parecer, dada a desenvoltura com que são ordinariamente obedecidas” (1989, p. 18). Sucintamente, as regras são divididas em elementos normativos e códigos de significação. Os primeiros ditam as normas, as rotinas e/ou sanções referentes à conduta dos indivíduos e geralmente existem de forma não explicitada, na mente dos sujeitos; os segundos dizem respeito ao fator semântico, ou a forma de percepção de mundo, dos indivíduos. Tais regras, por fim, visam direcionar os atos e comportamentos dos indivíduos, produzindo um efeito de reprodução (ou mudança) da estrutura social (GIDDENS, 1989; MEURER, 2004). Posto isso, fazer uma análise da estruturação dos sistemas sociais “significa estudar os modos como tais sistemas, fundamentados nas atividades cognoscitivas de atores localizados que se apóiam em regras e recursos na diversidade de contextos de ação, são produzidos e reproduzidos em interação” (GIDDENS, 1989, p. 20).

Nesta perspectiva, as *estruturas* são vistas como “conjuntos de regras que ajudam a constituir e regular as atividades, definindo-as como de uma certa espécie e sujeitas a uma determinada gama de sanções” (1989, p. 70). Salienta-se que a estrutura social não é exterior aos indivíduos, sendo que o conhecimento que os agentes possuem das convenções sociais, de si mesmos e dos outros é inerente à padronização da vida social. Contudo, apesar de os indivíduos terem conhecimento do que fazem, as ações produzem conseqüências que, muitas vezes, passam despercebidas para os agentes.

Ainda no âmbito dos indivíduos, estes ocupam *posições sociais* concernentes a identidades sociais definidas numa rede de relações sociais; e essas identidades “estão associadas a direitos normativos, obrigações e sanções que, dentro de coletividades específicas, constituem papéis” (p. 230). As regras vinculadas às posições sociais relacionam-se à especificação de direitos e obrigações necessários para um indivíduo que possui certa identidade social.

Por fim, a teoria da estruturação, que envolve a relação existente entre as identidades (a prescrição de papéis associada a elas), a estrutura social (através das regras e recursos) e as práticas sociais cotidianas, pode ser melhor visualizada no esquema abaixo (adaptado de Meurer, 2004):



4.4.2 Sobre a sociedade, a mudança social e a pesquisa social

A *sociedade*, na visão de Giddens, distancia-se da noção clássica de totalidades sociais separadas por fronteiras claras, da idéia de que propriedades estruturais da sociedade exercem coerção sobre as ações dos indivíduos, ou da suposição de que as características (estruturais) principais que governam tanto a estabilidade quanto a mudança social são internas à sociedade. Para ele, as ditas totalidades sociais são localizadas apenas “dentro do contexto de *sistemas intersociais* distribuídos ao longo das *extremidades do tempo-espaço*” (grifo do autor; p. 134). É enquanto *sistema social*, constituído por outros sistemas sociais, que as sociedades são vistas; estas, na sua versão mais “básica”, são definidas em relação ao local que ocupam, aos elementos normativos referentes à legitimidade desta ocupação e à “preponderância, entre os membros da sociedade, de sentimentos que possuem alguma identidade comum, como quer que esta se expresse ou se revele” (1989, p. 135).

Ressalta-se que as sociedades, ou os sistemas sociais, não são facilmente delimitados ou isolados. Suas fronteiras não são claras, o que confere aos sistemas sociais um alto grau de flexibilidade e variabilidade. Na fala de Giddens (1989, p. 135): “Admito que uma das principais características da teoria da estruturação seja considerar problemáticos a extensão e o “fechamento” da sociedades no tempo e no espaço”.

A sociedade, tida como estrutura definida em termos de regras e recursos, é tanto coercitiva como facilitadora; a coerção, cuja natureza é estrutural e historicamente variável, é entendida por Giddens como a “*fixação de limites à gama de opções a que um ator, ou pluralidade de atores, tem acesso numa dada circunstância ou tipo de circunstância*” (1989, p. 144; grifo do autor). A coerção estrutural, portanto, não atua sobre alguém compelindo-o a se comportar de forma específica, e tampouco define por completo a vida social humana.

A estrutura é vista como uma propriedade dos sistemas sociais (sociedades humanas), sendo que estes não são exteriores aos indivíduos, mas ambos relacionam-se mutuamente: os agentes sociais, inseridos em práticas sociais, reproduzem ou transformam os sistemas sociais “refazendo o que já está feito na continuidade da práxis” (p. 140), contudo, quanto mais fixas se tornam as instituições sociais no espaço e no tempo, maior é a resistência que elas oferecem à mudança dos indivíduos.

No que tange à *mudança social*, Giddens critica as teorias que tratam do assunto pelos caminhos da determinação estrutural, da evolução social ou do materialismo histórico. Sobre a primeira, o teórico afirma que ela se baseia na crença de que é possível identificar leis universais que se relacionam a efeitos estruturais coercitivos; a respeito da segunda, ele argumenta que ela postula princípios limitados que determinam a mudança; e quanto ao terceiro, ele critica o fato de que as bases da mudança são localizadas nas tendências das sociedades de classe. Para o autor, a idéia de evolução nos estudos das ciências sociais se vincula a algumas características questionáveis: há uma afinidade desta concepção social com a perspectiva biológica; ela vincula mudança à progressão de certos itens no decorrer do tempo, desde um momento primitivo até a modernidade; ela postula a existência de estágios evolutivos; e se relaciona com a noção de adaptação entendida como “gama de processos pelos quais os seres humanos respondem a características de seus ambientes físicos e as modificam” (1989, p. 190).

A perspectiva de mudança social de Giddens leva em conta a noção de indivíduo como agente de transformação social: “a natureza reflexiva da vida social humana subverte a explicação da mudança social em termos de qualquer conjunto simples e soberano de mecanismos causais” (p. 193). A mudança social ocorre dentro de contextos nos quais os agentes, inseridos em práticas sociais, são capazes de monitoração reflexiva das condições de produção da história

(sendo os agentes os produtores). Ademais, a mudança social atinge as estruturas mediante quatro mecanismos: a reprodução do sistema, cuja mudança é gradual e sem intenção; a contradição do sistema, que envolve conflitos de interesse entre e dentro de um sistema social; a apropriação reflexiva, que engloba modelagens conscientes de sistemas sociais, especialmente das organizações; e o acesso a recursos, que envolve mudanças geradas pelas mudanças na disponibilidade de recursos (GIDDENS apud MINGERS, 2002). Ressalta-se que o envolvimento dos agentes na mudança não significa que eles criem uma estrutura social nova, mas que a transformam e/ou reproduzem através das práticas sociais.

O teórico aponta para algumas *diretrizes metodológicas* que os pesquisadores na área das ciências sociais devem considerar: o fato de os fenômenos em estudo já possuírem significação torna pertinente que o pesquisador, ao entrar em campo, tenha acesso ao que “os atores já sabem, e têm de saber, para “prosseguir” nas atividades cotidianas da vida social” (GIDDENS, 1989, p. 231); existem habilidades complexas utilizadas pelos indivíduos para gerenciar os contextos onde se inscrevem; a vida social se constitui em um espaço-tempo.

Finalmente, o conceito fundamental da teoria da estruturação é o de *dualidade da estrutura*, tida como meio e resultado das condutas sociais – os indivíduos tanto reproduzem como modificam as práticas sociais; e as regras e os recursos que caracterizam a estrutura não existem fora da ação, mas são inerentes à produção e à reprodução delas. Ademais, as estruturas existem apenas “nas atividades cognoscíveis de sujeitos humanos situados, os quais as reproduzem como propriedades estruturais de sistemas sociais incrustados em extensões de tempo e espaço” (p. 247). Assim, uma pesquisa no modelo da teoria de Giddens deveria levar em conta as seguintes etapas de análise: propagação espacial além dos contextos imediatos de interação → propagação temporal além dos contextos imediatos de interação → os modos de distanciamento tempo-espacial que vinculam as atividades em estudo a aspectos das sociedades globais (p. 243).

* * * * *

Giddens oferece uma ferramenta de análise dos fenômenos sociais que visa integrar indivíduos e sociedade, sendo esta última entendida como

estrutura, ou seja, regras e recursos envolvidos na reprodução dos sistemas sociais. A estrutura não existe anteriormente aos indivíduos – ela existe como memória, na cognoscibilidade dos sujeitos, e nas ações. Dessa forma, não é possível um estudo de cunho social sem se levar em conta aquilo que os indivíduos têm a dizer sobre os fenômenos em estudo.

Os indivíduos, nesse contexto, são vistos como capazes de monitoramento reflexivo de seus atos e dos atos de outros, de racionalização e verbalização das condições sociais e dos motivos de seus atos, e de motivação para a ação. É por isso que os sujeitos são vistos como agentes sociais e agentes de mudança social, a qual não ocorre sem a participação deles; além disso, ressalta-se que as ações dos sujeitos não se reduzem a atos motivados pela coerção social, nem tampouco são desvinculadas de um espaço-tempo. As ações, tidas como práticas sociais, por um lado confirmam as estruturas sociais por serem recursivas e, por outro, (re)configuram as estruturas sociais em um determinado lugar e período, promovendo mudança.

5 ENCONTROS E DESENCONTROS: BAKHTIN, LABOV, ARENDT, FOUCAULT E GIDDENS

Neste capítulo, algumas idéias – dos autores apresentados na tese – que considero mais relevantes para discutir a relação entre indivíduo/identidade, sociedade e linguagem serão postas em relação de aproximação e de distanciamento entre si. Ressalvo que, em função do foco estabelecido, algumas noções são naturalmente privilegiadas em detrimento de outras. Primeiramente são trazidos à tona os pontos de afinidade e de conflito entre Bakhtin e Labov, no que tange aos seguintes aspectos: metodologia, sujeito, variação/mudança e relação entre língua, sociedade e identidade; essa seção se encerra com um quadro que resume as principais concepções dos autores, realçando as diferenças mais evidentes entre eles. Na seqüência, devido ao caráter filosófico dos teóricos, Bakhtin e Arendt, e Bakhtin e Foucault são aproximados. Quanto à primeira comparação, os aspectos que realço são o diálogo, a responsabilidade, o pensamento, o julgamento e a ética. Na segunda comparação, as idéias que seleciono são referentes a língua, dialogismo, enunciado, relações dialógicas de poder, história, crítica de nós mesmos e ideologia. Em ambas as aproximações, questiono um certo marxismo presente na abordagem bakhtiniana a partir das perspectivas de Arendt e Foucault. Por fim, dada a preocupação metodológica de pesquisa na área social, confronto as idéias de Labov e de Giddens, sendo que parte dessa seção se pauta em uma crítica às noções utilizadas por Labov a respeito de fato social e de unidade de análise (comunidade de fala) a partir das lentes do sociólogo; a outra parte consiste em comparar os seguintes aspectos: a noção de estrutura e o grau de consciência que ambos conferem aos indivíduos.

5.1 BAKHTIN E LABOV

Bakhtin e Labov têm histórias e percursos diferentes: enquanto a formação do primeiro se deu num meio filosófico, artístico, político e religioso, Labov graduou-se em inglês e filosofia, estudou química e centrou seu interesse na sistematização da variação e mudança lingüística. Ambos se interessaram pela linguagem como um fenômeno heterogêneo e plural: suas divergências com a lingüística saussuriana são evidentes; porém, apesar de compartilharem um olhar social sobre o fenômeno da linguagem, os dois trilham caminhos quase opostos: Bakhtin, nos anos 20 (séc. XX), aprofundou-se nos estudos da linguagem a partir de um viés social-marxista, enquanto Labov, nos anos 60 (séc. XX), optou por aspectos da sociologia de Durkheim, pelo empirismo e pela pesquisa quantitativa.

A filosofia de Bakhtin difere, em muitos aspectos, do cientificismo de Labov. Contudo, apesar de ambos falarem de posições teóricas diferentes (quase opostas), é possível estabelecer uma relação dialógica entre elas, seja de contraposições, seja de afinidades. Exemplificando, ambos os teóricos compartilham certas *premissas* referentes ao estudo da linguagem: a fala/comunicação verbal é primordial para o estudo da língua; a variação/mudança é própria da língua; a língua é um fenômeno social; há leis (de ordem social e econômica) que regem a mudança da língua.

A seguir aponto algumas convergências e divergências entre as pesquisas tradicionais de cunho laboviano e bakhtiniano quanto aos seguintes aspectos: o procedimento metodológico, o sujeito, o fenômeno da mudança (motivações), as variações estilísticas, a perspectiva histórica no estudo da língua e as relações entre linguagem, indivíduo e realidade social.

5.1.1 Sobre a metodologia e o sujeito

Uma semelhança observada entre as abordagens labovianas e bakhtinianas diz respeito ao *procedimento metodológico*, no que concerne à caracterização de um certo objeto de pesquisa: no primeiro caso, trata-se de delimitar a *comunidade de fala* na qual certa variável lingüística será pesquisada; no segundo, considerando os trabalhos de inspiração bakhtiniana sobre os gêneros do discurso em Lingüística, trata-se de caracterizar o próprio *gênero*

discursivo, uma vez que cada gênero impõe as regras de uso da linguagem. Contudo, há diferenças entre as abordagens quanto aos critérios utilizados para tal caracterização: enquanto para Labov as fronteiras da comunidade de fala são postas (i) pelas atitudes/valores sociais compartilhados pelos falantes em relação à língua e (ii) pelas regras gramaticais compartilhadas pelo grupo; para Bakhtin, as fronteiras são delimitadas por outros aspectos: (i) a esfera social de uso da língua, (ii) as formas de interação próprias àquela esfera, (iii) a situação de interação – concepção de destinatário, finalidade ideológico-discursiva, relação do locutor com o seu objeto de discurso. Ademais, tomando-se como foco de análise bakhtiniana os enunciados, tem-se que as fronteiras que os separam são dadas pelo esgotamento semântico do tema (o que inclui o uso de determinada forma de comunicação verbal – o gênero), a alternância dos participantes da comunicação verbal (que se pauta em uma experiência subjetiva – atribuição de valores – em relação ao projeto discursivo do locutor: cada ouvinte “finaliza” o enunciado do outro a partir da forma como o entendeu ou imaginou; contudo, essa compreensão não é totalmente livre, mas, em certa medida, influenciada pelas possibilidades que o gênero oferece), e os usos lingüísticos e estilísticos utilizados (que são influenciados pelo tema discursivo e a concepção de destinatário).

É certo que *comunidade de fala e gênero discursivo* recortam realidades diferentes: a primeira diz respeito a um grupo de falantes que compartilham certos usos e atitudes em relação à língua; o segundo diz respeito às formas sociais de interação verbal. Dessa maneira, em uma mesma comunidade de fala circulam infinitos gêneros discursivos que caracterizam as formas de interação verbal daqueles falantes.

Bakhtin (1989) sugere que a ordem metodológica para o estudo da mudança na língua deve ser: relações sociais (vinculado à infra-estrutura = relações de produção) → interação verbal e comunicação (inseridos nas relações sociais) → formas e atos de fala → formas da língua. Assim, é no âmbito da mudança nas formas de interação verbal que estão inscritas em relações sociais, que as mudanças na língua devem ser estudadas. Já Labov (1972) resume o processo de mudança lingüística em três etapas: a origem da mudança, que ocorre na fala do(s) indivíduo(s) → a propagação, onde ocorre o fenômeno da variação → a regularidade no uso da nova forma. Citando o autor: “O modelo que subjaz a esta divisão tripla requer como ponto de partida uma variação em uma

ou várias palavras na fala de um ou dois indivíduos”²¹⁰ (1972, p. 01). Pode-se dizer que tanto Bakhtin como Labov baseiam o processo de mudança na interação social, sendo que o primeiro privilegia o aspecto ideológico presente nas interações – que se reflete na questão do significado social –, e o segundo privilegia as formas lingüísticas – que podem ter agregadas a si, com maior ou menor intensidade, um valor social.

Sobre uma certa *concepção de sujeito*, as idéias de Labov e Bakhtin parecem, em certo aspecto, divergir. O sociolingüista, ao admitir e utilizar os dados de pesquisa de um campo de estudo (gerativismo) que lida com aspectos inatos e universais da linguagem²¹¹, aceita que os sujeitos possam ser vistos tanto como submetidos a traços lingüísticos inatos (regras gramaticais) como passíveis de serem constituídos e modificados socialmente através do processo de interação; é neste segundo campo de análise que relações entre identidade e língua (mudança) são estabelecidas. Assim, o caráter sociológico, para Labov, não seria tão determinante no funcionamento da língua (e na constituição do sujeito) como seria para Bakhtin. O inatismo e a universalidade lingüística seriam questionáveis para o filósofo russo, uma vez que o sujeito seria constituído através da língua: “é a língua que ilumina a personalidade interior e a consciência, que as cria, diferencia e aprofunda, e não o contrário [...] a evolução da consciência individual dependerá da evolução da língua, nas estruturas tanto gramaticais como concretamente ideológicas” ([1929] 1988, p. 188-189).

No âmbito da metodologia e do sujeito, o pesquisador laboviano assemelha-se, pelo menos no campo das pesquisas quantitativas, ao pesquisador do estruturalismo, já que, nessa perspectiva, a pesquisa gira em torno de um

²¹⁰ “The model which underlies this three-way division requires as a starting point a variation in one or several words in the speech of one or two individuals.”

²¹¹ Citando o comentário de Labov sobre as pesquisas lingüísticas contemporâneas: “There are two major directions of linguistic research today. One is to discover the universal properties of the language faculty—the search for Universal Grammar in Chomsky’s terms. This is a very important aspect of linguistic study, and I try to draw upon the results of this work as much as I can. The other direction is to examine those aspects of language that are not universal: that can and do change. [...] I believe that studies of language change and variation have demonstrated a cumulative character, which enable us to build upon the works of our predecessors and colleagues. But they cannot be pursued without reference to the more abstract, structural character of language. For those who would like to make a permanent contribution to our knowledge of language, I would suggest it is important to master both aspects of language study. Many sociolinguistic studies tend to work with isolated elements of language and do not make contact with linguistic theory. The algebra that underlies the surface of language must be incorporated into any studies of linguistic change and variation, in order to arrive at a full understanding of the causes of linguistic change.” (LABOV, 2005, p. 01)

jogo de conceitos e abstrações que, na pretensão do pesquisador, visam explicar fenômenos da realidade – é o que ocorre, por exemplo, nos trabalhos de dimensão macro pautados nas comunidades de fala, onde os indivíduos são tomados como tipos sociais correlacionáveis a certas variáveis lingüísticas, em um tipo abstrato de jogo de relações. Uma ressalva deve ser feita, porém, em relação às pesquisas de nível micro, que tomam como unidade de estudo os indivíduos inseridos nas redes sociais e nas comunidades de prática, nas quais o pesquisador pode assumir uma postura dialógica, ao não reduzir o falante a fornecedor de dados, reconhecendo a relação intrínseca existente entre a linguagem e as relações interpessoais (incluindo o pesquisador). Diferente do pesquisador laboviano estruturalista clássico, para Bakhtin, o dialogismo é constitutivo das pesquisas que lidam com os indivíduos (como nas ciências humanas); trata-se, numa perspectiva dialógica, de ver os indivíduos como sujeitos de seu discurso e não como objeto de análise ou fonte de dados lingüísticos.

As flutuações existentes nos trabalhos de Labov em relação às dimensões macro e/ou micro de pesquisa mostra uma abordagem social da língua que, por um lado, conserva aspectos tradicionais e estruturalistas dos estudos da linguagem e, por outro, se direciona para um olhar crítico que incorpore o funcionamento social, a história dos indivíduos/sujeitos e a questão da identidade aos estudos da linguagem. Trata-se de uma tensão que, a meu ver, acusa um processo de mudança de paradigmas.

Finalizando, um outro aspecto ligado à idéia de sujeito e à metodologia está na noção de estilo. Bakhtin defende que, nos estudos do fenômeno concreto da linguagem, não é possível separar o uso gramatical das escolhas desse uso feitas pelos indivíduos. Caso, afirma o autor, o ato estilístico de escolhas fosse separado do estudo da língua, esta se restringiria a um puro fenômeno gramatical, não se tratando mais do estudo do enunciado ou do gênero discursivo. Assim, o estilo, que é parte inerente dos enunciados, vincula diretamente a questão da identidade à língua: sujeito e linguagem estão intrinsecamente relacionados. Já para Labov, busca-se vernáculo, que seria o estilo menos monitorado pelos falantes; com isso, a abordagem laboviana tende a se aproximar dos estudos dos fenômenos gramaticais e a se distanciar do estudo da linguagem enquanto fenômeno concreto e ideológico. Também, nesse caso, a questão da identidade seria posta de lado, visto que os falantes seriam tidos

como fonte de dados de uma língua “original” de determinado grupo lingüístico. Essa questão do estilo será retomada na seção seguinte.

5.1.2 Variação e mudança lingüística

Weedwood (2003) comenta o meio século de antecipação de Bakhtin em relação à sociolingüística quanto à idéia de que a mudança seria inerente à língua e refletiria variações sociais. Mas, quais seriam as motivações para a variação/mudança segundo os autores? Para Labov, a língua se modifica sob a influência de variáveis de natureza externa ou interna ao sistema, sendo a primeira concernente a fatos sociais e estilísticos e a segunda, a fatos lingüísticos. Para Bakhtin, a língua muda devido a motivações de ordem social, histórica e ideológica; não haveria para este autor razões puramente lingüísticas/estruturais para a língua mudar. Mesmo porque, a visão de língua de Bakhtin, aliada à noção de dialogismo, não parece comportar a noção de sistema-estrutura, mas sim de devir²¹². Sendo a língua dialógica e, portanto, indeterminada, não há fechamento para ela, apenas efeitos de fechamento (estrutura), os quais garantem a comunicação entre os sujeitos, inscritos em determinadas esferas/posições sociais e, portanto, constituídos pelas especificidades dessas esferas. Dessa forma, não seria possível, também, conferir aos indivíduos características tipificáveis, dado que suas identidades também se transformam.

Ademais, nas pesquisas labovianas, o estudo da variação/mudança se pauta, em grande parte, na análise de micro-estruturas da língua, como aspectos fonológicos, morfológicos, sintáticos e lexicais. Para Bakhtin, a mudança/evolução concerne aos aspectos semânticos, que envolvem as percepções valorativas dos indivíduos.

A diferenciação entre Labov e Bakhtin acerca das motivações para a mudança permite reconhecer nesses autores diferentes *perspectivas sociais* sobre a língua: Labov não é categórico quanto à determinação social da mudança na língua, apesar de sê-lo na visão de que a mudança é própria da língua. Para Labov não é *sempre* que a língua varia devido a forças sociais, cabendo também à própria estrutura da língua a possibilidade de modificações. Esse último fato seria alvo de crítica por uma abordagem sociológica mais radical: como seria

²¹² Isso não significa que não exista a forma lingüística.

possível a língua modificar sem uma motivação de ordem social, uma vez que a língua é *essencialmente* social?

Bakhtin, por outro lado, vê as motivações para a mudança como sendo de cunho totalmente social, material e histórico, daí sua abordagem poder ser identificada como sociológica/marxista. E a variação/mudança permeia a seguinte engrenagem: diferentes esferas sociais constituem diferentes formas de comunicação verbal, que se alteram e se produzem mútua e historicamente. Para Bakhtin, a língua muda porque diferentes significados sociais são atribuídos aos elementos lingüísticos, fruto das relações (conflituosas) existentes entre diferentes grupos sociais. Nesse caso, o estudo da mudança deve levar em conta um olhar amplo sobre o funcionamento da sociedade atual, considerando a tensão existente entre os diversos grupos sociais (inclui as questões de gênero, etnia, raça, religião, condição econômica, escolaridade, idade, profissão, crenças e valores, etc).

No que tange à variação, a dominação de uma variante em relação a outra, para Bakhtin/Voloshinov ([1929] 1988), depende da língua, da época, dos grupos sociais e do objetivo dos contextos; deve-se, nesse caso, levar em conta o horizonte apreciativo dos grupos e até mesmo as lutas/confrontos existentes entre eles. Já para Labov, a questão ideológica não é considerada prioritária no processo de variação; trata-se de levar em conta os fatores sociais e lingüísticos, sendo que a ideologia é vista em relação aos primeiros fatores através de, por exemplo, testes de atitudes. Nesse caso, a percepção da influência de aspectos ideológicos na mudança da língua seria mais evidente quando os falantes possuíssem consciência da língua (das variantes) que falam, pois estigmatizariam ou avaliariam como prestigiadas determinadas formas em detrimento de outras.

Sobre o *indivíduo* no processo de mudança lingüística, Labov localiza a importância do papel da identidade/identificação a um certo grupo: exemplificando, o lingüista americano, em suas pesquisas sobre variação na ilha de Martha's Vineyard (1972), salientou que o intuito dos nativos do local de marcarem suas identidades, frente à invasão turística, intensificou certos usos lingüísticos; já nos estudos de variação na Filadélfia (2001), Labov buscou identificar os líderes da mudança lingüística em certa comunidade. Para Bakhtin, diferentemente, a mudança seria possível se as relações de produção mudassem, o que permitiria uma mudança no âmbito ideológico e, portanto, lingüístico (semântico). A mudança dependeria, nesse caso, de um grupo de

indivíduos em interação que motivasse mudanças na realidade social e, conseqüentemente, na linguagem.

Sobre as *variações lingüísticas nos indivíduos*, segundo Labov (2003), essas seriam condicionadas pelos seguintes fatores: (i) as relações entre os interlocutores, particularmente as relações de poder e solidariedade entre eles; (ii) o contexto social mais amplo – escola, trabalho, vizinhança; e (iii) o tópico. Chama a atenção a semelhança entre esses critérios e os utilizados para a delimitação dos gêneros discursivos segundo a ótica bakhtiniana. Colocando ambos em perspectiva, tem-se que o fator (i) de Labov associa-se à noção de destinatário e de interlocutor que o falante possui; o fator (ii) refere-se à esfera social de uso da linguagem; e o (iii) associa-se à finalidade discursiva dos falantes.

Para Labov, a *variação estilística* se vincula ao monitoramento da fala, que implica um certo apagamento do vernáculo – estilo casual procurado pelo sociolingüista. Nesse caso, a variação estilística poderia mostrar apenas uma variação momentânea da língua, em decorrência de o falante monitorar a sua fala conforme a posição social que ocupa, o destinatário de sua fala ou o tema que aborda. Com isso, a variação estilística acaba provocando no pesquisador uma certa suspeita, conferindo àquela um potencial menor para explicar os fenômenos da mudança.

Para Bakhtin, o indivíduo trava relações de valor com seu objeto do discurso/de sentido. Tal relação confere a esse objeto características individuais do falante – a expressividade do locutor –, que podem ser exemplificadas pela entonação expressiva que os falantes atribuem a seus enunciados. A expressividade se associa à significação lingüística (ao invés da forma lingüística), o que implica que, sendo a mudança na língua uma mudança semântica, ela necessariamente envolve uma mudança de valores dos indivíduos em relação ao seu objeto de discurso. É quando a palavra muda de um contexto apreciativo para outro que sua função/significação também muda. Ressalta-se, porém, que os indivíduos não criam uma forma lingüística nova, sendo o falante limitado pelas formas já existentes e pelas situações de comunicação verbal existentes em seu grupo. A inovação lingüística só seria possível se essas situações se alterassem, por influência de motivações sócio-econômicas mais amplas.

Diferentemente de Labov, Bakhtin atribui à relação (de valor) que o falante estabelece com aquilo que fala um lugar importante no processo de mudança lingüística, sendo a língua vista como discurso e não como um sistema abstrato de signos. Nas palavras de Bakhtin/Voloshinov ([1929] 1988, p. 135-136), “A evolução semântica na língua é sempre ligada à evolução do horizonte apreciativo de um dado grupo social e a evolução do horizonte apreciativo [...] é inteiramente determinada pela expansão da infra-estrutura econômica”. Apesar de a variação estilística (individual) não ocupar um lugar central na teoria laboviana, acredito que a valoração social de um certo grupo em relação às variáveis lingüísticas motiva, muito mais do que comumente se pensa, a mudança na língua.

Ambos os teóricos fazem uso de uma *abordagem histórica* para o estudo da mudança. Labov propõe como instrumento metodológico os estudos tipo tendência e painel que evidenciam se uma determinada forma lingüística está passando por um processo de mudança, se esta já se efetivou na comunidade lingüística e qual teria sido o percurso da mudança; ou, ainda, se se trata de uma situação de variação estável. Já para Bakhtin, diferentes épocas históricas e sociais produzem diferentes modos de interação verbal, os quais se modificam historicamente: seria o caso, por exemplo, das cartas que não operam socialmente da mesma forma no século XIX e no século XX, ou dos *e-mails*, cuja situação de interação cria uma linguagem própria. Sobre este último aspecto pode-se questionar: que peculiaridades lingüísticas são próprias da esfera da Internet? Ou, em termos labovianos, que modificações na língua a variável Internet poderia estar estimulando numa dada comunidade de fala?

Ademais, importante destacar o lugar conferido às estratificações na garantia da diversidade (e mudança) lingüística. Para Labov, há uma correlação entre as estratificações sociais (gênero, escolaridade, idade ...) e o uso da língua. Na abordagem de Bakhtin, as estratificações lingüísticas estão intrinsecamente vinculadas aos diferentes horizontes apreciativos (percepções valorativas), constituídos sócio-historicamente, que os indivíduos possuem em relação ao seu objeto discursivo. Esse ponto de vista bakhtiniano reforça a importância das variáveis estilísticas (as relações valorativas dos indivíduos) como motivadoras da mudança: *todo* uso lingüístico está, necessariamente, associado a índices sociais de valor.

5.1.3 Língua, sociedade e identidade

Sobre a relação entre *língua, sociedade e identidade*, a definição de Labov de língua como fato social, entendida nos termos durkheimianos, postula: (i) uma realidade social que existe anterior à língua, a qual é ‘imposta’ aos indivíduos pela coerção; (ii) os indivíduos, ao mesmo tempo em que são submetidos ao sistema da língua, possuem consciência dele e podem fazer escolhas sobre o estilo lingüístico a adotar. Bakhtin se distancia da perspectiva de Labov ao atribuir à língua, por exemplo, a característica do dialogismo: (i) a língua, ao mesmo tempo em que é constituída pelo mundo, constitui a realidade; (ii) os indivíduos se constituem na relação uns com os outros, através do diálogo. Os indivíduos não são externos à linguagem, mas esta é constitutiva deles (de sua consciência). Dado o caráter dialógico das interações sociais e lingüísticas, Bakhtin considera o papel do outro – como *ativo* no processo de comunicação – a base para se compreender a comunicação discursiva real. Tal papel tende a ser suavizado nas pesquisas de cunho laboviano como, por exemplo, no caso das entrevistas, em que o interlocutor do falante (que é o pesquisador) tende à passividade e à “não perturbação” da fala do outro – apesar de mesmo o silêncio do pesquisador produzir uma atitude responsiva no entrevistado.

Ademais, os objetos de estudo de ambas as abordagens são diferentes: Para Labov interessam os aspectos fonológicos, morfológicos, sintáticos e lexicais da língua, admitindo ser possível que a língua mude em decorrência do próprio funcionamento do sistema lingüístico, o que, na compreensão de Bakhtin de língua como um fenômeno concreto, seria inaceitável²¹³, já que o teórico russo ocupa-se do estudo da natureza dos enunciados e dos gêneros discursivos e sugere que esse estudo é condição para se compreender as unidades da língua (tida como sistema). Tal diferença de objetos mostra que no pensamento de Bakhtin há uma relação intrínseca entre língua, sujeito e sociedade, que para Labov é relativa.

O lingüista americano considera língua, sociedade e indivíduo como três categorias diferentes que se relacionam entre si; tal relação se evidencia nas correlações que o pesquisador estabelece entre variáveis lingüísticas e os

²¹³ Apesar de Bakhtin (2003) estar interessado no aspecto discursivo da língua, ele não descarta o estudo da língua tida como sistema abstrato; só relega esse estudo ao cientificismo do campo lingüístico. Contudo, defende que é através do entendimento do funcionamento dos enunciados e dos gêneros discursivos que é possível superar as simplificações da Lingüística.

indivíduos categorizados mediante traços sociais, como gênero, escolaridade, posição sócio-econômica etc. Para Bakhtin, existem relações de produção que são anteriores aos indivíduos; os indivíduos se constituem através dessas relações que são atravessadas pela linguagem; essa, por sua vez, é ideologicamente marcada e, por isso, constrói uma certa visão de mundo (não um mundo). As mudanças, nesta perspectiva, dependem de revoluções que ocorrem no nível das relações de produção, conferindo novos significados sociais à realidade.

Contudo, apesar de o indivíduo, na teoria laboviana, ser tradicionalmente visto como ponto de articulação entre dados lingüísticos e categorias sociais, Labov reconhece que para explicar certos fenômenos da mudança torna-se necessário não apenas identificar o sujeito, mas conhecê-lo – conhecer sua história, suas redes de relações etc. Para tanto, pode-se tomar como unidade de análise as redes sociais ou as comunidades de prática, ambas envolvendo o indivíduo na trama das relações sociais, seja pelo rastreamento dos grupos de interação aos quais um indivíduo em sua comunidade decide pertencer (redes sociais), ou pela identificação dos locais de interação dos indivíduos nos quais certos elementos lingüísticos são re-significados socialmente (comunidades de prática). Nestes dois casos, a dimensão de estudo passaria do nível macro (pautado na definição do indivíduo com base em tipologias sociais) para um nível micro. No nível micro, as pesquisas que levam em conta as comunidades de prática valorizam as variações estilísticas individuais para o estudo da mudança, uma vez que elas se vinculam à construção das identidades dos indivíduos.

A relação entre língua e identidade na abordagem de Bakhtin é visível na idéia de que o sujeito se constitui na sua inserção nos diferentes modos de comunicação verbal historicamente produzidos. É através da interação entre os indivíduos que os modos de comunicação verbal, já cristalizados ou não, existem. Tais modos vinculam-se, segundo Bakhtin, aos modos de relações de cada época histórica, sendo essas relações economicamente constituídas.

* * * * *

As perspectivas de Bakhtin e de Labov podem ser sintetizadas no quadro abaixo:

PARÂMETROS DE ANÁLISE	BAKHTIN	LABOV
<i>“Teoria sociológica”</i>	Marxismo	Positivismo de Durkheim
<i>Campo de estudo da linguagem</i>	Filosófico	Científico
<i>Objeto lingüístico</i>	Língua tida como discurso (enunciado e gênero discursivo)	Aspectos fonológicos, morfológicos, sintáticos e lexicais
<i>“Natureza” da linguagem</i>	Ideológica	Fato social
<i>“Locus” da linguagem</i>	Esfera de comunicação verbal	Comunidade de fala e/ou redes sociais
<i>Relação língua vs. realidade</i>	Dialética	Unidirecional (realidade social → língua)
<i>Posições sociais preenchidas pelos sujeitos</i>	Gêneros discursivos	Categorias sociais (gênero, escolaridade, etnia, idade...)
<i>Aspectos que atuam na mudança lingüística</i>	Forças centrípetas e centrífugas (ideologia)	Motivações sociais, identitárias (estilísticas) e lingüísticas
<i>Foco da mudança lingüística</i>	Significado	Estruturas micro da língua e, porventura, o significado.
<i>Relação do pesquisador com seu objeto e estudo</i>	Dialógica	Tende ao monologismo em pesquisas de caráter macro - quantitativas.
<i>Variação estilística</i>	Vincula-se à dimensão valorativa dos indivíduos em relação ao objeto de discurso e, portanto, à significação e possibilidade de mudanças.	Possível motivadora de mudança na língua, mas com restrições.

5.2 BAKHTIN EM UM DIÁLOGO COM ARENDT E FOUCAULT

Dado o caráter filosófico dos trabalhos dos três pensadores, julgo apropriado promover aproximações e distanciamentos entre eles, especialmente quanto aos aspectos éticos e políticos presentes em suas teorias. Ressalto que, além da comparação entre os autores, será feita uma leitura crítica de algumas noções da abordagem bakhtiniana, a partir de Arendt e Foucault.

5.2.1 Bakhtin e Hannah Arendt

Nesta seção são abordados comparativamente os temas do diálogo, da responsabilidade, do pensamento, do julgamento e da ética, além de ser feita uma crítica à perspectiva marxista presente nos estudos de Bakhtin.

Aproximando Bakhtin e Hannah Arendt, saliento o papel *do diálogo/relação* na manutenção da pluralidade humana na esfera pública: as semelhanças entre os sujeitos são garantidas por, por exemplo, compartilharem os mesmos horizontes apreciativos e significados sociais; já a diferença entre eles pode ser pensada à luz das ações e discursos dos indivíduos em determinados espaços – os espaços públicos. Ambos os autores parecem concordar com o fato de que é através do diálogo, na convivência entre os indivíduos, que os sujeitos se constituem. Nas palavras de Bakhtin (2003, p. 348):

A vida é dialógica por natureza. Viver significa participar do diálogo: interrogar, ouvir, responder, concordar, etc. Nesse diálogo o homem participa inteiro e com toda a vida: com os olhos, os lábios, as mãos, a alma, o espírito, todo o corpo, os atos. Aplica-se totalmente na palavra, e essa palavra entra no tecido dialógico da vida humana, no simpósio universal.

A singularidade e a liberdade dos indivíduos são garantidas quando as relações dialógicas e as ações realizam-se no que Arendt chama de espaço político. No espaço social, diferentemente, os indivíduos tendem à normalização e à padronização de seus comportamentos e (por que não?) ao monologismo. O espaço político é o espaço – dialógico – dos confrontos entre os diferentes grupos sociais, onde cada grupo, discursivamente, afirma sua identidade. Resgatando Bakhtin, esse espaço é marcado por tensões entre forças centralizadoras, que visam a normalização dos indivíduos e forças descentralizadoras, que visam a pluralidade (reconhecendo as diferenças entre indivíduos e grupos) e o plurilingüismo. É nesse espaço, caracterizado pelo diálogo, que a liberdade

individual é garantida. Note-se, porém, que Bakhtin não distingue as esferas social e política. O espaço do discurso para o filósofo russo é o espaço onde as relações interpessoais ocorrem; ou seja, o mundo da vida.

As relações dialógicas, além de garantirem a pluralidade humana existente na esfera pública, também caracterizam o *funcionamento mental*: para Bakhtin, a mente dos indivíduos é dialógica na medida em que é povoada por enunciados alheios e por respostas a esses enunciados que são signos ideológicos. É na interação sócio-ideológica, permeada por discursos variados, que os sujeitos se constituem, e seus pensamentos são sempre pensamentos alheios: o diálogo entre os enunciados na esfera da comunicação se reproduz na mente dos indivíduos. É a partir dessa teia enunciativa que eles assumem seus pontos de vista valorativos em relação às coisas do mundo. Para Arendt, a característica dos pensamentos é a sua dualidade: ao pensar, os indivíduos travam um diálogo crítico consigo mesmos, composto por perguntas e respostas; esse diálogo supõe um interlocutor amigável, de forma que não haja contradições internas, já que não há diálogo interno quando a mente está em guerra consigo mesma (ARENDDT, 1995). Assim, sem esmiuçar as concepções de Bakhtin e de Arendt sobre as noções de consciência e de pensamento, destaco o caráter dialógico do pensamento nas abordagens dos dois autores.

Uma característica das relações dialógicas, para Bakhtin, é que elas, necessariamente, exigem uma resposta dos sujeitos; uma atitude responsiva, que significa, em outras palavras, uma tomada de posição e a *responsabilidade* por essa posição²¹⁴. Nos escritos de Arendt, percebe-se que os indivíduos são responsáveis por aquilo que mostram, de si mesmos, através das palavras e de suas ações, no espaço público, das relações. Os sujeitos assumem posições que, de alguma maneira, estão vinculadas aos seus julgamentos (certo vs. errado...), os quais ocorrem em conexão com a atividade do pensamento. Os indivíduos que pensam (que aceitam conviver consigo mesmos, através do diálogo, de uma maneira amigável) e que, portanto, julgam, assumem a responsabilidade por seus atos e por quem são (sua singularidade) no mundo das aparências. A noção de responsabilidade para os dois filósofos diz respeito a uma atitude ética no mundo da vida; atitude que compreende assumir uma posição de resposta aos enunciados que tocam e constituem os indivíduos.

²¹⁴ Sobre a responsabilidade: “what the self is answerable to is the environment; what it is responsible for is authorship of its responses” (HOLQUIST, 1990, p. 167).

Os indivíduos não vivem isolados, mas, necessariamente, inseridos numa *teia de relações* nas quais os discursos e os atos de uns se vinculam aos de outros. Tal noção arendtiana se aproxima da concepção de Bakhtin sobre o *enunciado*: este é dialógico – se apóia, necessariamente, em outros enunciados – e nunca existe isoladamente, apesar de ele ser considerado a unidade da interação sócio-verbal. Ressalta-se que, para o filósofo russo, as relações dialógicas são relações de sentido – e de valores – entre os enunciados.

Apesar de dialógico, o enunciado é singular; esta característica se assemelha à expressão da singularidade humana pelo discurso e pela ação, conforme Arendt. É no espaço político que os sujeitos, através de seus discursos/enunciados e ações, produzem algo novo, individual e historicamente único, embora esteja vinculado a outros discursos/ enunciados e ações. Nesse ponto – na articulação entre discurso/enunciado e novidade/ singularidade – a noção de enunciado de Bakhtin se assemelha a de discurso de Arendt, desde que ambos sejam pronunciados em um espaço público de liberdade (Arendt). Segundo Bakhtin (2003, p. 326):

O enunciado nunca é apenas um reflexo, uma expressão de algo já existente fora dele, dado e acabado. Ele sempre cria algo que não existia antes dele, absolutamente novo e singular, e que ainda por cima tem relação com o valor [...]. Contudo, alguma coisa criada é sempre criada a partir de algo dado [...]. Todo o dado se transforma em algo criado.

O novo é imprevisível e único, caracterizando a singularidade humana em um contexto de pluralidade. É em relação à capacidade dos indivíduos de iniciarem algo novo que a liberdade é garantida, no espaço das relações intersubjetivas que são atravessadas pelo discurso/enunciado. É porque o homem é capaz de ação que

se pode esperar dele o inesperado, que ele é capaz de realizar o infinitamente improvável. E isto, por sua vez, só é possível porque cada homem é singular [...] Se a ação, como início, corresponde ao fato do nascimento, se é a efetivação da condição humana da natalidade, o discurso corresponde ao fato da distinção e é a efetivação da condição humana da pluralidade, isto é, do viver como ser distinto e singular entre iguais. (ARENDR, 2005, p. 191).

A reboque da noção de singularidade que caracteriza os indivíduos, está a idéia de *juízo*. Para Bakhtin, os sujeitos possuem uma relação de valoração com os enunciados, o que significa que é a partir de seus horizontes apreciativos que eles julgam, avaliam, acatam ou refutam os enunciados de outros. O ato de

compreender, que depende da interação entre os indivíduos, envolve o elemento valorativo, seja em maior ou menor profundidade (BAKHTIN, 2005, p. 398). E é imprescindível ao julgamento (avaliação) a interação, uma vez que é na relação com os enunciados alheios que os sujeitos assumem, confrontam e/ou transformam suas percepções. Ademais, os sujeitos escolhem fazer uso de certas construções lingüísticas, entonação, gênero etc., tendo em vista, além da relação de valor que possuem com seu objeto discursivo, os seus interlocutores.

Segundo Arendt, é no espaço de interação – espaço público – que os indivíduos assumem a responsabilidade pelos seus pontos de vista e por quem são. O cultivo desse espaço público significa o cultivo de sentimentos públicos (por que não dialógicos?) que “é fruto do esforço contínuo de levar em consideração os pontos de vista alheios” (ASSY in ARENDT, 2004, p. 58). E no espaço de interação, a atividade mais importante dos indivíduos é o julgamento (ARENDT, 1972, p. 276), sendo esse entendido como a distinção entre o certo e o errado, pautada na capacidade de “nossa escolha da companhia, daqueles com quem desejamos passar a nossa vida. Uma vez mais, essa companhia é escolhida ao pensarmos em exemplos de pessoas vivas ou mortas, reais ou fictícias, e em exemplos de incidentes passados ou presentes” (ARENDT, 2004, p. 212). Ressalta-se o caráter dialógico do julgamento, pois “se o senso comum, o senso pelo qual somos membros de uma comunidade, é a mãe do julgamento, então nem mesmo uma pintura ou um poema, muito menos uma questão moral, pode ser julgada sem invocar e pesar silenciosamente os julgamentos dos outros [...]” (ibid., p. 208).

Em suma, para Bakhtin e Arendt, o julgamento é tanto uma faculdade humana pública – é no espaço de interação (espaço político) que ele é exercido –, como dialógica, pois se remete, para ser exercido, aos enunciados alheios (Bakhtin) ou aos exemplos (Arendt). Essa capacidade identifica, de certa forma, a singularidade dos indivíduos, pois, por um lado, acusa seus pontos de vista valorativos e, por outro, estabelece a relação do indivíduo com outras pessoas, pela escolha que ele faz de suas companhias.

Passemos agora a uma análise sucinta do caráter marxista dos escritos de Bakhtin a partir de alguns aspectos que Arendt (1972; 2005) critica na teoria marxista. Primeiramente são expostas as reflexões de Arendt e em seguida são tecidas considerações sobre o pensamento de Bakhtin.

- (i) a ênfase dada por Marx ao homem como sendo fruto do trabalho, priorizando o *animal laborans* (atividade do labor) em detrimento do *animal rationale* (o homem político) resulta: na consideração do trabalho, ao invés da razão, como o atributo máximo do homem; e na ascensão da sociedade ao mundo público, apagando a esfera política. Nas palavras de Arendt (2005, p. 146) “(...) enquanto o *animal laborans* estiver em posse dela [a esfera pública], não poderá existir uma esfera verdadeiramente pública, mas apenas atividades privadas exibidas em público. O resultado é aquilo que eufemisticamente se chama cultura de massas (...)”;
- (ii) o papel atribuído por Marx à violência na constituição das formas de governos, no decorrer da história, é criticado pela autora, que defende o papel desempenhado pelo discurso de homens livres – em detrimento da violência – na instauração do governo. Na opinião de Arendt (1972, p. 49-50):

A violência é, tradicionalmente, a *ultima ratio* nas relações entre nações e, das ações domésticas, a mais vergonhosa, sendo considerada sempre a característica saliente da tirania [...] A teoria das superestruturas ideológicas, de Marx, assenta-se, em última instância, em sua hostilidade antitradicional ao discurso e na concomitante glorificação da violência.

- (iii) Marx submete as relações humanas à lógica econômica que, tradicionalmente (Antigüidade), pertencia à esfera privada. Na opinião da filósofa, essa submissão contribui para o apagamento da esfera política e para sua substituição pela esfera social. Citando a autora (2005, p. 221):

A afirmação de Marx, de que as leis econômicas são como as leis da natureza, de que não são feitas pelo homem para regular os atos livres da troca, mas são funções das condições produtivas da sociedade como um todo, só é correta numa sociedade de operários, onde todas as atividades são rebaixadas ao nível de metabolismo do corpo humano com a natureza, e onde não existe troca, mas somente consumo.

- (iv) a teoria materialista nega a singularidade e a liberdade individual, existentes na esfera política e evidenciadas através das ações e dos discursos dos indivíduos: “O erro básico de todo o materialismo político [...] é ignorar a inevitabilidade com que os homens se revelam como sujeitos, como pessoas distintas e singulares, mesmo quando empenhados em alcançar um objetivo completamente material e mundano” (ARENDRT, 2005, p. 196).

Tais críticas podem ser expandidas para alguns aspectos marxistas presentes na teoria de Bakhtin: esse, claramente, submete os modos de comunicação sócio-verbal à dinâmica econômica da sociedade cujo núcleo são as relações de produção. Assim, os espaços de interação verbal ficariam restritos à esfera social/econômica e não à política. Com isso, os indivíduos tenderiam à reprodução de normas e comportamentos em detrimento da livre expressão e ação, próprios do espaço político. Exemplificando, com a restrição dos gêneros discursivos à esfera econômica, os indivíduos tenderiam a se apropriar de diferentes formas de comunicação verbal para fins de suprir suas necessidades vitais em detrimento da afirmação e do desenvolvimento de suas identidades.

Além disso, Bakhtin, apesar de valorizar traços individuais (expressividade) presentes nos discursos dos indivíduos, vê esses indivíduos como pertencentes a classes (econômicas) e grupos que, geralmente, estão em conflito. Dessa forma, as singularidades dos sujeitos, que são reveladas através das ações e dos discursos, perdem força em virtude de uma visão de sujeitos vinculada às classes e grupos sócio-econômicos. Também, os conflitos sócio-ideológicos na abordagem bakhtiniana tendem a se restringir aos conflitos de classes sociais – os dominadores vs. os dominados – não contemplando na mesma medida os conflitos envolvendo gênero, etnia, raça, culturas etc. Com isso, nota-se uma supremacia da questão econômica em detrimento de questões políticas que envolvam relações de poder. Contudo, ao mesmo tempo em que é possível fazer uma leitura reduzida dos conflitos sociais na teoria de Bakhtin, também se verifica a possibilidade de um olhar amplo sobre esses conflitos, ao se considerar, por exemplo, os temas da forças centrípetas vs. forças centrífugas; da ideologia oficial vs. ideologia cotidiana; do monologismo vs. dialogismo etc., desvinculados de uma submissão ao fator econômico.

Apesar de os escritos de Bakhtin apresentarem uma forte coloração marxista, que se evidencia, por exemplo, nos temas da materialidade, da historicidade, da dialética e da relação da infra-estrutura com a superestrutura, o filósofo russo em alguns aspectos se distancia do marxismo tradicional ao, por exemplo, conferir à história – pela noção de diálogo – um caráter de inconclusão e de eterno devir. Esse tema será retomado na seção seguinte.

5.2.2 Bakhtin e Foucault

Nesta seção Bakhtin e Foucault são postos em aproximação quanto às noções de língua, dialogismo, enunciado, relações dialógicas e de poder, história e crítica de nós mesmos, e em distanciamento quanto à noção de ideologia.

Bakhtin postula que os estudos da *língua* podem ser feitos em dois níveis: um abstrato, objeto da ciência lingüística, que considera a língua como um sistema e que centra a análise na relação entre os elementos inscritos nesse sistema; outro concreto, objeto da Translingüística, que postula a língua como uma realidade discursiva, “multifacetada” (2003), ideológica e real. Similarmente, Foucault sugere uma separação entre a língua, tida como sistema de construções possíveis, e o discurso: “A língua é um conjunto de estruturas, mas o discurso são unidades de funcionamento, e a análise da linguagem em sua totalidade não pode fazer face a essa exigência fundamental” (2005a, p. 73). Ambos os filósofos, claramente, defendem que o estudo da língua deve se centrar no aspecto discursivo.

A idéia de *dialogismo* aparece na abordagem dos dois filósofos: Bakhtin defende que a língua é dialógica na medida em que os enunciados sempre fazem referência a outros enunciados, mesmo que seja antecipando enunciados-resposta; Foucault expande as relações dialógicas do nível do dito para o nível do não dito, ou seja, para a relação entre os enunciados pronunciados e aqueles que foram apagados e silenciados. Citando o filósofo (2005a, p. 91): “[...] todo discurso manifesto reside secretamente em um já dito; mas esse já dito não é simplesmente uma frase pronunciada, um texto já escrito, mas um “jamais dito””. A relação dialógica entre os enunciados e aqueles que, ao serem silenciados, se tornam condições de surgimento dos primeiros é de exclusão, recusa e negação. Com isso, a análise dos discursos circulantes em determinadas esferas sociais inclui, também, a análise dos discursos que, ao serem apagados, tornaram possíveis aqueles.

O dialogismo, portanto, seria inerente à análise dos discursos, visto que essa teria por finalidade

apreender o enunciado na estreiteza e na singularidade de seu acontecimento; de determinar as condições de sua existência, de fixar da maneira mais justa os seus limites, de estabelecer suas correlações com outros enunciados aos quais ele pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação ele exclui. (FOUCAULT, 2005a, p. 93).

Percebe-se, na citação, que a noção de *enunciado* de Foucault e de Bakhtin se aproxima em dois aspectos: no caráter dialógico, que existe no nível discursivo (e não no nível das palavras do sistema da língua) e na natureza singular do enunciado, tido como um acontecimento, e que se vincula à responsabilidade (estar compelido a dar uma resposta). Além desses aspectos, um outro ponto de afinidade entre os teóricos é a articulação, postulada por eles, existente entre os enunciados e o contexto extra-verbal ou, nas palavras de Foucault, entre os enunciados e os acontecimentos que não são de ordem discursiva, mas de natureza “técnica, prática, econômica, social, política etc.” (2005a, p. 94).

Um outro ponto de aproximação entre os filósofos é que as *relações* são constitutivas dos indivíduos, sejam elas relações dialógicas (Bakhtin) ou relações de poder (Foucault). Nos dois casos, as relações envolvem aceitações, recusas, confrontos, submissões, resistências etc. Contudo, a natureza dessas relações se diferencia: para o filósofo russo, como já mencionado, essas relações se inscrevem na dinâmica sócio-econômica, na qual os grupos lutam pelas suas verdades/pontos de vista. Foucault, diferentemente, localiza tais relações na dinâmica política, sendo que as relações economicamente motivadas submetem-se às relações de poder. Com isso, Bakhtin não leva ao extremo a especificidade das relações dialógicas, que é a sua natureza política; ou seja, toda relação é uma relação de poder. A teoria de funcionamento da sociedade que está subentendida na abordagem de Bakhtin se fundamenta, em grande parte, nos escritos marxistas, os quais são alvo de críticas fortes por limitarem a leitura da dinâmica social moderna, restringindo, por exemplo, o aspecto político ao confronto de classes.

Percebe-se, também, que ambos os autores sugerem haver uma relação dialógica entre o micro (a ideologia do cotidiano - Bakhtin) e o macro (o Estado, os sistemas ideológicos etc - Bakhtin). Para Foucault (1999b), uma das características do funcionamento do poder na sociedade moderna é que ele não opera “de cima para baixo”, não se impõe do Estado sobre os sujeitos; trata-se de uma estratégia global de funcionamento do poder em que o micro e o macro se sustentam, se influenciam e servem de suporte um ao outro. Similarmente, para Bakhtin, as esferas/ideologias do cotidiano não são definidas pelas esferas ideológicas mais elaboradas (ciência, política, religião...), mas há uma relação recíproca entre ambos, em que um define e sustenta o outro: “Voloshinov não

entende estas duas esferas como realidades independentes, mas em estreita interdependência” (FARACO, 2003, p. 61).

Os dois filósofos submetem o funcionamento da linguagem à dinâmica dos diferentes *períodos históricos*. Percebe-se que a concepção utilizada por Bakhtin tanto se aproxima como se distancia da de Marx. No primeiro caso, por exemplo, há aproximações quanto à definição de história a partir de lutas/contradições. No segundo caso, Bakhtin se distancia do marxismo ao postular que as lutas/confrontos/contradições são contínuas e constantes, pois o dialogismo é próprio do funcionamento da sociedade. Para (um certo) Marx, as lutas, que são lutas de classes, ocorrem, progressivamente, até o surgimento da revolução que, por fim, instauraria o fim da classe dominante. A história, na perspectiva de Marx, é vista como uma continuidade que vai de um estágio primitivo de relações sociais até um estágio complexo e estável (livre das contradições), que definiria a sociedade comunista. Ademais, as revoluções ocorreriam na medida em que houvesse mudanças na consciência (ideologia) dos indivíduos explorados. Nesse contexto, Bakhtin parece se aproximar mais de Foucault do que de Marx²¹⁵, uma vez que a noção bakhtiniana de dialogismo implica relações constantes, abertas e eternas de confrontos e de aceitações entre os enunciados e entre os sujeitos. Foucault questiona a definição marxista fechada de história, defendendo a ideia de que a história é descontínua e repleta de rupturas, e o sujeito é constituído pelos variados discursos historicamente produzidos. Na opinião do filósofo francês, as ideias (criticadas por ele) de progresso e consciência estão mutuamente implicados:

Querer fazer da análise histórica o discurso do contínuo e fazer da consciência humana o tema originário de qualquer saber e de qualquer prática são as duas faces de um mesmo sistema de pensamento. Nele o tempo é concebido em termos de totalização, e a revolução nada mais é do que tomada de consciência. (2005a, p. 86)

Trata-se, na perspectiva foucaultiana, de estudar a linguagem a partir das condições (históricas) que a tornaram possível. Aplicada, por exemplo, aos estudos dos gêneros discursivos, esta perspectiva permite uma análise das condições (não apenas econômicas, mas políticas, sociais, culturais etc) e das regras que possibilitam certos modos de comunicação sócio-verbal, em uma

²¹⁵ Holquist (1990, p. 76) comenta a perspectiva histórica de Bakhtin: “Instead of a teleology whose course is a movement from the unitary state to another, Bakhtin’s historical masterplot opens with a deluded perception of unity and goes on to a growing knowledge of ever-increasing difference and variety that cannot be overcome in any uniting synthesis”

sociedade, em determinada época. Exemplificando, o que tornou possível o surgimento do (gênero) diálogo médico-paciente, a partir do século XIX, com especificidades próprias que se assemelham à prática da confissão cristã? Segundo Foucault, tal surgimento não se deve a questões econômicas, mas, em poucas palavras, à invenção ocidental do sexo como sendo a causa de várias doenças (como a masturbação) e a concepção de que a cura estaria vinculada ao fato de que o paciente deveria falar exaustivamente sobre a sua sexualidade; ou seja, deveria confessá-la para o especialista (o médico).

No âmbito da *crítica de nós mesmos*, tanto Foucault como Bakhtin sugerem um mergulho na história como alternativa de produção de novas formas de ser (subjetividades) e de novos significados através do “resgate” de valores semânticos; esse resgate oferece novos olhares sobre o mundo moderno e sobre as formas de subjetivação contemporâneas. Nas palavras de Bakhtin (2003, p. 354): “Em cada cultura do passado estão sedimentadas as imensas possibilidades semânticas, que ficaram à margem das descobertas”. Entretanto, como atitude filosófica que oferece uma crítica à constituição de nós mesmos, Foucault sugere que além da crítica histórica, de instância analítica, uma outra, de fundamento prático e que gere mudanças, se faz necessária. Trata-se da crítica genealógica. Acredito que essa crítica se aproxime da atitude ética (responsiva) que Bakhtin sugere em seus escritos: trata-se de assumir a responsabilidade pelos enunciados/discursos que nos constituem.

Um dos temas mais evidentes de divergência entre esses dois autores é a noção de ideologia que, para Bakhtin, se aproxima da perspectiva marxista. Sobre a ideologia, Foucault (1999, p. 07) localiza três pontos frágeis: (i) a oposição dela a algo que seria a verdade; o filósofo francês questiona a existência da verdade (saberes, discursos verdadeiros...), preferindo pensar sobre de que maneira certos efeitos de verdade são produzidos pelos discursos (que não são verdadeiros e nem falsos), em determinadas épocas históricas; (ii) ela se refere a algo como o sujeito; para Foucault os sujeitos devem ser vistos em termos históricos e não como sujeitos transcendentais; e (iii) se opõe a alguma determinação material e econômica que serve como infra-estrutura; Foucault defende que saber/discurso e poder se vinculam mutuamente.

A noção de ideologia utilizada por Bakhtin se aproxima das críticas (i) e (iii) de Foucault, acima. Quanto a (i), observa-se, na idéia de luta de classes ou, mais precisamente, na definição bakhtiniana de que “o signo se torna a arena

onde se desenvolve a luta de classes” ([1929] 1988, p. 46), o lugar da verdade como objeto de confronto entre as diferentes classes sociais. A luta pelos significados é a luta, em outras palavras, pela verdade: somente os sentidos com status verdadeiros tendem a ser acolhidos pela massa social. Assim, ao colocar as lutas/disputas sociais como centrais na constituição das sociedades, Bakhtin reforça o papel da verdade na manutenção dos grupos “dominantes” e na superação dos enfrentamentos sociais. Contudo, parece haver uma contradição entre esse entendimento que vincula as vozes sociais às lutas de classe e a noção de plurilingüismo:

Fica irresolvida, em seus [Voloshinov/Bakhtin] textos, a conjunção da teoria da refração (todo e qualquer signo refrata necessariamente o mundo) – que implica a existência simultânea de “várias verdades sociais” – e a teoria da divisão da sociedade em classes – que explicitamente atribui a verdade a uma das classes (o proletariado), aquela que revolucionariamente construirá uma sociedade sem classes [...] No fundo, o problema que perseguia os membros marxistas do Círculo de Bakhtin era como costurar com as ortodoxias de seu tempo um conceitual que cultiva, como pressuposto básico, a idéia do não fechamento, do inesgotável, do inacabamento, do movimento infindo. (FARACO, 2003, p. 69-70)

Assim, considerando a perspectiva de ideologia vinculada à luta de classes presente na obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, a proposta do estudo das ideologias poderia privilegiar – ao invés da busca das verdades vinculadas a determinadas classes – uma análise sobre o processo histórico de produção dos significados “dominantes” numa sociedade, considerando os mais variados grupos (discursos) sociais; ou, em outros termos, a maneira pela qual certos significados (e não outros) são aceitos como possíveis (“verdadeiros”) numa sociedade, em determinada época, independente de serem verdadeiros ou não.

O item (iii) de Foucault é bastante evidente na teoria do teórico russo que questiona, em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, “como a realidade (a infra-estrutura) determina o signo, como o signo reflete e refrata a realidade em transformação” (p. 41). Salienta-se que a realidade, para Bakhtin, é a realidade das relações econômicas e sociais²¹⁶. Nesse caso, trata-se de considerar duas instâncias (realidade e ideologia) que se relacionam mutuamente, sendo que as mudanças necessariamente procedem da infra-estrutura para a superestrutura.

²¹⁶ Citando Bakhtin/Voloshinov ([1929] 1988, p. 45): “Para que o objeto, pertencente a qualquer esfera da realidade, entre no horizonte social do grupo e desencadeie uma reação semiótico-ideológica, é indispensável que ele esteja ligado às condições sócio-econômicas essenciais do referido grupo, que concerne de alguma maneira às bases de sua existência material”.

Considerando a abordagem de Foucault, dois aspectos da teoria de Bakhtin são questionados:

(a) o lugar conferido às relações econômicas como reguladoras da sociedade – para o filósofo francês, as questões econômicas submetem-se a uma ordem de funcionamento das sociedades que é, ao mesmo tempo, mais geral e pontual: as *relações de poder*. Os discursos e saberes são produzidos mediante relações de poder que não são, necessariamente, relações econômicas;

(b) o lugar conferido à realidade (infra-estrutura) como determinante de mudanças na ideologia (linguagem) – para Foucault, os discursos, produzidos historicamente mediante relações de poder, não refletem realidade alguma, mas a produzem; a linguagem é anterior ao mundo e não o contrário: as revoluções não produzem modificações na “ideologia”, mas são os discursos que produzem as revoluções. Contudo, essa perspectiva de Foucault não se opõe totalmente à teoria do signo de Bakhtin; aquela se assemelha ao caráter de refração que o signo possui: o signo, para o filósofo russo, não apenas reflete a realidade, mas a refrata, o que significa que os signos constroem uma realidade através das variadas possibilidades de interpretação e de leitura dessa realidade, em determinada época histórica.

5.3 LABOV E GIDDENS

Devido ao caráter sistemático de alguns dos escritos de Giddens e a sua preocupação teórica com a metodologia, o objeto de estudo, os procedimentos analíticos etc. na área das ciências sociais, acredito ser mais pertinente uma comparação entre Labov e esse autor do que com os outros dois, cuja natureza de pesquisa é mais filosófica e menos ocupada com questões voltadas aos estudos sociais (empíricos). Inicialmente, lanço um olhar crítico, a partir de Giddens, para as noções de fato social e de unidade de análise (comunidade de fala) utilizadas por Labov. Em seguida, comparo as idéias de estrutura e do grau de consciência que ambos atribuem aos indivíduos. Esses aspectos foram selecionados por possibilitarem uma vinculação entre língua, sociedade e indivíduo.

A noção de *fato social* adotada por Labov, a reboque de Saussure e de Durkheim, corresponde à definição clássica de que aspectos considerados sociais, como as maneiras de agir, de pensar, de usar a linguagem etc., atuam

sobre os indivíduos de forma coercitiva, impondo a eles padrões gerais. Essa noção é bastante questionável – vide Giddens em sua teoria da relação entre agente e estrutura – especialmente quanto ao lugar conferido aos indivíduos: receptores passivos de idéias, tendências, comportamentos e linguagem. Essa noção de fato social é visível nos estudos de caráter macro de Labov, em que os indivíduos (as categorias sociais vinculadas a eles) e a linguagem são tidos como instâncias diferentes e independentes, que são postas em correlação. Tal correlação, em termos gerais, pode ser considerada precária, pois:

(i) reduz os sujeitos a categorias amplas e questionáveis como sexo (se feminino ou masculino), idade e escolaridade, sem maiores reflexões sobre a questão da identidade como, por exemplo: que relação haveria entre o processo de formação da identidade de gênero e certos usos lingüísticos?;

(ii) considera a linguagem e o sujeito duas esferas diferentes, sendo a linguagem externa ao sujeito e que se impõe a esse coercitivamente;

(iii) desconsidera o fato de que a relação entre os falantes e a estrutura social é dialética;

(iv) sendo os indivíduos tidos como receptores passivos da linguagem, atribui uma importância à fala deles na medida em que oferece “dados” ao pesquisador, já que os “informantes” não são tidos como agentes sociais e reflexivos sobre, por exemplo, seu comportamento lingüístico; o pesquisador assume, nesse caso, uma posição monológica em relação ao seu interlocutor;

(v) sendo as mudanças da língua causadas, em grande parte, por fatores sociais, atribui à atuação individual – referente a questões de identidade – um segundo plano, o que se evidencia, por exemplo, na postura desconfiada do pesquisador frente às variações estilísticas;

(vi) sugere a crença de que comportamentos, modos de vestir, usos da linguagem etc., são impostos, verticalmente, aos indivíduos. Com os estudos de Foucault sobre o funcionamento do poder, percebe-se que a relação entre o macro e o micro não é unidirecional, já que o poder (que não opera apenas pela coerção, mas pela produção de saberes, discursos, subjetividades,...) circula, funciona em rede e se ramifica. Essa visão do funcionamento do poder no mundo contemporâneo não desmerece a idéia de coerção presente na noção de fato social, apenas a localiza como mais uma forma de atuação do poder, a mais visível e óbvia.

Ainda no âmbito macro de pesquisa, um outro ponto questionável nos escritos de Labov diz respeito à unidade de análise. A idéia laboviana de comunidade de fala, centrada no compartilhamento homogêneo das atitudes e valores dos membros de uma mesma comunidade em relação à língua, não é coerente com a diversidade e pluralidade próprias do mundo contemporâneo. Considerando a interpenetração entre os ambientes locais e globais e a gama de escolhas disponíveis aos indivíduos para a construção de seus estilos de vida, de suas identidades, de suas redes de relacionamentos parece ser quase ilusório – salvo em comunidades tradicionais e fechadas ao contato com outros grupos ou com a mídia – pensar em homogeneidade. Ademais, a noção de comunidade de fala apaga as diferenças individuais ao, por exemplo, desconsiderar a existência de uma variedade de redes sociais e de diferentes práticas sociais que ocorrem em diferentes comunidades de prática localizadas nas comunidades de fala.

Comparando os autores, a idéia de *estrutura* aparece tanto nos trabalhos de Labov (língua tida como sistema heterogeneamente ordenado) como nos de Giddens (teoria da estruturação). Em ambos os casos, a variação é inerente ao sistema/estrutura, o que acaba incluindo uma certa concepção de história-movimento atuante no processo de mudança. Para Giddens, a estrutura é flexível e passível de modificações, sendo ela formada por regras e recursos que se vinculam às práticas sociais desempenhadas por indivíduos reflexivos inscritos em papéis sociais. A macro-abordagem de Labov, pautada em comunidades de fala, não abre espaço para a relação entre linguagem e sujeitos (falantes) que ocorre nas variadas práticas sociais. Essa relação só se estabelece quando o lócus de análise recai sobre um nível micro de análise, o que possibilita ao pesquisador, por exemplo, identificar as origens da mudança no nível dos indivíduos. Sobre esse assunto, Labov (1972a) postula o seguinte itinerário para a mudança lingüística: origem da mudança a partir de um ou dois indivíduos → propagação pela comunidade de fala através dos indivíduos → regularização da mudança no nível da comunidade. Critica-se nesse esquema o fato de os indivíduos serem vistos isoladamente ao invés de desempenhando papéis (aos quais se vinculam certas obrigações, direitos e deveres) em práticas sociais variadas.

Um ponto de encontro entre Labov e Giddens está no grau de consciência que ambos conferem (sendo Labov menos incisivo nesse aspecto) aos indivíduos e ao conhecimento que eles possuem sobre, por exemplo, o uso da linguagem. Na

teoria de Labov esse ponto fica evidenciado nos testes de atitudes que avaliam os valores sociais que os falantes atribuem a certas variáveis lingüísticas – os resultados dos testes, por exemplo, serviriam de base para a delimitação da comunidade de fala, noção questionável nos trabalhos labovianos. Giddens (1989) defende a relação existente entre a estrutura (regras e recursos) e o agente intencional, sendo que esse é capaz de *monitoramento*, de *racionalização* e de *motivação* para a ação. O monitoramento e a racionalização também são levados em conta por Labov quando o sociolinguísta trata: (i) dos estilos – variáveis estilísticas que dizem respeito ao monitoramento da fala; (ii) da delimitação da comunidade de fala, que envolve a capacidade dos indivíduos de verbalizarem os valores sociais que atribuem à linguagem a partir de um entendimento que possuem sobre o seu uso; (iii) associado aos dois itens anteriores, do grau de consciência que os falantes possuem sobre o uso de certas variáveis: tal grau vai desde um nível inconsciente – com pouca força de avaliação – que caracteriza os “indicadores”, passando pelos “marcadores” – onde há um grau menor de inconsciência –, até os “esteriótipos” – que incluem as formas marcadas e conscientemente reconhecidas pelos indivíduos. Contudo, Labov não leva ao extremo o caráter de flexibilidade (Giddens) dos sujeitos quando, por exemplo, reduz esses a fonte de dados e a categorias rotuláveis. Ademais, para Giddens o monitoramento reflexivo é constitutivo dos indivíduos, o que significa que geralmente as pessoas monitoram/controlam seus comportamentos (lingüísticos também) e os dos demais; com isso, a idéia de vernáculo de Labov, de que haveria um estilo fracamente (ou não) monitorado da linguagem pelos falantes, é questionável.

Considero importante ressaltar, contudo, que a noção macro de linguagem como fato social não é absoluta nos trabalhos de Labov. Suas pesquisas micro, que, por exemplo, tomam como lócus de análise as redes sociais dos indivíduos, mostram que a questão da variação/mudança lingüística está diretamente vinculada à vida dos sujeitos, ou seja, ao processo de constituição da identidade deles. Nesse ponto, a história, os relatos de vida, as atitudes, os comportamentos, os laços de relacionamentos dos indivíduos e seus estilos de vida (Giddens) estão diretamente envolvidos no uso da linguagem. Nesse nível pode-se notar a maneira pela qual as mudanças lingüísticas (e outras mudanças sociais) são iniciadas nos sujeitos e propagadas através deles. Nessa perspectiva, o processo de constituição da identidade assume um valor prioritário; tomando

como base a noção de comunidades de prática (Eckert), pode-se observar que é nos locais sociais de interação que os indivíduos constroem suas identidades e estilos de vida e, em relação a eles, as variantes lingüísticas assumem significado social. Alinho-me aos que propõem que é nas comunidades de prática, onde ocorrem as práticas sociais (Giddens), que o estudo social da variação/mudança lingüística deve iniciar, pois é nesse contexto que se evidencia mais claramente a relação entre a estrutura social (na forma de regras sociais e recursos existentes em determinada comunidade), os indivíduos (o processo de formação das identidades) e os usos lingüísticos vinculados às práticas sociais desempenhadas pelos sujeitos.

6 POR UMA ABORDAGEM SOCIAL DIALÓGICA DA LINGUAGEM

Este capítulo é sintético e direto. Isto porque ele se pauta nas explicações, discussões e análises já feitas extensivamente no decorrer da tese, que contemplam: um percurso por aspectos históricos concernentes às condições de surgimento de algumas teorias sociais que tratam da linguagem; um resgate de temas pós-modernos de forma a contextualizar a perspectiva social dos estudos da linguagem no mundo contemporâneo; uma trajetória analítica por duas teorias lingüísticas de cunho social, sendo uma de natureza empírica – a abordagem laboviana – e outra de caráter filosófico – a perspectiva bakhtiniana, em busca da noção de indivíduo/sujeito presente nelas e da relação travada entre língua, identidade e sociedade; e alguns recortes das perspectivas críticas de Arendt, Foucault e Giddens que, de forma geral, tratam das identidades/indivíduos, da questão da ética, do funcionamento social e político contemporâneos e, direta ou indiretamente, da linguagem. O objetivo desses recortes foi fornecer, juntamente com as teorias abordadas anteriormente, elementos que possibilitassem traçar as bases de uma teoria social dialógica da linguagem; tais bases incluem aspectos a serem tanto evitados como contemplados pela visão dialógica. É desses aspectos que passo a tratar em seguida, iniciando com aqueles que acredito devam ser questionados e evitados. Para efeitos de organização, distribuo esses aspectos em itens.

1. O divórcio, na noção de linguagem, entre o que seria a *langue* (sistema de signos) e a *parole* (a fala dos indivíduos); sendo a linguagem (ou língua) de natureza social e, constitutiva/fundante, ao mesmo tempo, dos indivíduos/sujeitos e da sociedade, não faz sentido um corte na definição de linguagem que reflita uma dicotomia entre o individual e o social ou entre o caráter heterogêneo e homogêneo da língua;
2. a concepção de língua como fato social, pois postula a existência da língua como uma realidade exterior aos falantes e que atua de forma coercitiva sobre eles; os indivíduos não falam como/o que falam porque há forças

- externas operando sobre eles, mas porque possuem motivos – tanto conscientes quanto “inconscientes” – para isso;
3. o estudo da língua tida como um sistema abstrato de formas lingüísticas ao invés da língua tida como enunciado/discurso;
 4. a análise do funcionamento lingüístico a partir de um jogo abstrato de relações entre indivíduos, linguagem e sociedade, onde os sujeitos são tidos como categorias identitárias tipificadas (traços lingüísticos isolados) ligadas a categorias sociais amplas, e a sociedade é reduzida à noção de sociedade de classes;
 5. a crença de que o objeto de pesquisa (a língua) não tem nada a ver com a questão das identidades sociais e de que o pesquisador é neutro, distanciado, exterior ao fenômeno que estuda e que não produz um efeito sobre seus “dados” de pesquisa;
 6. a separação entre língua, sujeitos e sociedade;
 7. a redução dos indivíduos a meros informantes, reforçando a idéia de que eles não possuem consciência do funcionamento da linguagem e de que nada têm a dizer sobre isso;
 8. a idéia de que o monitoramento da fala pelos indivíduos pode atrapalhar o pesquisador na tarefa de identificar as causas “verdadeiras” da inovação ou mudança/variação lingüística;
 9. a crença de que há um estilo de fala essencial e autêntico dos falantes (o vernáculo) e de que a hipercorreção da fala pelos indivíduos seria um obstáculo para a identificação dos aspectos lingüísticos que de fato estariam em processo de variação na língua;
 10. a crença de que é geralmente possível ter como lócus de análise lingüística uma comunidade homogênea em suas opiniões valorativas sobre os usos lingüísticos;
 11. a idéia de que é possível fazer uma análise ampla e geral (macro lingüístico-social) sem considerar os aspectos locais, as identidades e as práticas sociais nas quais os sujeitos se inserem;
 12. a idéia de que existe uma relação unidirecional de causalidade entre a realidade social e a linguagem;
 13. a submissão da dinâmica social a um modelo econômico de explicação, que reduza a importância de aspectos políticos (relações de poder) como próprios do funcionamento das sociedades contemporâneas;

14. a desconsideração dos variados conflitos (raciais, étnicos, de gênero, culturais) existentes na sociedade e que envolvem a relação entre identidade, linguagem e sociedade;
15. um modelo monológico de pesquisa, em que os sujeitos (e suas falas) são transformados em objetos e onde o diálogo, a compreensão responsiva e a responsabilidade ética inexistem.

Os aspectos teóricos que, a meu ver, devem formar as bases de uma perspectiva social dialógica da linguagem estão organizados na forma de itens, abaixo.

1. Uma definição de linguagem/língua que envolva indivíduo (identidade) e sociedade/mundo real (práticas sociais);
2. a noção de linguagem/língua como um processo contínuo e aberto de estruturação, sendo que unidade e homogeneidade existem relativamente e podem ser percebidas nas práticas sociais – que envolvem os usos da língua – rotinizadas, como é o caso dos gêneros discursivos, que tendem a reproduzir as dinâmicas sociais de interação verbal presentes na vida social; a língua é heterogênea, “relativamente estável” e inconclusa²¹⁷;
3. a concepção de que não é possível estabelecer leis universais sobre o funcionamento da língua, mesmo porque há infinitas “variáveis” que interferem nos usos lingüísticos e sobre as quais o pesquisador não possui controle, como, por exemplo, as crenças e os saberes (que inclui, também, as teorias científicas) que os indivíduos possuem sobre o fenômeno da linguagem;
4. a visão de que a linguagem existe na relação entre os indivíduos, e não na abstração; com isso, ela não é neutra, mas impregnada politicamente – isso significa, por exemplo, que a linguagem não apenas reproduz a dinâmica social, como também a produz;
5. a concepção de que a língua-discurso falada por nós carrega, necessariamente, acentos de valor; trata-se, portanto, de um fenômeno ideológico;
6. a idéia de que a mudança lingüística se vincula a mudanças semânticas ou à mudanças axiológicas dos falantes em relação aos itens lingüísticos;

²¹⁷ Sobre o caráter estável da língua, conferir discussão feita por Votre (2006).

7. uma visão de indivíduos/falantes/sujeitos reflexivos, pensantes, políticos e eticamente responsáveis, que são essencialmente sociais (se constituem na relação com a alteridade) e que desempenham seus papéis – fazendo uso da linguagem – enquanto inscritos em contextos sociais de interação;
8. a noção de que os indivíduos são constituídos por várias identidades e que essas permanecem em transformação;
9. a idéia de que a alteridade é constitutiva dos indivíduos e que, assim como eles, a linguagem possui um caráter dialógico;
10. o reconhecimento de que os indivíduos no mundo contemporâneo monitoram comportamentos, linguagem, hábitos etc., sendo que esse controle interfere nos usos da língua e nos processos de variação/mudança lingüística;
11. a idéia de que há uma forte relação entre a questão da identidade e variação/mudança lingüística; com isso, os estilos de vida “escolhidos” pelos indivíduos apresentam uma relação evidente com as escolhas lingüísticas;
12. a idéia de que é raramente possível delimitar comunidades de fala homogêneas no mundo contemporâneo; é preferível lidar com a heterogeneidade e pluralidade social e lingüística, de modo que o lócus inicial de estudo recaia sobre categorias menores que envolvam os processos identificatórios dos indivíduos, como as comunidades de prática;
13. a noção de funcionamento das sociedades contemporâneas com base em um paradigma político de relações de poder; e o reconhecimento da relação entre os variados conflitos sociais, étnicos, culturais, políticos, religiosos existentes atualmente, e os diferentes usos lingüísticos;
14. a consideração de que mudanças sociais (e lingüísticas) podem ser iniciadas nas margens (grupos ou linguagens marginalizadas); ou seja, novos significados surgem – fazendo contraponto aos significados hegemônicos – nos pontos de resistência a alguma forma de poder. Isso não significa que a margem e o centro formam uma dualidade, dado que um é constitutivo do outro;
15. a vinculação entre as dimensões cognitiva (científicas), estética (emoções) e ética – vínculo entre o mundo da cultura e o mundo da vida – através de

- uma atitude responsável, que inclui uma compreensão ativa (estar impelido a responder) e a consideração da alteridade;
16. a vinculação entre as pesquisas se cunho qualitativo (micro) e quantitativo (macro) através de um procedimento metodológico similar que integre indivíduos/identidade, práticas sociais e linguagem; exemplificando, o nível micro de análise da linguagem deve considerar que há uma relação entre diferentes comunidades de prática e as histórias dos indivíduos que as integram;
 17. um modelo dialógico de pesquisa em que ambos o pesquisador e o seu objeto de pesquisa se implicam mutuamente, um gerando efeitos sobre o outro; trata-se de uma postura eticamente responsável do pesquisador em relação àquilo que pesquisa, já que é em relação às palavras do pesquisador – que possuem significado ideológico – que os falantes respondem;
 18. um compromisso responsabilmente ético do pesquisador com seu objeto de estudo, propiciando aos sujeitos/falantes condições de reflexão e de expressão em um espaço de liberdade e não de submissão velada;
 19. um compromisso político do pesquisador com suas teorias e pesquisa, uma vez que elas promovem ações no mundo; por exemplo, elas podem gerar mudanças nas crenças e atitudes dos falantes em relação à língua e, conseqüentemente, aos usos que fazem da linguagem;
 20. o entendimento de que a relação dialógica com o objeto de estudo produz mudanças constantes no processo de pesquisa, sendo que o trabalho final nunca é conclusivo, mas uma resposta a um outro enunciado e uma antecipação de outras respostas: todo encontro dialógico (diálogo de sentidos) produz alterações, por menores que sejam;
 21. a promoção de um diálogo inter e transdisciplinar com áreas afins que tratam da questão da identidade, linguagem e sociedade, como a filosofia, a sociologia e a psicologia.

Essas são as bases que, mesmo sendo algumas delas de caráter geral, considero fundamentais para se pensar um teoria social dialógica da linguagem, que articule indivíduos/sujeitos, linguagem e sociedade. As idéias expostas aqui não são conclusivas e definitivas; elas, por um lado, respondem à demanda da tese de se buscar um olhar dialógico/crítico sobre a abordagem social dos

estudos da linguagem, a partir de uma reflexão sobre a noção de indivíduos e da relação desses com a língua e a dinâmica social; por outro lado, essas idéias dialogam com outras tantas que emergem do processo de compreensão ativa e criadora da leitura deste texto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese foi organizada em seis capítulos: o primeiro, de caráter *histórico e filosófico*, localizou as discussões sobre indivíduo, língua e sociedade em três séries históricas distintas que contemplam indivíduo e sociedade nos estudos da linguagem – onde foram contextualizados Labov e Bakhtin; abordou a questão de *mudanças de paradigmas* e a relação destas com a comunidade científica, nos termos propostos por Kuhn; e tratou da noção de *(pós) modernidade*, especialmente nas discussões sobre o indivíduo e a sociedade. Considero que a hipótese de que houve uma mudança de paradigma nos estudos sociais da linguagem é válida na medida em que os acontecimentos sociais, econômicos, culturais e políticos e o interesse científico passaram a priorizar a dimensão social ao invés da individual como objeto de interesse. Observou-se que a noção de paradigma de Kuhn não foi suficiente para explicar as motivações para aquela mudança, por isso, optou-se por um resgate das discussões sobre modernidade e pós-modernidade que tratam da relação entre indivíduos, sociedade e linguagem.

O segundo e terceiro capítulos objetivaram, em termos gerais, discutir as noções de indivíduo e a relação dessas com a linguagem e a sociedade nos seguintes aspectos teóricos:

- qual é o lugar do indivíduo nas abordagens de Labov e de Bakhtin;
- que indivíduos/sujeitos são esses;
- que relação existe entre tais sujeitos e a linguagem;
- qual o lugar do indivíduo/identidade no processo de mudança lingüística;
- qual é a relação estabelecida pelos autores entre indivíduo, sociedade e linguagem;
- qual é dimensão política dessas abordagens.

Na teoria de Labov, foi possível perceber uma importância atribuída ao indivíduo na idéia de comunidade de fala, que supõe uma avaliação homogênea dos falantes em relação à língua; nas variáveis estilísticas que implicam que os

indivíduos monitoram suas falas em função dos valores que atribuem à língua; a idéia de que há uma relação entre linguagem e identidade na medida em que os indivíduos reforçam ou decidem mudar certos traços lingüísticos em virtude da rede/grupo/comunidade ao qual pertencem; a noção de variação/mudança que implica o envolvimento dos indivíduos na origem da variação lingüística e na sua difusão, como, por exemplo, o papel do inovador da mudança que geralmente é alguém que apresenta uma forma usada por um grupo a outro grupo (LABOV, 1972a; 2001). Já na abordagem de Bakhtin, o indivíduo/sujeito é essencialmente social – assim como é a linguagem – e ele possui uma relação de valor com o seu objeto discursivo, conferindo ao enunciado a expressividade individual; ademais, os indivíduos se constituem na relação com a alteridade, por isso são sujeitos dialógicos (e não monológicos); com isso, eles são éticos na medida em que assumem a responsabilidade (a atitude responsiva) em relação a outros sujeitos, enunciados, etc.

As duas teorias diferem entre si, primordialmente, no caráter empírico da abordagem laboviana em detrimento do caráter filosófico da perspectiva bakhtiniana. Isso significa que a preocupação de ambos é diferente: enquanto Labov busca explicar o processo de variação/mudança lingüística, Bakhtin ocupou-se da relação entre linguagem, mundo e sujeitos, sendo que seu foco de estudo foi a língua-discurso e não a língua-objeto; por isso, a abordagem de Bakhtin dialoga com teorias sociológicas, filosóficas, estético-literárias e com a própria época em que vivia. Em poucas palavras, Bakhtin ocupou-se da “realidade/mundo” enquanto Labov ocupa-se da fala, o que fica evidenciado na radicalidade sociológica existente na abordagem do primeiro que não existe na do segundo (uma vez que para Labov há motivações lingüísticas/estruturais para o fenômeno da mudança).

O quarto capítulo expôs recortes das abordagens de Hannah Arendt sobre a relação entre a ação, o discurso e a responsabilidade; de Michel Foucault foram narrados aspectos concernentes à formação do Estado moderno, às formas de poder atuantes, aos processos de objetivação e de subjetivação do sujeito moderno e a questão da crítica de si; de Giddens foi resgatada a teoria da estruturação e sua idéia de estilos de vida que está aliada à sua concepção de modernidade tardia e de sujeitos reflexivos. Tais recortes possibilitaram um olhar crítico sobre as teorias lingüísticas apresentadas e uma reflexão acerca do mundo e dos sujeitos contemporâneos.

No quinto capítulo foram promovidas algumas aproximações e distanciamentos entre os autores abordados na tese, como no caso de (i) Labov e Bakhtin, (ii) de Bakhtin e Arendt, (iii) Bakhtin e Foucault, e (iv) Labov e Giddens. No primeiro caso foram comparados os temas da metodologia, do sujeito, da mudança/variação e da relação entre língua, sociedade e identidade. A segunda comparação realçou a importância do diálogo – feito em um espaço público de livre interação – na conservação da pluralidade humana e da pluralidade discursiva. A terceira aproximação propiciou um olhar crítico à dimensão sociológica da teoria bakhtiniana, que, por vezes, reduz o entendimento do funcionamento da sociedade a uma dimensão econômica e de classes, conferindo pouca atenção à questão do poder. Na quarta comparação, procurou-se aproximar a teoria de Giddens com a abordagem de Labov, especialmente quanto à relação existente entre indivíduo – linguagem – sociedade para ambos os autores.

O último capítulo tratou de, com base nas discussões, explicações e análises feitas no decorrer da tese, propor as bases epistemológicas (éticas e políticas) para uma abordagem social dialógica da linguagem, que envolvem aspectos que considero tanto questionáveis como imprescindíveis para uma perspectiva dialógica. Esta tese apenas prosseguiu o diálogo com outros autores – especialmente com os lingüistas – preocupados com a questão da língua-identidade-sociedade; diálogo que, por sua natureza, é inconcluso e, portanto, aberto a concordâncias, confrontos, recusas, aceitações, questionamentos, críticas ou silêncios.

Por fim, acredito que as principais contribuições desta tese podem ser traduzidas em termos de: colocar em evidência o papel primordial dos sujeitos (da intersubjetividade) nos estudos da língua; sinalizar opções teóricas para os estudos sociais da linguagem no que se refere a três possíveis alianças entre: Bakhtin e Labov / Bakhtin e Foucault / Labov e Giddens; contribuir para um diálogo transdisciplinar com a filosofia e as ciências sociais; intensificar as pesquisas sociais dos estudos da linguagem a partir de um prisma dialógico, questionando, por exemplo, a neutralidade do pesquisador e a crença na objetificação; apontar que o cientificismo no estudo da língua rompe com a possibilidade de uma postura ética-responsável com o mundo (e os sujeitos), pois rompe com a possibilidade do diálogo; e reforçar a relação intrínseca que há entre a opção teórica do pesquisador e sua postura ética e política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAÃO, Bernadette Siqueira (org. e texto final). *A História da Filosofia. Coleção Os Pensadores*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2004.
- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia* (trad. Alfredo Bosi; Ivone C. Benedetti). 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- AMORIM, Marília. *O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas Ciências Humanas*. São Paulo: Musa editora, 2004.
- ARANTES, Pedro Eduardo. *Vida e obra*. In: HEGEL, G. W. F. *Coleção os Pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 2005.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana* (trad. Roberto Raposo). 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- _____. *Responsabilidade e julgamento* (trad. Rosaura Eichenberg). São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- _____. *A vida do espírito* (trad. César A. R. de Almeida, Antônio Abranches, et al). 3ª ed. Rio de Janeiro: Dumará, 1995.
- _____. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- ASSY, Bethânia. Introdução à edição brasileira. In: ARENDT, 2004. p. 31-60.
- BAILEY, Guy. *Real and Apparent Time*. In: CHAMBERS, J.K.; TRUGDILL, P.; SCHILLING-ESTES, N. (eds.), 2004 [2002]. p.312- 332.
- BAKHTIN, M. M./Médvedev, P. N. *The formal method in literary scholarship* [1928]. A critical introduction to sociological poetics. Cambridge: H.U.P., 1985.
- BAKHTIN, Mikhail/VOLOSHINOV, Valentin Nikolaevich. *O Freudismo* (1927) (trad. Paulo Bezerra). São Paulo: Perspectiva, 2004.
- _____. *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (1929) (trad. Michel Lahud; Yara F. Vieira). São Paulo: Editora Hucitec, 1988.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal* (trad. Paulo Bezerra). 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- _____. *Estética da Criação Verbal* (trad. Maria Ermantina G. G. Pereira). 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- _____. *Estética da Criação Verbal* (trad. Aurora Bernardini e outros). São Paulo: Hucitec, 1990.
- _____. *Arte e responsabilidade* (1919). In: BAKHTIN, M., 2003 [1992]. p. XXXIII-XXXIV.
- _____. *Os gêneros do discurso* (1952-53). In: BAKHTIN, M., 2003; 1997; 1990. p 277-326.
- _____. *O problema do texto* (1959-61). In: BAKHTIN, M., 2003; 1997; 1990. p 327-358.

- _____. Metodologia das ciências humanas [1974]. In: BAKHTIN, M., 2003; 1997; 1990. p. 393-410.
- _____. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento – o contexto de François Rabelais* (1940; 1965) (trad. Yara F. Vieira). 5ª ed. São Paulo: Hucitec, 2002.
- _____. O discurso no romance (1934-35). In: BAKHTIN, M., 1998 [1988]. p. 71-164.
- _____. *Questões de Literatura e de Estética: a teoria do romance* (trad. Carlos Vogt e Eny Orlandi). 4ª ed. São Paulo: Unesp, 1998 [1988].
- _____. *Problems of Dostoevsky's Poetics* (1929; 1961-62). Minnesota: University of Minnesota Press, 1989.
- _____. *Para uma filosofia do ato* (1919-1921). Tradução inédita, sem revisão, destinada ao uso didático de Carlos Alberto Faraco e Cristivão Tezza do texto da edição americana *Toward a Philosophy of the Act*. Austin: University of Texas Press, 1993.
- BERNARD-DONALS, Michael F. *Mikhail Bakhtin – Between Phenomenology and Marxism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- BOUKHARAEVA, L. Mansurovna. *Começando o diálogo com Mikhail Mikhailovitch Bakhtin*. Ijuí: Unijui, 1997.
- BRAIT, Beth (org.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.
- BRANDIST, Craig. *Mikhail Bakhtin e os primórdios da sociolinguística soviética* (trad. Carlos Alberto Faraco). In: FARACO, C. A.; TEZZA, C.; CASTRO, G. de (orgs). 2006. p. 67-88.
- _____. Marxism and the Philosophy of Language in Rússia in the 1920s and 1930s. *Historical Materialism*, Leiden, 13, p. 63-84, 2005. Disponível em <www.brill.nl> Acesso em: 05/2006.
- _____. *The Bakhtin Circle – Philosophy, Culture and Politics*. Londres: Pluto Press, 2002.
- BRITAIN, David; MATSUMOTO, Kazuko. *Language, Communities, Networks and Practices*. Disponível em <www.homepages.tesco.net/~david.britain/15.pdf> Acesso em: 25/09/2005.
- CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística: uma introdução crítica* (trad. Marcos Marcionilo). São Paulo: Parábola, 2002.
- CASSIRER, Ernst. *A filosofia das formas simbólicas* (trad. Marion Fleischer). São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- _____. *Linguagem e mito*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- CHAMBERS, Jack K. *Sociolinguistic Theory*. Oxford: Blackwell, 1995.
- CHAMBERS, Jack K.; TRUGDILL, Peter; SCHILLING-ESTES, Natalie. (eds.). *The handbook of language variation and change*. Oxford: Blackwell, 2004 [2002].
- CHÂTELET, François. *História da filosofia, idéias, doutrinas: O Iluminismo* (vol. 4). Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- CLARK, Katerina; HOLQUIST, Michael. *Mikhail Bakhtin*. São Paulo: Perspectiva, 1998.

- COSTA, Nelson Barros da. Contribuições de Marxismo para uma teoria crítica da linguagem. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, vol. 16, n. 01, p. 27-54, 2000.
- COULMAS, Florian. *The Handbook of Sociolinguistics*. Oxford: Blackwell, 1997.
- CULLER, Jonathan. *As idéias de Saussure* (trad. Carlos Alberto da Fonseca). São Paulo: Cultrix, 1979.
- DOR, Joel. (1989). *Introdução à leitura de Lacan – o inconsciente estruturado como linguagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.
- DURKHEIM, Émile. Da divisão do trabalho social. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril S.A. Cultural e Industrial, 1973. p. 303-372
- _____. As regras do método sociológico. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril S.A. Cultural e Industrial, 1973. p. 373-464.
- EAGLETON, Terry. *As ilusões do pós-modernismo* (trad. Elizabeth Barbosa). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- ECKERT, Penelope; WENGER, Étienne. What is the role of power in sociolinguistic variation? *Journal of Sociolinguistics*. Reino Unido, 9, 4, p. 582-589, 2005.
- ECKERT, Penelope. (ay) Goes to the City: Exploring the expressive use of variation. In: GUY, G.; FEAGIN, C.; SCHIFFRIN, D.; & BAUGH, J. (eds.). *Towards a social science of language*. Vol 1: Variation and change in language and society. Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins, 1996. p.47-68.
- _____. Age as a Sociolinguistic Variable. In: COULMAS, F., 1997. p. 151-167.
- ELSTER, Jon. *Marx hoje* (trad. Plínio Dentzien). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- EMERSON, Caryl. Os 100 primeiros anos de Mikhail Bakhtin (trad. Pedro Jorgensen Jr.). Rio de Janeiro: DIFEL, 2003.
- FAÏTA, Daniel. A noção de “gênero discursivo” em Bakhtin: Uma mudança de paradigma. In: BRAIT, Beth (org.), 1997. p. 159-177.
- FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristovão; CASTRO, Gilberto de (orgs). *Vinte ensaios sobre Mikhail Bakhtin*. Pretrópolis: Vozes, 2006.
- FARACO, Carlos Alberto. Voloshinov: um coração humboldtiano? In: FARACO, C. A.; TEZZA, C.; CASTRO, G. de (orgs). 2006. p. 125-132.
- _____. Estudos pré-saussurianos. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (orgs). *Introdução à Lingüística – fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2004.
- _____. *Linguagem e Diálogo – as idéias lingüísticas do Círculo de Bakhtin*. Curitiba: Criar, 2003.
- _____. Pesquisa aplicada em linguagem: alguns desafios para o novo milênio. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 17, n. especial, p. 1-9, 2001.
- _____. *Lingüística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Ática, 1991.
- _____. Bakhtin: A invasão silenciosa e a má-leitura. In: *Uma introdução a Bakhtin*. Curitiba: Hatier, 1988.
- FASOLD, Ralph. *The Sociolinguistics of Society*. Oxford: Basil Blackwell, 1984.
- FIGUEROA, Ester. *Sociolinguistic metatheory*. Pergamon, 1994.

- FIRTH, J. R. *Papers in Linguistics 1934-1951*. London: Oxford University Press, 1969.
- FOUCAULT, Michel. Estruturalismo e pós-estruturalismo (1983). In: FOUCAULT, M., 2005a. p. 307-334.
- _____. Sobre a arqueologia das ciências. Resposta ao círculo de epistemologia. (1968). In: FOUCAULT, M., 2005a. p. 82-118.
- _____. *Ditos e Escritos II: Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento* (org. Manoel Barros da Motta; trad. Elisa Monteiro). 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005a.
- _____. *A verdade e as formas jurídicas*. (trad. Roberto Machado). 3ª ed. Rio de Janeiro: NAU, 2005b.
- _____. A tecnologia política dos indivíduos. In: *Ditos e Escritos V: Foucault - Ética, Sexualidade e Política* (org. Manoel Barros da Motta). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- _____. *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2004a.
- _____. *A Arqueologia do saber* (trad. Luis Felipe Baeta Neves). 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2000.
- _____. Nietzsche, a genealogia e a história. In: FOUCAULT, M., 1999. p. 15-37.
- _____. A governamentabilidade. In: FOUCAULT, M., 1999. p.277-293.
- _____. *Microfísica do poder*. 14ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- _____. *Vigiar e Punir* (trad. Raquel Ramallete). 21ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999a [1987].
- _____. *História da Sexualidade* (trad. Maria Thereza Albuquerque). Rio de Janeiro: Graal, 1999b [1988].
- _____. *A ordem do discurso* (trad. Laura F. de Almeida Sampaio). São Paulo: Loyola, 1996.
- _____. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P. e DREYFUS, 1995. p 231-252.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- FREITAG, Barbara. *A teoria crítica ontem e hoje*. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade* (trad. Plínio Dentzien). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- _____. Modernidade. In: GIDDENS, A. e PIERSON, 2000. p. 73-88.
- _____. *Política, Sociologia e Teoria Social* (trad. Cibele S. Rizek). São Paulo: Editora da Unesp, 1998.
- _____. Entrevista com Anthony Giddens. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 16, 1992.
- _____. *As conseqüências da modernidade* (trad. Raul Fiker). São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.
- _____. *A constituição da sociedade* (trad. Álvaro Cabral). São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____. *Central problems in social theory*. California: University of California Press, 1979.

GIDDENS, A. e PIERSON, C. *Conversas com Anthony Giddens: o sentido da modernidade* (trad. Luiz Alberto Monjardim). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

GROS, Frédéric. *Situação do Curso*. In: FOUCAULT, Michel, 2004a.

GUMPERZ, J. John. Introduction to part IV. In: GUMPERZ, J. John; LEVINSON, C. Stephen (eds.), 1996. p.359-73.

GUMPERZ, J. John; LEVINSON, C. Stephen. Introduction: Linguistic relativity re-examined. In: GUMPERZ, J. John; LEVINSON, C. Stephen (eds.), 1996. p. 1-18.

____ (eds.) *Rethinking linguistic relativity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

GUY, Gregory. As comunidades de fala: fronteiras internas e externas. *Abralin*, 2001. Disponível em <http://sw.npd.ufc.br/abralin/anais_con2int_conf02.pdf>. Acesso em 2004.

HEIDERMANN, Werner; WEININGER, Markus J. (orgs). *Wilhem von Humboldt – Linguagem, Literatura, Bildung*. Florianópolis: UFSC, 2006.

HOLQUIST, Michael. *Dialogism: Bakhtin and his world*. London: Routledge, 1990.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. *Temas básicos da sociologia* (trad. Álvaro Cabral). 2ª ed. São Paulo: Cultrix, 1978.

HUDSON, R. *Sociolinguistics*. 2ª ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

HUMBOLDT, Wilhem von. Sobre a natureza da língua em geral (Trad. Paulo Oliveira). In: HEIDERMANN, Werner; WEININGER, Markus J. (orgs.), 2006. p. 2-19.

_____. Sobre o estudo comparado das línguas em relação com as diferentes épocas do desenvolvimento das línguas (Trad. Luiz Montez). In: HEIDERMANN, Werner; WEININGER, Markus J. (orgs.), 2006. p. 20-93.

_____. Forma das línguas (Trad. Karen Volobuef). In: HEIDERMANN, Werner; WEININGER, Markus J. (orgs.), 2006. p. 94-119.

_____. Natureza e constituição da língua em geral (Trad. Weininger). In: HEIDERMANN, Werner; WEININGER, Markus J. (orgs.), 2006. p. 120-165.

_____. Carta para Karl Ferdinand Becker: A língua como organismo (Trad. Álvaro Alfredo Bragança Júnior). In: HEIDERMANN, Werner; WEININGER, Markus J. (orgs.), 2006. p. 166-179.

_____. Carta a Schiller: Sobre língua e poesia (Trad. Izabela Maria Furtado Kestler). In: HEIDERMANN, Werner; WEININGER, Markus J. (orgs.), 2006. p. 180-197.

_____. *Os limites da ação do Estado* (trad. Jesualdo Correia). Rio de Janeiro: Topbooks, 2004.

_____. Sobre a origem das formas gramaticais e sobre sua influência no desenvolvimento das idéias (Trad. Claudia Castellanos Pfeiffer). *Línguas e Instrumentos Lingüísticos*, Campinas, jan-junho, 1999. nº 3, p. 77-102.

HEMMER, Jeff. *Language policy, language practice and language attitudes in the early Soviet Union*. Disponível em <http://www.cultiv.net/cultiv/index.php?id=651&delete=true&docid=63> Acesso em: 05/03/2006.

JOHNSTONE, Barbara. The Individual Voice in Language. *Annual Reviews Anthropol*, 2000, 29, p. 405-29.

KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. 8ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

KUMAR, Krishan. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna* (trad. Ruy Jungmann). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LABOV, William. *Sociolinguistic Patterns*. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, 1972a.

_____. *Language in the Inner City: Studies in the Black English Vernacular*. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, 1972b.

_____. Where does the linguistic variable stop? A response to Beatriz Lavandera. *Working Papers in Sociolinguistics* **44**, 1978.

_____. Building on empirical foundations. In: Winfred P. Lehmann & Yakov Malkiel (eds.). *Perspectives on Historical Linguistics*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1982

_____. *Principles of Linguistic Change: Internal Factors*. Cambridge: Blackwall Publishers, 1994.

_____. *How I got into linguistics, and what I got out of it*. University of Pennsylvania, 1997. Disponível em <http://www.ling.upenn.edu/~wlabov/home.html> Acesso em: 01/10/2005.

_____. *Principles of Linguistic Change: Social Factors*. Cambridge: Blackwall Publishers, 2001.

_____. Some sociolinguistic principles. In PAULSTON, C. B. & TUCKER, G. R. (eds.) *Sociolinguistics: the essencial readings*. Oxford: Blackwell Publ., 2003.

_____. Entrevista com William Labov: Sociolinguistics by its creator. *Revista Letra Magna*, ano 2, n. 2, 2005. Disponível em www.letramagna.com.br Acesso em: 10/2005.

_____. Interview with William Labov, by Matthew J. Gordon. *Journal of English Linguistics*, 34, 2006. Disponível em <http://eng.sagepub.com> Acesso em: 05/2007.

LAFER, Celso. *Hannah Arendt: pensamento, persuasão e poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LÄHTEENMÄKI, Mika. Da crítica de Saussure por Voloshinov e Iakubinski. In: FARACO, C. A.; TEZZA, C.; CASTRO, G. de (orgs). 2006. p. 190-207.

_____. Estratificação social da linguagem no “discurso sobre o romance”: o contexto soviético oculto. In: ZANDWAIS, Ana (org.). 2005, p. 41-58.

LE PAGE, Robert B. The Evolution of a Sociolinguistic Theory of Language. In: COULMAS, F., 1997. p. 15-32.

LOPES DA SILVA, Fábio. A arbitrariedade que não se encontra. *Letras*. Curitiba, n. 56, p. 291-300, 2001

LYOTARD, Jean-François. *A condição da pós-modernidade* (trad. Ricardo Correa Barbosa). 8ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

MARX, K. e ENGELS, F. *O manifesto comunista*. In Obras escolhidas. V. 1. São Paulo: Alfa –Omega, s/d.

_____. *A ideologia alemã (I – Feuerbach)* (trad. José C. Bruni e Marco A. Nogueira). 10ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

MEILLET, Antoine. *Linguistique Historique et Linguistique Générale*. Paris: Librairie ancienne honoré champion: 1948.

MEYERHOFF, Miriam. Biographies, agency and power. *Journal of Sociolinguistics*. Reino Unido, 9, 4, p. 595-601, 2005.

_____. Communities of practice. In: CHAMBERS, J.K.; TRUGDILL, P.; SCHILLING-ESTES, N. (eds.), 2004 [2002]. p. 526-547.

MEURER, José Luis. Role prescriptions, social practices, and social structures: A sociological basis for the contextualization of analysis in SFG and CDA. In: YOUNG, L. & HARRISON, C. (eds.). *Systemic functional linguistics and critical discourse analysis. Studies in social change*. London/New York: Continuum, 2004. p. 85-99.

MILROY, Lesley. Social Network. In: CHAMBERS, J.K.; TRUGDILL, P.; SCHILLING-ESTES, N. (eds.), 2004 [2002]. p. 549-571.

MILROY, James & MILROY, Lesley. Varieties and Variation. In: COULMAS, Florian (ed.). *The Handbook of Sociolinguistics*. Oxford: Blackwell, 1997.

MILROY, James. Probing under the tip of the iceberg: phonological ‘normalization’ and the shape of speech communities. In: ROMAINE (ed.), 1982.

MINGERS, John. Can social systems be autopoietic? Bhaskar and Giddens’ social theories. *Working Papers*, n. 44, 2002. Disponível em: <<http://www.kent.ac.uk/KBS/research-information/working-papers/Mingers-No-44.pdf>> Acesso em: 01/2006.

MONTEIRO, Luis G. Mattos. *Neomarxismo: Indivíduo e subjetividade*. São Paulo: EDUC; Florianópolis: EDUFSC, 1995.

PATRICK, Peter L. The Speech Community. In: CHAMBERS, J.K.; TRUGDILL, P.; SCHILLING-ESTES, N. (eds.). 2004 [2002]. p. 573-597.

PAGOTTO, Emílio G. *Variação e(é) Identidade*. UNICAMP/IEL. Tese de Doutorado, 2001.

_____. *Variação e (é) identidade*. Maceió: edUFAL ; EDUFBA, 2004.

PAIVA, Maria da Conceição; DUARTE, Maria Eugênia L. (orgs). *Mudança lingüística em tempo real*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2003.

PAIVA, Maria Arair Pinto. *Espaço público e representação política*. Disponível em: <http://www.puc-rio.br/sobrepuc/depto/direito/revista/online/rev07_arair.html#_ftn1> Acesso realizado em dezembro de 2005.

PAUL, Hermann. *Princípios fundamentais da história da língua* (trad. Maria Luisa Schemann). 2ª ed. Lisboa: Gulbenkian, 1966 [1880].

PONZIO, Augusto. *La revolución bajtiniana. El pensamiento de Bajtín y la ideología contemporánea*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1998.

RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. *Michel Foucault: Uma trajetória filosófica - para além do estruturalismo e da hermenêutica*. (trad. Vera Porto Carrero). Rio de Janeiro: Universitária, 1995.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Social aspects of pragmatics. In: MEY, Jacob L. (ed). *Encyclopedia of Language & Linguistics – Volume on Pragmatics*. Reino Unido: Elsevier, 2006. (a sair)

_____. Resposta aos meus debatedores. In: LOPES DA SILVA e RAJAGOPALAN. *A Lingüística que nos faz falhar*. São Paulo: Parábola, 2004.

_____. *Por uma lingüística crítica – linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo: Parábola, 2003.

_____. O sujeito como objeto: estruturalismo e a questão da subjetividade. *Boletim da ABRALIN*, edição 21, 06/1997.

REZNIK, Vladislava. *Language Policy and Reform in the Soviet 1920s: Practical Polemics against Idealist Linguistics*. Cambridge: 2001 (conferência). Disponível em <<http://www.arts.gla.ac.uk/Slavonic/Epicentre/langpolicy.htm>> Acesso em: 04/03/2006.

RODRIGUES, Rosângela Hammes. Análise dos gêneros do discurso na teoria bakhtiniana: algumas questões teóricas e metodológicas. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 4, n. 2, p.415-440, jan./jun. 2004.

_____. *A constituição e o funcionamento do gênero jornalístico artigo: cronotopo e dialogismo*, Tese (Doutorado em Lingüística Aplicada e Estudos da Linguagem). PUC, São Paulo. 2001.

ROBINS, Robert H. *Lingüística Geral* (trad. Elizabeth Corbetta e outros). 2ª ed. Porto Alegre - Rio de Janeiro: Globo, 1981.

_____. *Pequena História da Lingüística*. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1983.

ROMAINE, Suzanne. What is a speech community? In: *Sociolinguistic Variation in Speech Communities*. London: Edward Arnold, 1982.

RUSSELL, Bertrand. *História da filosofia ocidental* (trad. Brenno Silveira). 3ª ed. São Paulo: CODIL/Companhia Editora Nacional, 1968, v.4.

_____. *História do pensamento ocidental* (trad. Laura Aves e Aurélio Rebello). 6ª ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A crítica da razão indolente – contra o desperdício da experiência*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo, Cultrix: 1974.

_____. *Escritos de Lingüística Geral*. São Paulo, Cultrix: s/d.

SEVERO, Cristine Gorski. O papel do gênero/sexo os estudos sociolingüísticos de variação/mudança. *Revista de Letras*, Curitiba, v. 8, p. 01-08, 2006.

_____. Linguagem e sociedade: algumas reflexões sobre o determinismo. *Working Papers*, Florianópolis, UFSC, nº 8, p. 127-139, 2004.

_____. O lugar do indivíduo na teoria laboviana. *Lingua(gem)*, Macapá, vol. 1, nº 02, p.43-62, jul.-dez./ 2004a.

SEUREN, Pieter A.M. *Western Linguistics*. Oxford/Massachusetts: Blackwell, 1998.

- SOUZA, Geraldo Tadeu. *Introdução à Teoria do Enunciado Concreto do Círculo de Bakhtin/ Volochinov/ Medvedev*. São Paulo: Humanistas/ FFLCH, 2002.
- STAM, Robert. *Bakhtin: da teoria literária à cultura de massa* (trad. Heloísa Jahn). São Paulo: Ática, 1992.
- STEINER, George. *Depois de Babel – questões de linguagem e tradução* (trad. C. A. Faraco). Curitiba: UFPR, 2005.
- TODOROV, Tzvetan. *Mikhaïl Bakhtine, le principe dialogique, suivi de Ecrits du cercle de Bakhtine*. Paris: Seuil, 1981.
- VOLOSHINOV, Valentin Nikolaevich. Le discours dans la vie et le discours dans la poésie (1926). In: TODOROV, T., 1981. p. 181-215.
- _____. La structure de l'énoncé (1930). In: TODOROV, T., 1981. p. 287-316.
- VOTRE, Sebastião Josué. O princípio da extensão imagética, uma nova ótica para a estabilidade lingüística. In: GORSKI, E. e COELHO, I. L. (orgs). *Sociolingüística e ensino – contribuições para a formação do professor de língua*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006. p. 135-154.
- WARDHAUGH, Ronald. *An Introduction to Sociolinguistics*. Cambridge: Blackwell, 2002.
- WEEDWOOD, Barbara. *História concisa da Lingüística* (trad. Marcos Bagno). São Paulo: Parábola, 2002.
- WEINER E. Judith & LABOV, Willian. *Constraints on the agentless passive*. *Journal of Linguistics* 19:29-58, 1983.
- WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. Empirical Foundations for a Theory of Language Change. In: LEHMANN, W. e MALKIEL, Y. (orgs). *Directions for Historical Linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1968.
- ZANDWAIS, Ana (org). *Mikhail Bakhtin: Contribuições para a Filosofia da linguagem e Estudos Discursivos*. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2005.
- ZILLES, Ana Maria Stahl; FARACO, Carlos Alberto. As tarefas da sociolingüística no Brasil: balanços e perspectivas. In: GORSKI, E. e COELHO, I. L. (orgs). *Sociolingüística e ensino – contribuições para a formação do professor de língua*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006. p. 23-52.